

Sessão Solene de Instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 2ª Legislatura — Em 1º de Maio de 1953

Presidência do sr. Laertes Munhoz, secretariada pelos srs. Cândido Machado de Oliveira Neto e Amadeu Puppi.

As quatorze e trinta horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Laertes Munhoz, Antonio Annibelli, Portugal Tavares, Atilio Barbosa, Divonsir Côrtes, Dagoberto Pusch, Vieira de Alencar, Alcides Caetano, Antonio Baby, Alício Mota, José Hoffmann, Júlio Xavier, Rezende Filho, Silveira da Rocha, Dario Marchesini, Edwino Tempiski, Fleury da Rocha, Francisco da Costa, Joaquim de Lacerda, Rivadávia Vargas, Vargas de Oliveira, Chafic Cury, Lopes Munhoz, Nilson Ribas, Peregrino Dias Rosa, Vespertino Pimpão, Amadeu Puppi, Cândido de Oliveira Neto, Cardoso da Silveira, João Chede e Lustosa de Oliveira (31); achando-se ausentes, com causa justificada, os seguintes: Ernesto Moro, João Ribeiro Júnior, Jorge de Lima, Américo Teti, Constâncio Souza, Accioly Filho, Anísio Luz, Emílio Carazzai, Ernani Benghi, Guataçara Borba, Hélio Setti, Iracy Vianna, Mário Faraco e Waldemiro Pedroso (14).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

passando o sr. 2º Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

A seguir, o sr. Presidente diz das finalidades da presente sessão, de instalação do novo período legislativo, bem como de leitura da Mensagem Governamental, designando os srs. Portugal Tavares, Vieira de Alencar, Rivadávia Vargas, Amadeu Puppi e Constâncio Souza, para constituírem a comissão de recepção ao sr. Governador do Estado.

A sessão é suspensão por dez minutos.

Reabre-se a sessão.

O sr. Governador Bento Munhoz da Rocha Neto dá entrada no recinto da Assembléia, acompanhado pela comissão de recepção designada, tomando assento à Mesa, sob salva de palmas.

O sr. Governador procede à leitura da Mensagem Governamental.

MENSAGEM APRESENTADA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª LEGISLATURA PELO SENHOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, GOVERNADOR DO PARANÁ.

Senhores Deputados à Assembléia Legislativa do Estado

Alta honra me confere esta hora em que, cumprindo o preceito constitucional, dirijo-me a essa egrégia Assembléia ao iniciarem-se os trabalhos de nova sessão legislativa, no ano centenário de nossa Província.

O período de 1952 foi de intenso trabalho em todos os setores administrativos de que os nobres representantes do povo paranaense terão exato conhecimento através dos vários capítulos desta Mensagem, para

que, esclarecidos com os dados da situação real do Estado, as suas resoluções se revistam sempre da mesma habitual sabedoria.

A execução financeira de 1952 aparece com um saldo de Cr\$ 166.691.944,20 que deve, no entanto, servir como recurso de cobertura aos compromissos assumidos pelo Estado e cujo processamento sofreu atraso no Tribunal de Contas.

Processados, finalmente, os compromissos teríamos equilibradas a receita e a despesa, obedecendo-se, assim, rigorosamente a orientação político-financeira do Governo.

Consciente do momento que o Estado está atravessando com a sua espetacular expansão econômica consequente do rush cafeeiro que tomou conta do Paraná, meu Governo concentra a sua máxima atenção no programa rodoviário, cuja expansão se pode assim exprimir:

Movimento de Terra:

1950	2.423.461,799 m3.
1951	3.627.880,107 m3.
1952	5.857.807.807,110 m3.

Pontes:

Quatriênio — 47-51:

Concreto	284,00 m
Madeira	342,73 m
Total	626,73 m

Biênio 51-52:

Madeira	617,79 m
Concreto	589,56 m
Concreto e ferro	198,20 m
Total	1.405,55 m

Para demonstrar o cuidado e o rigôr com que se tem havido a administração basta atentar para o preço unitário médio do movimento de terra:

1950	Cr\$ 24,66 por m3.
1951	Cr\$ 21,47 por m3.
1952	Cr\$ 13,11 por m3.

A assistência rodoviária aos Municípios, aplicando o índice 100 ao exercício de 1948, se expressa pelo índice 105 em 1950, 331 em 1951 e 360 em 1952.

Vão adiantados os trabalhos de preparação da base e sub-base para o revestimento asfáltico, e com a chegada nos próximos dias ao Porto de Paranaguá, da primeira grande partida de asfalto, alcança-se neste ano, uma etapa brilhante em nossa evolução rodoviária.

A licença de importação para o asfalto foi um dos benéficos resultados da honrosa visita do Exmo. Snr. Presidente da República ao nosso Estado, em Janeiro deste ano. O Chefe da Nação verificou pessoalmente a angústia dos nossos problemas de transporte, a grandeza do nosso programa rodoviário e a sua crescente repercussão na economia nacional.

De fato, com o deslocamento da produção do centro-sul do Brasil para o Paraná, cabe ao nosso Estado a missão de abastecer as duas grandes metrópoles brasileiras, Rio e São Paulo e as áreas de maior concentração demográfica do país.

Sem desatender nenhuma região do Estado, meu Governo deu priori-

dade na execução rodoviária às grandes estradas do café que unem a zona produtora do norte, nordeste e noroeste do Paraná ao porto de Paranaguá, cujo aparelhamento está sendo acelerado de maneira notável.

No setor da energia elétrica, outro ponto vital de nossa evolução, continuam-se as obras do Cavernoso, Laranjinha e Rio Mourão. Terminou-se o planejamento do Capivari-Cachoeira cujo financiamento está em fase adiantada na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O entrosamento das obras do Cotia no conjunto Capivari-Cachoeira virá, na verdade, resolver o problema de energia em toda a zona que gravita em torno de Curitiba.

Depois de longos e completos estudos, foi aberta concorrência pública para a Usina Termo-Elétrica Cambuí, com aproveitamento das ricas jazidas de carvão do Rio do Peixe.

Os estudos realizados permitem conclusão otimista em relação a esse aproveitamento, fazendo antever a solução conveniente para o problema de energia em grande zona do Norte do Estado.

Está planejada a exploração do xisto pirobetuminoso de S. Mateus. Nossos técnicos estiveram na Europa de onde trouxeram ensinamentos preciosos.

Foi assinado convênio com o Conselho Nacional do Petróleo que assistirá todos os trabalhos que o Estado está encetando, cooperando na grande empreitada do aproveitamento de nossas grandes jazidas de xisto.

Tenho dito e repetido que com a invasão, benéfica invasão que cobre o Paraná, originária de todo o Brasil, avolumam-se os nossos problemas cuja solução o Governo vai atendendo com energia, sem a estulta pretensão, entretanto, de resolvê-los integralmente, em vista da rapidez do nosso crescimento.

Chamo atenção para o setor da Educação em 1952, ano em que foram concluídos 17 prédios para grupos escolares, e abertas 4 casas escolares e 167 escolas isoladas, tendo sido nomeadas 1.360 novas professoras das quais 425 normalistas e 31 regentes de ensino.

No setor da Saúde Pública esses problemas assumem aspecto angustiante, sobretudo na parte referente à tuberculose.

No ano de 1952 demos um grande passo à frente, com os melhoramentos introduzidos nos dois sanatórios do Estado, sobretudo no São Sebastião da Lapa, com a construção de uma nova ala que aumentou a sua capacidade de 150 leitos.

Em breves dias será iniciada a construção do novo Sanatório de Curitiba, com a capacidade de 500 leitos cujo projeto cuidadosamente estudado e já completo, permite afirmar que o Paraná virá a possuir um dos mais perfeitos sanatórios do Brasil.

Foram concluídas em 1952, 61 obras sendo 29 para a Secretaria de Educação, 17 para a de Saúde, 14 para a Chefatura de Polícia, 1 para a Secretaria de Justiça e 2 para a do Trabalho e Assistência Social.

Estão em prosseguimento 40 obras.

Foram postas em concorrência 69 obras na Secretaria de Educação, 7 na de Agricultura, 2 na de Trabalho, 44 na de Fazenda, 9 na de Saúde, 9 na do Interior, 16 na Chefatura de Polícia e 40 para postos de puericultura.

Sinto no Governo o reverso da nossa evolução trepidante e, mais ainda, os efeitos da rápida transformação do nosso estilo de atividade econômica.

Testemunho o surgimento do desnível econômico, inédito até então no Paraná, terra clássica da pequena lavoura de subsistência, com a avalanche da onda cafeeira que traz riqueza mas é acompanhada também por multidões de desajustados e doentes.

Percebe-se a miséria que acompanha o progresso.

A Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural já começou a agir,

com as primeiras equipes municipais de serviço social. Auxiliares rurais recrutados no próprio meio em que vão atuar, depois do curso de emergência, revelaram uma dedicação emocionante ao dever, identificados com a sua alta missão.

Iniciaram-se os trabalhos na zona de Santo Antônio da Platina e Siqueira Campos já ampliados para São José dos Pinhais e brevemente para Antonina.

Auxiliares rurais, com a supervisão de agrônomos e médicos, começaram com os inquéritos, verificando as condições sanitárias e educacionais, prestando ensinamentos que vão da enfermagem à horticultura, resolvendo os problemas à medida que surgem, e sobretudo criando a consciência desses problemas, sem o que será impossível a melhoria do nível de vida do trabalhador rural.

Já nas zonas do Centro e Sul do Estado, em que raramente existem trabalhadores rurais assalariados, po's aí, em zonas de lavoura de subsistência, com o lavrador de origem européia recente, portador de outras heranças, a técnica deverá ser diferente, e a experiência indicará os caminhos a seguir.

O mais difícil na grande campanha de assistência rural está sendo conseguido vitoriosamente com a preparação do elemento humano que tem de agir nos municípios.

No recrutamento desse elemento humano, a Fundação tem descoberto verdadeiras vocações para a assistência social que abre, no Paraná, ao homem do campo, um horizonte de imensas perspectivas.

Já estão prontas as hospedarias de Maringá e Peabirú através das quais o Estado prestará assistência mais direta aos nacionais principalmente aos nordestinos que, mais uma vez, batidos pela inclemência das secas, procuram o Paraná em ondas sucessivas.

O Paraná cumpre, assim, o seu dever de brasilidade e de humanidade, minorando as penas de tantos brasileiros que se encontram na dolorosa contingência de abandonar os velhos lugares em que viveram seus ancestrais.

Com a safra cafeeira de 52-53 que ultrapassou de 5 milhões de sacas, a maior que já alcançamos, atinge o Paraná a 30% da produção nacional, contribuindo, sem computar os outros produtos de exportação, com 300 milhões de dólares para a balança comercial do Brasil.

Não me canso de falar sobre a missão que ao Paraná cabe realizar na evolução da economia cafeeira nacional.

Não pode ser uma fatalidade o nomadismo da cultura do café, e se o Paraná está ainda no início da sua capacidade de produção, é preciso prevê-lo e evitar que se venham a repetir aqui os mesmos erros que têm acompanhado a onda verde. É preciso evitar que a prosperidade trazida pelo café suceda o deserto ou então outro gênero de cultura, desorganizando sucessivamente os fundamentos da economia brasileira.

Felizmente, entre os grandes fazendeiros que possuem a tradição da cafeicultura já se consolidou a consciência de que é mais conveniente conservar do que recuperar o solo. Nos últimos dez anos foi radical a transformação de atitude dos cafeicultores, nesse sentido, e é altamente confortador testemunhar a obra de preservação que se está operando em fazendas paranaenses ainda novas.

Aos pequenos lavradores as Casas Rurais procuram assistir e preencher as lacunas só verificadas nas pequenas culturas.

O seu número elevou-se para 56, e nas zonas antigas de cultura de clima temperado, a sua atuação se está fazendo sentir profundamente, principalmente no setor da mecanização.

Em 1952, pelo Fundo de Equipamento Agro-Pecuário, as Casas Rurais venderam pelo preço de custo:

220 mil doses de vacinas contra a peste suína.

160 mil medicamentos veterinários.

379 mil quilos de sementes.

87 tratores, enquanto 486 trilhadeiras trabalharam para os triticultores, cuja produção, a maior já alcançada, subiu a 80 mil toneladas, pequena amostra ainda, do que o Paraná poderá produzir em trigo.

O Estado tem facilitado a imigração estrangeira para as zonas paranaenses que pelo seu clima, mais se prestam à colonização européia. O êxito da colônia de Entre-Rios, com a sua promissora cultura de trigo, está destinado a revolucionar os velhos métodos agrônômicos conservados em grandes áreas do Estado, valorizando-as decisivamente. Além de Castrolândia onde holandeses se estão localizando, o Estado estuda com os órgãos federais a localização de grandes correntes de lavradores europeus em zonas de condições semelhantes às de Guarapuava.

Atingimos o ano do centenário da fundação de nossa Província, com todas as atenções do Brasil concentradas no Paraná.

Nosso Estado alcança um dos pontos mais altos de sua expansão pioneira. O norte, o nordeste, o oeste e o sudoeste do Estado se lançam no desbravamento possuídos do alto espírito de construtores de civilização.

O Paraná é buscado como um oásis, para onde se dirigem os homens insatisfeitos da instabilidade econômica nacional.

O nosso crescimento demográfico assim se desenvolveu nos recenseamentos nacionais:

1872	...	126.722
1890	...	249.491
1900	...	327.136
1920	...	685.711
1940	...	1.236.276
1950	...	2.115.547

o que elevou a percentagem da população paranaense sobre a nacional, de 1,25 em 1872 a 4,08 em 1950.

Passamos, desse modo, de cerca de 60.000 habitantes em 1853 a 2,5 milhões em 1953, com um aumento, portanto, de quarenta vezes em cem anos.

A convergência das populações brasileiras para o Paraná torna o nosso Estado numa aspiração constante e num desejo de melhoria e segurança.

No primeiro orçamento votado pela Assembléia Provincial para o exercício financeiro de 1854-1855 a receita atingiu a Rs 176.400\$000, enquanto a do orçamento no exercício vigente de 1953 chega a Cr\$ 1.649.644.333,70.

São extraordinários os índices do desenvolvimento com que, ao comemorar o nosso centenário, nos apresentamos diante do Brasil.

É tão decisivo o momento que atravessamos, que o Governo é chamado a equacionar os problemas paranaenses de maneira a não prejudicar o nosso futuro.

A pressa em realizar sem planejamento e, sobretudo, com desconhecimento da escala em que se está processando nossa evolução, só pode desservir o Estado e a solução conveniente de seus problemas.

Tenho plena consciência da hora paranaense e da repercussão que as decisões atuais vão adquirir em nosso futuro, acelerando ou retardando o progresso do Estado. Resolver mal ou resolver sem previsão será um crime cometido contra o Paraná.

Sigo imperturbável a minha diretriz política que é a mesma pregada ao povo paranaense através de uma campanha eleitoral memorável. O governador não desmente o candidato. Tem a mesma sensibilidade política e, acima de tudo a mesma sensibilidade humana para as questões essenciais do povo que o elegeu.

Cumpro o meu dever com destemor e honestidade. Cumpro-a, anti-demagogicamente, despreocupado de acomodações compensadoras e através de caminhos ásperos de percorrer, mas dos quais não me arredarei jamais, porque são os caminhos da honra.

FAZENDA PÚBLICA

O fenômeno inflacionista que tem assoberbado a política econômico-financeira nacional impôs à minha administração as diretrizes das operações financeiras efetuadas durante o exercício de 1952.

A orientação do Governo no setor das finanças e na execução financeira do orçamento previsto para o exercício passado, não podia ser outra, senão a estrita manutenção do equilíbrio entre a receita e despesa.

É preciso lembrar que teve o Governo durante o exercício de 1952, a árdua tarefa de reconduzir os gastos extraorçamentários para as verbas fixadas no orçamento normal, eliminando os créditos adicionais que, então, absorveram 50% da receita prevista.

Iniciou-se o ano de 1952 com a receita estimada em Cr\$ 1.342.550.657,00 e encerrou-se o exercício com a arrecadação de Cr\$ 1.457.494.938,70 ou seja o excesso de Cr\$ 114.944.281,70 sobre a previsão do orçamento.

O total dos recursos angariados em 1951 foi de Cr\$ 1.543.842.646,50 contra o montante de Cr\$ 1.457.494.938,70 em 1952, ou seja Cr\$ 86.347.707,80 a menos.

Este decréscimo explica-se pela confrontação dos componentes da receita dos exercícios de 1951 e 1952, como segue: — A coleta das **Rendas próprias do Estado** que consistem das rendas tributárias, patrimoniais, industriais e extraordinárias em 1952 importa em Cr\$ 1.222.618.160,40 — e no exercício anterior de 1951 em Cr\$ 1.108.309.674,70 — ou seja o acréscimo de Cr\$ 113.084.85,70 — de maior arrecadação de impostos, taxas, etc., equivalente à 10,3% sobre o ano de 1951.

Do segundo grupo da receita com origem nas operações de crédito realizadas durante os exercícios financeiros de 1951 e 1952 consta o seguinte balanço: — Operações de crédito de 1951 Cr\$ 269.472.000,00 — Idem, de 1952 Cr\$ 58.191.000,00 — Decréscimo Cr\$ 211.281.000,00.

Este decréscimo das operações de crédito em 1952 decorre do firme propósito do Governo, de comprimir, quanto possível, as transações fundadas na emissão de títulos e apólices, afim de evitar o aumento do serviço de juros e amortização da Dívida Pública.

Evidentemente esse decréscimo das operações de crédito com a importância de mais de 200 milhões de cruzeiros influiu na soma total da receita realizada em benefício da situação financeira do Estado, disposto a manter a Dívida Pública em seus limites de recursos futuros para liquidação.

É com especial cuidado que se aproveitam as emissões de títulos para evitar qualquer abalo do excelente crédito de que desfruta o Estado na esfera interna e externa do País.

O terceiro componente da receita realizada provém da arrecadação das rendas vinculadas ao regime financeiro dos Serviços Autônomos que apresentam, no total, a seguinte confrontação:

— Arrecadação em 1952	Cr\$ 139.714.577,70
— Idem em 1951	Cr\$ 117.124.178,70
Excedente de	Cr\$ 22.690.399,30

Ou seja 19,4% para mais sobre o ano anterior.

Finalmente, resulta da incorporação do superavit de exercícios anteriores uma diferença que influi no total da receita de 1952.

O superavit do exercício de 1950 em favor da receita de 1951 foi de Cr\$ 48.936.793,40 — enquanto o superavit verificado em 1951 e incorporado na receita de 1952, importou apenas em Cr\$ 36.871.200,60 — ou seja uma diferença a menos para a receita de 1952 de Cr\$ 12.065.592,80.

Em verdade, não se verifica portanto, o enfraquecimento da receita realizada quando comparados os totais dos exercícios de 1951 e 1952.

As rendas próprias do Estado reagiram com 10,3% para mais sobre o ano anterior e as receitas dos Serviços Autônomos apresentam o acréscimo de 19,4%, ou seja no total a soma de Cr\$ 136.998.885,00 a mais sobre o exercício passado.

Para a conclusão do balanço da execução financeira de 1952, compõe-se a receita realizada, como segue:

Receita Ordinária:

Receita Tributária	Cr\$ 1.160.348.639,00	
Rendas Patrimoniais	Cr\$ 19.923.804,40	
Rendas Industriais	Cr\$ 1.809.596,90	Cr\$ 1.182.082.040,30
Total		Cr\$ 1.182.082.040,30

Receita Extraordinária:

Rendas diversas	Cr\$ 40.536.120,10	
Operações de crédito	Cr\$ 58.191.000,00	
Saldo do Exercício de 1951	Cr\$ 36.871.200,60	Cr\$ 135.598.320,70

Receita dos Serviços Autônomos:

Dept. Estr. de Rodagem	Cr\$ 87.661.087,70	
Administração do Porto de Paranaguá	Cr\$ 21.184.148,30	
Dept. de Águas e Esgotos	Cr\$ 25.047.663,20	
Dept. de Águas e Energia Elétrica	Cr\$ 5.921.678,50	Cr\$ 139.814.577,70
Total da Receita de 1952		Cr\$ 1.457.494.938,70

A receita das rendas próprias do Estado indica o grau do seu progresso econômico e merece, nesta altura, algumas considerações.

O quadro que segue elucida a progressão aritmética da coleta de impostos, taxas e demais componentes das fontes de rendas. Arrecadação — exclusive as receitas dos Serviços Autônomos e operações de crédito:

Ano	Cr\$	Índice
1944	141.178.509,50	100
1945	175.477.274,90	124
1946	221.032.848,30	156
1947	301.622.647,90	214
1948	355.897.842,90	252
1949	444.764.626,20	315
1950	829.880.677,20	588
1951	1.108.309.674,70	785
1952	1.259.489.361,00	892

Verifica-se pelos índices um continuado aumento, como resultado da expansão de produção paranaense, porém, fortemente influenciado pela inflação de preços que se reflete, principalmente, no imposto de Vendas e Consignações.

O quinquênio passado apresenta a seguinte progressão:

Ano	Cr\$	Índices	Taxa
1948	200.493.427,90	100	2%
1949	247.978.645,00	124	2%
1950	460.984.882,40	230	3%
1951	655.277.504,70	327	3%
1952	803.333.164,60	401	3%

O maior índice da receita, provém, pois, do imposto de Vendas e Consignações com 64% da receita total e 74% da renda tributária.

Analisando o rendimento deste imposto em relação à produção cafeeira no exercício passado verifica-se que a exportação do café contribuiu com 200 milhões de cruzeiros, aproximadamente, para arrecadação ou seja 25% do imposto de Vendas e Consignações. O restante 75% de contribuição do imposto de Vendas e Consignações incide sobre outras fontes de produção e, principalmente, sobre a circulação da riqueza no movimento geral das utilidades.

Em segundo lugar, como fonte de renda, classifica-se o café: a tributação sobre a exportação e a taxa de café.

O imposto de exportação arrecadado em 1952 importa em Cr\$. 96.657.988,10 e a taxa do café acusa o montante de Cr\$ 19.759.684,70, sendo o total da renda Cr\$ 116.417.672,80 contra Cr\$ 103.236.777,20 no ano de 1951 ou seja o acréscimo de 9,8%.

O terceiro lugar da arrecadação da receita pertence ao imposto de transmissão de propriedade «Inter-vivos» com a importância de Cr\$. . . 111.576.194,00 contra Cr\$ 129.337.034,90 em 1951. Segue-se o imposto territorial rural com Cr\$ 38.676.142,00 com o excesso de Cr\$ 7.833.337,30 sobre o ano anterior.

Os impostos do Selo e Bebidas Alcoólicas tiveram o acréscimo de Cr\$ 3.284.267,90 e Cr\$ 2.757.088,90, respectivamente.

A exportação de Madeiras e Erva Mate continua em declínio, apesar dos esforços e das instâncias nacional e estadual para a plena recuperação dos mercados estrangeiros. A paralização da exportação atinge, principalmente, as madeiras cuja renda acusa o decréscimo de 73% sobre a previsão orçamentária e 66% sobre a arrecadação do ano anterior. A perspectiva para o exercício de 1953 é de melhoria em face de recentes tratados comerciais com outros países.

O comportamento da receita dos impostos e taxas em conjunto é satisfatório, contribuindo os impostos de Vendas e Consignações, Exportação do Café e Transmissão de Propriedade «Inter-vivos» para compensar os decréscimos de outras rendas.

Em resumo houve o acréscimo de Cr\$ 191.532.638,90 de coleta das rendas tributárias e o decréscimo de Cr\$ 30.710.723,20, em outros tributos ou seja o excesso de Cr\$ 160.821.915,70 sobre o ano anterior.

Este resultado, que indica claramente o progresso da economia paranaense e a constante ascensão financeira foi prejudicado pela renda proveniente da Venda e Legitimação de Terras devolutas que acusa um deficit de Cr\$ 33.759.908,50 sobre a previsão orçamentária e Cr\$ 59.920.798,70 sobre a arrecadação do ano de 1951.

É necessário lembrar que a renda proveniente da Venda de terras devolutas constitui receita transitória que foi de Cr\$ 21.240.091,20 ou seja 1,5% da receita total realizada em 1952.

Si se considerar o excesso de 160 milhões da renda tributária como fator indicativo do progresso financeiro, pode-se confiar na sólida consolidação das receitas nos anos vindouros.

POLÍTICA ECONÔMICA CAFEIEIRA

O progresso do Paraná, com todos os reflexos de sua evolução social-econômica, repousa no momento, sobre a produção do café. Da produção e valorização deste produto dependerá a fonte de recursos para o aparelhamento das vias de comunicação, energia, saneamento, instrução e assistência social.

A política econômica do café continua sendo um problema de orientação econômica nacional e as diretrizes e resoluções deverão ser uniformes para os Estados produtores.

O Paraná na ascensão de segundo produtor e exportador não des-

curou da salvaguarda dos seus interesses econômicos, realizando constantes reuniões com as classes produtoras e exportadoras, bem como se fez representar nos conclave nacionais para o debate das medidas defensoras da economia cafeeira.

A orientação da defesa do café emana do Instituto Brasileiro de Café recém criado e administrado por delegados dos Estado produtores, cabendo ao Paraná destacado lugar na sua Diretoria e na representação de seu Conselho de Administração.

Enquanto se aguarda a divulgação de normas gerais e o regime da exportação do produto por parte do Instituto, prossegue a execução dos planos traçados pelo Governo para o aparelhamento do transporte, armazenamento e escoamento pelos portos nacionais.

Está planejada a construção da rede de Armazens reguladores no interior, bem como se encontra a construção e ampliação do Porto de Paranaguá em pleno andamento.

O Departamento Estadual de Café desenvolve sua atenção para a melhoria do produto, fiscalização e estatística da exportação e do consumo interno e trata do levantamento do cadastro dos cafeicultores que constitui requisito indispensável para as estimativas da produção e assistência ao agricultor.

A falta do cadastro impede a exatidão ou aproximação das estimativas das safras e da produção em geral e consequentemente, dificulta a previsão orçamentária da receita para os respectivos impostos em prejuízo da supervisão dos recursos financeiros do Estado.

A safra de 1952/53 foi estimada primeiro em 4.300.000 sacas, retificada a estimativa mais tarde para 4.700.000,00 porém chegou a alcançar a 5.000.000 de sacas.

É lógico, que da produção do café dependem grandes dispêndios por parte do Governo que deve mobilizar os recursos financeiros para o desenvolvimento e melhoria de zona produtora. Eis, pois, o imperativo de se ampliar no decorrer deste exercício as atividades do Departamento Estadual de Café, proporcionando-lhe os créditos adicionais para o cumprimento de sua finalidade do quadro da Administração do Estado.

O rápido aumento da produção no quinquênio de 1948 a 1952 expressa-se pela estatística da exportação e consumo, do modo seguinte:

Ano	Total em sacas de 60 ks.
1948	2.175.915
1949	2.795.259
1950	2.523.764
1951	3.562.050
1952	4.036.429

Si se considerar ainda o estoque existente no Porto de Paranaguá em fins do ano de 1952 com o volume de cerca de 2 milhões de sacas que pelo momentâneo retraimento dos mercados estrangeiros somente tiveram saída neste exercício, pode-se constatar, sem erro de estimativa, a marcha do Paraná para o primeiro lugar da produção do café.

Outrossim, reflete-se a ascensão produtiva no enorme desenvolvimento econômico, demográfico e comercial do Porto de Paranaguá, que se ressentido de suficientes vias de comunicação, cuja construção e aparelhamento não conseguem marchar em paralelo com o escoamento das safras de café, por motivos superiores e independentes da vontade governamental.

A influência que a exportação de café exerce sobre a expansão comercial do Porto de Paranaguá em relação aos portos de Santos e Rio de Janeiro pode ser avaliada pela seguinte estatística do último quinquênio:

Exportação de café, em sacas de 60 ks.

Ano	Paranaguá	Santos	Rio	Cabotagem	Total
1948	1.164.000	777.099	—	234.739	2.175.838
1949	1.935.714	613.967	—	245.578	2.795.259
1950	1.880.796	513.175	—	129.793	2.523.764
1951	3.116.916	206.565	—	238.569	3.562.050
1952	3.114.395	468.683	229.683	226.668	4.036.426

Acrescentando-se ao movimento complexo de escoamento do café pelo Pôrto de Paranaguá o comércio, armazenamento dos demais produtos do Estado, como sejam Madeiras e Erva Mate e outros e, considerando ainda o movimento portuário e de transporte da importação, torna-se visível o desenvolvimento deste pórto como um dos maiores escoadores do Brasil.

TRIBUTAÇÃO EM GERAL

O progresso da coleta das rendas, como se deve acentuar, não foi produto da elevação de impostos ou taxas, que bem ao contrário, foram parcialmente reduzidas pelo meu Governo, em benefício das classes produtoras, em defesa da produção e no combate do alto custo de vida, como se verifica pelas leis n. 694 que isenta de imposto Territorial Rural a partir do início do último exercício, todos os proprietários de terras de área igual ou inferior a 50 hectares.

A medida alcança mais de 100.000 pequenos lavradores e a dispensa do pagamento de multa dos contribuintes do imposto territorial reforçou a tolerância fiscal do Governo.

A isenção de todos os impostos estaduais regulamentada em 1952 para as Cooperativas não teve maiores consequências para a previsão orçamentária.

A bonificação de 12 centavos por quilo líquido de Erva Mate exportada para o Chile refletiu no decréscimo da renda de exportação em apenas de 800.000 cruzeiros.

A isenção do imposto de Vendas e Consignações para as vendas de sacaria de juta e a isenção do mesmo imposto para as transações internas do café no pórto de Paranaguá, comprovam a compreensão do Governo de cooperar com as classes produtoras no mútuo interesse da economia isentando as utilidades da Tributação e reduzindo o custo da produção.

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita do orçamento do exercício de 1952 foi prevista com a inclusão de operações de crédito no montante de Cr\$ 251.000.000,00, vinculadas a obras e contratos por força de lei.

Óbvio será lembrar que todas as operações de crédito aumentam a Dívida Pública e representam futuros compromissos para o erário. Evitar tais compromissos é dever de boa política financeira quando as ocorrências no plano de financiamento o permitirem.

Assim foram efetuadas em 1952 operações de crédito no valor de Cr\$ 58.191.000,00, cuja aplicação se destina exclusivamente a obras previstas pela lei n. 105, enquanto todos os demais recursos financeiros para as obras em andamento foram cobertos com a arrecadação das rendas e de recursos acumulados e não aplicados no exercício de 1951.

A diferença de Cr\$ 192.809.000,00 proveniente de operações de crédito não efetuada acentua-se na demonstração do total de receita realizada que parece inferior à previsão e em relação a receita do exercício de 1951 nota-se ainda um contraste maior.

As operações realizadas em 1951 importam em Cr\$ 269.472.000,00 em contraposição com Cr\$ 58.191.000,00 em 1952.

O total da receita realizada de 1951 foi avolumado com Cr\$ 211.281.000,00 a mais em transações de Dívida Pública com efeito aparente de menor receita total em 1952, quando em verdade a coleta das rendas superou o exercício anterior.

Evidentemente necessita o Governo de grandes recursos para a execução dos planejamentos, porém, a execução das obras depende às vezes de fatores que retardam e modificam os planos e datas assentadas, e, neste caso, seria anti-econômica a antecipação das operações de crédito a êles previamente vinculadas.

DESPESA

Em contraposição com o ano de 1951, que, iniciou com os compromissos empenhados de 574 milhões de cruzeiros de créditos adicionais, sem previsão de receita, processaram-se os gastos de 1950 no limite das verbas consignadas no orçamento de 1952. Era preciso reconduzir a aplicação da receita para a despesa prefixada na lei de meios e reduzir o volume de créditos especiais que formam uma sobrecarga para a despesa, cuja cobertura somente pode ser assegurada com o excesso da arrecadação sobre a previsão do orçamento.

A abertura de créditos adicionais durante o exercício não pode ser evitada. Surgem no decorrer da gestão financeira imprevistos que exigem solução de financiamento, porém, a autorização de gastos adicionais extraorçamentários depende dos recursos para a liquidação do crédito especial.

O contraste entre os exercícios de 1951 e 1952 na execução do orçamento do último ano, exprime-se na estrita orientação de limitar ao mínimo a aplicação de recursos em créditos especiais.

As despesas autorizadas pelo orçamento de Cr\$ 1.342.550.657,00 foram acrescidas dos seguintes créditos:

	Cr\$
Créditos autorizados em 1951 com vigência em 1952	195.331.034,00
Idem autorizados em 1952	235.889.166,30
Total	Cr\$ 431.220.200,30
Total da despesa autorizada em 1952	Cr\$ 1.773.770.857,30

Dos créditos autorizados e abertos em 1951 foram revigorados, por força de lei Cr\$ 80.753.697,80, e dos créditos autorizados em 1952 a importância de Cr\$ 115.879.513,40 perfazendo o total de Cr\$ 196.633.211,20 contra Cr\$ 582.182.809,50 no ano de 1951, autorizado em sua maioria no mês de Janeiro daquele ano.

Do total da despesa autorizada, na importância de Cr\$ 1.773.770.857,30 foram realizadas:

	Cr\$
a) em despesas orçamentárias	1.101.751.759,40
b) em créditos especiais	49.664.017,40
c) em despesas dos Serviços Autônomos de receitas próprias	139.397.217,00
Total da despesa realizada em 1952	1.290.802.994,50

Apesar da autorização do Poder Legislativo para gastos no montante de Cr\$ 1.773.770.857,30 manteve o Governo a diretriz do equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, como segue:

Receita

Arrecadação em 1952, conforme especificação . Cr\$ 1.457.494.938,70

Despesa

Contabilizada durante o exercício	Cr\$ 1.290.802.994,50
Superavit do exercício de 1952	Cr\$ 166.691.944,20

O grande saldo da execução financeira do orçamento explica-se pelo motivo seguinte:

Nos últimos meses do exercício encontravam-se em registro, no Tribunal de Contas muitos compromissos assumidos pelo Estado, com base no superavit previsto para a execução financeira de 1952. No entanto, por motivo de atraso e outras dificuldades não houve tempo para o processamento da despesa, no exercício, resultando o superavit mencionado, que deverá servir de recurso de cobertura àqueles compromissos.

A despesa realizada, através dos órgãos e serviços do Estado tem o seguinte agrupamento:

Administração Geral	Cr\$ 114.575.217,60
Exação e Fiscalização Financeira	Cr\$ 56.998.031,80
Segurança Pública	Cr\$ 107.882.363,50
Educação e Cultura	Cr\$ 207.964.851,00
Saúde Pública	Cr\$ 63.421.840,40
Fomento	Cr\$ 66.067.510,90
Serviços Industriais	Cr\$ 157.897.026,00
Serviços de Utilidade Pública	Cr\$ 228.785.827,70
Dívida Pública	Cr\$ 36.697.386,50
Encargos Diversos	Cr\$ 111.185.721,40

Total da Despesa orçamentária e Créditos especiais	Cr\$ 1.151.415.776,80
--	-----------------------

Despesas dos Serviços Autônomos de receitas próprias	Cr\$ 139.387.217,70
--	---------------------

Total da Despesa realizada	Cr\$ 1.290.802.994,50
--------------------------------------	-----------------------

Deste quadro destacam-se os grupos dos Serviços Industriais e de Utilidade Pública que somados com a despesa realizada pelos Serviços Autônomos perfazem a importância dispendida em Obras Públicas, ou seja Cr\$ 526.070.071,40.

O serviço da Dívida Pública, constante do pagamento de juros e amortização de títulos importa em 36.697.386,50, equivalente a 2,5% da receita arrecadada, vale dizer, que a situação financeira continua sólida e a posição do Estado merece nos círculos de finanças o crédito para empréstimos em larga escala.

Em cumprimento do artigo 20 da Constituição Federal iniciou o Governo o pagamento do excesso da renda estadual aos Municípios, processando para a liquidação dos atrasados de 1948, 1949 e 1950 a importância de Cr\$ 42.675.814,40.

Eis de forma condensada a esplanção da execução do orçamento de 1952, cujo balanço financeiro e patrimonial será apresentado à esta Egrégia Assembléia Legislativa.

Cumpre-me esclarecer, em seguida, a situação da Dívida Pública do Estado que exigiu no exercício de 1952 a ínfima percentagem de 2,5% da receita arrecadada, para pagar os juros e cotas de amortização das emissões internas e liquidar os compromissos da dívida externa.

O Governo iniciou o exercício de 1953 com os seguintes saldos da Dívida Pública:

Dívida Externa	35.114.146,00
Foram pagos os juros e amortização do exercício de 1952, na importância de Cr\$ 3.529.026,60	

Dívida Interna de Consolidação e Uniformização	52.024.600,00	
Pagos os juros e sorteios de 1952 no montante de Cr\$ 7.005.093,00		
Total	<u>87.168.746,00</u>	87.168.746,00

Lei n. 48 e lei n. 105

Estrada de Ferro Central do Paraná		
Títulos emitidos	172.668.000,00	
Recebimento em pagamento de terras devolutas	<u>94.815.000,00</u>	

Em circulação	Cr\$ 77.853.000,00	77.853.000,00
---------------------	--------------------	---------------

Obras Públicas do Estado		
Apólices emitidas	360.000.000,00	
Recebidos em pagamento de terras devolutas	<u>113.348.000,00</u>	

Cr\$ 246.652.000,00	246.652.000,00
---------------------	----------------

Auto Estrada Ponta Grossa-Paranaguá.		
Apólices emitidas	170.000.000,00	
Em circulação		170.000.000,00

Obras do Plano de Saneamento		
Apólices emitidas	150.000.000,00	
Recebidas em pagamento de terras devolutas	<u>3.396.000,00</u>	

Em circulação		146.604.000,00
---------------------	--	----------------

Rodovia Jaguariaíva-Antonina		
Apólices emitidas	90.000.000,00	
Recebidas em pagamento de terras devolutas	<u>4.523.000,00</u>	

Em circulação		85.477.000,00
---------------------	--	---------------

Total dos títulos em circulação das emissões do Plano de Obras, autorizadas pelas leis ns. 48 e 105		<u>725.836.000,00</u>
--	--	-----------------------

As apólices das emissões do Plano de Obras entram em circulação em forma de depósitos bancários para colocação, cujo produto de venda é creditado em contas especiais vinculadas por contrato entre o Estado e os concessionários e financiadores das respectivas obras.

Os saldos destes depósitos constituem recursos para o custeio das construções e, enquanto não forem aplicados não gravam a Dívida Pública, quer no serviço de juros, quer no de resgate.

Os depósitos dos títulos em circulação acima discriminados apresentam em 31 de Dezembro de 1952, a seguinte posição:

Depósito de apólices em circulação para colocação e venda:		
Obras Públicas do Estado	122.750.000,00	
Auto Estrada Ponta Grossa-Paranaguá	100.000.000,00	
Rodovia Jaguariaíva-Antonina	<u>53.300.000,00</u>	
TOTAL		<u>276.050.000,00</u>

Depósito de apólices em circulação para garantia da previsão do custeio de obras.

Obras Públicas do Estado	22.501.000,00
Estrada de Ferro Central do Paraná	73.444.000,00
Auto Estrada Ponta Grossa-Paranaguá	70.000.000,00
TOTAL	165.945.000,00

Depósitos bancários proveniente da venda de apólices em circulação

Obras Públicas do Estado	154.081,20
Obras do Plano de Saneamento	150.802.468,60
Rodovia Jaguariaíva-Antonina	33.057.650,00
TOTAL	184.014.199,80

RESUMO:

Apólices depositadas no Tesouro para venda	276.050.000,00
Depositadas para garantia contratual das obras	165.945.000,00
Depósitos bancários da venda de apólices	184.014.199,80

Total dos Depósitos à disposição para o custeio de obras 626.009.199,80

Resumo dos títulos em circulação 725.836.000,00

Disponibilidade de depósitos bancários 626.009.199,80

Dívida Pública das apólices em circulação do Plano de Obras 99.826.800,20

Crédito necessário para o resgate das apólices recebidas em pagamento de terras devolutas 216.082.000,00

Total da Dívida Pública das emissões do Plano de Obras autorizadas pelas leis ns. 48 e 105 315.908.800,20

E de se observar que os depósitos provenientes da venda de apólices, por força de cláusulas contratuais rendem juros compensadores de 8% ao ano, em contraposição aos juros de 7% ao ano à cargo do Tesouro do Estado.

Resumindo as parcelas que constituem a Dívida Pública em 31 de Dezembro de 1952, verifica-se o que segue:

Dívida externa	35.144.146,00
Dívida interna de Consolidação e Uniformização	52.024.600,00
Dívida do Plano de Obras do Estado	315.908.800,20
Dívida de empréstimos no Banco do Brasil	34.999.999,80

Total da Dívida Pública 438.077.546,00

A Dívida Pública do Estado apresenta-se, portanto, em situação de liquidação segura dentro dos planos consolidados do serviço de juros e amortização.

Cumpre o Governo com todos os compromissos decorrentes da Dívida Pública com os pagamentos em dia, consolidando o crédito do Paraná em paralelo com o seu progresso econômico.

PRODUÇÃO

Do conjunto das atividades agro-pecuárias do Estado, no curso de 1952, destacaram-se sobremaneira os serviços de instalação das diversas «Casas Rurais», cujo número já excede de meia centena. A receptividade do público para com estas verdadeiras delegacias da Secretaria da Agricultura, nas zonas de produção, veio evidenciar a necessidade desses órgãos de contacto direto, verdadeiros agentes executores da política de fomento e de defesa da produção paranaense.

Nem todas as Casas Rurais foram satisfatoriamente instaladas, pois, precisamente nas zonas de maior atividade cafeeira, mais agudo é o déficit de habitação e mais elevados os alugueres, razão que tem levado a aconselhar a construção de diversos edifícios próprios. Essa providência é particularmente necessária quando a localização da «Casa Rural» incide num centro natural de distribuição de sementes ou de inseticidas, como é o caso de Cornélio Procopio, Assaí, Londrina, Paranavaí e outros.

A rede de Casas Rurais vinculadas a um serviço adequado e ativo de experimentação, bem assim a um critério eficiente de produção de mudas, sementes e reprodutores fará com que a Secretaria de Agricultura passe a ser de fato um órgão de assistência e de fomento à produção do Estado.

No setor de experimentação agro-pecuária muito pouco se havia feito. A ascensão do Estado à posição vanguardista de segundo produtor de café no Brasil, impunha o dever de coadjuvar-se os reiterados e frutíferos esforços que vem dispendendo São Paulo para a racionalização da cultura cafeeira. Campos experimentais de café onde pudessem ser multiplicadas sementes das variedades novas que se tem revelado produtivas, precoces e resistentes, e onde simultaneamente fossem produzidas sementes das leguminosas mais recomendadas para a adubação verde, eis uma das principais preocupações da atual administração. Nesse sentido, recomendou-se a instalação inicial de dois centros de atividade, um no chamado «Norte Velho» utilizando-se a Fazenda que a Secretaria de Agricultura possui em Cambará, e outro na zona nova, onde se utilizará a granja que o Ministério da Agricultura possui em Maringá e que se propoz transferir ao Estado.

Além da atividade técnica dedicada ao café, seria imperdoável que não se buscasse conhecer melhor os problemas da silvicultura paranaense. O reflorestamento é objeto de debate popular, desperta o maior interesse em todas as regiões rurais e suburbanas do Estado, e não se conhece ainda satisfatoriamente o comportamento sistemático das essências de interesse econômico. Daí a mensagem criando o Parque Estadual de Vila Velha, onde se projeta instalar serviços complementares de laboratório e experimentação que virão completar os trabalhos do horto, em execução desde 1946. Esses trabalhos em zona de campo, como Vila Velha se completarão com os ensaios que se realizarão em Florestal, na fazenda de propriedade do Estado e que está sendo — para esse fim — consideravelmente ampliada, com a aquisição de área contígua de 350 alqueires.

No campo da pecuária talvez ainda mais agudos se apresentem os problemas da falta de conhecimentos sistemáticos e objetivos da produção animal. As estatísticas estão a evidenciar que a rotina tem feito regredirem os rebanhos paranaenses a tal ponto que ultimamente esse despovoamento causa crescentes apreensões, pois, depende o Paraná quasi integralmente da importação para os suprimentos normais de carne.

Ainda não se sabe como se comportariam rebanhos ovinos nos Campos Gerais, que tanto estão a clamar por uma solução econômica que lhes restaure a produtividade. A atividade vinha se restringindo à manutenção — em precárias condições — de alguns postos de Monta que emprestavam animais sem critério, método ou controle de animais oriundos dos exíguos plantéis do Estado, ou então, adquiridos em condições onerosas e sem planificação ou objetivo pré-estabelecido.

Dai a necessidade imperativa e inadiável de criar um serviço especializado de zootécnica, nos moldes do que fez o Rio Grande do Sul com tão frutíferos e comprovados resultados. Tudo estava a aconselhar que devesse localizar-se em Curitiba, onde está a Escola de Veterinária e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, e para onde convergem forçosamente não só os interessados nos problemas da produção animal como os técnicos e pesquisadores. Para propiciar ao problema uma solução mais imediata decidiu-se localizar o centro de zootécnica na granja do Canguiri, adaptando para esse fim o Edifício em construção que se destinava à Escola de Trabalhadores Rurais, que funcionava nesse próprio Estadual. Envida-se esforços para que esses serviços possam estar em funcionamento por ocasião do Centenário.

A Lei n. 823, de 30 de novembro de 1951, que criou o «Fundo de Equipamento Agro-Pecuário», veio dar ao órgão da Produção de Agricultura novas possibilidades para atender à produção paranaense, com presteza, eficiência e elasticidade. O F. E. A. P. está em funcionamento, organizado os serviços contábeis e de controle, para que possa receber — no corrente exercício financeiro — a primeira dotação orçamentária de Cr\$ 10.000.000,00 prevista em lei.

Os recursos desse «Fundo» e as compras que facultará, acrescidas do equipamento que couber ao Paraná na importação de máquinas agrícolas financiadas por intermédio da Comissão Mixta Brasil-Estados Unidos, fazem prever para 1953 aumento considerável no parque de mecanização. Cumpre adiantar que interveio a S. A. — com êxito — junto ao Ministério da Agricultura para que fosse alterada a quota paranaense nessa importação de vulto e altamente vantajosa quanto a preços e condições. Dessa forma receber-se-á número maior de tratores pesados para destoca e desmatação, o que permitirá ampliar a área a ser trabalhada mecanicamente. Ao todo receberá o Estado 88 tratores de esteira, (quando esse número era previamente de 59).

No setor da colonização e imigração é cada vez maior a evidência do Paraná e crescente o interesse despertado pela invejável situação econômica do Estado e a comprovação de suas condições ideais de clima e tradição imigratórias. Os novos núcleos de colonos estrangeiros receberam o máximo apoio dos serviços dessa Secretaria de Estado, tanto em maquinária com em sementes, reprodutores, assistência agrônoma, veterinária e mesmo social, o que fez das colônias Entre Rios, Castrolândia e Witmarsum pontos de visita obrigatória para todos os interessados em imigração não só nacionais como, mesmo, estrangeiras. Está se tornando imperativa a transformação e o aumento dos serviços especializados de imigração afetos à Secretaria.

Ainda cabe-me ressaltar a intensa atividade dispendida no combate a praga do cafeeiro, cujo grau de infestação alarmou sobremaneira todo o Norte do Paraná. No esforço para a obtenção de inseticidas e helicópteros, recebeu o Estado apoio decisivo e encorajador do Sr. Ministro da Agricultura, que demonstrou perfeita compreensão do caso de verdadeira calamidade pública que vem representando o alastramento do «Bicho Mineiro» e da «Broca». Com os recursos provenientes do crédito extraordinário decretado será possível assegurar o suprimento satisfatório do B.H.C. por preço consideravelmente inferior ao do mercado, assim como manter uma frota de caminhões para a distribuição do inseticida. Aumentam-se consideravelmente as instalações misturadoras de Jacarézinho e iniciou-se

a construção de depósitos para o veneno em diversos pontos da área infestada.

CASAS RURAIS

É finalidade precípua desta dependência da Secretaria auxiliar, objetiva e efetivamente, o homem do campo, quer na parte técnica com assistência de Agrônomos e Veterinários distribuídos pelas várias regiões do Estado, como na parte material, com o sistema adotado de aluguel de máquinas para mobilização racional do solo, pela venda de outras dos mais variados tipos, sementes garantidas, medicamentos e produtos veterinários.

Para melhor sistematização dos trabalhos, foi o Estado dividido em dez zonas que se constituíram em Setores Agrícolas, sub-divididos em regiões de produção constituídas pelas Casas Rurais, cujo número atual é de 55.

Os Setores Agrícolas executam o plano de trabalho da Superintendência, ligada dessa forma e diretamente aos lavradores e criadores do Estado pelas Casas Rurais.

Esse plano de trabalho, só agora melhor apreendido pelo nosso homem do campo, vem tendo um desenvolvimento extraordinário que se evidencia na procura sempre crescente de assistência e orientação técnica, de máquinas e sementes, medicamentos e produtos veterinários.

A mecanização agrícola pelo sistema adotado e que trouxe sem dúvida, grandes e proveitosos resultados para a lavoura, colocou o Estado entre os vanguardistas em assistência ao homem do campo, trazendo-lhes maior confiança nos órgãos públicos, incentivo ao trabalho, esperança de melhor futuro, em suma novo impulso àqueles que até hoje se guiavam por métodos empíricos e rotineiros.

Com as demonstrações práticas e acessíveis dos serviços e os resultados compensadores obtidos pelos interessados, aqui mobilizando terras virgens, ali recuperando glebas esgotadas; o grau de confiança e de entusiasmo que se conseguiu, deverá ser mantido e incentivado com a melhoria progressiva que necessariamente advirá no curso dos serviços.

A — Venda de Sementes

Foi bastante satisfatório o panorama referente à venda de sementes, cujo volume geral atingiu a apreciável quantidade de 378.605,6 Kgs. no valor global de Cr\$ 1.237.248,00, como segue:

Alfafa	4.100,5	Cr\$	164.020,00
Arroz	29.650	Cr\$	88.950,00
Aveia	24.472	Cr\$	73.416,00
Amendoim	1.380	Cr\$	4.140,00
Algodoeiro	840	Cr\$	2.240,00
Batata	46.542	Cr\$	139.626,00
Centeio	13.620	Cr\$	40.860,00
Cevada	20	Cr\$	30,00
Cafeeiro	57	Cr\$	2.850,00
Feijão Soja	3.100	Cr\$	6.200,00
Feijão de Porco	850	Cr\$	2.550,00
Feijão Cara Suja	210	Cr\$	945,00
Feijão Preto	4.600	Cr\$	20.700,00
Forrageiras	4.700,6	Cr\$	89.065,00
Milho Híbrido	6.680	Cr\$	33.400,00
Milho Armour	22.694	Cr\$	34.042,00
Trigo	211.968,5	Cr\$	639.534,00
Triguilho	3.120	Cr\$	4.680,00
TOTAL	378.605,6	Cr\$	1.347.248,00

Cumpre destacar as seguintes culturas, não só pelo volume como pelo valor:

- a) **TRIGO** — Cultura que encontra no Estado condições sobremaneira favoráveis ao seu desenvolvimento, colocou-se em evidência, pelo volume de sementes pela S. A. colocadas e, sanadas algumas falhas ainda existentes, poderá o Estado alçar-se em posto de relevância na produção de tão precioso cereal, principalmente nas zonas Sul e Sudoeste, de condições ecológicas privilegiadas.
- b) **BATATA** — A cultura desta solanacea é fator preponderante na economia de várias regiões do Estado; sua produção não é maior pelo desânimo dos produtores ante a falta de transporte.
- c) **ARROZ** — O arroz, de longa data cultivado no Estado, principalmente em culturas do seco, vem se desenvolvendo de maneira bastante promissora. Esse ano, deve ser destacada uma cultura irrigada, realizada no Município de São Mateus do Sul, na qual foram empregados 15.000 Kgs. de sementes.
- d) **MILHO** — É outra cultura de grande desenvolvimento no Estado, principalmente na zona Norte, onde ainda é permitida e tolerada como intercalada, nos cafezais. Este ano distribuiu-se somente as variedades «**HÍBRIDO**» e «**ARMOUR**». Procura-se reduzir, pela seleção, as variedades cultivadas nas várias regiões do Estado, até chegar às de maior produtividade e resistência evitando-se o que vem acontecendo com o inconstituto acasalamento de variedade do que resulta má semente e menor produção.
- e) **AVEIA e CENTEIO** — Limitadas que estão suas culturas exclusivamente a colonos de origem eslava, que tem nessas gramíneas o elemento básico de sua alimentação, não têm ainda influência em nossa balança econômica.
- f) **FEIJÃO** — Elemento primordial e infalível na dieta brasileira, é uma das leguminosas cuja produção vem crescendo animadoramente, encontrando ótimo mercado em São Paulo. Já se vem observando grandes culturas de variedades destinadas à adubação verde.
- g) **ALGODOEIRO** — O algodoeiro, malvacea cultivada no Norte do Estado, foi o que alcançou maior volume de vendas pelas Casas Rurais isso não obstante os fatores adversos, provocados, principalmente, pela falta de transporte que impede o escoamento da produção, forçando a retração do mercado e consequente baixa de cotação, sujeitando-se os agricultores, por falta de armazéns próprios, aos preços dos especuladores e baixistas.
- h) **CAFEIEIRO** — É cultura predominante no Norte do Estado, esteio da economia estadual, sustentáculo de sua ótima situação financeira. Sua cultura vem crescendo de forma impressionante, formando verdadeiros tapetes verdes, onde antes imperavam soberanas e seculares florestas que vêm sendo abatidas incessantemente, sem nenhum plano previamente delineado, causando sérias preocupações aos nossos silvicultores, que vêm naquela desorganizada invasão do Norte, pela ganância do «Ouro Verde», sério

problema para futuro não mui remoto.

Felizmente, nos últimos tempos pode-se observar melhor critério nos fazendeiros, que se preocupam com tratos culturais, mecanização da lavoura, emprêgo da adubação verde, palha de café, sambaqui, etc., para isso concorrendo eficazmente o esforço dos nossos agrônomos da S. A., os quais muito têm trabalhado, também, pela eliminação de culturas intercalares.

É de se notar o trabalho de conservação do sólo realizado no Setor Agrícola de Cornélio Procópio, que vêm provar cabalmente, o sentimento de confiança que merece o Governo. Esta esplêndida realização consistiu em:

1) **PLANTIO EM CURVA DE NÍVEL**

Fazenda Flórida, Mun. de Assai	50.000	cafeeiros
Fazenda Santa Filomena, Mun. de Leopólis	150.000	cafeeiros
Fazenda do Mun. de Leopólis	12.000	cafeeiros
Fazenda Modelo, Mun. de Sertaneja	14.0000	cafeeiros
TOTAL	226.000	cafeeiros

2) **CORDÕES EM CONTÓRNO**

Fazenda no Município de Leopólis	50.000	cafeeiros
Fazenda no Município de Bandeirantes	60.000	cafeeiros
Fazenda no Município de Sertaneja	9.500	cafeeiros
TOTAL	119.500	cafeeiros

3) **TERRAÇOS DE BASE ESTREITA**

Pôsto de Monte de Ibiporã	8 alqueires
Fazenda Modelo, Mun. de Sertaneja	5 alqueires
TOTAL	13 alqueires

Cumprir observar que por falta de material adequado muitos pedidos não foram atendidos, mas o serviço realizado serviu de ponto de partida e principalmente de exemplo e propaganda àqueles que desejarem proteger suas terras pelo combate a um de seus maiores inimigos — a erosão — sempre sutil e traiçoeira, solapando a riqueza de nosso solo.

Os cafeeiros vêm nos últimos anos sofrendo alarmante infestação pela «Broca do Café» e pelo «Bicho Mineiro», pragas que exigem o máximo esforço e energia da parte dos agrônomos regionais e fiscais do S. C. B. C. Visando restringir e mesmo evitar sua propagação, vem-se difundindo e divulgando os meios de combate, ao mesmo tempo que fornecem-se os elementos necessários a essa luta permanente e contínua contra tão perigosos inimigos dessa grande riqueza. Cabe ressaltar que as pragas já atingiram quasi todos os municípios cafeicultores e seu poder destruidor é tão ou mais perigoso que as geadas ou as grandes estiagens.

B) — MECANIZAÇÃO DO SÓLO

A superintendência das Casas Rurais afim de atender a mecanização do sólo dentro das normas estabelecidas pelo regulamento em vigor procurou aumentar seu parque de máquinas agrícolas, o qual, assim mesmo

é insuficientíssimo, dado o aumento considerável de trabalho que se vem observando através de pedidos dos interessados.

Para essa empreitada de grande relevância no desenvolvimento agro-pecuário do Estado, contou-se, até o final do ano, com as seguintes máquinas agrícolas, distribuídas pelos diversos Setores Agrícolas:

Tratores diversos	83
Arados de discos	68
Grades de discos	65
Distribuidores de adubo	1
Semeadeiras	10
Selecionadores de sementes	5
Segadeiras	9
Ceifadeiras	7
Trilhadeiras	52
Motores	25

C — VENDAS EFETUADAS PELAS CASAS RURAIS

As Casas Rurais, na execução de seus objetivos, efetuaram a venda aos agricultores e criadores, pelo preço de custo, de produtos veterinários, arame farpado, ferramentas e inseticidas, na importância total de Cr\$ 914.598,38, assim distribuídas pelos diversos Setores Agrícolas:

Curitiba	242.953,90
Cornélio Procopio	3.112,50
Maringá	96.531,50
Cambará	52.235,70
Londrina	69.600,60
Ponta Grossa	85.202,00
Mallet	91.995,98
Guarapuava	226.565,20
Palmas	17.480,50
Piraí do Sul	29.020,50
TOTAL	914.698,38

D — CONTRÔLE SANITÁRIO ANIMAL

Apesar do reduzido número de veterinários, foi apreciável a produção deste Serviço das Casas Rurais.

Dentre as zoonoses atendidas merecem atenção especial a peste suína, ameaça constante aos rebanhos, e que, devido às medidas tomadas no correr do ano, diminuiu sensivelmente, graças à campanha de vacinação levada a efeito.

Diversas outras zoonoses de caráter infecto-contagioso foram constatadas, sem que, entretanto, se expandissem, em virtude das medidas de profilaxia tomadas em tempo. Assim, pode-se citar focos de raiva, carbúnculo Sintomático, carbúnculo-hemático, moléstia de Anjeski, de piroplasmose e tripanosomíase, bem como das verminoses dos bovinos e ovinos e da gastrofilose, principalmente na região de Palmas.

No tocante à febre aftosa e a tuberculose iniciou-se o aparelhamento do serviço a fim de dar começo à tipificação sistemática do vírus aftoso e o controle da brucelose.

No decorrer do ano foram realizadas 1.049 inspeções veterinárias.

Aparelharam-se também as Casas Rurais para intensificar o serviço de tuberculização do gado leiteiro.

Foram executados ainda os seguintes serviços:

a) — ANIMAIS INSPECIONADOS PARA FINS DE EMBARQUE:

Número de certidões emitidas	449
Suínos	2.180
Aves	6.948
Cães	8
Caprinos	337
Coelhos	2
Peles	32

b) — ANIMAIS INSPECIONADOS

Bovinos	19.906
Equinos	2.743
Suínos	18.160
Caprinos	107
Ovinos	2.682
Aves	14.484
Muarees	568
Cães	276

c) — DOENÇAS PARASITAS CONTROLADS

Anaplasma e piroplasma	5
Gasterofilose	32

e) — VACINAÇÕES REALIZADAS

Peste suína	46.019
Raiva	4.908
Manqueira	4.521
Carbúnculo hemático	4.721
Aftosa	10.302
Bouba aviária	1.525
Batedeira	4.095
Cólera aviária	4.428
Garrotilho	2.653
Pneumo entrite dos bezerros	506
Parat. dos suínos	109
Antipiógênica	245
Parat. dos bezerros	98
Tifo aviário	642
Encefalomielite Ec.	97
TOTAL	84.950

f) — MOLESTIAS INFECTO CONTAGIOSAS CONSTATADAS

Raiva	10
Brucelose	42
Garrotilho	210
Curso branco	25
Coriza das aves	50
Bouba das aves	68
Mamite	29
Batedeira	37
Cólera	202
Pseudo raiva	35
Manqueira	12

Tifo aviário	18
Manqueira	7

PRODUÇÃO VEGETAL

É o órgão encarregado das atividades que dizem respeito aos vegetais de valor econômico, superintendendo desde a experimentação, seleção, genética, padronização, até à mecanização agrícola, à defesa sanitária, à estatística de produção e às observações metereológicas.

Esse Departamento, no decorrer de 1952, pelas dependências técnicas que o compõem desempenhou suas funções a contento dentro de suas possibilidades financeiras, quanto ao pessoal técnico habilitado.

Com a transferência dos serviços de fomento e mecanização para as Casas Rurais, esse Departamento tem procurado ampliar seus trabalhos experimentais, o que está conseguindo, apesar da carência de pessoal técnico capaz e de verbas.

Na vigência do Decreto-lei n. 302 de 1-1-945, que regulava o Serviço de Batata do Estado, era sua função precípua classificar esse produto e mais o algodão.

A lei n. 946, de 10-10-52, revogou-o, restando assim somente o último dos produtos citados.

Foram os seguintes os trabalhos que essa Divisão efetuou no decorrer daquele ano.

1) Armazens de batata registrados	89
2) Máquinas de beneficiar algodão registradas	6
3) Total em quilos de batata classificada e exportada de 1º de Janeiro à 30 de Novembro	15.094.107
4) Total em quilos de algodão em pluma classificados e exportados	10.789.227

No Parque Estadual de Vila Velha, sede da Divisão Florestal, acham-se instalados, além do Horto Florestal, o Serviço de Agrostologia, funcionando desde 1950, ativado em 1951-52 sob a orientação de um técnico especializado. Nêsse próprio Estadual está localizado também o Serviço de Melhoramento e Multiplicação das Espécies Hortícolas, em atividade desde agosto do corrente ano, também dirigido por técnico especializado. Esses serviços são mantidos em cooperação, utilizando-se os recursos disponíveis no Parque.

Mantém, ainda, a Divisão, áreas de lavoura para a produção de forrageiras e pastagens e coopera com outros departamentos na realização de trabalhos experimentais de adubação, solos, multiplicação, etc..

No último exercício foi realizado um trabalho em cooperação com o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, a fim de se verificar o rendimento do trigo com o emprêgo do cálcio como elemento fertilizante e sua influência no aumento do teor de proteínas desse produto. Os resultados desta experimentação só poderão ser dados após os estudos finais.

Em Janeiro instalou-se também, um posto de Criação do D. P. A., marco inicial da instalação de uma Fazenda de Criação, com administração própria.

Quanto ao PARQUE ESTADUAL, propriamente dito, com suas belezas naturais, valor científico e centro de atração turística, tem programa à parte, seguindo, tanto quanto possível, orientação adequada a tais estabelecimento, como sejam: manutenção das vias de acesso e dos locais adequados, atenções e facilidades dispensadas aos excursionistas.

A visitação continúa em progressivo aumento, como bem expressam os números seguintes:

1947 —	168	pessoas	
1948 —	212	"	
1949 —	1.205	"	
1950 —	4.506	"	
1951 —	7.557	"	
1952 —	12.685	"	(até novembro)

A Divisão Florestal, prosseguiu em seu programa de experimentação com o pinheiro, o eucalipto, a imbuia, a peroba e outras essências de interesse econômico com resultados satisfatórios, considerando-se o tempo decorrido para a formação dos maciços em estudo, como se segue:

a) PINHEIRO — Foram semeadas 146.494 covas, numa área de 33 Ha., atingindo, com os já existentes, o total de 341.400 pés, com idade variável até 6 anos.

b) IMBUIA — Como essência do mais alto valor econômico, vem merecendo especial atenção, maximé, quanto a sua biologia, pouco conhecida e bastante contraditória, o que vem dificultando sua cultura e garantia de perenidade pela regeneração natural.

No decorrer de quasi cinco anos vem-se tentando sua cultura e observando os principais fenômenos relacionados com sua biologia, dispondo, para isso, de cerca de mil exemplares de várias idades em observação, em ambientes variados.

c) PEROBA — É também uma essência que, como a imbuia, vem merecendo cuidadosos estudos, apesar das dificuldades encontradas, principalmente pela escassez e tipo das sementes.

Em maio de 1951 obteve-se a primeira colheita regular de sementes, que possibilitou estudos sobre a cultura em viveiros, não obstante a prolongada seca que se verificou na época.

d) EUCALIPTOS — A cultura desse vegetal vem sendo objeto de especial atenção, afim-de se atender à enorme procura para particulares, que a cultivam para produção de lenha.

Neste ano a atividade no setor de produção e distribuição de mudas foi relativamente grande tendo-se em vista a dos anos anteriores e os recursos disponíveis.

Assim, enquanto que no ano de 1951 foram atendidos pedidos de aproximadamente 40.000 mudas, para 1952 foram pedidas 204.000, já tendo sido entregues 129.850.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

Tema dos mais palpitantes da atualidade, o florestamento e o reflorestamento, não figura ainda nos programas da administração pública, e continua a ser tratado superficialmente, com o mínimo de repercussão no problema florestal do Estado.

A autarquia creada para suprir essa falha, o Instituto Nacional do Pinho, tem, em seu programa administrativo, maiores preocupações ligadas à economia da indústria madeireira, contribuindo pouco para a economia madeireira ligada às fontes de matéria prima — as matas.

Sómente a revisão da legislação florestal, aliada a um trabalho de reeducação sistemática do povo, permitirão vencer as barreiras que impedem uma ação decisiva e bem orientada em favor do patrimônio florestal paranaense principalmente com relação aos elementos exploradores que extraem extensivamente o produto escolhido na mata, sem a mínima contribuição para restauração do que foi explorado.

Diante desse panorama pouco favorável, a Divisão Florestal tem se limitado, em sua ação protetora e defensiva, aos programas que, parcialmente, vem executando.

FOMENTO DA PRODUÇÃO

1º) MOVIMENTO DE SEMENTES

No decorrer do último exercício, o movimento total de sementes produzidas e adquiridas foi o seguinte:

Adquiridas	1.555.355	Kgs.
Produzidas	93.004	"
Tomadas por empréstimo ...	155.000	"
TOTAL	1.803.359	"

Quanto à distribuição, tivemos:

Revendidas	1.047.802	Kgs.
Cedidas à S. C. R.	669.678,100	"
Cedidas p/culturas fiscalizadas ...	50.707	"
Doações	3.521,920	"
Emprestadas	13.261	"
TOTAL	1.784.970,020	"

2º) TRABALHOS EXPERIMENTAIS

A) AGROSTOLÓGICOS

Estes trabalhos estão sendo efetuados no Parque Estadual de Vila Velha, sob a orientação de técnico especializado.

Além da experimentação e seleção, têm sido desenvolvidas atividades no sentido de ampliar-se a multiplicação e a distribuição de sementes aclimatadas.

As espécies em multiplicação abrangem atualmente as seguintes áreas:

Cornichão	10.000	m2
Cevadilha	4.478	m2
Azevem	3.893	m2
Fluva	1.080	m2
Ulca	1.283	m2
Espécies diversas	8.000	m2
TOTAL	28.734	m2

Multiplicação Estival:

Faixas de Nivel	10.000	m2
Espécies diversas	5.000	m2
Multiplicação maior	42.000	m2
SOMA	57.000	m2
TOTAL	85.734	m2

B) ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CAMBARA

Esta estação, além de suas atividades especializadas, mantém o controle de diversos Campos de Cooperação para obtenção de sementes selecionadas de algodoeiro.

O seu movimento no decorrer do ano foi o seguinte:

1) SEMENTES RECEBIDAS.

ALGODOEIRO

Campos de Cooperação	1.071.270 Kgs.	
Est. Experimental	35.880 Kgs.	
S. Agricultura São Paulo	9.000 Kgs.	
S. A. Ind. Votorantim	147.000 Kgs.	— 1.263.150 Kgs.
Arroz		650 Kgs.
Soja		2.566 Kgs.
Café despulpado		457 Kgs.
Amendoim		20 Kgs.
Feijão de porco		50 Kgs.
Mucuna anã		100 Kgs.
Alfafa		30 Kgs.
		1.267.023 Kgs.

2) SEMENTES PRODUZIDAS NA ESTAÇÃO

Algodoeiro	35.800 Kgs.
Arroz	7.550 Kgs.
Milho	109.200 Kgs.
Café	735 Kgs.
	153.285 Kgs.

3) SEMENTES DISTRIBUIDAS

Algodoeiro	1.179.150 Kgs.
Arroz	10.000 Kgs.
Milho	16.950 Kgs.
Café	375 Kgs.
Soja	2.480 Kgs.
TOTAL	1.230.871 Kgs.

C) CONTRÔLE DE SEMENTES

As atividades desta Secção constaram do seguinte:

- 1) Organização ordenada dos lotes de sementes oriundos da safra passada.
- 2) Recebimento de sementes procedentes de Campos de Cooperação.
- 3) Análise e expurgo.
- 4) Impugnação de sementes.
- 5) Distribuição geral no Estado.
- 6) Organização de Contrôlo de Campos de Cooperação.

Foi organizada e loteada toda a quantidade de sementes de algodoeiro existente em estoque, num total de 528.874 quilos.

Procedentes dos Campos de Cooperação, recebeu-se um total de 1.071.270 quilos.

Deve-se ainda, incluir neste Capítulo, as sementes adquiridas da firma Indústrias Votorantim S. A., num total de 147.000 quilos, em complementação às necessidades de plantio.

Fez-se também, a aquisição de 9.000 quilos de sementes das variedades IA — Campina — 871-B, para suprimento de 6 campos de cooperação estabelecidos no Município de Cornélio Procopio.

Dos resultados das análises de laboratório, verifica-se a apreciável

média de valor cultural de 86 a 89% no contingente de sementes do algodoeiro com que contou esta secção e, menores quantidades de sementes impugnadas.

Para fins de multiplicação de sementes e em obediência aos planos pré-estabelecidos, orientação que vem proporcionando um suprimento de sementes de ótima condição de germinação, sanidade e rendimento, foram organizados 21 Campos de Cooperação com agricultores capacitados, cobrindo uma área de 2.260,44 Ha. cuja produção está estimada em, mais ou menos 2.000.00 quilos

Anualmente aumenta a área da lavoura algodoeira do Estado e, em decorrência do interesse sempre maior por esta cultura, cresce, também, a procura de sementes selecionadas, analisadas e expurgadas. Não podendo a secção de controle e expurgo de sementes de Cambará satisfazer às exigências atuais com relação às sementes de algodoeiro, resolveu essa Secretaria construir com urgência um Posto de Expurgo e Controle na cidade de Assaí, obra esta que já está em execução. O referido posto, além de depósito para aproximadamente 40.000 sacos, terá Câmaras de expurgo, laboratórios para análise de sementes, instalações para a sede da Casa Rural local e, mais ainda, a residência para o agrônomo chefe do serviço.

Esta medida visa principalmente evitar que as dependências da Secretaria se tornem incapazes de fornecer sementes de algodoeiro em quantidade suficiente aos lavradores, bem como, permitir, face à assistência que proporcionará «in-loco», a ampliação das áreas de culturas fiscalizadas o que, por sua vez, evitará o grande dispêndio com o transporte de sementes para Cambará afim de serem estudadas e analisadas, e com o seu retorno aos locais de plantio.

D) ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE FLORESTAL

Trabalhos executados no ano de 1952:

a) **TRIGO:** — Foram plantados 2.400 quilos de sementes, variedade Frontana, numa área aproximadamente de 33,88 Ha., adubada com 478 Kgs. de superfosfato e 108 de cloreto de potássio, para alqueire. A colheita, quasi concluída é estimada em 35.000 quilos, o que nos dá aproximadamente 32.000 quilos de sementes selecionadas.

b) **FEIJÃO:** — Plantou-se 90 quilos de feijão preto e 80 quilos de feijão mulatinho na área respectivamente de 18,150 m² e 16.100 m², ambas com adubação na base de 400 quilos de superfosfato e 90 quilos de cloreto de potássio por 2.42 Ha.

c) **ARROZ** — Plantados 60 quilos de sementes da variedade «Pratão», recebidas do Instituto Agrônomo de Campinas.

d) **MILHO** — Numa área aproximada de 16,94 Ha. foram semeados 328 quilos da variedade «Armour». Em 100 quilos de sementes foi empregado o produto «Adubacter» sem qualquer outra adubação, afim de comprovar-se a atuação do mesmo sobre a produção.

e) **CENTEIO:** — Foi efetuado o plantio de 1.680 quilos de sementes numa área aproximada de 24,20 Ha. da variedade «Estanzuela». É estimada a produção em 30.000 quilos.

f) **LINHO:** — Conforme solicitação das Indústrias Pacoba Ltda., foi autorizado o plantio de 240 quilos de sementes de linho da variedade «Luiz», importada da Holanda, a qual teve bom desenvolvimento, estando já em início de colheita.

g) **AVEIA:** — Foram semeados 300 quilos de sementes da variedade «Argentina», para produção de sementes. A colheita é estimada em 6.000 quilos. Também foram plantados 130 quilos de variedades desconhecidas, destinadas a forragem verde.

h) **SOJA:** — Nesse ano foram semeados 50 quilos de soja da va-

riedade «Otoetan», 100 quilos da variedade «Grossin» e 14 quilos da variedade «Aksarben», todas destinadas à produção de sementes.

i) **LEGUMINOSAS DIVERSAS:** — Com o fito de obter sementes, foram plantadas, em 1952, as seguintes leguminosas: 30 quilos de Ervilhaca, 80 quilos de Feijão de Porco, 10 quilos de Serradela, 15 quilos de Couve-pea, 5 quilos de Crotalaria Juncia, 14 quilos de Crotalaria paulinea, 29 quilos de Mucuna Preta, 100 quilos de Mucuna Anã e 20 quilos de Amendoim.

j) **MANDIOCA:** — A Estação recebeu uma coleção de variedades, representadas por poucas manivas, que plantadas, estão em bom desenvolvimento. As variedades recebidas foram: Guaxupê, Brava de Itú, Cafelha e Itú. Continua no corrente ano, a multiplicação da variedade «Branca de Santa Catarina».

k) **BATATA DOCE:** — Foi plantada uma coleção recebida do Instituto Agrônomo de Campinas, constituída das seguintes variedades: Peçanha, Viçosa, Santo Amaro, Castelo, Praiana, Capela, Jacaré e Yellow Iam.

l) **BATATA:** — no ano anterior foi plantada em campo de multiplicação, com o seguinte resultado:

Quantidade plantada	3.970 Kgs.
Tipo comercial	8.360 Kgs.
Quantidade colhida	—
Tipo sementes	6.967 Kgs.
Tipo refugo	4.275 Kgs.
TOTAL	19.602 Kgs.

Em fevereiro deste ano foi efetuado o plantio de sementes alemães. das variedades «Heida» e «Ackersegen», resultando:

Quantidade plantada	13.536 Kgs.
Quantidade colhida	—
Tipo sementes	7.000 Kgs.
Tipo refugo	3.164 Kgs.
TOTAL	10.164 Kgs.

Esta cultura foi grandemente prejudicada por geadas.

No último semestre foi feito novo campo de multiplicação de diversas variedades, num total de 8664 quilos.

Esta cultura teve ótimo desenvolvimento o que faz prever abundante produção.

Fez-se também, uma plantação em vasos de uma coleção de variedades vindas diretamente da Alemanha, afim de serem postas em observação especial e na quantidade de 2 quilos por variedade, num total de 10 quilos. A colheita já foi efetuada, tendo a produção alcançado pouco mais da quantidade plantada. Neste exercício serão plantadas diretamente no campo.

FORNECIMENTO DE SEMENTES

Milho	8.160 Kgs.
Trigo	60.700 Kgs.
Centeio	100 Kgs.
Soja	1.036 Kgs.
Feijão	5.100 Kgs.

CULTURAS EFETUADAS EM 1952

Safrá	Espécie	PLANTIO		Colheita em Kg.	Valór estimativo
		Área m2	Quant. em Kg.		
1951/52	Trigo	338.800	2.400	25.500	Cr\$ 76.500,00
1952/53	Trigo	338.800	2.400	— . —	— . —
1951/52	Batata	39.200	3.970	19.602	37.826,00
1952	Batata	67.100	13.536	10.164	24.164,00
1952/53	Batata	42.800	8.664	— . —	— . —
1951/52	Milho Ar- mour	266.200	570	8.970	13.305,00
1951/52	Feijão	—	—	— . —	— . —
1952/53	Feijão	151.250	328	— . —	— . —
1951/52	Soja	60.500	300	5.500	24.750,00
1952	Soja	34.250	170	— . —	— . —
		27.000	35	1.203	2.406,00
		121.000	275	Cultura devolvida ao solo p/adubação verde.	
		84.700	300	Atacada de moléstia «Bru- zone» prejudicada epla sêca.	
1952/53	Arroz Pra- tão»	33.800	60	— . —	— . —
1951/52	Centeio	20.000	100	1.720	4.300,00
1952/53	Centeio	242.000	1.680	— . —	— . —
1952/53	Aveia	57.000	300	— . —	— . —
1952/53	Linho	41.000	240	— . —	— . —
1952/53	Soja Cro- siu	—	50	— . —	— . —
1952/53	Soja Adsar- bem	—	100	— . —	— . —
1952/53	Ervilhaca	—	30	— . —	— . —
1952/53	Serradela	—	10	— . —	— . —
1952/53	Feijão de Porco	—	80	— . —	— . —
1952/53	Soja Adar- bem	—	14	— . —	— . —
1952/53	Cow Pea	—	15	— . —	— . —
1952/53	Junca	—	5	— . —	— . —
1952/53	Crotalaria	—	—	— . —	— . —
1952/53	Paulina	—	14	— . —	— . —
1952/53	Mucuna	—	—	— . —	— . —
1952/53	Preta	—	29	— . —	— . —
1952/53	Mucuna	—	—	— . —	— . —
1952/53	Anã	—	100	— . —	— . —
1952/53	Amendoim	—	20	— . —	— . —

ÁREA TOTAL DAS CULTU-
RAS DE PLANTAS LEGU-
MINOSAS — 130.000m2.

No Parque Estadual de Vila Velha, além da experimentação de es-
sências florestais, foram realizados inúmeros ensaios e experimentos com
gramíneas e leguminosas forrageiras, com o fim de selecionar espécies
e variedades adequadas à formação de pastagens artificiais.

A coleção de forrageiras semeada em 1950 já sofreu diversas modifi-
cações, muitas foram eliminadas, algumas passaram para a multiplicação
e outras estão em seleção.

As eliminadas estão sendo substituídas por outras recebidas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Congo Belga, França e Portugal.

Das espécies cultivadas notou-se ser bem maior o número das que revelam comportamento favorável, sem contar as de importação de outros países que, como é claro, estão sofrendo o embate de um meio muito diferente ao da origem.

Foram plantados, no corrente ano, 5 quadros de 5.000m² cada um, sendo 3 de grama missioneira e 2 de Kikuyu.

Na falta de pastagens de tamanho médio para fazer observações, vale-se de micro-pastagens e a comparação tem revelado a superioridade da grama missioneira sobre o capim Kikuyu.

Outras forrageiras têm sido objeto de estudo, como capim «Sandu-va» e «Rhodes», Grama Forquilha, Sorgo Negro, Capim Colômbio de Tanganica, Trevo Doce, etc..

Convém seja destacado o Capim Sandu-va que impressiona a todos os visitantes. Tem demonstrado boa resistência à geada, e grande à seca. Em terreno pobre, como o de campo, parece ter um auge futuro.

Foi iniciada a seleção das forrageiras que mais se destacaram, pelos processos mais recomendados. Os clones plantados até agora estão quasi todos em condições excelentes, e são os seguintes: Trevo branco, cevadinha, Capim Sandu-va local, Azevem 39, cevadinha 57 Sandu-va de Pirai, Red-top 39-A 311, Cornichão 24, Red-top 39-A 312, Cornichão 242, Red-top 39-A3, Cornichão 243, Festuca elatior 290, Falaris tuberosa 296, Bromus inermis 290 e Setaria Sphtcelata.

O Parque Estadual mantém, ainda, uma seção de produção de sementes de hortaliças em fase de experimentação.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CAMBARÁ

Constituindo o estudo do algodoeiro, o principal objetivo da Estação, desde o seu início, a maior parte de sua área tem sido destinada à multiplicação desta malvacea, para distribuição de sementes aos campos de cooperação.

CULTURA DO ALGODOEIRO: — para facilidade de exposição, dividiu-se em duas partes, os trabalhos realizados no ano agrícola de 1952: parte experimental, abrangendo os ensaios de espaçamento, desbaste, progênias e o trabalho de seleção, e campo de grande cultura, para multiplicação de sementes selecionadas.

No último ano, apesar de alguns fatores negativos que prejudicaram a cultura, foram colhidos 61.346 Kgs. de algodão em carôço, com uma produção de 35.880 Cgs. de sementes selecionadas, cujo índice de valor cultural foi de 88.66%.

Somam-se ainda, a estes ensaios, o de milho cujo plano está sendo executado em cooperação com a International Basic Economy e que são: Ensaio de competição e variedades, e Ensaio de aplicação de «Sambaqui» no solo e seu efeito sobre a produção.

DEFESA SANITARIA VEGETAL

A Divisão de Defesa Sanitária Vegetal consta de dois serviços:

- 1º) Serviço de Combate à Bróca do Café;
- 2º) Serviço de Defesa Agrícola.

Destes o único que está em pleno funcionamento, com ação bastante eficiente, é o de Combate à Bróca do Café, conforme se verá a seguir.

Para melhor se atender aos trabalhos inerentes a este Serviço haviam 6 Inspetorias, abrangendo cada uma determinado número de Municípios. Com a criação, entretanto, da Superintendência das Casas Rurais o combate à bróca do café passou à responsabilidade dos Agrônomos Regionais

Chefes de Setores, auxiliados pelo próprio pessoal do Serviço, agindo sob a supervisão do Chefe do Serviço.

Durante o ano agrícola cafeeiro 51-52, prosseguiram-se os trabalhos com a prática de medidas consideradas básicas, que se resumem no seguinte:

- a) Campanha educacional junto do agricultor.
- b) Continuação do Cadastro das propriedades cafeeiras, visando conhecer o número e idade de pés de cafeeiros de cada propriedade e município, delimitação da área atacada e localização dos focos iniciais esparsos de infestação da bróca.
- c) Fiscalização das lavouras, não permitindo a existência de cafeeiros abandonados ou sem trato.
- d) Controle das colheitas e obrigatoriedade do «repasse» na região infestada.
- e) Fiscalização do transporte de «palha de café» permitindo saída da mesma somente fermentada ou devidamente tratada.
- f) Proibição de que se execute a «esparramação do cisco» sem o competente «visto», na região atacada.
- g) Realização do levantamento do grau médio de infestação visando conhecer a importância da praga e orientação da aplicação do combate químico por meio de inseticidas modernos de ação residual.
- h) Promoção de revenda de inseticidas pelo preço de custo, levando-o a locais de distribuição o mais próximo possível dos interessados.
- i) Preconização de medidas complementares de combate à broca, como: colheita cedo, catação profilática, limpeza geral da lavoura, e outras tantas.
- j) Promoção de observações sobre o ataque de outras pragas do cafeeiro que estão tomando certo vulto na região Norte.
- k) Desenvolvimento da orientação técnica de como controlar eficazmente as pragas do cafeeiro de modo geral.

DO CADASTRO DAS PROPRIEDADES CAFEIEIRAS

Iniciado em Julho de 1943 o fichamento das propriedades cafeeiras do Estado, foram cadastradas na região denominada «Norte do Paraná», 5-521 propriedades, com as anotações da área total de cada uma, número de idade dos cafeeiros existentes, se infestadas ou não pela bróca, se há ou não cafeeiros abandonados, se possuem ou não terreiro e máquina de beneficiamento, etc..

Entretanto, os números expressos não representam a totalidade de propriedades e de cafeeiros existentes em cada Município, e, tão somente, aqueles que o Serviço cadastrou até agora, pois um trabalho desse vulto exige longo tempo e o trabalho desenvolve-se de preferência nas zonas de maior infestação. Em alguns municípios já estão realizados levantamentos completos das propriedades existentes.

Pelo levantamento executado foi possível verificar-se qual a região o número de propriedades infestadas e a percentagem de cada uma dessas categorias em relação ao número total de fazendas ou sítios fichados.

Constatou-se também, que há uma grande predominância das pequenas as que possuem até 20.000, cafeeiros médias 20.000 até 70.000 cafeeiros e grandes a de número superior a 70.000 pés.

As pequenas propriedades são representadas por 79,579% do total — havendo acentuada predominância de 5.000 a 10.000 pés; os números das médias e grandes são expressos por 14,8% e 5,612% respectivamente.

Estes números, se bem que favoráveis pelo lado social-econômico, — maior partilha da terra, oferecem maior dificuldade à execução dos serviços, pois é sempre mais fácil fiscalizar maior quantidade de cafeeiros em menor número de propriedades.

De acôrdo com o cadastro já levantado, tem-se:

Propriedades cadastradas	5.521
Cafeeiros com mais de 5 anos	91.583.626
Cafeeiros com menos de 5 anos	17.309.697
Cafeeiros Cadastrados	108.893.323

O grau de infestação, segundo a percentagem de propriedades e de cafeeiros infestados, em função do número total cadastrado é:

1º) Número e % de propriedades

A) — Infestadas

a) Número	3.420
b) % média	66,82

B) — Não infestadas

a) Número	1.249
b) % média	26,41

C) — DUVIDOSAS

a) Número	382
b) % média	6,77

2º) Número e % em relação à quantidade de cafeeiros.

A) — INFESTADOS

a) Quantidade	78.181.084
b) % média	75,88

B) — NÃO INFESTADOS

a) Quantidade	21.680.601
b) % média	20,04

C) — DUVIDOSOS

a) Quantidade	2.726.674
b) % média	4,08

Estes dados se referem aos municípios de Jacarézinho, Sto. Antonio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Rio Cinzas, Abatiá, Ribeirão Claro, Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Sertãozinho, Sertaneja, Leopólis, Tulhas, Uraí cujos levantamentos já estão feitos.

Como se poderá verificar, os dados acima se completam, e dão idéia clara de como se apresenta a cultura cafeeira no Estado e o grau de infestação da Bróca do Café.

Com a finalidade de instruir e assistir os cafeicultores no combate à Bróca, e de fiscalizar a aplicação e execução das medidas exigidas por lei, os funcionários do Serviço percorrem diariamente, um determinado número de propriedades, registrando essas visitas por meio de uma ficha de inspeção, serviço este feito por 20 fiscais.

Essas visitas, no ano agrícola 51/52 assim se expressam:

Em 1951

Novembro	615
Dezembro	611

Em 1952	
Janeiro	715
Fevereiro	596
Março	525
Abril	572
Maio	746
Junho	563
Julho	527
Agosto	1.043
Setembro	2.044
Outubro	518
TOTAL	9.535

Verificou-se um pequeno recrudesimento da infestação pela bróca nos municípios infestados, motivada:

- pelas condições climáticas favoráveis à multiplicação do inseto.
- pelas chuvas do ano anterior, que não permitiram fossem realizadas polvilhações repetidas e aproveitáveis.
- pela aplicação integral de algumas medidas profiláticas recomendadas.

Por este motivo tornou-se obrigatória a colheita bem feita e a exigência da prática do «Repasse».

Foram vistoriadas, após os «repasses», e obtiveram as respectivas autorizações 3.126 propriedades.

Afim de evitar, tanto quanto possível, a disseminação da bróca às lavouras ainda não atacadas e não permitir a volta dos insetos às já infestadas, o que iria aumentar as áreas afetadas, o Serviço não tem permitido o livre trânsito de palha de café.

O resíduo do beneficiamento do café em côco só pode ser transportado, fechado, fermentado e tratado com o inseticida B. H. C.

Para o transporte de «palha de café», destinada a adubação de cafezais, foram fornecidas, no ano agrícola 51/52, 3.164 guias de trânsito.

DA EXECUÇÃO DO LEVANTAMENTO DO GRAU MÉDIO DE INFESTAÇÃO PELA BROCA DO CAFÉ

No intuito de conhecer de modo aproximado, a infestação média de cada município atacado, seu recrudesimento ou diminuição, o Serviço, procede anualmente, o levantamento desse grau de infestação. Esse levantamento vem obedecendo a uma orientação inicial pré-estabelecida e que fornece dados uniformes, muito aproximados da realidade. Este trabalho é executado no último período de maturação dos frutos.

O levantamento anual do grau médio de infestação nos proporciona a melhor orientação e critério na distribuição de recursos e trabalhos de assistência técnica.

O grau médio de infestação observado no ano agrícola de 51/52 foi o seguinte:

Município	Grau Médio
Jacarézinho	5,872 %
Ribeirão Claro	3,298 %
Sto. Antonio da Platina	2,436 %
Cambará	4,396 %
Andará	6,945 %
Bandeirantes	5,125 %
Santa Mariana	28,590 %
Cornélio Procópio	3,508 %
Sertanópolis	3,970 %

Abatiá	1,083 %
Ribeirão do Pinhal	0,526 %
Rio Cinzas	2,858 %

Os trabalhos de polvilhação de cafeeiros, na zona infestada, foram realizados nos municípios de Jacarézinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Abatiá, Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Sertaneja, Leópolis, Tulhas, Uraí, Assaí, Sertanópolis e Arapongas, na seguinte forma:

Número de cafeeiros polvilhados simplesmente	23.747.747
Número de cafeeiros polvilhados computadas as re- petições	34.333.147

Pela verificação acima, observa-se que, computadas as repetições, o número de cafeeiros polvilhados, foi de 34.333.147.

A quantidade de mistura de inseticida aplicada foi de 1.374.000 quilos aproximadamente.

Entretanto, o número de cafeeiros tratados durante o ano agrícola em questão é pequeno comparado ao número elevado de pés na região infestada. Três fatores principais concorreram para isso:

- 1) Constantes chuvas no período hábil de realizar o combate econômico.
- 2) Média da safra a defender com um custo relativamente elevado de operação.
- 3) Má interpretação dos fatores que favorecem, impedem ou interferem na multiplicação da praga.

Com a finalidade de assistir materialmente aos fazendeiros interessados no combate à bróca do café e ainda de funcionar como órgão controlador dos preços no mercado paranaense, em boa hora foi adquirida pelo Governo do Estado a matéria prima concentrada e demais materiais necessários, e determinado ao respectivo Serviço que funcionasse também como órgão revendedor, instalando para isso, uma unidade de mistura em Jacarézinho.

Os trabalhos realizados assim se expressam:

Quantidade de B. H. C., nas diversas porcentagens, trabalhadas com duas partidas, a figurar em estoque:

1ª Partida:

B. H. C. à 1%	318.100 Kgs.
B. H. C. à 2%	31.480 Kgs.
B. H. C. à 1,5%	175.320 Kgs.
B. H. C. à 3%	9.800 Kgs. 534.648 Kgs.

2ª Partida:

B. H. C. à 1,5%	194.560 Kgs.
B. H. C. à 2%	35.640 Kgs. 230.200 Kgs.

TOTAL GERAL 764.848 Kgs.

pelo S. C. B. C., destinam-se ao combate às seguintes pragas: bróca do café e bicho mineiro do cafeeiro: lagartas prejudiciais às pastagens e alfafaís; pulgões, percevejos, bróca da raiz e curuquê dos algodoais.

DAS REVENDAS DE MISTURAS INSETICIDAS

Afim de melhor atender aos cafeicultores interessados na aquisição de inseticidas, o Serviço de Combate à Bróca do Café mantém diversos

pótos de revenda, executando esse trabalho através de seus próprios funcionários e das Casas Rurais.

Esses postos, no período de defesa da safra de 51/52 se situavam na sede dos Municípios de Ribeirão Claro, Jacarézinho, Santo Antonio da Platina, Cambará, Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Londrina, Arapongas e Maringá.

Deve-se esclarecer que a quantidade de inseticida revendido só não foi maior, devido a falta de matéria prima concentrada, pois, face à necessidade de se combater o «bicho mineiro», na zona «norte novo», a procura foi extraordinariamente grande.

Conhecida a extensão dos danos que a bróca ocasiona no café, segundo a intensidade do ataque, observe-se o quanto atingem os prejuízos na zona estudada e que abrange os municípios de: Jacarézinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Rio Cinzas, Abatiá, Ribeirão Claro, Andirá e Bandeirantes, dos quais se tem dados mais precisos.

Segundo os fichários e cálculo de produção, os municípios acima apresentaram, em 1952:

- a) Produção da região 726.486 sacos beneficiados;
- b) Infestação real da região 5%;

Feitos os necessários cálculos chega-se à conclusão de que, se a bróca não existisse na região, praticamente a produção teria sido de 730.330 sacos de café beneficiado de 60 Kgs.

Nestas condições ter-se-ia:

- 1º) Valor da produção real Cr\$ 711.261.005,30
- 2º) Valor da produção com 5% de ataque Cr\$ 707.127.871,57

A diferença indica que, nas condições apresentadas na região, os danos acarretados pela praga montam a soma ponderável de Cr\$..... 4.133.133,73.

Ao lado deste prejuízo, existe outro que se denomina de prejuízo marginal, assim observado:

a) Trato cultural	Cr\$ 730.000,00
b) Colheita	Cr\$ 288.233,25
c) Carreto	Cr\$ 11.529,93
d) Sêca	Cr\$ 57.646,65
e) Benefício	Cr\$ 172.539,95
TOTAL	Cr\$ 1.260.349,18

Este prejuízo é relativo aos tratos culturais de 292.000 cafeeiros, cuja produção a bróca destruiu.

Pela adição final destes resultados verifica-se que a importância econômica da bróca do café na região estudada monta a apreciável soma de Cr\$ 5.933.492,91, assim distribuída:

Valor da parte destruída e depreciação do res-	
tante	Cr\$ 4.133.133,73
Aumento de custo do trato cultural dos ca-	
fezais	Cr\$ 1.260.349,18
TOTAL	Cr\$ 5.393.482,91

Paralelamente aos trabalhos normais tem-se procurado verificar quais as pragas que estão ocorrendo e tomando certo vulto e chega-se à conclusão de que estão aparecendo com alguma frequência e intensidade nos cafezais do Paraná, o «bicho mineiro», cochonilhas e ácaros.

A falta de um estudo mais acurado, deixa-se de tecer comentários técnicos a respeito, necessitando-se de um melhor estudo sobre biologia, combate e possível interferência da ação do B. H. C., nas pragas apontadas.

PRODUÇÃO ANIMAL

É objetivo principal do Departamento de Produção Animal no panorama econômico do Paraná, a melhoria e aumento da produção pecuária no Estado.

Apesar dos poucos recursos materiais, e carência de técnicos, bastante se tem feito para a expansão da Pecuária paranaense.

O amparo aos pecuaristas é uma necessidade que se impõe, principalmente quanto à assistência técnica conjugada agrônômica e veterinária.

Em 1952, pouco pôde fazer esse Departamento quanto à assistência veterinária aos criadores, por ter o Serviço de Controle Sanitário Animal passado para a Superintendência das Casas Rurais.

É importantíssimo o programa da defesa sanitária dos rebanhos das diversas espécies de criações, pois, a aftosa, a brucelose, a tuberculose, a peste suína, a verminose, a sarna e muitos outros males, vêm causando prejuízos de tal vulto aos pecuaristas, que o desânimo já está se apoderando de muitos deles que se encontram na contingência de se dedicar a outros ramos de atividade.

Faz-se mistér a regulamentação e obrigatoriedade do combate à brucelose, à sarna ovina, à peste suína e tantos outros males que prejudicam nossos rebanhos. O controle e fiscalização destes serviços constituirão atribuições do Serviço de Defesa Sanitária Animal, o qual, devidamente regulamentado começará pelo combate à sarna ovina e vacinação obrigatória contra a brucelose nos principais focos.

O Serviço de Agrostologia deverá ser convenientemente aparelhado e localizado para melhor satisfazer suas finalidades, determinando um plano de trabalho, com estudos experimentais, capaz de assegurar, economicamente, a melhoria dos campos nativos do Estado.

O plano de trabalhos desse Departamento, em estudos, determinando diretrizes certas em cada uma de suas dependências, trará vantagens de não permitir solução de continuidade aos serviços.

FOMENTO E CONTRÔLE DA PRODUÇÃO ANIMAL

Os serviços dessas duas Divisões são apresentados em conjunto, porque, em face da atual organização do Departamento e tão estreita é a interligação entre ambas que se torna praticamente impossível delimitar-lhe as atribuições.

Dos organismos que verdadeiramente deveriam integrar a Divisão de Controle, em número de três, dois estão inativos e um com funcionamento independente, sediado em Vila Velha (Serviço de Agrostologia).

Apenas os Serviços de Assistência Veterinária e Controle Genealógico estão em atividade, sendo que o funcionamento do último ainda é um tanto irregular dada sua complexidade e a falta de pessoal especializado.

Pelo Serviço de Controle Genealógico está sendo feito o Registro de Puro Sangue Inglês.

O movimento de animais, no decorrer do ano foi:

Existência

	(Masculinos — 64
Equinos (	
	(Femininos — 132

Bovinos	(Masculinos	— 171
	(Femininos	— 466
Ovinos	(Masculinos	— 25
	(Femininos	— 50
Caprinos	(Masculinos	— 4
	(Femininos	— 13
Suínos	(Masculinos	— 111
	(Femininos	— 180
Aves	(Masculinos	— 541
	(Femininos	— 409
Muare	(Masculinos	— 7
	(Femininos	— 12
Azininos	(Masculinos	— 8
	(Femininos	— 19
Animais de Trabalho	(Masculinos	— 11
	(Femininos	— 11

ANIMAIS ADQUIRIDOS

Bovinos	(	Reprodutoras	—	26	(			
	(	Reprodutores	—	4	(			
	(				(	Valór	Cr\$	340.000,00
	(	Reprodutoras	—	97	(			
Equinos	(	Reprodutores	—	1	(			
	(				(	Valór	Cr\$	29.420,00

Ainda foram adquiridos no último exercício:

a) por financiamento do Fundo de Equipamento Agro-Pecuário:

50 novilhas da raça Holando-Argentina, variedade preto e branco importadas	437.500,00
50 novilhas raça Holandeza, variedade preto e branco adquiridas no Rio Grande do Sul	217.500,00
50 vacas, raça Holandeza, sendo 25 variedade preto e branco e um touro e 25 vacas variedade branca-vermelha. Desta variedade, o touro e 2 vacas foram importados . . .	418.000,00
11 novilhas «Schwitz»	38.500,00
3 Touros «Charolez»	15.000,00
3 touros «Schwitz»	15.000,00
TOTAL	1.141.500,00

Os animais em apreço serão vendidos às partes, mediante contrato de reserva de domínio, e o pagamento feito da seguinte forma: 30% no ato, 35% com um ano de prazo e 35% com dois anos.

b) pela Verba 604 (Animais para o plantel do Estado):

2 touros raça Holandesa	40.000,00
2 touros raça Holandesa	20.000,00

18 novilhas e 2 touros raça Holandesa, vermelho-branca ..	400.000,00
2 touros raça Holandesa, preto e branca, importados, destinados ao posto de Inseminação artificial a ser criado em Carambei ...	120.000,00,
TOTAL ...	580.000,00

RESUMO

a) aquisição pelo Fundo de Equipamento Agro-Pecuário .	1.141.500,00
b) pela Verba 604 ...	580.000,00,
TOTAL GERAL ...	1.721.500,00

Suínos (Masculinos — 175
(Femininos — 218

Ovinos (Masculinos — 6
(Femininos — 1

Bovinos (Masculinos — 1
(Femininos — 18

PADREAÇÕES REALIZADAS

a) Puro Sangue Inglês ...	832
b) Mangalarga ...	52
c) Percherons, Yorkshire, Lipizano e Crioulo Argentino ...	73
d) Azininos ...	271
e) Bovinos raça Holandesa ...	84
RESULTADO TOTAL ...	1.312

Registro de marcas ... 40

Criadores registrados ... 377

No decorrer do exercício de 1952 o Serviço de Assistência Veterinária, melhor aparelhado pôde atender mais a contento os Pôstos Zootécnicos e de Monta. Assim é que, além de assistência técnica adequada, providenciou a vacinação, em época precisa, dos animais dos postos, contra peste suína, raiva, brucelose, carbúnculo sintomático, garrotilho e aborto equino.

Foi procedida a tuberculinização do rebanho leiteiro dos postos zootécnicos de Canguiri Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Guatupê, Granja Tomaz Coelho, Vila Velha e outros.

Foi efetuada coleta de sangue do rebanho leiteiro e remetido ao I. B. P. T. para a pesquisa da brucelose.

VI EXPOSIÇÃO PARANAENSE DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS

A VI Exposição Paranaense de Animais e Produtos Derivados foi realizada na Cidade de Ponta Grossa no período de 9 a 11 de março.

Os trabalhos de inscrições iniciados em fins de Janeiro, prolongaram-se até a véspera da inauguração daquele certame, e a recepção dos animais realizou-se do dia 1º de Março até a abertura dos trabalhos.

O Serviço Sanitário, visando prevenir o aparecimento de moléstias infecto-contagiosas de ocorrência comum, tomou as medidas cabíveis,

preliminarmente com a desinfecção geral de todas as instalações do recinto, pulverização com B. H. C., aplicação preventiva de soro específico contra febre aftosa e garrotilho, e assim aquele perigo foi contornado.

Esses trabalhos foram mais concentrados nos pavilhões destinados aos suínos, em vista da grande disseminação da peste suína no Estado.

Não foi descuidado também, o combate aos ecto-parasitas, pois, além dos banhos carrapaticidas foram efetuadas pulverizações em pavilhões, possilgas, e estábulos para dar combate às moscas.

Afora o lado profilático de alta relevância, dos trabalhos efetuados, o Serviço de Assistência Veterinária atendeu prontamente os casos que surgem nessas ocasiões, favorecidos pela mudança de ambiente, alimentação, etc. evitando-se a perda de animais de alto valor.

A localização definitiva dos animais só se fazia após a vacinação, a qual atingiu a elevado número:

Bovinos — contra a febre aftosa	267 cabeças
Equinos — contra o garrotilho	108 cabeças
Muares e Asininos — contra o garrotilho	40 cabeças
Suínos — contra a peste suína	74 cabeças

O Serviço de forrageamento foi realizado normalmente.

Foi mantido também, um serviço de bar e restaurante para atender a alimentação do pessoal em serviço, com fornecimento feito mediante requisição fornecida pela Comissão Diretora da Exposição.

Apesar do pequeno espaço de tempo disponível para a inscrição e a relutância, por isso mesmo, de grande número de criadores em concorrer alegando insuficiência de tempo para preparo dos animais, teve grande concorrência, evidenciando a importância e o interesse que despertam em nossos meios rurais, certames dessa natureza.

O Serviço de divulgação nada deixou a desejar, satisfazendo plenamente.

ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONAL

É finalidade precípua desse Departamento dar aos estabelecimentos a ele subordinados, meios para ministrarem o ensino agro-pecuário necessário à formação de homens capazes para as lides do campo. Cooperando na educação das populações rurais, vem realizando periodicamente cursos de tratoristas.

É importante ressaltar, nesta oportunidade, que esse Departamento no decorrer do ano pôde cumprir bem melhor sua finalidade, matriculando nas escolas subordinadas, somente filhos de lavradores e pescadores, tornando mais objetiva sua ação.

Subordinadas a este Departamento estão sete escolas de trabalhadores Rurais localizadas em Castro, Palmeira, Santo Antônio da Platina, Ivaí no município de Ipiranga, Rio Negro, Ponta Grossa e Faxinal de Catanduvas — Município de Reserva. Duas escolas de pescadores respectivamente em Guaratuba e Ilha das Cobras Município de Paranguá e Escola Agrícola Prática no Canguiri — Município de Piraquara.

O movimento de alunos nessas escolas durante o ano foi:

Lotação Total	705
Matriculados	215
Transferidos	42
Desligados	257
Hospitalizados	32

Além do programa normal, as escolas desenvolveram outras ativi-

dades, objetivando ampliar e melhorar o ensino, como segue:

- a) Comemoração das datas cívicas, com festividades internas, desfiles, excursões, competições esportivas em diversas modalidades, etc.
- b) BIBLIOTECAS — Em funcionamento nas várias escolas e devidamente registradas no Instituto Nacional do Livro, apresentaram um total de 2.300 volumes.
- c) MUSEU ESCOLAR — Com a ajuda e colaboração de professores e alunos foi sensivelmente ampliado o da Escola de T. Rurais «Augusto Ribas».
- d) JORNAL — Com a iniciativa dos alunos do C. E. A. C. da E. T. R. «Augusto Ribas» circularam dois números do jornal escolar «Gazeta Rural», números estes que foram distribuídos também, às outras escolas.

O Departamento de Ensino atende também, a um determinado número de alunos paraguaios que se encontram estudando nesta Capital às expensas do Estado, com os quais foi dispendida a importância de Cr\$ 124.992,80 em alimentação, auxílios diversos, material escolar, vestuários, artigos de asseio e higiene, etc.

FUNDO DE EQUIPAMENTO AGRO-PECUARIO

O Fundo de Equipamento Agro-Pecuário tem por finalidade beneficiar agricultores e criadores existentes ou que venham a se instalar no Estado, com a assistência da Secretaria da Agricultura vendendo-lhes material agro-pecuário.

Nos contratos de venda feitos, pela ordem de importância financeira aparece em primeiro lugar a venda de maquinário agrícola, destacando-se nesse grupo, os tratores, grades e arados de discos. Pelas próprias condições acidentadas do nosso território, há maior procura dos tratores equipados de esteira já estando nosso estoque exgotado.

Nos últimos meses aumentou muito a cifra proveniente da venda de gado da raça holando-argentina e holandesa.

Além das vendas feitas por contratos de financiamento e referentes a utilidades de preços mais ou menos elevados, registram-se as vendas de material para uso imediato e que abrange medicamentos para fins veterinários, adubos, inseticidas, etc..

O quadro abaixo esclarece o movimento financeiro deste Serviço, no ano de 1952.

DISPONÍVEL		ATIVO	
Tesouraria	...	1.097.918,10	
REALIZÁVEL			
Banco do Brasil	...	1.546.156,50	
Contratos de financiamentos	...	16.579.209,50	
Contas Correntes	...	1.555.951,00	19.681.317,00
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO			
COMPRAS			
Embalagem	...	242.862,00	
Sementes, Tubérculos e Mudas	...	3.163.595,80	
Adubos, Inseticidas e Fungicidas	...	3.603.964,40	
Produtos Veterinários	...	1.568.868,00	
Animais e Reprodutores	...	922.301,00	
Veículos	...	180.000,00	
Maquinário	...	2.112.800,00	
Forragem	...	216.000,00	

Móveis e Utensílios	35.415,00		
Despesas Bancárias	246,30		
Impressos e Objéto de Es-			
critório	6.749,00		
Arame Farpado	142.668,00	12.185.469,50	32.964.704,60

PASSIVO

VALORES PATRIMONIAIS

PATRIMÔNIO

Departamento da Produção			
Animal	300.052,10		
Departamento da Produção			
Vegetal	4.994.917,30		
Gabinete Secretarial	21.606.840,00	26.901.809,40	

VALORES EXIGÍVEIS

Banco do Brasil	26,30		
Contas Correntes	115.000,00	115.026,30	

**CONTAS DE REGULARIZA-
ÇÃO — VENDAS**

Culturas Permanentes	331.386,00		
Veículos	187.592,80		
Maquinário	242.250,00		
Adubos, Inseticidas e			
Fungicidas	1.262.449,60		
Produtos Veterinários	753.250,00		
Sementes e Mudas	2.594.090,50		
Forragem	237.600,00		
Rendas Eventuais	45.000,00		
Animais e Reprodutores	294.250,00	5.947.868,90	32.964.704,60

ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

O Departamento de Assistência ao Cooperativismo é o órgão estadual especializado, diretamente subordinado à essa Secretaria de Estado, que tem por escopo difundir a doutrina, incentivar, desenvolver e assistir o cooperativismo no Estado do Paraná, dentro de um plano previamente traçado e regulado por leis, subordinado ao regime de «acôrdo», elaborado entre os Governos da União e do Estado do Paraná, nos termos do artigo 3º do Decreto Lei n. 8.401, de 19 de dezembro de 1945.

A Divisão de Propaganda e Assistência, compete difundir e incrementar o cooperativismo, através da propaganda falada ou escrita e da Assistência quanto à organização e ao funcionamento das cooperativas, orientando-as para a fiel observância das disposições legais, regulamentares e doutrinárias e exerce ainda, a fiscalização das mesmas.

Assim, ficou esta Divisão com três serviços distintos: Propaganda, Assistência e Inspetoria.

O volume de trabalho registrado durante o exercício de 1952, assim se expressa:

Inspecções em cooperativas	180
Assistência à organização, funcionamento e dissolução	
de cooperativas	79
Assistência à organização de associação rural	1
Estudos econômicos no Setor ervateiro, abrangendo	
17 municípios, com a participação do representante do	
I. N. M.	1
Estudos econômicos no Setor da batata, abrangendo	

6 municípios, com a participação de um técnico de S.	
E. R. do Ministério da Agricultura	1
Boletins informativos editados	3
Cooperativas constituídas	8
Cooperativas registradas	6
As 173 cooperativas existentes no Estado, obedecem à seguinte classificação:	

a) Cooperativa de 1º grau	
Escolares	88
Produção	40
Crédito	4
Consumo	15
Mate (Setor especializado)	14
Pesca (Setor especializado)	9
b) Cooperativas de 2º grau	
Federações	2
Central	1

RESUMO

Cooperativas de 1º grau	170
Cooperativas de 2º grau	3
TOTAL	173

As atividades no Setor do cooperativismo escolar restringiram-se à parte econômica, por falta de um plano educacional. Para sanar tal falha, está sendo elaborado um ante-projeto de lei, criando um Serviço de Cooperativismo Escolar.

As cooperativas comuns podem ser classificadas em três situações distintas:

1º Regulares	35
2º Em observação para efeito de reabilitação	21
3º Em fase de dissolução	8

As cooperativas em fase de observação, encontram-se, algumas funcionando com deficiência de administradores, outras com deficiência de numerário e falta de meio de transporte que permita levar às fontes consumidoras a produção de seus associados; existindo, ainda, aqualas que, por motivos especiais, se encontram paralizadas, como por exemplo, as cooperativas de pesca, merecendo, todas profundo estudo para que se possa definir de maneira racional, os seus destinos.

PUBLICIDADE AGRÍCOLA

Esse é um dos órgãos importantes daquela Secretaria, pois, além das funções que lhe são atribuídas por lei, exerce por intermédio da Divisão de Imigração, que lhe é anexa, o complexo serviço de recepção, hospedagem, colocação e assistência aos elementos alienígenas, que em grande número vem ao Paraná destinados à lavoura e indústria.

Com os melhoramentos introduzidos neste exercício e mais outros que serão empreendidos, principalmente no que diz respeito à parte material, este serviço aumentará sua eficiência, tornando-se, dessa forma apto ao cabal desempenho de sua importante missão.

Conta, atualmente, o Serviço de Publicidade Agrícola, com uma cadeia de 23 Emissoras no Estado, 1 em Santa Catarina e um serviço de alto-falantes no Norte do Paraná, possuindo, desta forma, a maior Rede Radiofônica em nosso País.

Estas emissoras irradiam semanalmente um programa organizado, mimeografado e expedido pelo Serviço de Publicidade Agrícola.

Foram transmitidos até o presente momento 1.248 programas, o que constitui um número bastante expressivo.

Um atestado do interesse que despertam essas programações está no fato da solicitação de uma emissora Catarinense para se incorporar à rede difusora do Paraná.

Além dos programas semanais, ainda são remetidos às diversas emissoras avisos e editais que tenham necessidade de ampla divulgação. As emissoras têm sido atenciosas nesse particular, fazendo o serviço sem onus para o Estado.

Trabalha o Serviço de Publicidade Agrícola com uma rede jornalística composta de 19 jornais na Capital e no Interior, inclusive dois editados em idioma estrangeiro, que publicam os editais, portarias, avisos e outros tópicos que necessitem de uma divulgação ampla.

Diversas revistas e jornais do Paraná e outros Estados são contemplados com reportagens interessantes que digam respeito à Agricultura e Pecuária Paranaenses, tornando assim mais conhecido o Estado em outras unidades da Federação.

A par disso, faz o S. P. A. a distribuição de folhetos para divulgação dos assuntos agro-pecuários, folhetos esses mimeografados nesta secção, o que permite seu regular aparecimento, fato que não acontecia quando mandados imprimir fóra.

Assim editou no presente exercício nada menos de 7 circulares e 6 publicações avulsas, todas sobre assuntos de palpitante interesse e assinadas por abalizados técnicos. Outras publicações já estão sendo preparadas e, dentro em breve, serão distribuídas.

Merece um tópico à parte o **Boletim Semanal**, publicação que relevantes serviços vem prestando na divulgação de importantes assuntos que dizem respeito às atividades dessa Secretaria, bem como artigos e notícias sobre agro-pecuária. Este boletim, cuja tiragem, vem aumentando semanalmente, é organizado, impresso e distribuído pelo S. P. A. e se compõe, em média, de 20 folhas mimeografadas.

Conta o S. P. A. com um modesto arquivo fotográfico, destinado a fornecer ilustrações técnicas, paisagísticas e de grupos, para artigos, livros, reportagens e divulgação. Este arquivo deverá ser melhorado conforme as possibilidades orçamentárias.

Possue o Serviço de Publicidade Agrícola, atualmente parte de 400 volumes de obras sobre Agricultura, Pecuária, Indústrias Rurais e Legislação, volumes estes, uns adquiridos nos últimos anos, e outros remanescentes da grande Biblioteca do antigo Departamento de Agricultura. As obras de cunho essencialmente científico foram incorporadas à Biblioteca do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, onde a sua necessidade é mais premente de forma que, os livros existentes são eminentemente práticos e de utilidade mais imediata.

Da Revista sobre Agricultura e Pecuária possui a Biblioteca uma variada coleção, procedentes não só de vários pontos do país, como do estrangeiro.

Para fazer face aos complexos problemas de seleção, recepção, alojamento, distribuição em trabalhos, assistência médica e hospitalar, etc., o Estado do Paraná não possuía um órgão especializado para esse fim.

Dado o grande volume de serviços atinentes à Imigração para o Paraná, foi necessário, de imediato, que se criasse na Secretaria de Agricultura — interinamente — a **Divisão de Imigração**, — servindo de funcionários os servidores da Publicidade Agrícola, que acumulando funções, têm demonstrado espírito público.

Durante o exercício de 1952, a Divisão de Imigração executou inúmeros trabalhos, que por si só, atestam quanto fez, com seu pequeno contingente de funcionários, o Serviço de Publicidade Agrícola.

Dentre algumas hospedarias para imigrantes a serem construídas no Estado, encontra-se em fase de utilização a hospedaria de Curitiba, com capacidade para 250 pessoas, situada praticamente no centro da Capital.

Esta Hospedaria virá fazer face ao crescente aumento da onda migratória, pois, até então, os imigrantes tinham de ser alojados na Escola de Lavradores, de Ponta Grossa, — que fazia às vezes de hospedaria de imigrantes. Mesmo Ponta Grossa, não possuía capacidade suficiente para atender aos reclamos do volume de entrada, em face, às vezes da demora na permanência de alguns elementos, o que obrigava a distribuição de imigrantes por pensões, providência onerosa e desaconselhável.

A falta de verba e de funcionários para constantes e demoradas viagens ao Pôrto de Santos, motivou a criação nêsse pôrto de uma delegacia da Divisão de Imigração, sendo contratado para exercê-la um funcionário experimentado nos serviços portuários, desembarço de passageiros, bagagens e cargas e que relevantes serviços tem prestado ao Estado do Paraná naquele pôrto.

A necessidade de funcionários para recepcionar, encaminhar e acompanhar imigrantes aos seus diversos destinos no Estado obrigou a esta Divisão contratar dois Inspetores de Recepção, que têm desempenhado a contento suas funções.

Recentemente foi fundada a Cooperativa Agrícola de Castrolândia, de Imigrantes HOLANDEZES, vindos para o Paraná e que tiveram orientação integral da Divisão de Imigração. Desde o Pôrto de Santos o funcionário da Divisão, acompanhou os imigrantes e seus pertences, sendo que o gado que trouxeram, em quarentena no Parque de Água Branca, em São Paulo, era periodicamente visitado pelo Delegado do S. A.

O Serviço de Recepção de Imigrantes está sendo aperfeiçoado dia a dia, conforme ficou comprovado à chegada dos holandeses que aportaram a Paranaguá. Quando chegou o navio com os imigrantes, já se achavam formadas as composições ferroviárias que os levariam a Castro.

Um dos grandes êxitos no setor de imigração foi a introdução dos suábios do Danúbio na Colônia de Entre Rios, município de Guarapuava, elementos altamente especializados na cultura do trigo. No trabalho agrícola mecanizado e agrupados cooperativamente, já no 1º ano de Brasil, nos altiplanos paranaenses, conseguiram colheitas abundantes que supriram as necessidades da Colônia que conta, atualmente com perto de 1.300 habitantes numa área para lavoura e criação de 10.000 alqueires.

A União Suíça de Caridade, promotora dessa imigração em cooperação com o Governo, obteve autorização para a vinda de 20.000 famílias de agricultores para o Brasil, grande parte destinada ao Paraná.

Esse magnífico empreendimento colonizador, está produzindo seus sazonados frutos. Não vieram deslocados de guerra; vieram e virão elementos desejosos de trabalhar e produzir, trazendo máquinas e ferramentas, animais e sementes, capital e uma grande vontade de fazer do Brasil a sua nova pátria.

Pode-se dizer, que o Paraná, dada a sua projeção no cenário econômico do Brasil, é a célula nacional que mais atração exerce sobre imigrantes que demandam êste lado do Atlântico.

Como consequência deve-se esperar um afluxo mais acentuado durante o ano vindouro, o que tornará necessária uma imediata ampliação do serviço, dando-lhe o caráter que, realmente deve ter, sob forma de Departamento, permitindo, dessa maneira, um melhor atendimento, de parte do Estado, à esse importante factor de seu desenvolvimento.

Está em vias de início uma grande colonização, de imigrantes italianos, sob os auspícios da Cooperativa de Pesca, para formação do Cinturão verde de Curitiba.

Mais cinco grandes colonizações estão em estudo para concretização durante o ano de 1953.

Estes trabalhos de per si, já demonstram a necessidade da ampliação dos serviços especializados e, atendendo tal circunstância, está sendo elaborado projeto de lei que virá atender perfeitamente as necessidades do setor imigratório, com a criação de um Departamento próprio, dotado de elementos materiais e humanos que o permitam agir com eficiência.

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS

BIOLOGIA ANIMAL

Os trabalhos nesse setor, no decorrer do ano de 1952, se desenvolveram dentro de um ritmo normal.

Entretanto, apesar de ter atingido um nível de produção muito superior ao do ano anterior, não lhe foi possível, dada a grande dificuldade na obtenção de animais de laboratório, cumprir o programa traçado para o ano em curso, motivo êsse que vem impedindo o desenvolvimento de trabalhos de investigação.

Essa Divisão, inegavelmente, deve contar permanentemente com um grande número de animais, para que possa executar, com segurança, as provas de vacina e outros misteres de laboratório.

Importantes trabalhos de laboratório, sobre tripanossomose, raiva, e encefalomielite, têm sido protelados em virtude da carência acima apontada.

Abaixo encontra-se relato da produção da D. B. A., no ano de 1952:

Exames realizados

Foram feitos, durante o ano, nêsse Serviço os seguintes exames:

Bovinos	202
Cães	24
Água	13
Ovinos	2
Equinos	40
Aves	27
Felinos	2
Suínos	5
Humanos	34
Total	349

315 materiais procedentes das seguintes localidades: Curitiba, Jagua-pitã, Palmas, Guarapuava, Jacarezinho, Araucária, Pinhão, Piraquara, Palmeira, Monte Alegre, Irati, Colombo, Bocaiuva do Sul, Curiuva, Wenceslau Braz, Malet, Timoneira, Castro, Tibagi, Bandeirantes, Marcílio Dias (Sta. Catarina), Porto Amazonas, Rio Negro e Siqueira Campos.

Dêsses materiais, foram expedidos aos interessados 150 laudos de diagnósticos vários, a saber:

Brucelose, Raiva, Cólera aviária, Avitaminose, Tifo aviário, Corisa, Pulrose, Peste suína, Leptospirose, Icterícia, Carbúnculo, Manqueira e coccidiose.

Vacinas produzidas

Foram preparadas 35 partidas de vacinas, diversas, como:

Infecções piogênicas	8.000 cm ³
Garrotilho	80.000 cm ³
Abôrto equino	16.000 cm ³
Batedeira	40.000 cm ³
Tifo aviário	16.000 cm ³

Raiva	1.008 — 5cm ³	1.008
Raiva	524 20cm ³	524
Raiva	72 120cm ³	432
Total	18.197	107.660

LABORATÓRIO REGIONAL DE JACAREZINHO

No último exercício, atingiu o L. R. J. a sua maior produção de vacina, desde o início de suas atividades, e se pode comprovar a capacidade máxima e mensal do Laboratório, com as atuais instalações, equipamento e funcionários.

Assim, no período de janeiro a outubro, foram produzidas 22 partidas de vacina cristal violeta contra a peste suína, utilizando 654 suínos, pesando a média de 32,041 Kgs. Deste total inoculado, não resistiram às inoculações cerca de 55 suínos; foram desprezados em vista do quadro termométrico, 124 suínos. Portanto, aproveitaram-se na realidade 475 suínos, que renderam 121.482 doses de 5 cm³, da vacina de sangue e 9.939 doses de 5 cm³ de vacina de órgãos. Um total teórico de 131.421 doses de 5 cm³, com a média teórica «per capita» de 273,5 doses.

Das partidas produzidas, envasaram-se treze, três estão no final da prova de imunidade e seis aguardam prova.

Com envasamento de treze partidas e utilizando da diluição de 4:1, obteve-se 84.934 doses de 5 cm³, portanto a média «per capita» prática foi de 297,4 doses de 5 cm³.

De um modo geral, no presente exercício, para produzir partidas de vacina cristal violeta, constituíram-se lotes de trinta suínos, com oscilações de 26 até 31 suínos. Fizeram exceção as partidas n. 91-A (posteriormente anexada à de n. 91) com lote de apenas sete suínos, e a partida n. 104, com lote de cinquenta e cinco suínos.

Estas duas partidas foram constituídas devido a surtos de peste suína no Depósito de suínos do L. R. J.

REATIVAÇÃO DE VIRUS

Durante a produção de 1952, efetuou o Lab. R. J. 17 reativações de vírus da peste suína, correspondendo a 12 passagens sucessivas. Utilizaram-se, por medida econômica e de tempo, os suínos empregados na fabricação de vacina, que representam melhores quadros termométricos. Estes foram sacrificados no fim das sangrias e subtraiu-se parte do sangue para amostras de vírus e para inoculações dos lotes das partidas subsequentes.

A conservação do vírus seguiu os requisitos técnicos indicados.

PROVAS DE ESTERILIDADE E INOCUIDADE

Na prova de esterilidade introduziu-se uma leve modificação: em lugar da placa de agar simples, utilizaram-se tubos contendo agar inclinado.

Quanto à prova de inocuidade, verificou-se que a dosagem indicada poderia ser reduzida com vantagem para leitura dos resultados, nos três primeiros dias e principalmente para laudo da inoculação intramuscular.

Realizaram-se provas bacteriológicas das partidas de nrs. 89 a 111, no total de 23 partidas, em número de 24 provas, visto a partida n. 89 ter sido submetida a uma segunda prova bacteriológica para esclarecer dúvidas surgidas.

Com dado estatístico, consumiram-se nas provas, 2.055 tubos de caldo simples, meio de Tarozzi e agar inclinado.

Procederam-se as 22 provas de inocuidade utilizando 44 cobaias.

PROVA DE IMUNIDADE

Realizaram-se, no exercício de 1952, 20 provas de imunidade das partidas produzidas pelo Laboratório Regional, sob ns. 89, 90, 91-A, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104 e 105.

As partidas de ns. 89, 101 e 103 foram submetidas a duas provas de imunidade em vista dos primeiros resultados duvidosos.

Quanto às partidas de ns. 91-A e 100, em vista do pequeno rendimento e da contaminação bacteriana, foram anexadas às partidas ns. 91 e 99, portanto seriam anti-econômicas se se realizassem provas de imunidade.

A partida n. 97 sofreu 2 provas, pois na primeira houve surto de peste suína durante sua fase negativa. Não se pode precisar se o foco foi originado nas Pocilgas-isolamento ou se o lote constituído estava na sua fase de incubação ou fôra proveniente do surto do Depósito, durante o mês de junho.

Utilizaram-se para a execução das provas 151 suínos pesando o total de 4.867,5 Kg. (média de 32,235 Kg.) seguindo critério estabelecido pela Portaria n. 72 de 13 de outubro de 1947, do Ministério da Agricultura.

Nas provas das partidas ns. 97, 98, 99, 100 e 101 experimentou-se a eficiência da nossa vacina sob a dosagem de 2 cm³ e de aplicação sub-cutânea. Os resultados obtidos em 4 provas indicaram a possibilidade do aproveitamento, com bons resultados, da nossa vacina na dosagem de 3 cm³ e de aplicação sub-cutânea, resultando no aumento de produção do L. R. J., sem prejuízo da sua eficiência imunológica.

Das partidas submetidas à prova, envasaram-se 12. Três outras, as de ns. 101, 103 e 105 estão em sua fase final.

A distribuição por partidas, no exercício de 1952, foi a seguinte:

Partida n.	Total de doses	Doses distrib.	Observação
87	—	—	recolhimento 1940 produção 1951
88	7.190	7.190	produção 1951 a recolher
89	2.870	2.870	40 doses
90	5.590	5.590	a recolher 80 doses
91	6.710	6.710	— —
92	4.870	4.870	— —
93	4.670	4.670	— —
94	7.590	7.590	a recolher 4.500 d.
95	8.850	8.850	— —
96	6.020	6.020	— —
97	7.660	7.240	estoque 420 doses
98	8.310	8.310	a recolher 7.000 d.
99-100	6.450	6.450	a recolher 5.000 d.
102	4.750	—	estoque 4.750 doses
104	13.370	—	estoque 13.370 doses.

Analisando o quadro precedente, distribuíram-se 7.190 doses da partida n. 88, produzida em 1951 e efetuou-se recolhimento de numerário relativo a 2.940 doses da partida n. 87, entregues em consignação durante o mesmo exercício.

Da produção de 1952 distribuíram-se doze partidas e ainda possui em estoque, prontas para serem distribuídas, duas, (n. 102 e 104) totalizando 18.120 doses e mais o saldo de 420 doses da partida de n. 97. Portanto, a Secção de vendas dispõe, prontas para serem distribuídas, 18.540 doses de vacina e poderia contar para fevereiro último, naturalmente dependendo de provas de imunidade, com um total teórico calculado em 51.604 doses.

ANALISES E DIAGNÓSTICOS

A Secção de análises e diagnósticos do Laboratório Regional, procurando sempre desenvolver seu setor, apresentou o movimento seguinte:

1) Exames bacteriológicos

rotina de produção de vacina — 411

Diversos:

a) bovinos	2
b) suínos	—
c) equinos	—
d) cães	—
e) aves	—
f) exames de água	2

2) Exames helmintológicos

rotina de produção de vacina — 104

Diversos:

a) bovinos	1
b) equinos	2
c) suínos	1
d) cães	2

3) Exames parasitológicos

rotina de produção de vacina — 0

Diversos:

a) sarnas (cães)	1
b) micoses (cães)	1

4) Exames de soro-aglutinação de brucelose

a) bovinos	228
------------	-----

5) Exames de tuberculinização

a) bovinos	165
------------	-----

6) Exames diversos

a) helmintológicos	7
--------------------	---

7) Necrópsias

rotina de produção de vacina — 218

Diversos:

a) bovinos	4
b) caprinos	2
c) suínos	4
d) cães	1
e) cobaias	1
f) aves	3

ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA

Dado o número exíguo de veterinários localizados no Norte do Paraná, considerou o serviço que lhe atribuía uma função na orientação e assistência veterinária aos criadores e fazendeiros desta Região.

Cuidou-se em atender às solicitações, no relativo às moléstias infecto-contagiosas e parasitárias, orientando a profilaxia e higiene, prestando assistência na instituição de tratamento indicado.

Em 1951 iniciou-se um serviço de vacinação, cuja principal finalidade era instruir os criadores na técnica e nos cuidados de vacinação. Em 1952 não foi possível levar avante este plano devido à falta de um funcionário qualificado.

Não se deixou, contudo, de prestar, na medida do possível, assistência veterinária às instituições oficiais, como o Posto-pecuário do Ministério da Agricultura, em Jacarézinho, Campo Experimental do Departamento da Produção Vegetal, em Cambará, Casas Rurais do 4º Setor Agrícola, e ao Matadouro Municipal de Jacarézinho.

Com a instalação de um Posto veterinário da Divisão de Defesa Sani-

tária Animal do Ministério da Agricultura, em Jacarézinho, trabalha-se em estreita colaboração para ampliar o setor de orientação e assistência veterinária aos criadores e fazendeiros.

No último exercício, na falta de um veterinário do Serviço de Controle Sanitário Animal, emitiram-se 20 certificados de inspeção sanitária animal para o total de 784 animais.

BIOLOGIA VEGETAL

Inegavelmente, o transcorrer do ano de 1952 foi bastante promissor para as atividades da Divisão de Biologia Vegetal.

Cumprindo o programado nos anos anteriores, vem procedendo a instalação paulatina de seus laboratórios, visando sempre a realização do plano que há muito se delineou.

Assim, seus núcleos de serviços especializados entraram em franco funcionamento, foram dotados de pessoal e material dentro das possibilidades, realizando já algo de proveitoso, conforme se passará a discriminar.

EXAMES EFETUADOS

Durante o ano de 1952, deram entrada nessa Divisão, 2.463 materiais diversos, dando origem a 884 exames e determinações.

Pelo Serviço de Botânica, foram coletados 132 espécimens e procedentes de diversos Municípios do Estado.

Dêsses materiais, deram entrada nos herbários e museus da Divisão:

A) — Serviço de Fitopatologia

1 — Herbário	262
2 — Mostruário	14

B) — Serviço de Entomologia

Museu	2.013
-------------	-------

C) — Serviço de Botânica

Herbário	132
----------------	-----

Dentre êsses, cumpre assinalar os seguintes fungos, cuja ocorrência ainda não havia sido constatada no Estado do Paraná: *Pseudopezia medicaginis* (Lib.) Sacc. — em Alfafa; *Glomerella coffeicola* Avena — em cafeeiro; *Cercospora capsici* Heald & Wolf — em pimenteira; *Alternaria solani* (Ell. & Grout — em batatinha; *Melanconium fuligineum* (Scrib & Viala) Cav. — em madeira; *Cercospora circuncissa* Sac. — em pecegueiro; *Fusicladium dentriticum* (Walbr.) Fek — em macieira; *Rosellinia* sp. — em laranjeira; *Colletotrichum gossypii* Sout. — em algodoeiro; *Neurospora* sp. — em algodoeiro; *Aschersonia aleyrodes* Webb — em algodoeiro; *Vermicularia capsici* Syd — em pimentão; *Puccinia sorghi* Schw parasit. p/Darluca filum (Biv.) Cast. — em sorgo; *Puccinia arachidis* Speg. — em amendoazeiro; *Cercospora personata* (B. & C.) Ell. & Ev. — em amendoazeiro; *Botrytis cinerea* Pers. — em Morus sp.; *Phyllosticta* sp. — em ameixeira do Japão; *Capnodium* sp. — em erva-mate; *Septobasidium* sp., *Fusarium* sp., *Pseudomicrocera henningsii* (Koord) Petch, *Xylaria* sp., *Stilbum* sp., *Phyllosticta* sp., *Schizophyllum alneum* (L.) Schr., *Myriangium* sp., *Plyporus cinnabarinus* Fr. e *Auricularia* sp. — também na erva-mate; *Septobasidium pseudopedicellatum* Burt. — em limão-rosa; *Aspergillus niger* v. Thieg, *Penicillium* sp., *Rhizopus* sp., *Rosellinia* sp. e *Comatricha* sp. — em cafeeiro; *Alternaria tenuis* — em álamo; *Colletotrichum gloeosporioides* Penz. — em abacateiro; *Botrytis cinerea* Pers. — em chá da Índia; *Colletotrichum phomoides* (Sacc.) Chest.

— em tomateiro; *Gloeosporium oliviarum* Alm. — em oliveira; *Antenaria* sp. idem; *Entyloma fuscum* Schr. — em *Papaver somniferum*; *Capnodium* sp. — em uvarana; *Capnodium* sp. — em taquara (*Bambusa* sp.); *Darluka filum* (Biv.) Cast. parasitan do *Puccinia coronata avenae*; *Boletus* sp. — em taquara. (*Bambusa* sp.); *Darluka filum* (Biv.) Cast. parasitando *Puccinia coronata avenae*; *Boletus* sp. — em taquara.

Dos herbários de Botânica existentes, foram classificados e determinados em 1952, os seguintes vegetais, por município de procedência:

CURITIBA

PTERIDOÉTAS: — Polypodiaceae: — *Pteridium aquilinum*.

DICOTILEDÓNEAS: — Saxifragaceae: — *Escallonia montevidensis* (Ch. et Schl.) DC; *Escallonia sellowiana* DC.

Papilionaceae: — *Ulex europaeus* L.

Ericaceae: — *Gaylussacia decipiens* Cham.

Synplocaceae: — *Synplocos uniflora* (Pohl) Benth.

Solanaceae: — *Solanum ramulosum* Sendtn; *Solanum sisymbriifolium* Lam.; *Dunalia breviflora* (Sendtn) Sleumer.

Verbenaceae: — *Duranta vestita*

Compositae: — *Bidens laevis* (L.) B. S. P.; *Solidago microglossa* D. C.

MORRETES

MONOCOTILEDÓNEAS: — Bromeliaceae: — *Vriesea alto-da-serra* e L. B. Smith.

GUARATUBA

MONOCOTILEDÓNEAS: — Bromeliaceae: — *Aechmea Camosepala*; *Dyckia encholirioides*.

PRUDENTÓPOLIS

MONOCOTILEDÓNEAS: — Bromeliaceae: — *Aechmea ampullata* Metz. = *Aechmea recurvata* (K.) L. B. Smith.

IRATI

DICOTILEDÓNEAS: — Solonaceae: — *Solanum* cf. *subspathu* Sendtn.

PITANGA

DICOTILEDÓNEAS: — Solonaceae: — *Solanum papillosum* Sendtn

TIMONEIRA

DICOTILEDÓNEAS: — Saxifragaceae: — *Escallonia farinacea* St. Hill.

Compositae: — *Achyrocline alata* DC;

Achyrocline satureioides (Lam.) DC. var. *albicans* (Griseb.) Roeder.

MALLET

DICOTILEDÓNEAS: — Theaceae: — *Thea* (*Camelia*) *sinensis*.

TRABALHOS DE ROTINA

Constaram estes trabalhos, principalmente, do seguinte:

a) — Repicagens das coleções de fungos, fermentos e bactérias, as quais foram mantidas em perfeita ordem. Vários repiques de *Rhizobium* foram fornecidos a interessados em inoculações de sementes leguminosas.

b) — Preparo do material coletado para inclusão em herbário, feito cuidadosamente de acordo com a técnica, sendo que entraram para as

coleções, no último exercício, 262 exemplares fitopatológicos, 2.013 entomológicos e 132 botânicos.

c) — Preparo e montagem de insetos para o museu entomológico, que conta, atualmente, com 2.185 espécimens. Quanto ao herbário fitopatológico, compõe-se, presentemente, de 957 exemplares, enquanto que o de botânica compreende 847 plantas.

d) — Preparo de mostruário definitivo, com peças fitopatológicas de interesse, das quais foram montadas no ano de 1952, 14 que com as preparadas nos anos anteriores perfazem o total de 80 peças.

Foram as seguintes as preparadas no último exercício:

- 1) Antracnose do cafeeiro.
- 2) Bicho mineiro do cafeeiro.
- 3) Ferrugem da alfafa.
- 4) Cuscuta da alfafa.
- 5) Praga da erva-mate.
- 6) Ceroplastes grandis em erva-mate.
- 7) Mancha da folha da videira.
- 8) Queima do tomateiro.
- 9) Virose da batatinha;
- 10) Virose da batatinha;
- 11) Ampôlas da erva-mate.
- 12) Alga da erva-mate.
- 13) Fasciação da erva-mate.
- 14) Fasciação do linho.

e) Confecção de fichários técnicos, indispensáveis à organização interna da Divisão, em fichas adequadas;

f) Preparo de diversos meios de cultura;

g) Exames de rotina e respostas a 50 laudos de consultas.

TRABALHOS TÉCNICOS E DE PESQUISAS

1) — «Formações, Consórcios e Associações da Vegetação no Estado do Paraná» — especial para o vol. V-VI dos Arquivos de Biologia e Tecnologia;

2) — «Processos de Maceração do Linho» — rev. IBPT, ano I, n. 1;
«O Branqueamento da Cêra de Abelha» — rev. IBPT, ano I n. 3;

3) — «O Estado Fitossanitário da Erva-mate no Paraná» — rev. IBPT, ano I n. 5;

«Doenças do Linho no Paraná» — a ser publicado pelo IBPT;

«Restauração do Marmeleiro» — publ. n. 6 do Serviço de Publicidade da Secretaria de Agricultura;

«Considerações sobre a Cultura e Industrialização do Linho no Paraná».

«Medidas Fitossanitárias para o Controle das Doenças do Linho no Paraná» — rev. IBPT, ano I, n. 1;

«O Carvão de Cana» — rev. IBPT, ano I, n. 3;

«Contribuição ao Estudo das Doenças do Cafeeiro no Norte do Paraná» — rev. IBPT, ano I, n. 4;

«Contribuição ao Estudo das Doenças do Cafeeiro no Norte do Paraná».

4) — «Considerações sobre a Biologia da Saúva» — rev. IBPT, ano I, n. 1;

«Da Inutilidade do Combate às Içás e Sauveiros Iniciais»;

«Araecerus fasciculatus (De Geer.)» rev. IBPT, ano I, n. 5;

«Ensaio sobre os Novos Inseticidas no Combate à Saúva» — bol. do Serv. de Publicidade da Secretaria de Agricultura (em impressão);

«Descrição de uma Nova Espécie do Gênero Pinnotus» — especial para o vol. VII dos Arq. de Biologia e Tecnologia;

- «Algumas Formigas que Ocorrem no Estado do Paraná» — especial para o Vol. VII dos Arq. de Biol. e Tecnologia;
- «Contribuição Zoogeográfica para o Estudo dos Curculio — nideos no Paraná» — especial para o vol. VII dos Arq. de Biologia e Tecnologia;
- 5) — «O Solo e sua Conservação» — rev. IBPT, ano I, n. 2;
- «O Solo e sua Conservação» — rev. IBPT, ano I, n. 3;
- «O Solo e sua Conservação» — rev. IBPT, ano I, n. 4;
- «Fatores que Afetam a Composição da Matéria Vegetal» — rev. IBPT, ano I, n. 4;
- 6) — «Podridão das Raízes do Cafeeiro» — rev. IBPT, ano I, n. 2;
- 7) — «Rotação de Culturas» — rev. IBPT, ano I, n. 3;
- 8) — «Sobre a Flora Maceradora dos Linhos no Paraná» — Arquivos de Biologia e Tecnologia, vol. V e VI;
- 9) — «O Famoso pH» — rev. IBPT, ano I, n. 2 — em colaboração;
- «Açúcar de Madeira» — rev. IBPT, ano I, n. 4.

DIVISÃO DE SOLOS

Durante o ano de 1952, os trabalhos da Divisão de Solos prosseguiram normalmente, embora suspensos durante o mês de maio, em virtude das reformas e pinturas dos laboratórios.

Houve, no transcurso do ano, natural desenvolvimento com referência às análises executadas a pedido dos interessados, bem como, apreciável acréscimo de informações e consultas que foram atendidas de modo positivo e criterioso.

Por outro lado, o Levantamento Agrogeológico do Estado, principal objetivo dessa Divisão, sofreu interrupção por motivos de ordem interna.

Aos poucos, essa Divisão está formando pessoal habilitado, dentro da especialidade e aparelhando-se convenientemente para o bom desempenho de suas funções e dar andamento ao Plano de Serviço elaborado para o ano vindouro.

Deram entrada na Divisão, 277 amostras de terra, de várias procedências, além de dois perfis completos de solo, sob ns. 125 e 126, como pequena contribuição ao Levantamento Agrogeológico.

GEOLOGIA E MINERALOGIA

Essa Divisão dentro de suas finalidades, efetuou 266 análises das mais diversas, das quais 77 de rochas calcárias, efetuadas para o Departamento de Geologia da Universidade de North Arizona, nos Estados Unidos da América do Norte, para um estudo de cooperação, iniciado por ocasião do estágio de um técnico deste Instituto, naquele país.

As análises realizadas, correspondem a um total aproximado de 2920 determinações.

Além do exposto, foram realizadas as análises concernentes ao estudo planejado para a erva-mate, na parte de que competiu aos técnicos dessa Divisão, que nele colaboram.

Em todas as análises efetuadas foram pesquisados, qualitativamente, o sódio e o titânio. As seis amostras foram submetidas à análise espectrográfica, por meio da qual se comprovou a sua composição qualificativa. Para a análise da erva-mate, foi efetuado um estudo, tendo em vista a padronização de métodos analíticos adequados para o fim que se tem em vista. Todo esse trabalho teve que ser praticado no laboratório e necessitou de soluções padrões, reações, leituras fotométricas e colorimétricas, bem como construção de gráficos e cálculo de fatores. Maiores esclarecimentos sobre o que foi realizado nesta parte do estudo poderão ser obtidos no trabalho que o Instituto fez imprimir.

Juntamente ao trabalho normal da Divisão, em seu Laboratório, com o levado a efeito no estudo da erva-mate, atingiu-se a um total de 3.934 determinações realizadas.

COMBUSTÍVEIS

Os trabalhos desenvolvidos durante o último ano, dizem bem do índice de produtividade alcançado nessa Divisão, apesar de ter lutado com a falta de espaço, de laboratórios adequados e de alguns equipamentos indispensáveis ao estudo mais detalhado dos combustíveis em geral.

Dois problemas fundamentais preocuparam sua atenção: um relacionado com o estudo mais ou menos completo do carvão de pedra no Estado; outro ligado à exploração em escala industrial dos xistos pirobetuminosos.

No estudo do carvão foram realizadas cerca de 1.372 determinações analíticas das quais 180 sobre a dosagem quantitativa e fusibilidade das cinzas.

Reputa-se esse estudo de grande valor e importância, principalmente atendendo ao fato de não ter o Instituto, realizado nada de concreto nesse setor.

De outro lado, as análises até agora realizadas, têm constituído a base dos estudos que vêm sendo processados para instalação por parte do Estado, de uma unidade termo-elétrica na Bacia Carbonífera do Rio do Peixe.

Muito embora essa Divisão não estivesse em condições de permitir a execução de trabalhos de grande vulto, conseguiu-se efetivamente grande parte do plano organizado pelos seus técnicos de estudar de maneira sucinta e detalhada o carvão de pedra da Bacia do Rio do Peixe.

Sob as demais atividades da Divisão, o quadro abaixo especifica os diferentes produtos analisados e o total de determinações efetuadas, em conjunto com o ano de 1951:

Material analisado	ano 1951	Ano 1952
Aço para martetele	1	—
Carvão de pedra	23	149
Cimento	17	—
Coque metalurgico	1	—
Gasolina	3	2
Óleo de xisto	1	—
Óleo diesel	2	2
Óleo lubrificante	7	11
Oxigênio	1	—
Parafina	1	—
Xisto pirobetuminoso	13	7
Xisto carbonoso	—	3
Calcáreo betuminoso	—	1
Asfalto	—	2
Albertita	—	1
Cinza do Carvão	—	30
Ponto de fusão	—	15
Total	70	223
N. de determinações	435	1.936

QUÍMICA E TECNOLOGIA

Dando continuidade às suas finalidades, a DIVISÃO DE QUÍMICA E TECNOLOGIA procurou, no exercício passado, alicerçar o seu contato direto com as várias indústrias.

Assim sendo, pode-se afirmar no presente relato, que a DIVISÃO

está em íntima ligação com as diversas indústrias do Estado, dada a objetividade demonstrada pelos industriais e técnicos, que, seguidamente, procuram essa DIVISÃO.

As indústrias visitadas foram as mais variadas e os técnicos da D. Q. T. percorreram os mais afastados recantos do Estado, a fim de levarem seu auxílio profissional, estabelecendo desta forma, a mais efetiva colaboração.

Continuando com este mesmo propósito é pensamento incentivar cada vez mais as viagens de inspeções e fomento, com a finalidade de conservar e estreitar cada vez mais o contato com as indústrias.

Dêse contato técnico com as diversas indústrias, pode-se afirmar que alguns problemas de grande valia à economia do Estado tiveram solução satisfatória no último ano. Dentre eles pode-se citar, principalmente, os que estão ligados à fertilização (preparo de adubos), cerâmica, óleos, etc.

De outra feita, no setor especializado de águas, as diversas fontes inspecionadas e consideradas irregulares, receberam instruções enérgicas no sentido de atenderem às exigências previstas, dentro de prazos estabelecidos.

No decorrer do último ano, foram atendidas as análises de rotina, além da assistência técnica emprestada a diversas indústrias paranaenses.

Foram também procedidas diversas análises bromatológicas e toxicológicas e de reconstituição de fórmulas. Sobre este último assunto, é de salientar a reconstituição da fórmula de um papel de estamperia. Sobre os trabalhos de pesquisas, citem-se os de erva-mate, ativação de carvão, localização microquímica dos taninos, saponinas, resinas, etc. Esse Serviço, cooperou, também, com a Superintendência das Casas Rurais, Departamento do Ensino Técnico e Profissional, e Alfândega de Paranaguá.

A Secção de águas, desde há muito tempo vem se empenhando, dentro de suas possibilidades, para regularizar a situação das fontes hidro-minerais e potáveis do Estado. Assim sendo, teve o ensejo de proceder algumas viagens com o fito de orientar os proprietários das fontes inspecionadas, com medidas passíveis de ser adotadas. Os resultados até agora obtidos com essas medidas, já deram prova insofismável de boa vontade e compreensão por parte daqueles proprietários, restando, ainda, pequenas falhas que, em tempo futuro, serão completamente sanadas.

Assim, durante o ano em curso, foram percorridas as seguintes localidades: Pirai do Sul (Fonte Lamedor), Castro (Água Paraná), Ponta Grossa (Água Tigre e Pérola), Mallet (Fontes Dorizon e Vera-Guarani), além de outras viagens a fim de coletar-se amostras para fins de registro e indústrias, como: Tranqueira, Campo Largo, Tibagi, Votuverava, etc.

Ainda, com referência às fontes hidro-minerais e potáveis, no tocante à sua regularização, somente a Fonte Sta. Terezinha (Água Paraná), era a que se encontrava com sua situação pendente até o dia 10 de março último, época em que deveria satisfazer as exigências previstas pelo Código de Águas.

A secção de águas, no decorrer do exercício passado, além das análises de rotina, efetuou outras de caráter especial, como: acidól, arame, revelador para Raios X, tinta luminosa, sais, etc.

Cooperou também com o Departamento de Saúde Pública do Estado, com dosagens, principalmente, de Cálcio e Iodo em águas, cujos resultados serviram à Tese apresentada pelo mencionado Departamento ao Congresso de Medicina.

Ainda realizou estudos sobre as dosagens de Cálcio e Fósforo, no soro sanguíneo, cujos resultados obtidos estão exatamente satisfatórios, considerando assim, e com exatidão absoluta, nossa aptidão para dosar estes elementos no sangue.

A Secção de Cerâmica, procedeu no decorrer do último ano a 114 trabalhos distribuídos entre análises com finalidade industrial e provas de barros para olarias.

Foram realizadas 20 provas para revestimentos refratários em muflas, estudos sobre o emprego de rocha argilosa como matéria prima para a indústria de telhas e tijolos. Também é interessante citar os trabalhos em vias de conclusão, sobre a aplicação de glasura na olaria comum e fabricação de ladrilhos para revestimento.

Essa Secção, também, efetuou algumas viagens para coleta de amostras de talco, com o objetivo de incentivar a indústria cerâmica do Estado.

A Secção de adubos além das análises de rotina, procedeu algumas em caráter especial. Concernente à parte de análises de rotina, efetuou 104. Como estudos que merecem especial atenção, destacam-se: farinha de camarão, farinha de mariscos e farinha de bananas, terra de várzea, cinzas de capim de lodo e resíduos de cortume.

Também, é grande satisfação poder-se informar que essa Secção está incumbida de cooperar no acordo a ser feito entre o Governo do Estado e o da União, para o controle e fiscalização de adubos, em nosso Estado.

Embora só tenha principiado seus trabalhos em junho findo, essa Secção de óleos vem dando mostra de seu interesse pelos assuntos relativos a óleos, graxas, etc.

Durante a visita do Diretor do Instituto de Óleos, ficou planejado o levantamento cadastral das indústrias do Estado.

Essa Secção já teve oportunidade de realizar algumas viagens de caráter técnico, procurando dentro de suas possibilidades orientar os industriais em seus diversos problemas, bem como proceder análises, apesar de não estar, ainda, com o laboratório montado, a contento.

A Secção de Ensaio e Resistência dos materiais teve início em 1951, com a nomeação do engenheiro responsável. Assim, o primeiro problema surgido foi a aquisição do maquinário para o laboratório de ensaios mecânicos, o qual necessita somente da licença de importação.

Durante o último ano, foram executados serviços que geral interesse vem despertando tanto a este Instituto como a particulares.

Produção — O número de análises procedidas durante o exercício de 1952, com laudos expedidos atinge a 885, enquanto que somado aos de interesse interno, ultrapassa a 1.000.

O número de determinações ultrapassou a 4.000, bem mostrando a atividade das diversas Secções.

Calculando-se 1.000 análises, que foi o total atingido, tem-se uma média de 90 análises mensais, ou sejam, equivalentes a 5 por dia.

Conforme acentuei a D. Q. T., dentro de suas possibilidades procurou, colaborar na solução de problemas técnicos, no âmbito das reais necessidades do Estado.

Assim, destaca-se, primeiramente, o fundamental problema da fertilização de nossos solos, estudando essa Divisão, a maneira mais adequada do preparo em grande escala, do calcário para a correção dos solos. Assim, um grande trabalho foi realizado em torno da maneira mais prática da britagem, moagem e outros tratamentos, podendo-se afirmar que, atualmente conta-se com duas instalações em grande escala que servirão de modelo aos interessados para preparação de calcário em pó.

Outro assunto, que vem merecendo atenção especial, é o da saponificação, cuja indústria recebeu grande colaboração por parte da Divisão, principalmente, no que concerne à melhoria do produto elaborado.

Está sendo ultimado o estudo em escala industrial da lavabilidade de argilas e caulins para os mais variados fins industriais.

Também foi solucionado o problema de areia para a indústria do vidro.

Finalmente, um dos estudos que se encontra em fase final, é o da industrialização do talco, para fins cerâmicos, da zona de Itaiacoca — Ponta Grossa.

No último ano, a Divisão contribuiu com alguns trabalhos de grande valor científico:

- 1 — Sobre a microdeterminação do Molibdênio.
- 2 — O carvão vegetal como absorvente na indústria.
- 3 — O enriquecimento das proteínas do trigo, em função da calagem dos solos.

Ainda, foram publicados na revista «I. B. P. T.», os seguintes artigos:

- 1 — A crise do enxôfre.
- 2 — As provas de barro para olaria comum.
- 3 — Esmalte emulsionável.
- 4 — Algumas considerações sobre o caolim no Paraná.
- 5 — Porque devemos prestigiar as normas elaboradas pela I. B. N. T.
- 6 — Alguns dados sobre a fosfatização.
- 7 — O enriquecimento artificial das farinhas alimentícias.

Além desses trabalhos, foram outros entregues à comissão encarregada, para os devidos fins:

- 1 — Sobre a industrialização do calcário para fins agrícolas.
- 2 — A calagem dos solos e o seu efeito surpreendente no rendimento e qualidade do trigo.

METROLOGIA

Essa Divisão, de acordo com a Delegação de Competência a ela outorgada pela Portaria n. 40, de 15 de julho de 1947, do Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério do Trabalho, tem como finalidade precípua o controle e fiscalização no Território do Estado, das Leis Metrológicas do País.

No decorrer do último exercício foram realizadas no comércio de Curitiba, 2.680 visitas.

GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

Na campanha que precedeu ao memorável pleito de 1950, por reiteradas vezes proclamei a necessidade de fazer do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, um órgão autônomo.

Pela Lei 866, de 16 de Julho de 1952 pôde concretizar a medida preconizada.

Todavia, era necessário permitir-se ao D. G. T. C. organizar sua estrutura em torno do trabalho complexo da concessão das terras devolutas do Estado.

Este Departamento, pela circunstância de ser dependente de uma Secretaria de Estado não tinha a amplitude necessária à sua finalidade. Contando apenas com duas divisões: a de terras e de colonização e a de geografia e cadastro territorial, além da secção de expediente e contabilidade, bem longe estava de satisfazer ao mínimo que dele era exigido.

Diante disso, foram desdobrados os serviços, criando-se outras divisões, como a Administrativa, a Jurídica, a de Finanças e a de Serviços Técnicos, capazes de melhor coordenar e desenvolver os processos do Departamento.

Criou-se novo quadro de pessoal extranumerário, em número suficiente à boa marcha dos serviços.

Para que os Snrs. Deputados bem possam apreciar o desenvolvimento que tiveram as atividades do D. G. T. C. dividirei a exposição a ele referente pelas divisões que o integram.

DIVISÃO JURÍDICA

A Divisão Jurídica, cuja finalidade é de máxima importância para que os trabalhos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização se desenvolvam de acordo com os dispositivos legais, acha-se, presentemente, adequadamente instalada.

Antes de entrar em vigor a Lei que reorganizou o D. G. T. C., esta Divisão era simples dependência, sem contar com os meios quer de material, quer de pessoal, para atender suas finalidades.

Agora, no entretanto, conta já com um corpo de advogados que vem atendendo satisfatoriamente a tudo que lhe diz respeito.

A ação desta Divisão, no ano transato, tolhida ainda pela carência de maior número de assistentes jurídicos, foi também retardada pelos trabalhos executados, em regime de urgência, para a reorganização e atualização das normas jurídicas orientadoras dos serviços do D. G. T. C., elaboração do seu novo regulamento e mais providências necessárias à regularização de suas atividades.

Entretanto, é consequência dos trabalhos de 1952, a recuperação das terras denominadas «Areia Branca do Tucum», em Paranavaí, com a revogação do termo de autenticação pelo Decreto n. 7710, de 24 de novembro de 1952.

Foram emitidos pareceres em número de 127, sobre os mais variados assuntos, como:

1) Questões de domínio:

Imóveis Santa Cruz, Reconquista, Campinas Belas, Flores ou Conceição, Tigre e Pitanga, Boa Esperança, Boa Vista, Depósito Ribeirão Vermelho, Fundão, Rio Sagrado, Margem Esquerda do Rio Pirapó, Serra dos Dourados, Areia Branca do Tucum;

2) Legitimação de posse:

Vinte pareceres;

3) Revalidações de direito:

Vinte pareceres, distribuídos nas seguintes concessões: Companhia Brasileira de Viação e Comércio, A. Alves Almeida, Colônia Militar de Chopim e Concessão Marcondes;

4) Compra de Terras Devolutas:

Sessenta pareceres, distribuídos nos seguintes assuntos: Compra de terras devolutas propriamente ditas, compra de excesso de legitimações, expedição de guias para pagamento, expedição de títulos de domínio pleno, juntada de escrituras de cessão de direitos, caducidades de despachos, anulação de sentença, anulação de títulos, reconstituição de processados, protestos, vistas de autos, revisão de processados, pedidos de certidão, adulteração de firmas, permuta de áreas tituladas, reconsideração de despacho, pedidos de certidões.

Outros pareceres foram emitidos sobre assuntos diversos, alguns em forma de cota, nos próprios autos, além de outros mais atendendo a determinações da Diretoria do G. C. T. C.

Em caráter de emergência foi a Divisão Jurídica autorizada a impugnar judicialmente, na comarca de Foz do Iguaçu, um loteamento que estava sendo registrado com denominação idêntica à da cidade Cruzeiro do Oeste.

Impugnado também foi um loteamento rural naquela mesma Comarca, enquanto que na de Mandauari foram requeridas duas averbações de transcrições no registro de imóveis.

A Divisão Jurídica procedeu a rigoroso exame da situação do imóvel «Santa Cruz», cujos títulos falsos fazem referência a uma área superior a 160 mil alqueires, a se estender por três municípios.

Após circunstanciado parecer, foi o processo encaminhado à Consultoria Geral do Estado, para propositura de competente ação.

Dêste modo, não obstante existirem poucos advogados para atender ao volumoso serviço daquela dependência departamental, cumpriu a Divisão Jurídica, com eficiência, as suas finalidades.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Esta Divisão que, anteriormente à Lei n. 1041, constituía a Secção do Expediente e Contabilidade, tinha o processamento dos seus serviços com certa morosidade, que foi finalmente vencida, com o advento da autonomia administrativa-financeira desta Repartição, que lhe deu maior campo de ação e possibilidade para o desenvolvimento geral de suas atividades.

Todavia, em que pese essa morosidade a que se aludiu, ditada também pela completa paralisação do serviço do Departamento no decorrer de 1951, quando o governo visava dar uma nova e segura orientação, o movimento foi satisfatório, vindo a aumentar consideravelmente no segundo semestre de 1952, como se passará a expor.

MOVIMENTO DE PAPEIS

O movimento de papéis registrado em 1952 no protocolo foi num total de 22.784 expedientes, distribuídos entre requerimentos entrados, ofícios das diversas dependências do Departamento e de outras Repartições, ordens de serviços, portarias, rádios, telegramas e cartas.

1) Processos de compra de terras:

Os processos de medição e demarcação de terras entrados no Departamento em 1952, foram em número de 96, distribuídos entre processos de compra, revalidação de direitos, legitimação de posses e processos de medições executados por iniciativa do Governo para fins de colonização abrangendo todos uma área total, medidas e demarcada de 14.750.729.674 m².

2) Processos parav istas:

A) que receberam vistas por quatro dias 83
B) que receberam vistas por dez dias 64

3) Processos sentenciados:

A) de compra de terras 29
B) de revalidação de direitos 3
C) de legitimação de posses 3

4) Títulos definitivos expedidos:

A) de compra de terras 74, numa área de . . . 192.891.790 m².
B) de revalidação de direitos 16, numa área de . . 44.993.695 m².
C) legitimação de posse 4, numa área de . . . 28.342.243 m².
D) lotes coloniais 251, numa área de 152.728.422 m².
E) de concessão de terras para colonização
numa área de 42.000 m².

Pelo exposto, observa-se que a Divisão Administrativa, mau grado as dificuldades já expostas, cumpriu bem a sua missão.

Convém ressaltar que, com a assinatura do Decreto n. 7700, simplificando a burocracia do Departamento e principalmente desta Divisão, posto que prazos mais curtos foram dados para o rápido andamento do processado, poderá ela, neste ano e nos seguintes, em face também de sua nova organização, colher melhores e mais práticos resultados.

Os contratantes de medição e demarcação tiveram os seus recebimentos atualizados e, os próprios funcionários que há seis meses não recebiam suas diárias, tiveram suas situações regularizadas. A Lei n. 1041, criou esta Divisão, dando-lhe a seguinte organização:

1) Secção de Contabilidade e Orçamento:

A quem cabe executar e manter em dia todo o serviço de contabilidade do movimento financeiro, econômico e patrimonial do

Departamento, exame e preparação de todo o expediente relativo à classificação, empenho, liquidação e pagamento das despesas, organização de balancetes mensais e balanços anuais, além de muitas outras atribuições;

2) Seção de Tesouraria:

Com a finalidade de centralizar o movimento financeiro, organizar os balancetes diários dessas operações e muitas outras atribuições peculiares;

3) Seção de Almoxarifado:

Encarregada da aquisição, registro, distribuição, guarda e conservação de todos os materiais destinados aos diversos serviços do Departamento;

4) Seção de Contas Correntes e Vendas de Terras:

A que deve registrar o valor das terras concedidas, expedição de guias para pagamento das áreas concedidas, da Taxa de Valorização Agrária, dos trabalhos de medição e demarcação, extração de talão comprobatório de quitação das terras a titular, certidões.

Tendo a autonomia do Departamento ocorrido no decurso do 2º semestre do exercício de 1952, os serviços de Contabilidade continuaram, até 31 de dezembro do mesmo ano, adstritos às normas gerais até então, seguidas, no tocante a execução da despesa, com a utilização dos saldos das dotações orçamentárias que foram transferidos da Secretaria de Agricultura e Departamento Administrativo do Oeste, e, créditos adicionais posteriores.

De 16 de julho de 1952, até 31 do mesmo ano operou-se, com o advento da Lei n. 1041, de 10 de Novembro de 1952, radical transformação na organização geral desse Departamento, dando lugar a elaboração do seu primeiro orçamento para o exercício de 1953.

O orçamento na parte referente às dotações para Pessoal Fixo e Variável, consigna quantias decorrentes dos atos oficiais que lhe dizem respeito. Quanto ao Material, obedece aos planos de obras, reequipamento e aparelhagem dos serviços, como sejam, construções de casas para funcionários nas sedes de colônias, instalações de inspetorias, escolas, hospitais, oficinas, garagens, material elétrico de rádio comunicação e instalações em geral, veículos, máquinas, aparelhos, etc., e, materiais de expediente de custeio do serviço em geral. Nas dotações de Despesas Diversas, acham-se consignadas quantias referentes a transporte do pessoal e materiais, alugueres de imóveis, consertos de bens móveis e imóveis, iluminação, telefones, portes postais e telegráficos, publicações em geral, serviços clínicos e de hospitalização, serviços de policiamento especial de terras, serviços de medição e demarcação de terras devolutas, serviços de levantamento aerofotogramétricos e quotas para o desenvolvimento dos trabalhos de medição e de demarcação de terras, visando a construção e conservação de estradas de acesso às Zonas de Colonização, sendo estes três últimos serviços com a soma total de Cr\$ 30.203.450,00.

DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

A Divisão de Terras e Colonização que superintende as Inspetorias de Terras, encarregadas da fiscalização dos trabalhos técnicos de medição e demarcação das glebas, e, principalmente, a vigilância e defesa do patrimônio territorial, era digna de um cuidado e de uma atenção toda especial.

Havia, em todo o Estado, apenas dez Inspetorias péssimamente instaladas e desprovidas de materiais e funcionários para o desempenho de sua importante função.

Procurou-se, desde logo, aparelhá-las convenientemente.

Contratou-se a construção de algumas casas para sedes das Inspetorias e moradia de funcionários lotados nos diversos núcleos coloniais;

dotaram-se as Inspetorias com viaturas para o transporte do pessoal dos serviços de inspeção e vistorias; desdobrou-se a oitava Inspetoria, sediada em Campo Mourão criando-se assim a décima primeira Inspetoria, que localizou-se em Cruzeiro do Oeste; deu-se nova organização à primeira Inspetoria, com sede nesta capital e transplantou-se a segunda, responsável pelas terras devolutas do litoral, para a cidade de Paranaguá.

Após essas medidas preliminares e tendentes a melhorar os serviços dessa importante Divisão, voltou-se atenção para o importante problema da «CONCESSÃO DE TERRAS DEVOLUTAS DO DOMÍNIO DO ESTADO».

Para que a localização dos requerentes se processasse de acordo com o decreto 3060, de 26-10-1951, atendendo-se, por conseguinte, a rigorosa ordem cronológica dos requerentes de compra, necessário era que o Departamento procedesse, não só o tombamento e exame desses requerimentos como também uma verificação rigorosa das posses legal ou ilegalmente mantidas para conhecimento da área disponível.

Determinou-se por conseguinte, vistorias em glebas cujos serviços de medição e demarcação se encontravam concluídos. Sua Diretoria, levando em conta o alto significado desses serviços designava servidores e engenheiros com credenciais suficientes, os quais percorriam toda a gleba, lote por lote, fazendo levantamento cadastral dos posseiros, examinando-lhes os documentos e autorizações de ocupação.

Assim, foi possível, não só reconhecer inúmeras posses, avaliando as benfeitorias que existiam e determinando o desentruzamento de pretensos ocupantes e industriais de posse, que ilegalmente se assenhoreavam de terras de domínio estadual, prejudicando legítimos direitos de terceiros, como também iniciar a publicidade de editais de chamada dos requerentes para expedição de ordens de localização.

Até o presente momento, foi possível realizar vistoria completa nas seguintes colônias: Paranavaí, Goio-Erê, Tapejara e Cruzeiro.

Acham-se iniciadas e próximas de conclusão as vistorias nas colônias: Muquillo, Goio-Bang, Cantú e Rio da Areia.

Expediram-se editais de chamada num total de quatrocentos e cinquenta requerentes, dos quais foram localizados trezentos e cinquenta e cinco, numa área total de 103.842,45 hectares.

Neste ano de 1953, espera-se localizar o restante dos requerimentos despachados, num total de cinco mil.

Cumprime-me esclarecer que não foi possível à D. T. C. localizar maior número, dada a circunstância da dependência encarregada do tombamento das petições de compra, haver constatado um grande número em desacordo com as normas legais.

Outro trabalho importante desenvolvido pela Divisão de Terras e Colonização, foi o levantamento cadastral da sede do patrimônio de Paranavaí e lotes coloniais de Pato Branco, que veio possibilitar o deferimento de inúmeros requerimentos de compra de datas e lotes. Tal serviço, estender-se-á a todos os patrimônios fundados pelo Departamento visando regularizar, dentro do menor espaço de tempo, a situação dos requerentes.

Havendo necessidade de se ter em mãos lotes medidos e demarcados para, depois de efetuadas as vistorias já referidas, localizar-se os requerentes, como determina o Decreto n. 3060, a Divisão tomou as medidas necessárias para consecução desse objetivo, como se observa da relação abaixo:

COLONIA PIQUIRI

Nº da Gleba	Andamento
4	Processo realizado
10	Em levantamento
11	Processo realizado

12	Processo realizado
13	Processo realizado
14	Processo realizado
15	Aprovado projeto de loteamento
16	Em levantamento
17	Em Levantamento

COLONIA SERRA DOS DOURADOS

Nº da Gleba	Andamento
1	Levantamento e demarcações prontos; loteamento de 100 ha; planta entregue; processado concedido.
2	Perímetro e águas internas projeto de loteamento feito em lotes de aproximadamente 100 ha.
3	Levantamento de perímetro e águas internas, concluído.
4	Não iniciado.
5	Levantamento de perímetro e águas internas, anteprojeto, concluído.
6	Não iniciado.
7	Levantamento de perímetro e águas internas, concluído.
8	Levantamento de Perímetro e águas internas, destinadas a localização dos fazendeiros de Guarapuava.
9	Levantamento do perímetro e águas internas, projeto de loteamento em lotes de 400 ha., já demarcados, processo na fase de conclusão.
10	
11	
12	
13	
14	Suspensão temporariamente
15	
16	Em levantamento de perímetro e águas internas.

NÚCLEO DO VEADO

Nº da Gleba	Andamento
1	Perímetro e levantamento de águas, entregue pelo contratante.
2	Levantamento concluído, lotes já demarcados, concluído o processado.
3	Levantamento concluído, concluído o processado.
4	
5	
8	Levantamento concluído, já demarcado, processo em conclusão.
9	Levantamentos concluídos, projeto acabado e em demarcação.
10	Levantamentos concluídos, projeto aprovado e em demarcação.
12	Perímetro fechado e águas internas.

NÚCLEO RIO DA AREIA

Nº da Gleba	Andamento
1	Processo entregue em 15-12-52.
2	Processo a ser entregue em fevereiro.
3	Processo entregue pelo contratante.

4	Processo a ser entregue pelo contratante.
5	Processo entregue pelo contratante.
6	
7	Processo entregue pelo contratante.
8	
10	Levantamento de perímetro de águas internas, demarcação em lotes de aproximadamente 250 ha., a entregar em 31-1-53.
12	Processo entregue pelo contratante.
13	Entregue projeto loteamento.
13	
14	Processo entregue pelo contratante.
14	

COLÔNIA GOIO-BANG

Nº da Gleba	Andamento
2	Processo entregue
3	Em demarcação os lotes.
5	Processo entregue pelo contratante
6	Processo entregue pelo contratante.
8	Entregue o perímetro.

COLÔNIA RIO VERDE

1	Perímetro e água levantadas.
---	------------------------------

COLÔNIA CANTÔ

5	Projeto aprovado em demarcação.
6	Entregue o processo pelo contratante.
9	Em demarcação.
10 - 1ª parte	Projeto de divisão aprovada.
10 - 2ª parte	Em levantamento.
11	Levantamento de perímetro de águas.
12	Levantamento de perímetro e águas.
13	Iniciado.

Por outro lado, a Divisão tem dispensado cuidado todo especial para com os novos patrimônios do Estado. Assim é que, Cruzeiro do Oeste que vem sendo organizado já se encontra com 400 lotes abertos.

O programa do Governo para a Divisão de Terras e Colonização fazer construir, neste ano de 1953, inúmeras estradas em áreas coloniais, para facilitar o acesso dos requerentes localizados aos seus respectivos lotes; inúmeras escolas e alguns hospitais serão edificadas, afim de que os moradores dos referidos patrimônios e núcleos coloniais possam contar com a necessária assistência educacional e hospitalar; casas para morada dos funcionários do Departamento, destacados nas diversas glebas, também serão construídas por empresas especializadas afim de que os zeladores pelo patrimônio territorial do Estado contem com locais apropriados para suas residências.

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

A Divisão de Geografia, acha-se instalada em local onde poderá desenvolver, satisfatoriamente, suas múltiplas e relevantes atividades, pois tem sob sua competência a elaboração e atualização da carta geográfica do Estado e o levantamento aerofotogramétrico, trabalhos que, dada sua natureza e importância, mobilizam todos os recursos de que dispõe a Divisão.

1) **Aerofotogrametria:**

O D. G. T. C. contratou em 26 de Agosto de 1952, com a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A., o recobrimento aerofotográfico do Estado, iniciativa de larga visão, inédita em nosso país, pela sua amplitude, e cujos benefícios já se fazem sentir.

Até o fim do ano de 1952, foram recebidas pela secção especializada, mosaicos não controlados e fotografias aéreas (duas coleções num total de cinco mil fotos, na escala média de 1:25.000) com o respectivo foto-índice, correspondentes a seis quadriculas de 30' x 30', ou seja, recobrimento de uma área de 16.000 km². As quadriculas cheias são cobertas com vinte pranchas de mosaico resultantes da justa posição e colagem das aerofotos sobre lâminas de compensados.

As fotografias aéreas, graças ao recobrimento longitudinal de 60% prestam-se ótimamente ao exame estereoscópio, e bem por isso, a secção aparelhou-se com um estereoscópio de espelhos Zeiss e dez estereoscópios de bolso, podendo assim analisar o relevo do solo através o exame dos pares.

As fotografias em questão poderão ser, posteriormente, após o imprescindível apoio terrestre, restituídas até a escala de 1:5.000.

A Secção especializada deu início aos arquivos onde o material será conservado, de maneira a tornar mais simples possível a pesquisa de qualquer elemento.

Dentro em breve serão instalados o laboratório de cópias e ampliações e a filmoteca, esta para a racional conservação dos filmes, sem as deformações que seriam inevitáveis num ambiente não climatizado; justamente, por isso, foi adquirido um condicionador de ar que será montado na filmoteca, garantindo-lhe temperatura e umidade constantes.

Desta forma, a Secção poderá estar habilitada para confecção de mosaicos, tendo já dois funcionários adestrados para esta finalidade através de um estágio que fizeram na sede da firma contratante.

2) **Cartografia:**

a) Mapa do Estado:

Foram ultimados e entregues à competente firma os originais para a impressão de novo mapa do Estado, na escala de 1:650.000.

O referido mapa apresentará melhoramentos em relação aos anteriores, tendo sido preenchidas diversas lacunas, além de obedecer à nova divisão administrativa.

b) Mapas municipais:

Deu-se início ao plano de trabalho que prevê a elaboração de cento e dezenove (119) mapas municipais, com as divisas intermunicipais e interdistritais previstas na Lei n. 790, de 14 de Outubro de 1951, num tamanho padrão com a consequente variação de escala.

Muitos defeitos dos mapas municipais anteriores serão sanados, mercê de exaustivo trabalho de ampliação cartográfica que vem sendo executado, em parte auxiliado pelo material aerofotográfico disponível, que permite notável atualização, mormente no que concerne aos núcleos populacionais.

3) **Astronomia:**

Anteriores campanhas, infelizmente interrompidas, patrocinadas pelo Conselho Nacional de Geografia, possibilitaram o levantamento das coordenadas geográficas de cerca de cinquenta sedes de municípios. Conta a Secção de Geografia poder restabelecer, com seus próprios recursos, tal campanha, no sentido de levantar as coordenadas geográficas de todas as sedes de municípios paranaenses.

4) **Geodésia:**

No que concerne a Geodésia, assunto de transcendente importância para o Estado, pois que, sem triangulações geodésicas, jamais ter-se-á resolvido o problema da Carta, incompreensivelmente nada se fez, no Paraná, com recursos próprios, nesse sentido.

O Conselho Nacional de Geografia e o Serviço Geográfico do Exército, em comprimento aos seus programas têm realizado, em pequena escala, trabalhos dessa natureza no nosso Estado.

Cuida a Secção de Geografia de entrar em entendimentos com os responsáveis pelas organizações acima citadas para, em conjunto, intensificar os trabalhos geodésicos. A ser vitoriosa essa iniciativa as três entidades trabalhariam em zonas diferentes, mas não isoladamente, pois que no momento azado as diferentes triangulações seriam entrelaçadas para compor o arcabouço geodésico paranaense.

Deve-se crer que, em 1953, o D. G. T. C. enveredará pelo setor da Geodésia, o que, sem dúvida alguma, constituir-se-á num dos seus mais significativos passos, pois uma das suas finalidades primordiais é a elaboração da Carta do Estado, escopo que, jamais, será atingido sem o concurso da Geodésia.

Observa-se, por conseguinte, quão importante é o magnífico serviço que vem sendo realizado pela Divisão de Geografia deste Departamento, a qual, neste ano, poderá melhor desenvolver suas atividades eis que, para tanto, conta com todos os elementos necessários.

DIVISÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

De extrema valia para esse Departamento têm sido as atividades desta Divisão que, justamente, por haver sido criada com a Lei n. 1041, de 10 de novembro de 1952, ainda não pôde desenvolver, convenientemente, os seus serviços.

Contudo, bastaria uma referência à Secção de Cálculo, para se avaliar sua importância.

Durante o ano de 1952, quando ainda não se achava organizada a Secção, foram examinados setenta e nove (79) processos, sendo oito (8) referentes às várias glebas, perfazendo uma área total de 951.229.967,04 m² e, setenta e um (71) referentes a lotes menores, com a área de 115.469.366,87 m².

Além disso, foram confeccionados vinte (20) processados, com área de 34.799.703,24 m², confecção essa que abrangeu desde a organização dos mesmos e respectivos cálculos.

A Divisão de Serviços Técnicos, por outro lado, compete a elaboração dos croquis e mapas das Glebas e Núcleos Coloniais, trabalho esse absorvente, posto que, à medida que os contratantes de medição entregam os processados e estes são submetidos a exame, a DST prepara as referidas cartas.

Neste ano, o Departamento, com a criação desta Divisão, poderá melhor desincumbir-se de suas tarefas, no setôr entregue à Divisão.

COMISSÃO DE REVISÃO E CONSULTA

Criada pela Lei concessória da autonomia do Departamento, foi instalada em 26 de agosto de 1952, tendo realizado, até a presente data dezesseis (16) sessões ordinárias.

Onze (11) processos de naturezas diversas foram submetidas ao douto exame da Comissão, dos quais 8 foram relatados e 4 submetidos à apreciação superior.

Contando com um Regimento Interno já aprovado a Comissão vem trabalhando e ditando normas, seguras, criteriosas e rígidas à direção departamental, esperando-se, porisso mesmo, a continuidade de sua ação produtiva em prol da resolução dos problemas que assoberbam o Departamento.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Melhor do que qualquer comentário sobre as obras públicas, a simples exposição do estado em que se encontram, desde a execução da concorrência até sua conclusão, mostra com uma clareza meridiana os serviços executados pelo governo nesse setor da administração pública. Serão relacionadas, a seguir: 1º — as obras postas em concorrência por Secretaria de Estado; 2º — as obras cuja construção foi autorizada em 1952; 3º — as obras concluídas no último exercício e 4º — as obras em construção e a serem iniciadas em 1953.

OBRAS POSTAS EM CONCORRÊNCIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- 1) — Grupo Escolar com doze (12) salas de aula e auditório em Maringá.
- 2) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Correia de Freitas.
- 3) — Grupo Escolar «Tiradentes» com doze (12) salas de aula e auditório.
- 4) — 2º Grupo Escolar da sede em Apucarana.
- 5) — Grupo Escolar em Laranjeiras do Sul com dez (10) salas e auditório.
- 6) — Grupo Escolar com dez (10) salas em Centenário do Sul.
- 7) — Grupo Escolar com oito (8) salas em Florestópolis.
- 8) — Grupo Escolar com quatro (4) salas em Ortigueira.
- 9) — Ginásio Estadual de Apucarana.
- 10) — Casas Escolares em Araiporanga (duas).
- 11) — Casas Escolares em Tietê (Araucária).
- 12) — » » » Descampados (Bocaiúva do Sul).
- 13) — » » » Carlópolis (na sede).
- 14) — » » » Curiúva na sede (duas).
- 15) — » » » Arvoredo (Guarapuava).
- 16) — » » » São Roque do Pinhal (Joaquim Távora).
- 17) — » » » Lapa (Água Azul, Mato Preto e Rio da Areia).
- 18) — » » » Palmas (Jangada do Sul).
- 19) — » » » Ponta Grossa (Serrado Grande).
- 20) — » » » Pirai do Sul — Sede — (três).
- 21) — Grupo Escolar com 12 salas em Nova Esperança.
- 22) — Grupo Escolar com oito (8) salas em Campo Mourão.
- 23) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Lupionópolis.
- 24) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Faxinal.
- 25) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Maringá Novo.
- 26) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Toledo — Fóz do Iguaçu.
- 27) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Cascavél.
- 28) — Grupo Escolar com quatro (4) salas em Patrimônio Pirapó.
- 29) — Grupo Escolar com quatro (4) salas em Santa Margarida (Nova concorrência, esteve embargada por quase dois (2) anos).
- 30) — Grupo Escolar com três (3) salas em Fernandes Pinheiro.

- 31) — Grupo Escolar com três (3) salas em São José da Boa Vista em Wenceslau Braz.
- 32) — Grupo Escolar com duas (2) salas em Patrimônio Cambira — Apucarana.
- 33) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Clevelândia (sede).
- 34) — Grupo Escolar com quatro (4) salas em Sto. Antonio do Barracão.
- 35) — Grupo Escolar com dez (10) salas em Pato Branco.
- 36) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Marrecas.
- 37) — Ampliação do Ginásio de Cambará (mais quatro (4) salas).
- 38) — Casa Escolar em Pinhais — Piraquara.
- 39) — Grupo Escolar com quatro (4) salas em Ourizona — Mandaguari.
- 40) — Grupo Escolar com quatro (4) salas em Floriano — Mandaguari.
- 41) — Grupo Escolar com seis (6) salas em Amoreira.
- 42) — Grupo Escolar com oito (8) salas em Ponta Grossa (auditório).
- 43) — Casa Escolar com uma sala e residência em Turvo — Lapa.
- 44) — Casa Escolar com duas (2) salas de aula em Serrinha - Campo Largo.
- 45) — Casa Escolar com uma sala de aula e residência — (duas) em Carlópolis — Sede.
- 46) — Grupo Escolar «Prieto Martinez» na Capital, com doze (12) salas de aula e auditório.
- 47) — Ampliação do Grupo Escolar de Jaguapitã, com mais quatro (4) salas e muros.
- 48) — Grupo Escolar «Barão do Rio Branco» com onze (11) salas — Curitiba.
- 49) — Grupo Escolar com seis (6) salas de aula em Mandaguaçu.
- 50) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Tamarana.
- 51) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Warta (Nova concorrência, — desistiu a firma construtora).
- 52) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Irerê.
- 53) — Grupo Escolar com duas (2) salas de aula em Pat. Espírito Santo.
- 54) — Grupo Escolar com três (3) salas de aula em Mem de Sá — Campo Largo.
- 55) — 2º Grupo Escolar com 6 salas de aula em Cornélio Procopio.
- 56) — 3º Grupo Escolar com seis (6) salas de aula em Cornélio Procopio.
- 57) — Grupo Escolar com três (3) salas de aulas em Chopim — Mangueirinha.
- 58) — Grupo Escolar com três (3) salas de aula em Barro Preto — Mangueirinha.
- 59) — Grupo Escolar com 2 salas de aula em Serradinho — Ponta Grossa.
- 60) — Grupo Escolar com 4 salas de aula em Jardim Boa Vista — Ponta Grossa.
- 61) — Grupo Escolar com 6 salas em Bairro das Órfãs — Ponta Grossa.
- 62) — Grupo Escolar com 2 salas de aula em Campo Magro — Timoneira.
- 63) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Japira.
- 64) — Grupo Escolar com 10 salas de aula em Sertãoópolis (Sede).
- 65) — Ampliação do Grupo Escolar de Campo Largo (Sede).
- 66) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Porto Amazonas.
- 67) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Palmeira.
- 68) — Grupo Escolar com quatro (4) salas de aula em Sto. Antonio da Platina.
- 69) — Grupo Escolar com duas (2) salas de aula em Guapirama — Joaquim Távora.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

- 1) — E. T. R. de Apucarana, para 100 (cem) Alunos.
- 2) — E. T. R. de Jacarézinho, para 100 (cem) alunos.

- 3) — E. T. R. em Antonina, para 100 (cem) alunos.
- 4) — Escola Normal Rural de Trabalhadores, em Maringá.
- 5) — Escola de Trabalhadores Rurais, em Tomazina, para 50 (cincoenta) alunos.
- 6) — 2 (duas) casas residenciais em Vila Velha, para funcionários do Parque Florestal.
- 7) — Casa Residencial no Parque Florestal de Teixeira Soares.

SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diversos

- 1) — Edifício da Caixa de Seguros de Vida dos Servidores do Estado, com 17 (dezessete) pavimentos.
- 2) — Escola Profissional de Antonina.

SECRETARIA DA FAZENDA

- 1) — 13 (treze) Pótos Fiscais, com uma residência em diversas localidades, às margens do Rio Paranapanema.
- 2) — 8 (oito) Postos Fiscais, com duas residências em diversas localidades.
- 3) — 2 (dois) Armazens de Café, no Cajurú — Curitiba.
- 4) — Coletoria com uma residência em Astorga.
- 5) — Coletoria com uma residência em Marialva.
- 6) — Coletoria com uma residência em Sto. Antonio do Barracão.
- 7) — Casa residencial do escrivão, em Sto. Antonio do Barracão.
- 8) — Coletoria com uma residência em Jataizinho.
- 9) — Coletoria com uma residência em Araucária.
- 10) — Coletoria com uma residência em Siqueira Campos.
- 11) — Coletoria com uma residência em Centenário do Sul.
- 12) — Coletoria com duas residências em Paranavaí.
- 13) — Coletoria com uma residência em Uraí.
- 14) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Cambará.
- 15) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Arapongas.
- 16) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Bela Vista do Paraíso.
- 17) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Assaí.
- 18) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em União da Vitória.
- 19) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Pato Branco.
- 20) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Apucarana.
- 21) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Cornélio Procopio.
- 22) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Sto Antonio da Platina.
- 23) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Irati.
- 24) — Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências em Maringá.

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

- 1) — Sanatório São Sebastião da Lapa — Construção de um pavilhão para 150 leitos, reforma geral do Sanatório, construção de nova cozinha, lavanderia, refeitório, capela, câmaras de fermentação, ossuários, muros, casas dos Médicos, etc.
- 2) — Centro de Saúde de Ponta Grossa.
- 3) — Posto Misto de Higiene de 2ª classe de São José dos Pinhais.
- 4) — Posto Misto de Higiene de 2ª classe de Rolândia.
- 5) — Posto Misto de Higiene de 2ª classe de Sto. Antonio do Barracão.
- 6) — Posto Misto de Higiene de 2ª classe em Bituruna — Palmas.

- 7) — Pôsto Misto de Higiene de 2ª classe de Guaraqueçaba.
- 8) — Pôsto de Higiene de Cambé.
- 9) — Centro de Saúde de Paranaguá.

Departamento da Criança — Postos de Puericultura nos municípios abaixo:

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| 1) — Amoreira | 21) — Mandaguacú |
| 2) — Alvorada do Sul | 22) — Marialva |
| 3) — Araruva | 23) — Maringá |
| 4) — Astorga | 24) — Nova Esperança |
| 5) — Barracão | 25) — Nova Fátima |
| 6) — Capanema | 26) — Ortigueira |
| 7) — Cascavél | 27) — Paranavaí |
| 8) — Centenário do Sul | 28) — Pato Branco |
| 9) — Contenda | 29) — Paulo Frontin |
| 10) — Cruz Machado | 30) — Peabirú |
| 11) — Faxinal | 31) — Pinhalão |
| 12) — Florestópolis | 32) — Primeiro de Maio |
| 13) — Francisco Beltrão | 33) — Rio Bom |
| 14) — Guaira | 34) — Santa Amélia |
| 15) — Guaraniacú | 35) — Santo Antônio |
| 16) — Jandaia do Sul | 36) — Santo Inácio |
| 17) — Japira | 37) — Sertaneja |
| 18) — Leópolis | 38) — Tijucas do Sul |
| 19) — Lupionópolis | 39) — Timbú |
| 20) — Clevelândia | 40) — Toledo |

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

- 1) — Forum de Jacarézinho
- 2) — Forum de Laranjeiras do Sul
- 3) — Forum de Arapongas
- 4) — Forum de Fóz do Iguaçu
- 5) — Forum de Clevelândia
- 6) — Forum de Antonina
- 7) — Forum de Rebouças
- 8) — Forum de Siqueira Campos
- 9) — Forum de São José dos Pinhais

CHEFATURA DE POLÍCIA

- 1) — Delegacia de Polícia e Cadeia com quatro (4) celas em Santo Antonio do Barracão.
- 2) — Delegacia Regional de Polícia e Cadeia com oito (8) celas, em Pato Branco.
- 3) — Delegacia de Polícia e Cadeia com quatro (4) celas em Tamarana
- 4) — Delegacia Regional de Polícia e Cadeia com dezoito (18) celas em Jacarézinho
- 5) — Delegacia de Polícia e Cadeia com seis (6) celas em Laranjeiras do Sul
- 6) — Delegacia Regional de Polícia e Cadeia de Cornélio Procopio.
- 7) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Campo Mourão
- 8) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Uraí
- 9) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Dorizon
- 10) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Abatiá
- 11) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Jaguapitã
- 12) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Mangueirinha
- 13) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Rio Branco do Sul
- 14) — Delegacia de Polícia e Cadeia de Maringá Novo

- 15) — Delegacia de Polícia e Cadeia Regional em Jaguariaíva
- 16) — Delegacia de Polícia e Cadeia com 5 celas na Lapa

OBRAS AUTORIZADAS EM 1952

Grupo Escolar de Maringá.
Delegacia de Polícia e Cadeia de Ribeirão do Pinhal.
Pavilhão para 150 leitos e obras complementares no Sanatório São Sebastião da Lapa.
Grupo Escolar em Mandaguari.
Postos Fiscais em: — (1 moradia) — Guaratuba (Divisa Paraná-Santa Catarina); — Passo dos Índios (Salto do Itararé); — Taquarassu (Jagupitã); — Raul Marinho (Itambaracá); — Capim (Porecatú).
(2 moradias) — Galvão (Itambaracá); — Barro Preto (Andirá); — Quebra Canos (Santa Mariana).
Coletoria com residência em Astorga.
Casa Escolar em Jangada do Sul — Município de Palmas.
Casas Escolares em: Rio d'Areia — Mato Preto e Água Azul — todas no Município da Lapa.
Casas Residenciais de madeira: 2 no Parque Florestal de Vila Velha (Ponta Grossa) e 1 na Estação Experimental Florestal (Teixeira Soares).
Casa Escolar com 1 sala e residência em Turvo (Contenda) — Município da Lapa.
Grupo Escolar com 12 salas em Maringá.
Forum de Laranjeiras do Sul.
Delegacia de Polícia e Cadeia de Cornélio Procopio.
Delegacia de Polícia e Cadeia de Uraí.
Grupo Escolar de Apucarana (2º).
Grupo Escolar com 4 salas de aula em Irerê, Município de Londrina.
Forum de Arapongas.
Grupo Escolar de Ortigueira.
Grupo Escolar com 4 salas de aula em Tamarana, Município de Londrina.
Escola de Trabalhadores Rurais em Apucarana.
Colégio Estadual de Apucarana.
Delegacia e Cadeia de Campo do Mourão.
Coletoria e Inspetoria de União da Vitória.
Forum de Jacarézinho.
Casa Escolar de madeira com duas salas de aula, em Serrinha, Município da Lapa.
Delegacia de Polícia e Cadeia com 16 salas, em Jacarézinho.
Delegacia de Polícia e Cadeia de Laranjeiras do Sul.
Grupo Escolar com 3 salas em Fernandes Pinheiro.
Grupo Escolar «Prieto Martinez» — Curitiba.
Grupo Escolar de Correia de Freitas, Município de Apucarana.
Coletoria com Residência em Marialva, Município de Mandaguari.
Grupo Escolar em Faxinal, Município de Apucarana.
Grupo Escolar em Cambira, Município de Apucarana.
Forum de Antonina.
Grupo Escolar de Vila Floriano, Município de Mandaguari.
Posto de Puericultura tipo «C» em Tijucas do Sul.
Posto de Puericultura tipo «C» em Ortigueira.
Posto de Puericultura tipo «C» em Florestópolis.
Posto de Puericultura tipo «C» em Cascavél.
Posto de Puericultura tipo «C» em Santo Antônio.
Posto de Puericultura tipo «C» em Toledo.
Posto de Puericultura tipo «C» em Clevelândia.
Posto de Puericultura tipo «C» em Contenda.
Posto de Puericultura tipo «C» em Primeiro de Maio.

Posto de Puericultura tipo «C» em Paulo Frontin.
Posto de Puericultura tipo «C» em Capanema.
Posto de Puericultura tipo «C» em Jandaia do Sul.
Posto de Puericultura tipo «C» em Barracão.
Posto de Puericultura tipo «C» em Alvorada do Sul.
Posto de Puericultura tipo «C» em Pato Branco.
Posto de Puericultura tipo «C» em Japira.
Posto de Puericultura tipo «C» em Mandaguaçu.
Posto de Puericultura tipo «C» em Timbú.
Posto de Puericultura tipo «C» em Nova Esperança.
Posto de Puericultura tipo «C» em Lupionópolis.
Posto de Puericultura tipo «C» em Peabirú.
Posto de Puericultura tipo «C» em Maringá.
Posto de Puericultura tipo «C» em Pinhalão.
Posto de Puericultura tipo «C» em Amoreira.
Posto de Puericultura tipo «C» em Paranavaí.
Posto de Puericultura tipo «C» em Marrecas.
Posto de Puericultura tipo «C» em Centenário do Sul.
Posto de Puericultura tipo «C» em Cruz Machado.
Posto de Puericultura tipo «C» em Marialva.

Duas Casas Escolares com residências sitas em Pirai do Sul, sede do mun. do mesmo nome e Serrado Grande, mun. de Ponta Grossa.

Duas Casas Escolares em Tietê e Descampado, respectivamente nos municípios de Araucária e Bocaiúva do Sul.

Duas Casas Escolares com residências em Pirai do Sul.

Posto Misto de Higiene de 2ª Classe em São José dos Pinhais.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Pirapó, Município de Apucarana.

Grupo Escolar com 12 salas de aula em Selva, Município de Londrina.

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Cascavél.

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Toledo.

Casa Escolar com duas salas de aula em Pinhais, Município de Piranguara.

Grupo Escolar com 3 salas de aula em São José da Boa Vista, Município de Wenceslau Braz.

Grupo Escolar de Laranjeiras do Sul.

Forum de Clevelândia.

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Marrecas, Município de Clevelândia.

Coletoria com residência em Santo Antônio do Barracão.

Ampliação de quatro salas de aula e 300 metros de muro, no Grupo Escolar de Jaguapitã.

Aumento dos Postos Fiscais de Taquarassú e Capim.

Postos Fiscais em: Alvorada do Sul, Santo Inácio, — 1º de Maio, — Lupionópolis e Periquito com duas moradias.

Postos Fiscais em: Cascavél e Colônia Francêza com 1 moradia.

OBRAS CONCLUÍDAS EM 1952

EDUCAÇÃO E CULTURA

Auditório do Grupo Escolar de Assaí.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Salto Itararé, Município de Siqueira Campos.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Guamiranga, Município de Imbituva.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Paula Freitas, Município de União da Vitória.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Pôrto Vitória — União da Vitória.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Pôrto de Cima — Município de Morretes.

Grupo Escolar com 4 salas de aula em Palmeirinha — Guaraqueçaba.

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Pitanga (Séde).

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Araruva, Município de Araruva.

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Bocaiúva do Sul (Séde).

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Colombo (Séde).

Grupo Escolar com 6 salas de aula em Tulhas, Município de Congonhas.

Grupo Escolar com 8 salas de aula em Imbituva (Séde).

Grupo Escolar com 8 salas de aula em Mallet.

Grupo Escolar com 12 salas de aula e auditório de União da Vitória.

Grupo Escolar com 12 salas de aula no Bairro do Cristo Rei — Curitiba.

Grupo Escolar com 12 salas de aula na Lapa.

Grupo Escolar com 12 salas de aula e auditório em Bandeirantes.

Pavilhão de Recreio do Grupo Escolar de Ribeirão do Pinhal.

Escola de Química do Paraná (Instituto de Química) com 12 salas de aula, laboratório e auditório em Curitiba.

Ginásio com 12 salas de aula e auditório em Santo Antônio da Platina.

Ginásio Estadual com 12 salas de aula e auditório em Antonina.

Ginásio Estadual com 12 salas e auditório em Palmeira.

Ginásio Estadual com 8 salas de aula em Ribeirão Claro.

3 Casas Escolares com 1 sala de aula e residência em Águas Claras — Jaguariáiva.

Casa Escolar com 1 sala de aula em Uraí (Prefeitura).

Casa Escolar com 2 salas de aula e residência em Rancho Alegre, Município de Uraí.

SAÚDE PÚBLICA

Pavilhão para 150 leitos no Sanatório São Sebastião da Lapa.

Hospital Colônia Padrão para Psicopatas — Piraquara.

Hospital Regional de Tibagi.

Pavilhões Carville (dois) Leprosário São Roque — Piraquara.

Pôsto Mixto de 2ª Classe de Castro.

Pôsto Mixto de 2ª Classe de Uraí.

Pôsto Mixto de 2ª Classe de Andirá.

Pôsto Mixto de 2ª Classe de Araucária.

Pôsto Mixto de 2ª Classe de Ibiporã.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Jataizinho.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Palmeiras.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Imbituva.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Pôrto Amazonas.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Reserva.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Reserva.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Jaguapitã.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Jaguapitã.

Pôsto Mixto de 2ª Classe em Campo do Mourão.

CHEFATURA DE POLÍCIA

Delegacia de Polícia e Cadeia com 16 celas em Paranaguá.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Timoneira.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Campo Tenente — Rio Negro.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Bela Vista do Paraíso.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Cinzas.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Rebouças.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Jataizinho.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Ribeirão do Pinhal.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Abatiá.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Pôrto Amazonas.

Delegacia de Polícia e Cadeia com 4 celas em Wenceslau Braz.

INTERIOR E JUSTIÇA

Forum de União da Vitória.

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Escola de Trabalhadores Rurais de Pirai do Sul.

Pavilhão para o Asilo dos Velhos em Curitiba.

OBRAS EM CONSTRUÇÃO E A SEREM INICIADAS EM 1953

OBRAS

LOCAL

ANTONINA

Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início e conclusão
	Nova America da	
Grupo Escolar com 4 salas	Colina	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

AMOREIRA

Escola Profissional	Sede	Início e conclusão
Fórum	Sede	Início e conclusão
Grupo Escolar com 4 salas	Itapema	Início

ANDIRA

2º Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início
Delegacia e Cadeia	Sede	Início

APUCARANA

Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências	Sede	Início e conclusão
Escola de Trabalhadores Rurais	Sede	Em andamento
Grupo Escolar com 4 salas	Correia de Freitas	Início e conclusão
2º Grupo Escolar com 8 salas e auditório	Sede	Início e conclusão
Grupo Escolar com 4 salas	Patrimônio do Pirapó	Início e conclusão
	Patrimônio da Cambira	Início e conclusão
Grupo Escolar com 2 salas		
Ginásio com 14 salas, 2 laboratórios e auditório	Sede	Em andamento
Quartel da Polícia	Sede	Início

ARAPONGAS

Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências		
Forum	Sede	Em prosseguimento

ARAUCARIA

Coletoria com uma residência	Sede	Início
Delegacia e Cadeia	Sede	Início

ASTORGA

Grupo Escolar com 10 salas e auditório	Sede	Início e prosseg.
Coletoria com uma residência	Sede	Início e conclusão
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Início e conclusão
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

ASSAI

Exatoria e Distrito Fiscal com 2 residências	Sede	Início e prosseg.
Ginásio com 12 salas, 2 laboratórios e auditório	Sede	Início e prosseg.
Casa Paroquial	Sede	Início e conclusão

ALVORADA DO SUL

Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
-----------------------	------	--------------------

ARARUVA

Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
-----------------------	------	--------------------

BARRAÇÃO

Grupo Escolar com 4 salas	Sede	Início
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Início
Posto Misto	Marrecas	Início
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Marrecas	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

BELA VISTA DO PARAIZO

Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências	Sede	Início e prosseg.
---	------	-------------------

CAMBARÁ

Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências	Sede	Início e conclusão
Grupo Escolar de Vila Rubim com 6 salas	Sede	Início e conclusão
Ampliação do Ginásio (4 salas) e reforma geral	Sede	Início e conclusão

CASCADEL

Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início e conclusão
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

CLEVELÂNDIA

Grupo Escolar com 6 salas	Início	Início e conclusão
Grupo Escolar com 6 salas	Marrecas	Início e conclusão
Grupo Escolar com 4 salas	Vargem Bonita	Início
Grupo Escolar com 3 salas	Mariópolis	Início
Coletoria com uma residência	Início	Início
Posto de Puericultura	Início	Início e conclusão

CAMBE

Posto de Higiene de 2ª classe	Sede	Início
-------------------------------	------	--------

CAMPO DO MOURÃO

Delegacia e Cadeia com 8 celas	Sede	Conclusão
Grupo Escolar com 8 salas c/ audit.	Sede	Início

CENTENARIO DO SUL

Coletoria com uma residência	Sede	Início
------------------------------	------	--------

Grupo Escolar com 10 salas	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Conclusão
CORNÉLIO PROCÓPIO		
2º Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início
3º Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início
Exatoria com Distrito Fiscal com 2 residências	Sede	Início
Delegacia e Cadeia com 16 celas e alojamento	Sede	Em prosseguimento
Forum	Sede	Início
CURITIBA		
Grupo Escolar com 12 salas e auditório	Mercês	Início
Grupo Escolar Pietro Martinez	Sede	Prosseguimento
Casa do Estudante	Sede	Conclusão
Lar Escola de Meninas	Mercês	Prosseguimento
Hospital das Clínicas	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 8 salas e audt.	Capanema	Início
Grupo Escolar	Agua Verde	Início
Hospital para Tuberculosos para 400 leitos	Barreirinha	Início
Quartel de Polícia Militar	Sede	Início
CAPANEMA		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
CONTENDA		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
CRUZ MACHADO		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
FAXINAL		
Posto de Puericultura	Sede	Conclusão
Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início e conclusão
FLORESTÓPOLIS		
Grupo Escolar com 8 salas	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
FÓZ DO IGUAÇU		
Forum	Sede	Início
Posto Policial	Rio Paraná	Início
Posto Policial	Porto Meira	Início
Séde e Residência Departamento	Sede	Início
FRANCISCO BELTRÃO		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
GUARAQUEÇABA		
Posto Mixto de 2ª classe	Início	Início
GUAÍRA		
Posto de Puericultura	Início	Início e conclusão
GUARANIAÇU		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

IBAITI		
Coletoria com uma residência	Sede	Início
IBIPORÁ		
Grupo Escolar com 4 salas	Ribeirão das Abóbora	Início
IRATI		
Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências	Sede	Início
JAPIRÁ		
Grupo Escolar com 4 salas	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
JANDAIA DO SUL		
Grupo Escolar com 8 salas com auditório	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
JACAREZINHO		
Ginásio com 14 salas, laboratórios e auditório	Sede	Início
Delegacia e Cadeia com 16 celas e alojamento	Sede	Início e conclusão
Forum	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 4 salas	Barra do Jacaré	Início
JAGUAPITÁ		
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Conclusão
JAGUARIAÍVA		
Delegacia e Cadeia com 8 celas e alojamento	Sede	Conclusão
JATAIZINHO		
Delegacia e Cadeia com 5 celas e alojamento	Sede	Conclusão
LAPA		
Coletoria com uma residência	Sede	Início
LARANJEIRAS DO SUL		
Grupo Escolar com 8 salas e auditório	Sede	Prosseguimento
Delegacia e Cadeia com 8 celas e alojamento	Sede	Conclusão
Forum	Sede	Prosseguimento
LONDRINA		
Grupo Escolar com 2 salas	Sede	Conclusão
Grupo Escolar com 4 salas	Warta	Conclusão
Grupo Escolar com 4 salas	Irerê	Conclusão
Ginásio Estadual	Sede	Prosseguimento
4º Grupo Escolar com 12 salas	Sede	Prosseguimento
Centro de Saúde	Sede	Prosseguimento
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Tamarana	Prosseguimento
Detenção e instalação da Polícia	Sede	Início
Vila de Funcionários	Sede	Início
Sanatório para Tuberculosos com 400 leitos	Sede	Início

Delegacia e Cadeia com 4 celas	Irerê	Início
LUPIONÓPOLIS		
Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Prosseguimento
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
LEÓPOLIS		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
MALET		
Forum	Sede	Início
MANDAGUAÇU		
Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Prosseguimento
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
MARIALVA		
Coletoria com uma residência	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
MARINGÁ		
Grupo Escolar (novo) com 6 salas	Sede	Prosseguimento
Delegacia e Cadeia (novo) com 8 celas e alojamento	Sede	Prosseguimento
Coletoria com 2 residências	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar (velho) com 12 salas e auditório	Sede	Prosseguimento
Escola Normal Rural	Sede	Prosseguimento
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
MANGUEIRINHA		
Grupo Escolar com 3 salas	Chopin	Conclusão
Grupo Escolar com 3 salas	Barro Preto	Conclusão
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Conclusão
Posto Misto	Chopin	Início
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Barro Preto	Início
MANDAGUARÉ		
Exatoria e Distrito Fiscal com 2 residências	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 4 salas	Ourizona	Prosseguimento
Grupo Escolar com 4 salas	Florianópolis	Prosseguimento
NOVA ESPERANÇA		
Grupo Escolar com 10 salas	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 6 salas	Alto Paraná	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
NOVA FATIMA		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
ORTIGUEIRA		
Grupo Escolar com 4 salas	Sede	Prosseguimento
Cadeia Pública com 4 celas	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
PARANAVÁ		
Coletoria com duas residências	Sede	Prosseguimento
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

PATO BRANCO		
Delegacia e Cadeia com 8 celas e alojamento	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 10 salas e auditório	Sede	Prosseguimento
Exatoria e Distrito Fiscal com duas residências	Sede	Prosseguimento
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
PALMAS		
Escola Normal Regional	Sede	Prosseguimento
Posto Misto de Higiene	Bituruna	Início e conclusão
PALMEIRA		
Grupo Escolar com 4 salas	Colônia Franceza	Início
PARANAGUÁ		
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Alexandra	Início
Ginásio Estadual	Sede	Início
Centro de Saúde	Sede	Início
Exatoria e Distrito Fiscal	Sede	Início
PIRAÍ		
3 Casas Escolares	Sede	Início
PINHALÃO		
Posto Misto de 2ª Classe	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar (ampliação)	Sede	Início
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
PIRAQUARA		
Manicômio Judiciário	Sede	Prosseguimento
PORECATU		
Forum	Sede	Início
PONTA GROSSA		
Colégio Estadual	Sede	Início
Grupo Escolar «Senador Correia»	Sede	Início
Grupo Escolar	Bairro das Orfãs	Prosseguimento
Grupo Escolar	Colônia Da. Luiza	Início
Grupo Escolar	Serradinho	Prosseguimento
Grupo Escolar	Bôa Vista	Prosseguimento
Centro de Saúde	Sede	Prosseguimento
PAULO FRONTIN		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
PEABIRU		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
PRIMEIRO DE MAIO		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
REBOUÇAS		
Forum	Sede	Início
RESERVA		
Grupo Escolar com 3 salas	Candido de Abreu	Início

RIO AZUL		
Coletoria com uma sala	Sede	Início
RIBEIRÃO CLARO		
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Início
RIO BRANCO DO SUL		
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Início
ROLÂNDIA		
Pôsto Misto de 2ª classe	Sede	Prosseguimento
Delegacia e Cadeia com 4 salas	Sede	Início
Forum	Sede	Início
2º Grupo Escolar com 8 salas e auditório	Sede	Início
RIO BOM		
Pôsto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
SANTO ANTÔNIO		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
Forum	Sede	Início
Delegacia e Cadeia	Sede	Prosseguimento
Coletoria com uma residência	Sede	Prosseguimento
Posto Misto de Higiene	Sede	Início
Residência do Escrivão	Sede	Prosseguimento
S. ANTONIO DA PLATINA		
Exatoria e Distrito Fiscal	Sede	Início
2º Grupo Escolar	Sede	Início
SANTA MARIANA		
Escola de Trabalhadores Rurais	Sede	Conclusão
Grupo Escolar com 4 salas	Sede	Início
S. JOSÉ DOS PINHAIS		
Posto Misto de 2ª classe	Sede	Prosseguimento
Forum	Sede	Início
S. JOSÉ DOS PINHAIS		
Delegacia e Cadeia	Sede	Início
Delegacia e Cadeia	Mandirituba	Início
Grupo Escolar com 6 salas	Aruatã	Início
SÃO MATEUS DO SUL		
Ginásio Estadual (const. do Edifício)	Sede	Prosseguimento
SERTANÓPOLIS		
Grupo Escolar com 10 salas	Sede	Prosseguimento
SIQUEIRA CAMPOS		
Forum	Sede	Prosseguimento
Coletoria com uma residência	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 2 salas	Marimbondo	Início
SANTA AMÉLIA		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
SANTO INACIO		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão

SERTANEJA		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
TEIXEIRA SOARES		
Grupo Escolar com 3 salas	Fernandes Pinheiro	Conclusão
TIMONEIRA		
Grupo Escolar com 2 salas	Campo Magro	Prosseguimento
TOLEDO		
Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Prosseguimento
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
TULHAS		
Delegacia e Cadeia com 4 celas	Sede	Início
TIJUCAS DO SUL		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
TIMBÓ		
Posto de Puericultura	Sede	Início e conclusão
UNIAO DA VITÓRIA		
Exatoria e Distrito Fiscal	Sede	Conclusão
URAI		
Delegacia e Cadeia	Sede	Prosseguimento
Coletoria	Sede	Prosseguimento
Grupo Escolar com 6 salas	Sede	Início
WENCESLAU BRAZ		
Grupo Escolar com 3 salas	S. João Boa Vista	Conclusão

VIAÇÃO E TRANSPORTES

Os trabalhos do Departamento de Estradas de Rodagem prosseguiram no ano de 1952 em ritmo sem precedentes em toda a história do Paraná. Ao contrário das administrações anteriores, o atual governo não estabeleceu limite de produção, ficando as firmas empreiteiras com ampla liberdade de aproveitar ao máximo o rendimento dos equipamentos rodoviários. Também no setor da pavimentação — pela primeira vez na nossa história — iniciou-se o asfaltamento em larga escala, com o ataque de 130 Km. na P-1, entre Apucarana e Santa Mariana. Dessa forma vem o D. E. R. do Paraná cumprindo rigorosamente com o programa traçado pelo Governo não obstante as inúmeras dificuldades decorrentes, não somente da situação do comércio exterior, mas também de contratos onerosos ao Estado, feitos pela administração anterior.

Não obstante, os resultados obtidos pelo D. E. R., não somente no ano de 1952, mas no bienio de 1951-1952, são de molde a entusiasmar os mais céticos, como se pode avaliar do que segue:

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

Tronco I — Prossegue a construção dos trechos entre Curitiba-Paranaguá, Curitiba-Campo Largo, Campo Largo-Palmeira e Irati-Relógio. Com exceção do primeiro, cujas dificuldades decorrem de um mau contrato firmado pelo Estado na administração anterior, os demais prosseguem em ritmo acelerado. O trecho Curitiba-Campo Largo, iniciado em fevereiro, acha-se praticamente pronto, interrompido apenas por 4 obras

de arte em andamento. O encurtamento de 10 Km. entre a Capital e aquela cidade — acarretará uma redução de 30% no custo do transporte, inclusive passagens de ônibus. O trecho Campo Largo-Palmeira foi atacado até São Luiz do Purunã, sendo a sua construção mais demorada por ter de vencer a Serra de São Luiz. Por último o trecho Irati-Relógio, cuja construção avança em ritmo acelerado, deverá estar concluído em outubro do corrente ano.

Tronco 2 — Os trechos entre Antonina-Cacatú, Cerro Azul-Ribeira e Ribeira-Jaguariaíva, sofrem as consequências de maus contratos realizados pela administração anterior. Ao contrário, prossegue em ritmo acelerado a construção do trecho Wenceslau Braz e Santo Antonio da Platina. Convém ressaltar, que esta região, sempre abandonada pelos governos anteriores, ficará servida, ainda este ano, por uma magnífica rodovia que ligará Jacarézinho a Pirai do Sul.

Tronco 3 — A estrada do Cérne vem sendo melhorada em seus pontos críticos: variantes entre Curitiba e Abapã e traçado novo entre Assaí e Jataízinho.

Tronco 4 — Para se fazer uma pálida idéia do que será a nova rodovia Curitiba-Ponta Grossa, basta mencionar que a atual tem 141 Km. e 859 curvas, ao passo que a nova ligação, em estudo, terá 113 Km. e apenas 59 curvas. Ainda na T-4, prossegue a construção do trecho Ponta Grossa-Ortigueira e Ortigueira-Apucarana, este último também dificultado por contratos realizados com firmas sem capacidade técnica, na administração anterior.

Tronco 5 — Iniciado em meados do ano findo, o trecho entre Jandaia e Maringá, está quase concluído. Estão sendo atacados com intensidade os trechos entre Maringá e Paranavaí e Paranavaí-Porto São José, onde as estradas haviam sido completamente abandonadas pelo governo anterior. Vale notar que entre Paranavaí e Porto São José, a nova rodovia vence o percurso com uma única réta de 86 Km.

Tronco 7 — O célebre Tronco 7 — entre Curitiba-União da Vitória, considerado pronto pela administração anterior, e que consumiu Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros) em 1951 e Cr\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros) em 1952, está em fase de conclusão, pois faltam apenas os 10 Km. do aterro do rio Pottinga.

Paralela 1 — Também considerada concluída pela administração anterior, ainda continua em serviço. Aliás, a pavimentação asfáltica exigiu uma reforma completa do traçado, executado sem levar em conta o progresso do Norte-Paraná. A estrada está sendo alargada para 13 m. e trechos inteiros estão sendo construídos completamente novos: Ibioporã-Londrina, com encurtamento de 3 Km. Aricanduva-Rolândia, com encurtamento de 6 Km., em fase de conclusão. Convém notar que a cada quilometro de encurtamento corresponde a uma economia de UM MILHÃO DE CRUZEIROS em asfaltamento. Por fim o trecho Apucarana-Jandaia do Sul, iniciado em meados do ano findo, já em fase de conclusão.

Paralela 2 — Trecho entre Ribeirão Claro e Jacarézinho, prossegue normalmente.

Paralela 3 — Entre Cambuí e Curiuva. Foi rescindido o contrato realizado pela administração anterior, com uma firma sem capacidade técnica. O serviço está sendo atacado por administração, devendo ser concluído no corrente ano. O vale do Cinzas constitui uma das melhores zonas agrícolas do Estado, mas permaneceu inexplicavelmente abandonado pelo governo anterior. Para liberar em definitivo essa região, foi atacada a construção do trecho entre Cambuí e Tomazina, por duas grandes firmas construtoras.

Paralela 4 — Entre Sengés e Itararé: obra delegada ao D. N. E. R. — prossegue de acordo com os recursos federais.

Paralela 7 — Foi melhorado o trecho entre União da Vitória e Bituruna, permitindo o tráfego em qualquer tempo.

Longitudinal 2 — Prossegue com intensidade a construção entre Castro e Sengés. Durante este mês deverá ficar concluído o trecho entre Castro e Pirai do Sul e, no corrente ano, o restante do trecho entre Joaquim Murtinho e Sengés, sem as obras d'arte, que são inúmeras.

Longitudinal 4 — Foi paralizada por algum tempo a construção entre Guarapuava-Pinhão, a-fim-de estudar uma melhor passagem sobre o rio Jordão, já obtida. Os trabalhos prosseguirão no corrente ano.

Ramal 2 — Concluído o trecho entre Itararé e Carlópolis.

Ramal 10 — Prosseguem com intensidade os trabalhos entre Tibagi e Ortigueira que consumiu em 1951, 27 milhões de cruzeiros e em 1952 7 milhões de cruzeiros. Esta estrada havia sido dada como concluída no quadriênio anterior.

Ramal 12 — Curitiba-Rio Branco, para escoamento do cimento. Os serviços vão bem adiantados, já permitindo passagem entre Curitiba e Timoneira.

Em resumo, o movimento de terra, no corrente ano foi enorme: Cinco milhões e oitocentos mil metros cúbicos. Somados aos três milhões e quinhentos mil escavados em 1951 — perfazem nove milhões e quinhentos mil metros cúbicos, no biênio 51-52, DUAS VEZES A PRODUÇÃO DO QUATRIÊNIO 47-50.

Mas há aspectos mais interessantes: enquanto o volume escavado cresceu de 50% em 1951 e de 140% em 1952, tudo em relação ao ano de 1950, a despesa cresceu apenas em 30% em 1951, e 28% em 1952, também em relação ao ano de 1950. Isto porque o preço médio, que era de 24,66 em 1950, caiu para 21,47 em 1951 e finalmente para 13,11 em 1952!

Enquanto todas as utilidades sofreram as consequências da inflação, o D. E. R. conseguiu reduzir de 50% o preço do metro cúbico escavado!

Traduzido em cifras, comparativamente ao preço médio de 1950, verifica-se que a atual administração economizou OITENTA MILHÕES DE CRUZEIROS no biênio 1951-1952!

OBRAS D'ARTE ESPECIAIS

Também neste sector foi notável a produção do D. E. R. Não obstante a falta de cimento na praça de Curitiba, o trabalho de construção de pontes prosseguiu em ritmo acelerado, tendo sido concluídas as seguintes:

T-1 Entre Palmeira e Irati — Capivara, Guarauna, São Pedro e Guarauninha.

Entre Guarapuava e Laranjeiras — Coitinho.

T-7 Entre Curitiba e U. da Vitória — Faxinal, Estaca 3, Estaca 23, Iguaçu, Santana I, Passa Dois, Lageado, Barra Feia e Santana II.

P-1 Entre C. Procópio e Jataizinho — Congonhas.

P-6 Entre Rio Negro e A. Olintho — Passa Três.

P-7 Entre União da Vitória e Bituruna — Rio D'Areia.

L-2 Entre Castro e Ponta Grossa — Pitangui e Lageado Grande.

L-4 Entre Rio Bonito e Guarapuava — Palmital e Corumbataí.

L-5 Entre Maringá e Campo Mourão — Ivaí.

R-15 Entre Curitiba-Paranaguá — Passa Sete.

R-10 Caioabá-Porto da Passagem — Prainha.

R-27 Entre Joaquim Murtinho e Arapoti — Rio s. nome.

Municipal Entre Guarapuava e Mangueirinha — Jordão.

Entre Uraí e Cornélio Procópio — Congonhas.

Entre Assaí e Ribeirão do Pinhal — Congonhas.

R-20 Entre Curitiba e Joinville — Campina Chata.

Estas obras d'arte, somam, ao todo, UM QUILOMETRO E DUZENTOS E TRINTA METROS, destacando-se a do Ivaí, entre Maringá e Campo Mourão, que veio resolver um dos mais sérios problemas daquela região. Considerando as obras d'arte construídas em 1951, tem-se para o biênio 1951-1952, um total de UM QUILOMETRO E QUATROCENTOS E CINCO METROS DE PONTES, contra apenas SEISCENTOS E VINTE E SEIS METROS, construídos no quadriênio de 47 a 50. Em outras palavras: no quadriênio anterior, a média foi de CENTO E CINCOENTA metros anuais, ao passo que a atual administração está executando SETECENTOS METROS ANUAIS!

Além disso, estão em andamento UM QUILOMETRO CENTO E DEZOITO METROS; em concorrência DUZENTOS E QUARENTA E CINCO METROS; em projeto cerca de DOIS QUILOMETROS DE OBRAS D'ARTE!

PAVIMENTAÇÃO

Nesse setor, além dos serviços de revestimento entre Palmeira e Irati, Araucária-Lapa, Lapa-São Mateus, São Mateus, União da Vitória, Castro-Ponta Grossa, Ortigueira-Tibagi, Uvaia-Ipiranga, Guarapuava-Campo Mourão, União da Vitória-Palmas, Cornélio Procopio-Ibiporã, Ribeirão Claro-Pôrto Emigdão, Paulo Frontim-União da Vitória, Joaquim Murtinho-Arapoti, Periquitos-Tibagi, numa extensão aproximada de TREZENTOS QUILOMETROS, executado parte por administração direta, parte por empreitada, ressalta pela sua importância, o contrato de pavimentação asfáltica na P-1, entre Apucarana e Santa Mariana.

Realmente, com essa iniciativa, implantou-se no Paraná a mentalidade da pavimentação das estradas. Durante o quadriênio anterior, apenas DOZE QUILOMETROS foram pavimentados, entre Curitiba e o Aeroporto — uma estrada já macadamizada e com todas as facilidades que oferece a proximidade da Capital e o acesso dos materiais necessários a obra. A atual administração preferiu socorrer uma região que, pela intensidade do tráfego e, pela dificuldade do material para revestimento primário e pelo seu trabalho, merece o apoio integral da administração. As dificuldades são inúmeras, prejudicando o aceleração dos trabalhos, a saber:

1ª — O péssimo traçado da estrada construída pelo governo anterior. Entre Ibiporã e Apucarana, praticamente constroem o D. E. R. uma nova estrada para ser pavimentada, encurtando cerca de DEZ QUILOMETROS o que corresponde a uma economia de DEZ MILHÕES EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. A pedido de Londrina o novo traçado desviou a cidade, facilitando imensamente o tráfego urbano.

Tudo isso vem sendo feito sem alardes, sem propaganda, mas num trabalho intenso e contínuo.

2ª — Os trechos aproveitáveis em traçado, não tem largura necessária, pois o governo anterior, desconhecendo a potencialidade do Norte do Paraná, determinou a abertura da estrada com apenas 7,5 metros. Entre Ibiporã e Melo Peixoto, os trechos já entregues estão sendo alargados para 13 m., o que corresponde a fazer a uma nova estrada.

3ª — A dificuldade na seleção dos materiais para base e sub-base. Na realidade, em uma região de terras tão férteis, é natural que sejam raros os depósitos de material duro para pavimentação. Os poucos existentes já são objeto de exploração comercial e os acordos são sempre onerosos.

4ª — A situação do comércio exterior, com as restrições feitas pela CEXIM às importações de asfalto e equipamentos vem dificultando o asfaltamento de nossas rodovias. Para andamento satisfatório e rendimento econômico das usinas, são necessários MIL TAMBORES MENSAIS para cada firma contratante, ou sejam QUATRO MIL TAM-

BORES MENSAIS. Até a presente data recebeu-se do Rio Grande do Sul apenas MIL TAMBORES! Entretanto, liberada a licença de importação, conforme determinação do Exmo. Sr. Presidente da República, ter-se-á dentro em pouco tempo CINQUENTA MIL TAMBORES. Enquanto isso prossegue-se com o serviço de sub-base e base, na realidade o mais difícil da pavimentação.

Não obstante, todas as dificuldades, estão SEIS QUILOMETROS CONCLUÍDOS, entre Apucarana e Aricanduva e QUATORZE QUILOMETROS de sub-base nos vários trechos. No corrente ano o panorama do Norte do Paraná será modificado pela faixa asfaltada entre Apucarana e Santa Mariana! Apenas nessas obras de pavimentação o D. E. R. está invertendo uma importância de CENTO E TRINTA MILHÕES DE CRUZEIROS, sem contar o serviço de terraplenagem das variantes e alargamentos!

Também na Graciosa o D. E. R. prossegue o asfaltamento por administração do 1º Distrito Rodoviário, trata-se da melhoria da chapa de rolamento da velha rodovia que, ainda por alguns anos deverá cumprir a sua missão de escoar os produtos de exportação, enquanto não se concluir a construção e pavimentação da nossa Auto Estrada-Paranaguá-Curitiba.

Ainda no setor de pavimentação prosseguem as negociações para obtenção do financiamento suficiente para o asfaltamento de três grandes eixos em torno dos quais gravita toda a economia paranaense:

- 1 — Eixo do Café — PARANAVAI - MARINGÁ - APUCARANA - ORTIGUEIRA - PONTA GROSSA - CURITIBA - PARANAGUA.
- 2 — Eixo do Cereal — APUCARANA - LONDRINA - CORNELIO PROCÓPIO - MELO PEIXOTO.
- 3 — Eixo da Madeira — PONTA GROSSA - CASTRO - PIRAÍ DO SUL - JAGUARIATVA - SENGES.

Pavimentados esses três grandes eixos por onde circula e para onde convergem toda a riqueza do Estado, uma nova era econômica e política começará para o nosso Paraná.

CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Prosseguem normalmente os serviços de conservação de estradas, o mais ingrato serviço atribuído ao D. E. R. As rodovias que não faz três anos recebiam o impacto de 200 a 300 veículos por dia, como a Graciosa, Cerne e Curitiba-Ponta Grossa, estão hoje com uma média de 800 a 1.000 veículos diários. A P-1, entre Cambé-Londrina-Ibiporã, tem uma média de 4.000 veículos diários, atingindo 5.800 em algumas ocasiões! A estrada do Cerne e a Graciosa, em épocas de safra de café, sofrem as consequências de esforço de 2.000 veículos diários.

Muito pouca gente sabe que cada material tem o seu limite de resistência; não se pode admitir, por exemplo, que uma estrada simplesmente ensaiada resista com eficiência ao tráfego de mais de 1.000 veículos por dia. Intensificar a conservação, jogando mais homens e máquinas, é jogar dinheiro fora. Urge uma solução definitiva — a pavimentação — sem o que o Estado irá invertendo cada ano uma soma maior em conservação de estradas paralizando os demais serviços.

A outro lado, quanto piores forem as condições técnicas da rodovia, mais difícil se torna a conservação. É o exemplo do Cerne, da Graciosa e da Curitiba-Ponta Grossa. Nem por isso, entretanto, o D. E. R. vem se descuidando da conservação. A rede conservada aumentou de 700 quilômetros de 1950 para 1952, assumindo o D. E. R. os encargos de conservação das estradas da região de Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Cornélio Procópio, em completo abandono na administração anterior.

Foram adquiridos aproximadamente VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS em novos equipamentos, entre os quais 42 caminhões REO Gigantes,

12 caminhões Chevrolet, 10 caminhões Dodge, com irrigadores, 7 moto-niveladoras pesadas e 2 Tratores.

Está muito bem encaminhado o pedido de empréstimo pelo PONTO QUARTO (IV) que proporcionará ao D. E. R. a possibilidade de adquirir diretamente nos EE. UU., a preço de fábrica, um grande equipamento de conservação: 200 caminhões basculantes (Gigantes); 60 motoniveladoras pesadas; 10 tratores com lâmina e «scraeper»; 10 escavadeiras; pás carregadoras, caminhões tanques para asfalto, equipamento de oficina, etc., aproximadamente no valor de US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares). Com esse material o D. E. R. poderá assumir novos encargos de conservação, principalmente nas regiões pioneiras onde as dificuldades são maiores.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ao assumir o governo em 1951, a situação do D. E. R. era verdadeiramente crítica pelo seguinte:

Crédito dos empreiteiros	Cr\$ 64.724.831,00
Empréstimo no Banco do Estado	Cr\$ 80.000.000,00
Empréstimo no Banco do Brasil	Cr\$ 60.000.000,00

TOTAL Cr\$ 204.724.831,00

Isto significava, em resumo, que todas as obras realizadas no quadriênio anterior, ficaram para ser pagas na atual administração! Para qualquer administrador tímido isso seria motivo mais do que suficiente para uma paralisação geral de todos os serviços. Entretanto, aconteceu justamente o contrário: o D. E. R., fortalecido pela Lei dos 15%, intensificou todos os trabalhos e o Estado orientado por uma nova política financeira, cumpriu religiosamente suas obrigações para com os dois Bancos. Resumindo em largos traços a situação financeira do D. E. R. neste biênio que se finda, tem-se:

Deficit herdado de administração anterior	Cr\$ 204.724.831,00
Produção do ano de 1951	Cr\$ 143.000.000,00
Produção do ano de 1952	Cr\$ 177.000.000,00

TOTAL Cr\$ 524.724.831,00

Dessa elevada importância, deve o D. E. R. apenas 16 milhões de cruzeiros aos empreiteiros como se segue:

Deficit de 1951	31 milhões de cruzeiros
Produção de 1952	177 milhões de cruzeiros

A pagar em 1952	208 milhões de cruzeiros
Pago em 1952	192 milhões de cruzeiros

A pagar 16 milhões de cruzeiros
e parte do empréstimo ao Banco do Brasil, cujas importâncias estão consignadas em orçamento e vêm sendo pagas religiosamente.

Outro ponto da administração do D. E. R. que vem recebendo crítica infundada é o da emissão de promissórias, quando só deveria receber encômios. Na verdade, o D. E. R., particularmente, apenas autorizado pelo Conselho Rodoviário e pelo Executivo, de acordo com o que preceitua a sua Lei Orgânica, obtem na praça de Curitiba o desconto de 125 milhões de cruzeiros em promissórias, operação absolutamente legal, sendo seus títulos aceitos ao par pelos Bancos do Estado do Paraná, Comercial do Paraná, Lavoura de Minas Gerais, Mercantil de São Paulo, Estado de São Paulo, Crédito Real de Minas Gerais, Curitiba, Indústria Comércio Santa Catarina, Casa Bancária Vicente Fiorillo, London S.

América, Nacional da Cidade de São Paulo, Nacional do Comércio, Brasileiro de Descontos e Banco do Brasil! O resgate de 80 milhões já realizado, absolutamente em dia, revela a segurança da operação, cuja finalidade é apenas a de antecipar a receita. A confiança depositada no D. E. R. pelas maiores organizações Bancárias que operam no Estado do Paraná, é de molde a honrar qualquer administração.

ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 1952 não representou a rigor para o Departamento de Aguas e Energia Elétrica uma fase de novas realizações.

A orientação dada aos seus trabalhos pela direção técnica foi no sentido de uma revisão completa dos projetos existentes.

O chamado plano-elétrico do Estado que constava de uma série de centrais geradoras, muitas de pequena potência, sem um sistema de inter-ligação teve sua execução interrompida, com o objetivo de ser substituído por um plano mais racionalmente estudado.

De outra parte, procurou-se evitar a instalação de novas centrais Diesel-Elétricas e, tanto quanto possível, a ampliação das existentes, porque esse sistema, apenas aceitável como medida de emergência, não constitui uma solução para o problema de eletrificação do Estado, importando ao contrário em pesado onus, sem a compensação de um serviço eficiente.

Por esta razão a potência instalada no Estado, durante o ano de 1952 teve um aumento menor do que o governo pretendia imprimir-lhe.

Em síntese, pode-se relatar as atividades do Departamento, ao qual delegou-se a eletrificação do Estado, do modo seguinte:

Sector de operações:

No sector de Operações, deu o DAEE cumprimento a suas atribuições, tratando da manutenção das instalações existentes, que constam dos quadros seguintes:

Localidades	Diesel	Turb.	Loco-móveis	Roda D'água
PARANAGUA	13.....	2		
ANTONINA	4.....		1	
MORRETES	2.....			1
MATINHOS	2			
GUARATUBA	2			
ARAUCÁRIA	3.....		1	
EMBITUVA	1.....		1	
MALET	1.....			1
FÓZ DO IGUAÇU	1.....		1	
CASCADEL	1.....		1	
NOVA FÁTIMA	3			
ARAPOTI	1			
JAGUAPITÁ	1.....		1	
JATAISINHO	1			
APUCARANA	14			
MANDAGUARI	3			
MARINGÁ	1			
MANDAGUAÇU	1			
CAMPO MOURÃO		1		
CERRO AZUL		1		
RIO BRANCO DO SUL		1		
BOCAIUVA DO SUL		2		
TOTAL DE MOTORES				
DIESEL	55			
TOTAL DE TURBINAS		7		

TOTAL DE LOCOMÓ-
VEIS
TOTAL DE RODAS
D'AGUA

6

2

K. V. A.					
	NOMES	Insta- lados	Funcio- nando	Em re- paros	Em mon- tagem
Mixta					
(1	Paranaguá	2800	2000	800	+ 800
(2	Antonina	355	355	—	—
(3	Morretes	155	155	—	—
(4	Matinhos	155	75	80	—
(5	Guaratuba	120	120	—	—
(6	Araucária	215	115	100	—
(7	Imbituva	229	229	—	—
(8	Malét	117	117	—	—
(9	Foz do Iguaçu	75	75	—	280
(10	Cascavél	85	60	25	—
(11	Tulhas (Nova Fátima)	494	494	—	—
(12	Arapoti	80	80	—	—
(13	Jaguapitã	140	60	80	—
(14	Jataizinho	50	50	—	—
(15	Apucarana	2185	1000	1185	1500
(16	Mandaguari	225	225	—	—
(17	Maringá	75	75	—	—
(18	Mandaguacu	18	18	—	1200
(19	Campo Mourão	200	200	—	300
(20	Cêro Azul	94	94	—	—
(21	Rio Branco do Sul	90	75	15	—
(22	Bocaiuva do Sul	75	75	—	—
	SOMA	8032	5747	2285	4080
(23	Localidades servidas, sem produção própria				
(23	Caibá (Servida por Matinhos)				
(24	Ribeirão do Pinhal				
(25	Congonhas				
(26	São Sebastião da Amoreira				
(27	Assaí				
(28	Pirapó				
(29	Cambira				
(30	Jandáia do Sul				
	Servidas por Tulhas (Nova Fátima)				
	Servidas por Apucarana				

No exercício de suas atividades, a Divisão de Operações executou os trabalhos a seguir enumerados, dignos de menção especial.

ANTONINA:

Em março foi instalado um novo conjunto OTTO-DEUTZ, de 70 KVA., e iniciada a reforma dos demais, um de cada vez. O primeiro motor a ser reconicionado foi um «GM», de 75 KVA., o qual ficou terminado em abril. A seguir foi feita a reforma de um motor ATLAS-POLAR de 90 KVA., que entrou em funcionamento em 24 de julho. Em novembro entrou em funcionamento, novamente, um conjunto SULZER-FRÈRES de 110 KVA. O reconicionamento deste motor não foi completo devido faltarem as peças que estão encomendadas na Suíça e ainda não chegaram. Foi autorizada a paralização de um conjunto à vapor de manutenção, muito dispendiosa, que estava em mau estado.

ARAUCARIA:

Foi feita uma retificação na locomóvel dessa localidade. Ficou em serviço um motor «GM», de 75 KVA. Um Grupo Internacional de 40 KVA., foi retirado para Curitiba, afim de ser reconicionado e em seguida, enviado novamente a essa localidade.

ARAPOTI:

Em fevereiro foi instalado um conjunto novo OTTO-DEUTZ, de 70 KVA., em substituição a um motor «GM», que se encontrava em mau estado. Foi instalada uma Caixa D'água, em virtude da refrigeração desse motor ser por circulação de água.

GUARATUBA:

No início do mês de agosto foi instalado um novo conjunto de 60 KW., duplicada a potência anteriormente instalada. Em setembro, ficou terminada a reforma e reconicionamento do conjunto primitivo, de maneira que, atualmente, encontra-se com dois conjuntos em boas condições.

IMBITUVA:

Foi instalado um novo motor Diesel «M. W. M.», de 154 KVA. Está sendo construído o novo prédio, afim de ser transferido o locomóvel que atualmente está localizado em terreno particular.

MALET:

Esta localidade é atendida por um Grupo Diesel «GM», o qual auxilia a primitiva Usina Hidro-elétrica, acionada por uma Roda D'água. Está em serviços a instalação da nova turbina que substituirá a Roda D'água.

MORRETES:

Em maio de 1952 foi instalada mais uma unidade de 75 KVA.

PARANAGUA:

A montagem de um conjunto SULZER-FRÈRES de 1.200 HP., já adquirido, que deverá acionar um Gerador de 800 KW., que pertencia ao Grupo «HAMILTON», inteiramente inutilizado por incêndio, será iniciada logo que se conclua a construção da base em execução. No último ano foram reconicionados totalmente 6 (seis) «GM», de 75 KVA., cada um, e feito o enrolamento do Gerador do motor «Mirrlees», de 200 KVA.

Em 1952 foi iniciada a reforma geral, da Rede de Distribuição, já quase toda terminada.

FÓZ DO IGUAÇU:

Foi adquirido um locomóvel novo de 350 HP. Está sendo construído o prédio onde a mesma irá ser instalada, faltando adquirir ainda o respectivo alternador.

JATAISINHO:

O motor ATLAS-POLAR, que abastece essa localidade foi reconicionado por duas vezes.

JAGUAPITÁ:

Essa localidade é servida por um Grupo CATERPILAR de 56,5 KVA., sendo que na ocasião em que o serviço foi incorporado pelo DAEE, existia uma locomóvel de 80 KVA., em péssimas condições. Presentemente está sendo providenciada a reparação dessa máquina e também a reforma e ampliação da Rede de Distribuição em alta tensão.

APUCARANA:

Esta Secção que conta com uma Usina Diesel, fornece energia às lo-

calidades do PIRAPÓ, CAMBIRA e JANDAIA DO SUL. Afim de suprir as necessidades, foram instalados 2 (dois) conjuntos «GM», de 75 KVA., cada um, dos quais um se encontrava nesta Capital para reforma e outro foi retirado de Arapoti.

Ulteriormente, ainda, para socorrer a situação precária dessas localidades, instalaram-se mais 2 (dois) conjuntos, 1(um) «GENERAL-MOTORS», de 90 KVA., e 1 (um) «M. W. M.», de 154 KVA.

No último semestre deixou-se de prestar assistência a essas localidades em virtude da administração ter passado para a Prefeitura local.

A Divisão de Engenharia dando prosseguimento aos trabalhos que lhe estão afetos, atendeu aos seguintes serviços, no decorrer do ano de 1952.

PARANAGUA:

Iniciou e concluiu a reforma da usina térmica, a fim de ser possível a instalação do motor WORTHINGTON, de 850 HP.

SERRA DA PRATA:

Foram tomadas tôdas as providências a fim de ser iniciada a reforma dos aquedutos da Serra da Prata, no mês de Dezembro, quando se deu a instalação dos serviços.

BOCAIUVA DO SUL:

Foi instalada uma Turbina de 100 HP., na usina Hidro-elétrica dessa localidade.

RIO BRANCO DO SUL:

Em Janeiro foi instalada uma Turbina de 100 HP.

Cavernoso: —

Foi feita concorrência pública dos trabalhos de construção dessa usina, tendo iniciado a firma contratante os serviços com o seguinte avançamento:

Barragem: Ensecadeira — 49 metros, escavação das hombreiras num volume de 65m³ de rocha.

Obras de Tomada: Escavação total, pronta.

Canal Adutor: 75 metros de avançamento num total de 1.800m³ de escavação em rocha.

Casas de Operadores: Iniciadas e concluídas 3 casas de operadores.

Câmara de Carga: Iniciadas as escavações.

Prédio de Usina: Preparo do pátio onde será construída a usina de 1.500 HP.

Serviços Complementares: foram reparados 18 kms. de estrada de acesso à Usina.

LARANJINHA:

Túnel: Prosseguiram as escavações tendo um avançamento de 140 metros.

Câmara de Carga: Foram escavados 6.800m³ de material.

Tubulação Forçada: Preparado o terreno para o avançamento dos bêrços e blocos para aquela tubulação.

Usina: Preparado o pátio onde será construída a futura usina de 1.600 HP.

CAMPO DO MOURÃO:

Prosseguiram os trabalhos de construção dessa usina, atacados nos seguintes pontos:

Túnel I: Concluída a perfuração num total de 160 metros lineares.

Stand-Pipe: Concluída a escavação numa profundidade de 36 metros por 13 metros de diâmetro.

Revestimento: Avançamento até aos 21 metros de profundidade.

FINALIDADES

A organização atual do Departamento de Aguas e Energia Elétrica consta do Regulamento baixado pela Portaria n. 371, de 17 de Dezembro de 1948, do Secretário de Viação e Obras Públicas.

Esse Regulamento estabelece que o D. A. E. E. seja constituído dos seguintes órgãos:

- a) Diretoria
- b) Divisão de Hidráulica
- c) Divisão de Eletricidade
- d) Divisão de Engenharia
- e) Divisão de Operações
- f) Divisão Administrativa
- g) Assistência Jurídica

As atribuições dos órgãos citados estão pormenorizadamente definidos no Regulamento, e as suas falhas não constituem causa de insuficiência dos trabalhos do Departamento. De nada valeria introduzir modificações nos títulos desses órgãos e em suas atribuições. As falhas permaneceriam inalteradas, porque provêm de um erro fundamental de estruturação, que precisa ser corrigido.

Para funcionar como organismo estatal e cumprir, dentro do regime normal do serviço público, as atribuições fixadas em lei, o D. A. E. E. necessita de modificações radicais na sua organização interna. Para atingir os objetivos que a coletividade paranaense reclama, a reforma deve atingir os fundamentos de sua estrutura.

PLANO DE TRABALHO

Em substituição ao chamado Plano Hidro-elétrico do Estado, que consta de uma série de centrais geradoras, quasi tôdas de pequena potência, e sem constituir um sistema interligado, foi esboçado um plano racional de abastecimento de energia elétrica da região mais populosa do Estado, com ampla interconexão das centrais geradoras.

Esse plano, embora parcial, vem satisfazer as necessidades atuais de consumo, porque abrange a região em que as solicitações de energia podem justificar uma grande produção — a Zona Norte, o Planalto de Ponta Grossa, a Estrada de Ferro Central do Paraná, a Região Circunvizinha de Curitiba e o Litoral.

Trata-se realmente de um plano parcial, ou melhor, da parcela principal de um plano geral que precisa ser executada com prioridade. Estudiar com pormenores o plano geral antes de começar a execução da parcela mais urgente seria, sem dúvida, perder precioso tempo.

A área restante do Estado apresenta pequenos centros de consumo separados por longas distâncias, não permitindo, no momento, a instalação econômica de grandes centrais geradoras. Mas, o problema da eletrificação não pode ser circunscrito aos grandes aproveitamentos. Para a área citada, por exemplo, a solução deve ser encaminhada para a construção de usinas de menor potência, com linhas de transmissão pouco extensas.

Isto posto, pode ser apresentado o plano de trabalho a ser cumprido pelo D. A. E. E. em 1953 e nos exercícios seguintes, que deve ser dividido em duas partes:

A primeira parte é formada pelas obras que podem ser executadas com os recursos orçamentários do Departamento. São elas:

1) — Conclusão da Central Hidro-elétrica do Cavernoso, com as seguintes características:

- a) Potência total de 1.500 HP., distribuída em três unidades de 500 HP., cada uma.

- b) Obra orçada em Cr\$ 5.000.000,00, incluída a linha de transmissão e excluído o equipamento.
 - c) Já foi adquirido o equipamento.
 - d) A instalação da primeira unidade deverá estar concluída em Setembro de 1953.
 - e) Esta Central Hidro-elétrica destina-se a abastecer a cidade de Laranjeiras do Sul.
- 2) — Conclusão da pequena Central Hidro-elétrica de Caiacanga, no Rio Iguaçu, com as seguintes características:
- a) Potência de 325 HP.
 - b) Obra orçada em Cr\$ 2.300.000,00, inclusive o equipamento e a linha de transmissão.
 - c) A instalação deverá estar concluída no fim de 1953.
 - d) Esta Central Hidro-elétrica destina-se a abastecer a cidade de Porto Amazonas, à qual será ligada por uma linha de transmissão de 7 km. de extensão.
- 3) — Construção da Central Hidro-elétrica de São João, no rio Mourão, com as seguintes características:
- a) Potência total de 7.800 HP., a ser instalada em três etapas de 2.600 HP., cada uma.
 - b) Obra orçada em Cr\$ 52.000.000,00, inclusive o equipamento e a linha de transmissão até a cidade de Campo Mourão, já tendo sido dispendida a importância de Cr\$ 11.000.000,00.
 - c) Já foi adquirido o equipamento relativo à primeira unidade, está sendo providenciada a aquisição do equipamento restante.
 - d) A instalação da primeira unidade deverá estar concluída no primeiro trimestre de 1954.
 - e) Os recursos necessários para custear os trabalhos em 1953 estão avaliados em Cr\$ 20.000.000,00.
 - f) Esta Central Hidro-elétrica destina-se a abastecer a cidade de Campo Mourão, à qual está ligada por uma linha de transmissão de 8 km., já construída, e outras cidades vizinhas, entre as quais se destaca Peabirú, situada a 15 km., de Campo Mourão.
- 4) — Conclusão da Central Hidro-elétrica de Laranjinha, com as seguintes características:
- a) Potência de 1.575 HP., distribuída em três unidades de 525 HP., cada uma.
 - b) Obra orçada em Cr\$ 15.000.000,00, inclusive equipamento e linhas de transmissão, já tendo sido dispendida a importância de Cr\$ 6.000.000,00.
 - c) Já foi adquirido o equipamento relativo à primeira unidade, e está sendo providenciada a aquisição do equipamento restante.
 - d) A instalação da primeira unidade deverá estar concluída em Outubro de 1953.
 - e) Os recursos necessários para custear os trabalhos em 1953 estão avaliados em Cr\$ 8.000.000,00.
 - f) Esta Central Hidro-Elétrica destina-se a abastecer as cidades de Nova Fátima, Congonhas, Ribeirão do Pinhal, São Sebastião de Amoreira e Assaí.
- 5) — Construção da Central Diesel-elétrica de Maringá e da rede de distribuição da mesma cidade, com as seguintes características:
- a) Potência de 2.080 HP., distribuída em quatro grupos motores geradores de 520 HP., cada um.

- b) Obra orçada em Cr\$ 11.000.000,00, exclusive os grupos motores-geradores já adquiridos já tendo sido dispendida a importância de Cr\$ 3.000.000,00.
 - c) A instalação da central-geradora e de parte da rede de distribuição estará concluída no primeiro semestre de 1953.
 - d) Os recursos necessários para custear os trabalhos em 1953 serão de Cr\$ 8.000.000,00.
 - e) Esta Central Diesel-elétrica destina-se a abastecer a cidade de Maringá e a servir de usina de ponta no sistema interligado que constitui o novo plano de eletrificação.
- 6) — Renovação e ampliação de redes de distribuição de cidades abastecidas por instalações do D. A. E. E., na medida dos recursos disponíveis.

A segunda parte do plano de trabalho a ser cumprido pelo D. A. E. E., sem dúvida muito mais importante que a primeira, não pode ser executado com os recursos orçamentários do Departamento, dependendo, portanto, de recursos especiais.

Trata-se de um plano de certa envergadura, pois a sua execução completa exigirá o dispêndio da elevada importância de Cr\$ 1.200.000.000,00 (Hum bilhão e duzentos milhões de cruzeiros).

É verdade que a execução desse plano só poderá ser feita em cerca de 5 anos, havendo grandes probabilidades de obter financiamento para a maior parte dos recursos necessários.

As centrais geradoras que integram o plano são as seguintes:

Centrais hidro-elétricas do conjunto Cachoeira-Capivari	
... ..	105.000 HP.
Central hidro-elétrica do Tibagi	36.000 HP.
Central hidro-elétrica de Carvalhópolis	27.000 HP.
Central termo-elétrica de Figueira	40.000 HP.
TOTAL	208.000 HP.

Espera-se a concessão de financiamento à longo prazo para 70% do valor das centrais hidro-elétricas do conjunto Cachoeira-Capivari e das linhas de transmissão ligando essas centrais a Curitiba, Ponta Grossa e cidades do Litoral. Conta-se também com financiamento a curto prazo para o equipamento da central termo-elétrica de Figueira e, provavelmente, para o equipamento da central hidro-elétrica do Tibagi.

AGUA E ESGOTOS

CAPITAL

O único manancial atualmente explorado para o abastecimento de água da capital, é o Rio Piraquara.

A sua vazão tem sido normalmente satisfatória pois raramente cai a menos de 500 l; mesmo nas estiagens mais prolongadas.

A despeito disso, tem os técnicos do D. A. E., coligido já observações relativas a novos mananciais e esboçado soluções para a sua utilização oportuna.

O Manancial da Serra do Mar está sendo aproveitado para o abastecimento da cidade de Piraquara, Hospital de Psicopatas, Colônia São Roque e Colônia Penal-Agrícola. Continua por essa razão, sob cuidados permanentes.

A estrada adutora aberta pelo Departamento de Água e Esgotos em terreno de sua propriedade passou à jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem, a quem cabe atualmente a conservação da mes-

ma. Dessa forma, foi liberado o trânsito naquela estrada, a todos os veículos.

No dia 18 de Setembro de 1952, foi concluído o reforço de adução, com as ligações finais da segunda adutora de 600 m/m. Com isso a vazão aduzida atinge o limite de 500 litros, para o qual foi construída a estação de tratamento.

O volume d'água tratado e distribuído à Capital durante 1952, foi de 9.685.900 m³, aproximadamente 15% superior ao do ano anterior.

Esse volume corresponde a uma distribuição média diária de 26.464 m³, que, segundo tudo indica será superada no ano em curso.

O volume máximo, cujo tratamento poderá ser executado pelas atuais instalações da Estação é de 15.800 m³ anuais. Está portanto a Estação, operando a 60% de sua capacidade nominal.

Todavia, essa porcentagem poderá baixar sensivelmente desde que se possa instalar hidrômetros na totalidade dos edifícios abastecidos.

Atualmente, para mais de 17 mil prédios ligados à rede dispõe-se apenas de 7.500 hidrômetros instalados. Assim sendo, mais da metade dos contribuintes usa água livremente.

Essa situação será melhorada no ano em curso com a instalação de 3.500 hidrômetros recém-chegados da Alemanha, mas o deficit remanescente de 5.000 hidrômetros, 30% do número de prédios, representa enorme perda para a economia do Estado.

Medida altamente compensadora será a aquisição de 5.000 hidrômetros, para cobrir o atual deficit, e mais 3.000, para atender aos prédios que serão ligados à rede nos próximos dois anos (prazo necessário para realizar-se a aquisição).

Tal providência, além de preservar nossa Capital da falta d'água decorrente de estiagem excepcionalmente prolongada representa ampla economia em energia elétrica e coagulantes. Virá, além disso, aumentar as rendas normais deste Departamento pela cobrança mais exata dos excessos de água.

Não há, para o ano em curso, nenhuma previsão de aumento em suas instalações, por serem desnecessárias. Todavia acham-se programadas as obras de construções de muros e conclusão do ajardinamento de seu pátio.

Seu equipamento técnico apresenta três lacunas cujo preenchimento é de se desejar:

- 1º) — Construção do Laboratório de Pesquisas Bacteriológicas.
- 2º) — Instalação de Medidores de vazão, com registradores.
- 3º) — Medidor de voltagem de entrada, da corrente elétrica.

Atualmente, nossas pesquisas bacteriológicas são realizadas no Laboratório Geral do Estado, com instalações não especialmente construídas para o fim.

Considerando-se que naquele Laboratório têm sido atendidas as análises do Interior, e que a tendência é aumentar grandemente a demanda de análises pelo aumento do número das cidades dotadas de tratamento d'água, é de se considerar a conveniência dessa construção, aliás há muito tempo já projetada.

Por outro lado, Curitiba é, de um certo modo, verdadeira estação piloto; os resultados dos trabalhos do D. A. E. são os guias para a elaboração dos projetos de novas estações.

Assim sendo, é de conveniência a adoção de aparelhos que forneçam dados estatísticos rigorosos, recomendando-se a instalação dos medidores de vazão, dos quais a Estação está desfalcada.

O custo da água tratada é posta no Reservatório Subterrâneo do Cajuru, atingiu a Cr\$ 0,290 por metro cúbico, tendo ocorrido assim um aumento de 7% em relação ao ano anterior, atribuível ao encarecimento

da mão de obra e da energia elétrica, esta aumentada em Cr\$ 0,10 por kwh (taxa de combustível), aproximadamente 35% mais cara que no ano anterior.

SEÇÃO TÉCNICA

a) — Setor de ampliação e manutenção das redes:

A rede de água foi ampliada em 23.226,83m. e a de esgotos em 7.780,08m., elevando para 288.273,83m. e 175.206,81 as suas extensões totais, tendo sido beneficiadas as seguintes zonas da cidade: — Vila Santa Quitéria, prolongamento da Avenida Vicente Machado, Seminário, Vila José Pinto, Jardim Centenário, e outras.

O programa de ampliações para 1953, é função do suprimento de recursos ao D. A. E., os quais permitirão, além da execução do amplo programa de saneamento nos bairros do Bacacheri, Juvevê, Cajuru e Capanema a remodelação de antigas redes, das zonas centrais cujo estado é precário em vista de sua antiguidade.

A despeito da promulgação da Lei n. 863, em Junho do ano p. findo, que extinguiu a exclusividade do Estado relativamente à mão de obra nos serviços de instalações domiciliares o número de prédios pelo D. A. E. instalados atingiu a cifra de 1.680, elevando o número total de prédios ligados a 17.010.

Por dia útil de serviço, foram instalados em média 5,6 prédios.

O número de consertos atendidos foi de 12.626, representando a média de 42 prédios por dia útil de serviço.

Tais cifras, segundo é de se esperar, se reduzirão no próximo ano, em consequência da aludida Lei n. 863, em obediência à qual já se acham operando nesta Capital diversas firmas devidamente inscritas neste Departamento para a execução de instalações domiciliares de água e esgotos.

Deram entrada no Almoxarifado, materiais no valor de Cr\$ 15.849.707,90 (Quinze Milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, setecentos e sete cruzeiros e noventa centavos), e saíram Cr\$ 14.197.186,20 (Quatorze milhões, cento e noventa e sete mil, cento e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos). Saldo em estoque em 31 de Dezembro de mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e vinte centavos). Discriminamos abaixo os setores nos quais foram empregados os materiais saídos do Almoxarifado: —

1 — Curitiba		
a) Instalações	5.688.511,77	
b) Obras Novas	3.633.936,89	
c) Manutenção	2.184.194,20	
d) Ferramentas	129.327,36	
e) Combustíveis e Lubrificantes	374.287,74	
f) Materiais de Expediente	125.559,20	
		12.135.817,16
2 — Paranaguá	543.429,70	
3 — Cambará	205.092,10	
4 — Morretes	106.623,90	
5 — Cornélio Procopio	445.513,50	
6 — Irati	109.336,00	
7 — S. A. da Platina	129.536,90	
8 — Castro	121.606,10	
9 — Jacarézinho	385.300,70	
10 — Div. do Plano de Saneamento	14.930,20	
		2.061.369,10
TOTAL	Cr\$	14.197.186,26

Em 17 de Novembro do ano p. findo, realizou o Almojarifado para efeito de verificação, um inventário geral dos bens existentes em o Almojarifado, tendo apurado a cifra abaixo discriminada: —

Instalações	4.672.257,10
Obras Novas	6.051.214,70
Manutenção	352.130,20
Ferramentas e Utensílios	406.522,20
Idem em poder dos Operários	825.020,20
Pecas e acessórios	165.603,20
Combustíveis e Lubrificantes	59.259,00

TOTAL Cr\$ 12.532.006,60

A produção de produtos beneficiados e consertos das oficinas do D. A. E. atingiu aos montantes seguintes: —

Serralheria	365.915,90
Carpintaria	230.264,80
Automóveis	474.118,30

TOTAL Cr\$ 1.070.299,00

Para o ano de 1953 é de se esperar a redução no volume de trabalhos dessas oficinas, em consequência da liberação dos serviços de instalações domiciliares.

CADASTRO E CONTROLE

Serviços executados pela Divisão durante o ano de 1952.

TAXA SANITÁRIA

Capital — 14.718 talões no valor de —	Cr\$ 11.445.333,50
Paranaguá — 1.397 idem, idem —	424.178,60
Jacarézinho — 1.085 idem, idem —	327.468,00
Castro — 741 idem, idem —	184.327,00
Cambará — 657 idem, idem —	231.421,10
Iratí — 545 idem, idem —	171.355,80
Morretes — 303 idem, idem —	105.624,00
C. Procópio — 848 idem, idem —	1.012.914,00

Procedendo-se a revisão da Taxa Sanitária, com a atualização dos respectivos locativos, a vigorar no corrente exercício de 1953, nas seguintes cidades:

Curitiba —	15.991 locativos
Paranaguá —	2.424 >
Jacarézinho —	1.466 >
Cambará —	992 >
Iratí —	878 >

Para atender-se à revisão mencionada, teve o D. A. E. de adquirir mais 2 máquinas, sendo uma de endereçar e a outra de contabilidade, ambas elétricas.

Presentemente o serviço conta com 2 máquinas gravadoras e 1 de impressão sistema «ADREMA», e de 2 «SUNDSTRAND», para a contabilização geral da Taxa Sanitária.

Para manter-se os serviços em plano satisfatório de desenvolvimento principalmente no que diz respeito à Taxa Sanitária, necessita a Divisão de mais espaço, porquanto os serviços tendem a aumentar, haja visto que no ano de 1949 quando recebeu do Departamento da Receita o serviço da Taxa Sanitária constava de 12.200 lançamentos, sendo 8.200

na Capital e 4.000 na Secção do Interior, ao passo que atualmente possui na Capital 14.718 e interior 5.576.

Quanto ao faturamento em geral, também houve um acréscimo apreciável em confronto ao ano anterior de aproximadamente 30%.

INTERIOR

A exploração dos serviços de abastecimento de água e rede de esgotos das cidades de Jacarézinho, Cambará, Cornélio Procopio, Santo Antonio da Platina, Castro, Irati, Morretes e Paranaguá, estão a cargo do D. A. E., e são atendidos por intermédio das Secções locais, subordinadas à Divisão do Interior com sede na Capital.

Durante o exercício de 1952, todos os serviços decorreram normalmente, não se registrando em nenhuma das oito cidades qualquer deficiência de maior gravidade no que diz respeito ao fornecimento de água potável as populações das zonas abastecidas.

As atividades das Secções do Interior em conjunto, e em síntese podem ser focalizadas mediante os resultados abaixo.

1º) IRATI — Para solucionar, em caráter de emergência, a falta de água que vinha se verificando nos períodos de estiagem na cidade de Irati, promoveu o D. A. E., a execução das obras indispensáveis para o reforço do abastecimento de água, os quais já foram concluídos encontrando-se em condições de funcionamento. As obras executadas constam do seguinte:

- a) Captação das águas do Ribeirão Bonito em nível baixo, por meio de uma barragem de alvenaria de pedra e tanque de pré-decantação.
- b) Assentamento de 95 m.l. de linha de recalque com tubos de f.f. de 5", entre a captação e uma caixa de junção da linha adutora atual.
- c) Construção de uma casa de máquinas em alvenaria de tijolos e instalação de um conjunto elevatório constando de um motor «Diesel» de 15 H. P. e bomba centrífuga com capacidade para 10 litros por segundo e 50 metros de altura manométrica.
- d) Instalação de um clorador «Patterson» no Reservatório da cidade, para a esterilização da água na saída dos filtros.
- e) Construção de uma casa de madeira junto à estação de recalque para moradia do operador.

O custo desses serviços foi o seguinte:

1º Barragem, tanque de pré decantação e casa de bomba	Cr\$ 116.473,20
2º Casa de madeira para moradia do operador da estação de recalque	46.000,00
3º Clorador, conjunto elevatório e linha de recalque	92.239,00
Total	Cr\$ 254.712,20

2º) CORNELIO PROCÓPIO — Nas obras de saneamento de Cornélio Procopio, concluídas na parte referente a 1ª etapa em 1948, as instalações foram previstas para uma capacidade de 12,5 litros por segundo ou 1.080 metros cúbicos em 24 horas. Em virtude do grande desenvolvimento da cidade e necessidade sempre crescente do consumo, tornou-se indispensável cogitar da ampliação dessas instalações, as quais compreenderão: —

- a) Elevação da capacidade da estação de tratamento e estações de recalque de 12,5 para 37,5 litros por segundo.
- b) Assentamento de uma segunda linha de recalque com o diâmetro de 200 m/m.
- c) Ampliação das redes de água e esgotos para as obras em aprêço, de acordo com a Lei n. 849 de 3-12-51, foi autorizada a abertura

dos créditos indispensáveis num montante de Cr\$ 6.000.000,00, sendo que pelo Decreto n. 6.309 de 25-7-952 foi concedido o crédito de Cr\$ 2.000.000,00. As obras serão iniciadas com a ampliação da estação de tratamento, de acordo com o projeto elaborado pelo D.A.E., sendo que o contrato de execução foi celebrado em 31-12-952.

3º) PARANAGUA — As obras de reforço do abastecimento de água nessa cidade constando em princípio da substituição da linha adutora antiga de 7" por outra de 12", deixaram de ter prosseguimento em 1952, por falta de verba para a aquisição de tubos. Até a presente data da extensão total de 16.250 mts. já foram substituídos 8.500 metros. Para o exercício de 1953 está programada a conclusão desse serviço.

4º) CASTRO — Nas épocas de estiagem mais acentuada o volume de água do manancial captado já se tem tornado insuficiente, para atender às necessidades do consumo sem restrições. Está sendo elaborado o projeto para um reforço do abastecimento de água dessa cidade nos moldes do serviço já executado na cidade de Iriti.

5º) CINZAS — Encontram-se em vias de conclusão os serviços de abastecimento de água da cidade de Cinzas. Toda as canalizações indispensáveis tinham sido adquiridas ainda em 1950 sendo que em Julho de 1952, promoveu o D. A. E., a indispensável concorrência para a execução dos serviços em apreço. Tratando-se apenas de mão de obra de valor global previsto inferior a Cr\$ 500.000,00, a adjudicação dos serviços foi feita mediante autorização a título precário expedido pelo D. A. E., em 21 de Agosto de 1952.

O custo das obras executadas até 31-12-1952, inclusive os materiais e mão de obra, foi o seguinte:

Canalizações e peças de f.f. adquiridos em 1950 ...	Cr\$ 488.115,60
Chumbo e materiais para juntas ...	46.000,00
Mão de obra, de acordo com as faturas da firma	
empreiteira ...	402.775,30

TOTAL ... Cr\$ 936.890,90

Até a conclusão pode-se prever mais um acréscimo de Cr\$ 45.000,00, correspondente aos serviços finais. Está sendo providenciado o suprimento dos materiais indispensáveis para atender as ligações de água e instalações domiciliares como também a devida acomodação para a sede de administração local dos serviços.

6º) UNIAO DA VITORIA — Saneamento: — Tendo em vista o acordo firmado entre os Governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina em convênio realizado em 10 de Fevereiro de 1952 na cidade de União da Vitória, visando promover a execução das obras de saneamento dessa cidade em conjunto com as de Porto União, foram pelo D. A. E., tomadas as providências preliminares, principalmente no que diz respeito à elaboração de um projeto completo das obras a executar com todos os detalhes técnicos e construtivos em condições de permitir a mais breve concretização do objetivo visado. Para a elaboração desse projeto, foi procedida uma concorrência administrativa, resultando que o custo do projeto nas condições mencionadas será de Cr\$ 286.780,00, devendo o mesmo ser concluído e entregue ao D. A. E., em Fevereiro de 1953.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANA

Proseguiram sem interrupção durante o ano de 1952 todos os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, cuja des-

pesa com os serviços atingiu a importância de Cr\$ 57.374.716,20.

Os trabalhos de terraplenagem acusaram uma escavação de 2.304.932,091 de metros cúbicos, contra 2.502.449,996 metros cúbicos do ano anterior, correspondendo a um pagamento de Cr\$ 49.628.778,80, contra Cr\$ 43.494.755,22, em 1951.

Com os resultados obtidos da terraplenagem pode-se considerar como concluídos, ou sejam com a plataforma na «grade», 120 quilômetros de linha, sendo 70 quilômetros no extremo de Ponta Grossa e 50 quilômetros no setor de Apucarana.

O ataque da terraplenagem se estendeu, durante o ano, por 150 quilômetros e ao findar o ano já se realizavam os trabalhos preparatórios para o ataque da escavação com mais 50 quilômetros.

Com o saldo verificado em 31 de dezembro de 1951, no valor de Cr\$ 96.235.368,30, em moeda corrente, e Cr\$ 86.983.000,00, em Apólices, pode-se fazer face as despesas decorrentes de todos os serviços realizados pela Contratante, que se elevaram em 1952 a Cr\$ 57.374.716,20.

Tendo em vista a existência daquele saldo, julgou a Comissão de Fiscalização da obra desnecessário o depósito anual de 30 milhões de cruzeiros, de vez que, aquelas disponibilidades, satisfaziam com sobra os pagamentos que seriam efetuados pela execução dos diversos serviços, para opinar pelo aproveitamento da mesma verba na aquisição do aparelhamento e equipamento da estrada.

Assim, quer em dinheiro, quer em Apólices, não fez o Estado depósitos em Conta Conjunta durante 1952, encerrando-se a mesma conta, em 31 de dezembro, com um saldo, em moeda corrente, de Cr\$ 32.350.886,70 e em Apólices, no valor de Cr\$ 73.444.000,00.

Em abril do ano em apreço, tendo em vista o entendimento havido entre o Governo do Estado, o Banco do Brasil S/A, o Banco Comercial S/A, do Rio de Janeiro, e a firma empreiteira, foi realizada a transferência para o Banco do Brasil S/A, de Cr\$ 68.294.297,50, parte do depósito em Conta Conjunta existente no Banco Comercial do Rio de Janeiro, e para o restante, no valor de Cr\$ 17.669.750,60, ficou assentado que esse último Banco pagaria parceladamente ao Estado do Paraná.

Em dezembro de 1952, foi aberto pelo Banco do Brasil S/A, para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, o crédito de Cr\$ 9.980.000,00, resultado do acordo firmado entre o Governo do Estado e a Administração do Plano Salte, importância essa correspondente à primeira parcela da verba total de Cr\$ 10.000.000,00, consignada no mesmo Plano e referente ao ano de 1951.

A verba prevista pelo Plano Salte para o ano de 1952, no valor de Cr\$ 4.990.000,00 até 31 de dezembro não havia sido paga, apesar de já se ter apresentado a estimativa das despesas que seriam efetuadas pela mesma.

Para o ano de 1953, prevê o orçamento da República uma disponibilidade de Cr\$ 9.980.000,00, por conta do mesmo Plano.

Em 19 de agosto de 1952, tiveram início os trabalhos de assentamento de linha a partir de Apucarana.

Não fossem as restrições impostas pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, poder-se-ia contar, ao término do ano, com apreciável extensão de linha assentada, pois das licenças de importação solicitadas em abril para aquisição de locomotivas, máquinas e acessórios destinados aos serviços de assentamento de trilhos, nenhuma delas foi concedida, e não fosse ter a direção da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina cedido à Comissão uma de suas locomotivas, quase nada até aqui teria sido realizado nesse particular.

Para aquisição de trilhos e seus acessórios, vagões para trens de lastro e outros materiais, bem como para o estabelecimento das instalações necessárias, lançou mão a Comissão de Fiscalização de parte da verba federal de Cr\$ 20.000.000,00, concedida ao findar-se o ano de 1951.

Todos os serviços de assentamento de linha vem sendo realizados por administração e apesar das dificuldades apontadas não têm tido interrupção.

As despesas com a manutenção de todos os serviços de Fiscalização, inclusive despesas com desapropriações e indenizações, foram realizadas lançando-se mão da verba de Cr\$ 10.000.000,00, consignada no orçamento do Estado para o exercício de 1952.

COMISSÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ
Serviços Realizados em 1952

Discriminação	Unidade	Monta Grossa-Rio Tibagi		Rio Tibagi-Km. 110		Apucarana-Lagôa Bonita		Lagôa Bonita-Km.	
		Quantidade	Cruzeiros	Quantidade	Cruzeiros	Quantidade	Cruzeiros	Quantidade	Cruzeiros
Trab. Preparatórios	m1			54.925,000		57.632,000	184.422,40		
Escavação em valetas	m3	443.148,225	9.089.870,72	856.956,814	5.482.048,74	948.676,650	15.128.084,27	56.150,402	791.7
Esc. Cortes Emprestit.	m3 Km	243.651,250	1.705.558,75	289.427,090	2.025.989,63	728.575,130	5.210.104,51	27.913,260	195.3
Transp. mat. Escavado	m1								
Esc. Valetas e Canais	m3			3.605,300	50.474,20				
Obras de Arte	nº	57	2.023.298,83	9	257.512,50	23	750.997,30		
SOMA			12.818.934,30		17.983.065,07		21.273.608,48		987.1

RESUMO

Discriminação	Unidade	EM 1952	
		Quantidade	Cruzeiros
Trab. Preparatórios	—	112.557,000	354.462,40
Esc. Cortes e Emprestit.	m3	2.304.932,091	40.491.730,39
Trans. mat. Escavado	m3/km	1.289.586,730	9.137.045,71
Escavação em Valetas	m1		
Esc. Valas e Canais	m3	3.605,300	50.474,20
Obras de Arte	nº	89	3.029.008,63
SOMA			53.062.721,33

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ

A Receita total da Administração do Porto de Paranaguá, para o exercício de 1952 foi estimada em Cr\$ 18.000.000,00.

Considerando-se que a receita realmente arrecadada em função das taxas da Tarifa Portuária alcançou o total de Cr\$ 21.184.148,30, verifica-se um aumento de Cr\$ 3.184.148,30 em relação à Receita estimada.

Esse excesso é resultante não só do desenvolvimento dos serviços como também da disciplina nos setores de trabalho, medidas que melhoraram grandemente a produtividade dos serviços do Porto.

A receita arrecadada desdobra-se pelas seguintes contas:

	Cr\$
Renda ordinária	19.700.052,50
Renda extraordinária	125.727,30
Renda eventual	148.119,00
Renda adicional de 10% s/Dir. de Imp.	1.210.249,50

A Despesa Geral da Administração do Porto de Paranaguá incluindo Conservação e Obras Novas contratadas, foi fixada no respectivo Orçamento para o exercício de 1952 em Cr\$ 60.000.000,00, para atender aos seguintes encargos:

a/ Pessoal Fixo	410.000,00	
b/ Pessoal Variável	14.590.000,00	15.000.000,00
c/ Material de Consumo	1.500.000,00	
d/ Despesas Diversas	1.500.000,00	3.000.000,00
e/ Material Permanente	21.000.000,00	
f/ Material Permanente	15.000.000,00	
g/ Despesas Diversas	6.000.000,00	42.000.000,00
Total		60.000.000,00

A despesa de custeio e conservação do Porto, compreendida nas alíneas a, b, c, d, acima demonstrada, na importância de Cr\$ 18.000.000,00 corre por conta dos recursos oriundos da arrecadação portuária, por ser a Administração do Porto de Paranaguá uma Repartição Autônoma.

Aquela parcela de Cr\$ 18.000.000,00 fixada para atender às despesas do Custeio Industrial do Porto e a Conservação das suas instalações, no exercício de 1952, tornou-se no segundo semestre do mesmo exercício, deficitária para atender aqueles encargos, motivo pelo qual, solicitou a Superintendência, a suplementação das verbas exgotadas, na importância de Cr\$ 6.000.000,00, visando apenas a regularização da execução orçamentária dessa Administração, não interferindo a suplementação em aprêço na situação monetária do Estado, por ser aquela Autarquia mantida por sua própria arrecadação.

A dotação de Cr\$ 21.000.000,00 constante da alínea e, acima, destinada a ocorrer as despesas com obras novas (aumento do cais) foi suplementada pelo Decreto n. 7708 de 21-11-1952 na importância de Cr\$ 21.200.000,00. Assim passou o Orçamento da Administração do Porto para o exercício de 1952, a ter a seguinte distribuição:

a/ Pessoal Fixo	410.000,00	
Suplementação	100.000,00	510.000,00
b/ Pessoal Variável	14.590.000,00	
Suplementação	4.900.000,00	19.490.000,00
c/ Material de Consumo	1.500.000,00	

Suplementação	600.000,00	
d/ Despesas Diversas	1.500.000,00	
Suplementação	400.000,00	4.000.000,00
e/ Material Permanente	21.000.000,00	24.000.000,00
Suplementação conforme Decreto n. 7708 de 21 de novembro de 1952	21.200.000,00	
f/ Material Permanente	15.000.000,00	
g/ Despesas Diversas	6.000.000,00	63.200.000,00
Total		87.200.000,00

Como causa determinante do aumento da despesa portuária no exercício de 1952, pode-se salientar:

1º — A grande elevação do preço de custo dos materiais indispensáveis ao serviço portuário;

2º — A melhoria de salário concedida aos operários que trabalham na manipulação de carga e descarga de navios e armazens, compreendido no serviço de Capatazias.

3º — O encarecimento da mão de obra referente à conservação geral das instalações portuárias, despêsa essa, que se justifica, pela necessidade e imprescindibilidade de manter o equipamento portuário em bom estado de conservação afim de se obter dêle melhor rendimento.

As verbas orçamentárias concedidas pelo Governo do Estado para ocorrer despesas com obras novas contratadas e aparelhamento portuário encomendado, tiveram a seguinte aplicação:

Verba n. 508, Consignação 8-61-2.

Contribuição do Estado	21.000.000,00
Em virtude da insuficiência dessa dotação para atender convenientemente os compromissos contratuais dentro do exercício, foi a mesma suplementada em data de 21 de novembro de 1952, conforme Decreto n. 7708, na importância de	21.200.000,00
Elevando-se assim aquela dotação a	42.200.000,00

Embarcações:

O movimento de embarcações no Pôrto de Paranaguá durante o ano de 1952 foi o seguinte:

Embarcações entradas	908
Embarcações saídas	905
sendo:	
Nacionais	436
Estrangeiras	472

Movimento de mercadoria

A tonelage das mercadorias de Longo Curso descarregadas e carregadas nas instalações portuárias foi de 509.900.300 kgs.

A tonelage das mercadorias movimentadas por cabotagem carregadas e descarregadas nas instalações do Pôrto de Paranaguá foi de 107.711.021 kgs.

Assim o total da tonelage das mercadorias de Longo Curso e Cabotagem carregadas e descarregadas nas instalações portuárias no exercício de 1952 atingiu a 617.611.321 kgs.

Na importação do estrangeiro vem predominando a gasolina, óleos combustíveis, trigo, aveia e cimento. Na exportação também para o es-

trangeiro as mercadorias principais têm sido o café, a madeira bruta e serrada e a erva-mate.

COMISSÃO ESPECIAL DE OBRAS DO CENTENÁRIO

Pela Lei n. 674, de 29-8-51, foi criada a Comissão Especial de Obras do Centenário (C. E. O. C.) com funções específicas determinadas pelo art. 2º e com o pessoal de administração e serviços regulado pelo art. 1º e seus parágrafos.

Como seria de prevê a instalação de um serviço desta natureza não podia ser simples: pelo § 1º do art. 1º da Lei n. 674 a C. E. O. C. seria composta de um Engenheiro Chefe e 3 Engenheiros Auxiliares, de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo, competindo àquele a supervisão do Plano de Obras e ainda elaborar o quadro do pessoal. De início verificou-se que para andamento rápido das obras havia necessidade de dois assistentes técnicos e um assistente administrativo, como funções dos Engenheiros Auxiliares. A par disto foram organizados o Almoxarifado, a Contabilidade, a Secção Técnica, os Serviços de Transportes e o quadro do pessoal para as obras que se iam iniciar. Ao mesmo tempo começaram os trabalhos relativos às desapropriações das áreas e benfeitorias nelas existentes, de conformidade com os termos do Dec. n. 3084, de 26-10-51.

Merece especial menção o cuidado que se teve nêsse planejamento com relação aos materiais e ao pessoal. Quanto aos primeiros chamou a atenção a pequena possibilidade da praça de Curitiba em atender as necessidades primárias como cimento e ferro; lutando tôdas as firmas construtoras com a falta absoluta desses elementos, procurou-se não aumentar a sua aflicção conseguindo algum cimento em S. Paulo de marca que, pelo convênio entre as fábricas, não poderia ser vendida ao Paraná; quanto ao ferro a sua compra, embora por intermédio de representantes, foi feita diretamente das usinas, sem prejudicar as firmas locais.

Idêntico problema se deparou à C. E. em relação ao pessoal: o mercado de mão de obra em Curitiba era muito restrito, havendo constantemente falta de operários, motivo do permanente atraso das suas construções. Possibilitou-se a vinda de tôdas as partes do Brasil de pessoal competente e desejoso de trabalhar: assim é que se passou a contar com o concurso de alagoanos, sergipanos, cearenses, catarinenses e gaúchos, que ainda vieram unir os laços que nos prendem aos brasileiros de outros Estados, e isso sem prejudicar às firmas locais, pois se fez questão cerada de manter os salários usuais.

Nesta fase foram feitos planejamentos para uma perfeita execução das obras previstas, com o estudo do Canteiro Central, necessidades de materiais e de pessoal.

Passada a fase do planejamento e sua implantação, com o início efetivo das obras, foi dada à C. E. O. C. uma organização mais desenvolvida, sendo então desdobrados e ampliados os seus serviços, tudo sob a supervisão do Engenheiro Chefe, ficando assim constituída:

- A — Serviços Técnicos, compreendendo as secções de Desenho, Topografia, Cópias e Projetos.
- B — Serviços Administrativos, com as secções de Expediente e Protocolo, Contabilidade, Tesouraria e Pessoal.
- C — Serviços de Apropriação.
- D — Serviços de Manutenção e Materiais, com as Secções do Almoxarifado, Material Permanente, Transportes e Mecânica.
- E — Serviços do Canteiro, compreendendo o Pátio (com os Alojamentos), a Usina de Concreto, a Dobragem de Ferro, a Oficina de Formas, a Carpintaria e Instalações.
- F — Os Serviços das Obras.

Como Serviços Auxiliares ficaram os Serviços Médico e Dentário, a

Consultoria Jurídica, o Laboratório de Pesquisas e Ensaios, o Serviço de Publicidade e o Serviço de Segurança.

De tudo foi organizado um quadro de pessoal, com as séries funcionais e referências de salários.

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Os Serviços Técnicos se encarregam dos detalhes estruturais, levantamentos e nivelamentos de terrenos, verificações de cotas nas construções, medições de terraplenagens, além de pequenos projetos e cópias em geral, para o que dispõe de todo o aparelhamento necessário.

Os Serviços Administrativos, como o seu nome indica, abrangem toda a parte burocrática da C. E. O. C. Como parte principal figura a Contabilidade, à qual se procurou dar o máximo de recursos, inclusive um dos melhores equipamentos em mecanização, qual seja o da I. B. M., tudo sob a orientação de acessores contábeis. De como se obteve ótimos resultados pode se louvar nas impressões de grandes técnicos nacionais e estrangeiros que honraram o C. E. com suas visitas. A Tesouraria exerce apenas o papel de Pagadoria. A Seção do Pessoal tornou-se uma necessidade em face da aplicação justa das Leis Trabalhistas, dada a flutuação inevitável do pessoal.

Os Serviços de Apropriação, como controle de custos, agem intimamente ligados às obras e serviços e à Contabilidade, propiciando a esta os elementos que lhe permitem discriminar as aplicações de materiais em cada obra, justificando o seu emprego, procedendo da mesma maneira à mão de obra. Só uma apropriação feita no tempo devido permite ao administrador acompanhar o andamento dos serviços, verificando se está dentro do programa pre-estabelecido ou, em caso contrário, quais as medidas que devam ser tomadas para sanar a anormalidade. Com os dados da Apropriação está a C. E. constantemente ao par dos custos da cada parte das obras e tem podido realizar economias apreciáveis em vários setores.

Os Serviços de Manutenção e Materiais estão encarregados de fornecer às obras e serviços, no tempo exato e pelo preço mais conveniente todo e qualquer material ou transporte, de conformidade com os prévios programas de compras, baseados em dados que lhe são fornecidos pela Apropriação em face dos orçamentos. Paralelamente possui suas próprias oficinas para o reparo de máquinas e veículos.

Os Serviços de Canteiro são serviços gerais para atender a todas as obras. Como seu ponto alto figura a Usina de Concreto, uma das melhores do país, que possibilitou a execução rápida e econômica da estrutura do Palácio do Governo e Residência do Governador. Também as linhas de montagem para ferro e formas têm prestado serviços inestimáveis, reduzindo extraordinariamente o tempo usualmente gasto nestes serviços: procurou-se empregar máquinas sempre que possível, algumas até adaptadas nas oficinas da C. E. O. C.

Os Serviços das Obras são encarregados da execução dos projetos com seus detalhes, dentro das especificações fixadas.

Com o vulto de trabalhos afetos à C. E. O. C. seria impossível produzir com a falta dos Serviços Auxiliares, tais como o de Assistência Médico-Dentária, encarregado de zelar pela saúde e conforto do pessoal, inclusive com o exame da alimentação fornecida, a Consultoria Jurídica para a lavratura de contratos e pareceres e estudos, os Serviços de Publicidade e Segurança, e por fim o Laboratório de Pesquisas e Ensaios, responsável pela qualidade de todos os materiais adquiridos, estando para isso com todo o aparelhamento necessário.

Chega-se agora ao ponto mais interessante do presente relato: a produção, e a C. E. O. C. funciona para produzir, independente de contingências de qualquer natureza alicerçada apenas no apoio constante do

Legislativo e Executivo estaduais.

Os balanços econômico-financeiros e patrimonial, espelham a face contábil das atividades da C. E. O. C.

Pretende-se agora justificar a parte propriamente técnica do que se pouda executar em tão pouco tempo, demonstrando ao Brasil e ao Mundo que também o Paraná tem capacidade para realizar. Centros Cívicos, existem dois: o que foi projetado em Belo Horizonte, e o de Washington, que pelas suas peculiaridades locais ainda exercem sua função, mas nenhum deles pode servir como índice de comparação com o que se projetou para ser o nosso CENTRO CÍVICO, um marco não só para o Brasil, mas para todos os Povos, a mostrar que a capacidade realizadora de um Governo não se deve restringir apenas ao seu período de mando, mas sim preparar o caminho para os que vierem a sucedê-lo na administração pública do Estado.

Com a construção do CENTRO CÍVICO, muito embora as críticas sistemáticas e destrutivas conseguirá o Governo do Estado os seguintes benefícios mínimos:

- 1º — Recuperação de uma zona da cidade absolutamente abandonada desde o Prefeito Cândido de Abreu.
- 2º — Centralização das Repartições Públicas, o que por si só recomendaria qualquer governo.
- 3º — Economia enorme de locações do Estado; é suficiente ver no orçamento quais as verbas destinadas ao pagamento de alugueis em Curitiba.
- 4º — Possibilidade real e absoluta de aproveitamento dos poucos edifícios do Estado para mais Grupos Escolares, Delegacias de Polícia, etc.
- 5º — Economia real, e muito mais que isso, si se considerar que o Estado deixará de pagar hospedagens caríssimas para seus visitantes ou convidados e suas comitivas, de vez que a Residência do Governador estará em condições de suprir esta falha, com vantagens materiais.
- 6º — Ter um conjunto de edifícios para o Legislativo condigno com o mandato dos Representantes do Povo.
- 7º — Ter também um conjunto para a Justiça que honraria qualquer País do mundo, não esquecendo que o Governo destinou uma parte, ou melhor, um edifício, exclusivamente para o Tribunal Eleitoral, demonstrando assim sua fé e sua confiança nos destinos de um Brasil livre e democrático.

SERVIÇOS EXECUTADOS

- 1 — PALACIO DO GOVERNO — quasi concluida toda a estrutura de concreto armado, num volume de cerca de 8.000 m³, sem esquecer que se trata de uma obra especial, com lajes duplas e pés direitos de 6,50 m; alvenarias de alta destinadas à Casa Militar já concluida. Todo o aterro pronto e consolidado, as esquadrias de alumínio anodizado em fase de colocação.
- 2 — RESIDÊNCIA DO GOVERNADOR — concluida a estrutura e alvenarias aguardando apenas os acabamentos, dependentes dos arquitetos e decoradores.
- 3 — SECRETARIA DA ASSEMBLEIA — concluida a estrutura, com cerca de 4.500 m³, e iniciados os trabalhos de alvenaria.
- 4 — PLENARIO E COMISSÕES DA ASSEMBLEIA — concluidas as fundações.

- 5 — SECRETARIAS — Prontas as fundações em tubulões e levantada a estrutura em 4 pavimentos, na metade do edifício. Sendo este o maior edifício do mundo em concreto armado foram tomadas medidas de precauções especiais, a começar pela fundação, feitas em tubulões de concreto, com emprego de ar comprimido. Foram aí aplicados 10.700 sacos de cimento e 230 toneladas de ferro re-dondo.
- 6 — TRIBUNAL DO JURI — Com a estrutura pronta está para ser iniciada a alvenaria.
- 7 — PALÁCIO DA JUSTIÇA — No início dos trabalhos com as fundações também com tubulões.
- 8 — BIBLIOTECA — Toda a estrutura pronta, cerca de 2.500 m3 de concreto, ou 15.000 sacos de cimento e 377 toneladas de ferro. Executadas as alvenarias e colocadas as esquadrias de ferro.
- 8 — TEATRO GUAÍRA — Minuciosamente estudado será o nosso Tea-tro um dos mais perfeitos do mundo; com todos os detalhes, tanto arquitetônicos como de iluminação, ar condicionado, palco mo-vel e outras peculiaridades inerentes a construções deste gênero, será o Guaíra o mais bem aparelhado sob todos os pontos de vista.
- 10 — CENTRO DE LETRAS — Construiu-se o Centro de Letras do Pa-raná para sua sede definitiva. Não se compreendia mesmo que uma das maiores associações culturais do Estado, com valores mar-cantes no cenário paranaense não tivesse um lugar sequer para se reunir. Ficou assim o Centro habilitado a difundir mais ainda a cultura no Paraná, possibilitando ainda de ter uma renda que permita a instituição de prêmios e auxílios aos sócios necessi-tados.
- 11 — GRUPO ESCOLAR TIRADENTES — A construção deste grupo modelo foi confiada à C. E. O. C. que nela se empenhou com a máxima energia, vendo coroados de êxito seus esforços, pois foi a obra mais rápida até hoje em Curitiba. Com exceção do audi-tório revestem-se as fachadas com pastilhas cerâmicas.
- 12 — HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES — Construiu-se a Hospedaria de Imigrantes, na esquina das ruas Simão Bolívar e Rodrigo Otá-vio, em terrenos cedidos pela Prefeitura Municipal. Embora constru-ção de madeira foram obedecidos todos os requisitos necessários: são dois grandes pavilhões cobertos com telhas de alumínio, com estrutura de aço, dotados de todo o conforto compatível. Toda a pintura interna foi a óleo, sendo colocado um fogão para 2000 pes-soas e fossa para o mesmo número; instalações sanitárias em quantidade suficiente, apartamento para o zelador e iluminação abundante.
- 13 — INSTITUTO DE BIOLOGIA — Mercê de um acôrdo em que no fim o maior beneficiado será o Estado, construiu-se um pavilhão para o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Destina-se a uma série de gabinetes e laboratórios que completarão a mag-nífica instalação já existente, achando-se em fase de acabamento Foi prevista agora a construção de outro pavilhão para o Biotério.
- 14 — CORPO DE BOMBEIROS — Por motivo da construção da Biblio-teca Pública ficou o Corpo de Bombeiros sem sede; serviço impres-

cindível, determinei a adaptação de pavilhões e construção de novos à Avenida Visconde de Guarapuava. Embora provisório foi tudo concluído a contento e hoje o Corpo de Bombeiros pode se considerar bem instalado.

15 — GUARDA CIVIL — Outra grande lacuna sanada com a adaptação e ampliação da antiga Circunscrição de Recrutamento ficou a Guarda Civil com uma séde condigna.

16 — TERRAPLENAGENS — Empregando os mais modernos métodos para movimento de terras teve-se em mira não apenas a rapidez como principalmente a economia. Para se movimentar cerca de 1.000.000 de m3 pelos processos rotineiros possivelmente ainda não se teria nem a esplanada do Palácio do Governo. Com máquinas possantes, nossas ou empreitadas, conseguiu-se quasi concluir a terraplenagem em toda a área do CENTRO CIVICO, como ainda executar outros serviços externos para nós necessários, como por exemplo na Hospedaria de Imigrantes, no Instituto de Biologia, na Escola de Química, na avenida João Gualberto, no prolongamento da avenida Cândido de Abreu, etc., tudo dentro do plano traçado pelo Governo.

INTERIOR E JUSTIÇA

Como é do conhecimento desta Casa cabe ao Departamento do Interior e Justiça, a movimentação de todo o expediente da Magistratura e Justiça, ou sejam: registros nos fichários das nomeações, remoções, licenças, designações, aposentadorias, contagens de tempo dos Desembargadores, Juizes de Direito, Promotores Públicos, Serventuários da Justiça em geral, Juizes de Paz para os distritos de todo o Estado; controle, cálculo e confecção de folhas de vencimentos e respectiva remessa às Exatorias de Rendas Estaduais; registros nos fichários dos elementos componentes da Polícia Militar do Estado, da Companhia do Corpo de Bombeiros, autoridades Consulares, das Municipalidades e bem assim, o intercâmbio que se estabeleceu com o Departamento de Edificações na parte referente aos próprios do Estado onde funcionam os Foruns das Comarcas.

As atividades desenvolvidas no decorrer de 1952 foram mais volumosas do que nos anos anteriores, constituindo inegavelmente, um marco assinalado na vida da Secretaria do Interior e Justiça.

Com o fim de se alcançar maior eficiência em relação aos serviços atinentes ao Departamento do Interior e Justiça, dentro de suas possibilidades procurou a Secretaria manter a segurança e continuidade do pessoal, distribuindo-os de forma a atender às aptidões e capacidade de trabalho de cada um, conduta essa que possibilitou obter o máximo de rendimento nas tarefas existentes.

Não raras vezes houve necessidade de exercitar os funcionários para os trabalhos de estudo e interpretação de leis e regulamentos no tocante ao expediente que transitou por esse Departamento, incentivando-os e estimulando-os com o fim de efetuar a coordenação, tão necessária à unidade de ação.

Como fato de maior relevo ocorrido no setor da Justiça, deve-se destacar a sanção da lei n. 1.069, de 28 de novembro de 1952 que introduziu alterações na lei 315, de 19 de dezembro de 1949 (Lei de Organização Judiciária do Estado).

Nos termos desta lei foram modificadas as redações dos arts. 6º, 91, 108, 109, 110, 111, 114, 118, 119, 123, 124, 129, 132, 134, e seus parágrafos arts. 145, 147, inciso II do art. 159, art. 242, § 3º do art. 247, § único do art. 257, arts. 261, 262, da lei 315.

Novos parágrafos introduzidos aos arts. 46, 134, 242, 247.

Foram criados os seguintes cargos: cinco de Juiz de Direito de quarta entrância, dois de sub-procurador, um de curador de quarta entrância, quatro de promotores públicos de quarta entrância, três de promotores públicos substitutos de quarta entrância, doze de promotores públicos substitutos padrão P, dois de escrivães criminais, padrão Q, dois de datilógrafos, padrão G, quatro oficiais de justiça, padrão H, dois para as varas criminais criada pela lei 1.069, dois oficiais de justiça, padrão G, para a 2ª vara da Fazenda Pública, da comarca de Curitiba.

Crearam-se, além disso, na Comarca de Curitiba os seguintes ofícios de justiça:

- a) duas escrivanias, das 5ª e 6ª varas criminais;
- b) uma escrivania da 2ª vara da Fazenda Pública;
- c) dois tabelionatos de notas, o 7º e 8º.

Dispôs-se também sobre a substituição dos membros do Ministério Público de primeira instância, em qualquer comarca do Estado, por pro-

motor público substituto mediante designação da Procuradoria Geral do Estado.

O sistema de nomeação e de exercício dos Juizes de Paz dos distritos judiciários foram alterados pois, pelo artigo 108 da Lei n. 315, de 19 de Dezembro de 1949, era regulado o exercício pela ordem de idade, quando agora pelo artigo 5º da Lei n. 1069, de 28 de Novembro de 1952, que modificou àquêle, o quadro de Juizes de Paz é constituído por um Juiz de Paz e três Suplentes de Juizes de Paz, com designação ordinal, nomeados todos por um ano.

ARQUIVO PÚBLICO

O número de documentos fichados e encaixados no decorrer do exercício de 1952, foi reduzido em virtude da falta de caixas padronizadas para tal fim, por esse motivo pode-se registrar, apenas a seguinte quantidade 9.815

Fichas de movimento de papéis de diversas repartições estaduais, referentes a diversos anos 47.150

Documentos colecionados, relacionados e encaixados

Requerimentos de diversas repartições 30.400

Fichas de assentamentos de funcionários selecionadas, registradas, numeradas e encaixadas 12.180

Documentos relacionados, colecionados e empacotados

A maior parte dos serviços de arquivamento deste Departamento no último exercício, ficou resumida apenas em colecionar, relacionar e empacotar, em virtude da falta de caixas padronizadas. Neste gênero de trabalhos, pode-se citar as seguintes quantidades:

Balancetes das coletorias, referentes a diversos anos 3.150

Balancetes Diários do Tesouro do Estado, referente a diversos anos 3.471

Blocos de talões de cobrança de impostos diversos recolhidos por várias coletorias estaduais 21.350

Prestações de Contas 9.785

Guias de despachos, referentes a diversos anos 5.650

Ofícios das diversas Secretarias de Estado, Grupos Escolares e Departamentos de Estado, recolhidos a esse Departamento, no último exercício 86.782

Requerimentos de diversas repartições públicas 112.047

Diversos processos 14.150

Talonnários de Nascimentos, Casamentos, Óbitos e Transcrições de Imóveis de diversos cartórios recolhidos àquêle Departamento 510

IMPrensa Oficial DO ESTADO

A situação da Imprensa Oficial, em 1951 era a seguinte: — O serviço de faturas bastante atrasado, nenhuma escrita do dinheiro arrecadado pela Tesouraria, maquinário deficiente. Tabela de preços de assinaturas e publicidade muito baixa.

Foi pôsto em dia o serviço de faturas bem como foi feito para os anos de 1951 e 1952 uma escrita do dinheiro arrecadado mediante assinaturas do Diário Oficial e publicações de atas, contratos, etc., de firmas comerciais e demais entidades para as quais é de lei a publicação de seus atos no Diário Oficial. Adquiriram-se algumas máquinas contábeis e de escrever afim de facilitar o trabalho. Procedeu-se à atualização daquela tabela, tornando os preços um pouco mais elevados.

No almoxarifado encontrou-se, devido as dificuldades orçamentárias

para o ano de 1951, muito pouco material. Algumas latas de tintas velhas e ressecadas pelo tempo, e 50 resmas de papel super bond rosa, azul e verde. Não havia fichário deste material.

Foi feito o levantamento deste material em fichas apropriadas, as quais mantêm em constante levantamento o mesmo sejam quais forem as entradas e saídas. Foram também organizados mapas mensais de acordo com as requisições feitas de material pelas secções de impressão das Oficinas, nas quais verifica-se o movimento do Almoxarifado. Foi adquirido o material necessário para colocar o Departamento em completo funcionamento, tintas, papéis, chapas de zinco, ácidos, drógas, chumbo, material de escritório, peças para máquinas, blanquetas de borracha, etc.

Foi necessário ampliar-se o almoxarifado existente para abrigar todo o material adquirido.

As publicações no Diário Oficial estavam bastante atrasadas, encontrando-se até mesmo matéria de 1949. O Diário Oficial vinha sendo impresso em dois prélos manuais, bastante velhos e antiquados saindo sempre com 8 páginas apenas. Duas linotipos quebradas e enferrujando-se pelo desuso.

A Tipografia com falta de tipos.

A Chefia das Oficinas com falta de móveis, e máquinas de escrever e calcular.

A Encadernação acanhada e mal instalada.

A Secção de Off Sets, virtualmente paralizada por falta de matéria prima, papéis, drógas, etc., a que se referiu acima.

A Expedição sem controle de início das assinaturas do jornal.

Foi instituída a produção mínima para os linotipistas de 1.000 linhas de 12 cícros ou 490 de 24 diariamente, com recompensa ou sanções para uma maior ou menor produção que a estipulada: com isso conseguiu-se que o Diário Oficial saísse com 24 páginas tendo sido sua média de 16 páginas em vista do Diário da Assembléia que também é composto e impresso na I. O. E. bem como livros do interesse do Estado consumir boa parte desta composição. Adquiriram-se peças para o conserto das linotipos quebradas, as quais já estão sendo consertadas. Foram adquiridas novas coleções de tipos para a Tipografia.

Para a Chefia de Oficinas, foram adquiridos os móveis e as máquinas que lhe faziam falta e idealizado e posto em prática um livro fichário para controle das publicações das matérias em datas marcadas.

Para a Encadernação está sendo construída uma nova ala que em sua parte térrea abrigará a oficina mecânica e garagem desse Departamento e no seu 1º andar a secção de Encadernação.

Na secção de Off-Sets foram introduzidos alguns melhoramentos tais como mesa de mármore para mistura de tintas e novo fichário para as chapas de Multilith, tendo entrado esta secção em funcionamento produzindo impressos de uso do Estado.

Idealizou-se um fichário de assinantes do Diário Oficial, em uso na Expedição, que permite avisar os assinantes, com antecedência, do término de suas assinaturas.

SITUAÇÃO GERAL DO MAQUINÁRIO

Velho e obsoleto na sua maior parte, para os fins a que se destina. Em vista disso a I. O. E. adquiriu na medida de suas possibilidades, maquinário novo que está sendo instalado nas oficinas num total de 15 máquinas; discriminadas da seguinte maneira: —

TRANSPORTE

Camionete FORD F-1, tipo perua-aço, a fim de prestar serviços na entrega de encomendas e transporte de funcionários.

IMPRESSÃO DO DIÁRIO OFICIAL

Máquina impressora rotoplana DUPLEX para 16 páginas, a fim de substituir os prélos manuais na impressão do Diário Oficial.

Caçamba moderna para fundir massa de rolos.

Prélo manual para cartões e fichas.

Máquina de imprimir livros automática marca REX V, fabricação alemã, formato 65x95 cms.

Máquina impressora automática marca THE GLOCKNER, fabricação inglesa, para obras e serviços em cores, formato 38x53 cms.

Máquina para serrar linhas e lingotes de chumbo, marca HAVLIK, fabricação checa.

SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO

Máquina de grampear elétrica, marca NATIONAL, fabricação americana.

Máquina automática para costurar livros, marca ZENATIT 38, para cadernos de 27x38 cms., fabricação checa de Kovo Ltda.

Máquina para afiar facas de guilhotina.

Máquina de colocar lâminas de folha.

Máquina de alto relêvo.

Máquina de cortar e vincar.

Tesoura para índice.

Máquina de cantear automática.

Máquina de perfurar.

Caldeira para cola.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

ORGANIZAÇÃO

Para o ano de 1952, por Lei Anua da fixação e organização, foram previstas radicais transformações na Organização da Polícia Militar, sendo contudo impossível ao Comando executá-las integralmente, em consequência de ter saído a referida lei, em período bastante avançado, não restando tempo suficiente para aquela realização. Apesar disso, parte das alterações havidas, foram postas em execução.

Salienta-se na nova organização a constituição do Estado Maior que nos moldes das modernas organizações militares, passou a constituir-se de quatro secções específicas, pondo-se em relêvo também a nova disposição dos Serviços de Saúde e Veterinária. Nas secções indicadas, orientadas em moldes que permitam o melhor funcionamento do organismo administrativo, se atribuiu tarefas que peculiares, constituem um todo harmônico e cuja eficiência já está comprovada com o funcionamento da primeira e quarta secções. A primeira, tem como encargo, a parte atinente ao pessoal e às relações externas, juntamente com secretaria e arquivo. A quarta secção, cuja chefia é a de um Ten.-Coronel, atribue-se funções puramente de fiscalização administrativa, subordinando à mesma, todos os órgãos desse setor. Assim é, que na quarta Secção, concentram-se os serviços de Fundos, Intendência, Manutenção e Oficinas, assim como o controle e aplicação das verbas e a sua movimentação junto às demais repartições do Estado. — A segunda secção, em organização, atribue-se o encargo das informações e comunicações, compreendendo o serviço rádio, serviço colombófilo, correio, arquivos secretos e informações propriamente ditas. — A terceira secção, cujas atribuições específicas estão ainda a cargo da Chefia do Estado Maior por não haver sido organizada, compreendendo o controle da instrução, cultura, educação, escolas e operações policiais militares, inclusive a

distribuição e fiscalização dos destacamentos no interior do Estado. Com a exiguidade de tempo e outros fatores, impossível foi concretizá-la em um organismo único, que obedecesse somente à orientação da Chefia do Estado Maior, órgão que superintende no caso, as secções de serviços. No decorrer do ano de 1953, se concretizarão os organismos citados, que constituirão de forma definitiva a base da reestruturação da Corporação, como órgão executivo da segurança pública no Estado.

O ano de 1952 em sua organização, trouxe à Polícia Militar, o segundo Batalhão de Infantaria (2º B. I.), que pelos motivos já referidos, deixou de ser organizado, constituindo contudo, elementos adidos ao atual 1º Batalhão de Infantaria. A organização de 1953, na qual se concretizaram na Lei Anua de Organização e Fixação os batalhões referidos no ano de 1952, mais o Batalhão de Guardas, a Cia. de Guardas Sinaleiros do Trânsito e a elevação da Cia. de Bombeiros para Corpo de Bombeiros, efetivará em matéria de organização a necessidade do Estado, uma vez que a criação de um Batalhão de Guardas na Capital, permitirá, de acôrdo com as diretivas gerais do Governo, a instalação do 2º Batalhão em Apucarana, no Norte do Estado, para melhor cobertura Policial daquela zona.

Pode-se ressaltar na organização de 1953, a criação da Companhia de Guardas Sinaleiros de Trânsito, organismo que em caráter precário, já vem prestando relevantes serviços à coletividade e a elevação da Cia. de Bombeiros, a Corpo de Bombeiros, cuja amplitude atingirá a criação de duas estações de bombeiros na capital, além do Corpo Central e a criação regular em quatro cidades do interior do Estado, de secções de bombeiros, com acomodações adequadas, material e pessoal suficientes e devidamente organizados.

Consequente da reorganização já citada, houve para 1952, aumento de efetivo, que não poudo atingir a plenitude ideal. Influíram de forma decisiva para o negativo quanto ao voluntariado, fatores que por sua natureza, merecem estudo e atenção, uma vez que como é sabido, a Polícia Militar, constituída exclusivamente de voluntários, não pode prover-se de homens, sinão empregando a propaganda e oferecendo reais vantagens aos que nela venham a ser incluídos. O Estado do Paraná, sob o influxo de uma onda de progresso e prosperidade, em todos os seus setores, ressen-te-se de maneira notável da falta de braços para os trabalhos da lavoura, da indústria em evolução, e principalmente para as obras de construção civil, cujos líderes, premidos pelas necessidades, oferecem salários mais compensadores, aliados à maior liberdade de que dispõe o homem em tais atividades. Apesar de ser conhecida a afluência de trabalhadores braçais de todos os quadrantes do Território Nacional, para o Paraná, ainda prepondera a falta de mão de obra. Assim é que voluntários para a Polícia Militar, surgem na verdade, mas, muitos inaptos física e moralmente, rejeitados em todo emprego civil, o que impossibilita o seu aproveitamento. Referindo-se a incapazes morais e físicos, justifica-se a afluência destes como possibilidade de engajarem-se no serviço policial. Verifique-se nos dados estatísticos, o número elevado de inspeções e o pequeno número de aproveitados, assim como também dos que havendo satisfeito os requisitos essenciais que são causa da maior quantidade de rechassamentos, foram incluídos, e, curto período após, expulsos a bem da moralidade e disciplina da Corporação. Na verdade, é este um problema sério. Si for considerada a necessidade de assegurar ao Estado a tranquilidade e a ordem nos anos próximos que serão por certo de grande progresso em todo o território, se faz necessário encarar este problema sob dois aspectos: um, o de que somente com um melhor salário, adequado às necessidades do homem e equilibrado em relação ao padrão de vida do civil e para maior segurança, melhor do que aquele, se poderá, mesmo com um mais reduzido número de homens, dar ao Estado aquela segurança; em segundo lugar, é necessário ressaltar que

a Polícia Militar do Estado, como órgão militar que é e cuja estrutura orgânica baseia-se na rigidez dos regulamentos militares, na disciplina absoluta e no «esprit de corps», é na verdade o único organismo capaz de no tempo e no espaço por estas razões, assegurar ao Estado em qualquer momento, sem medir os sacrifícios, diuturnamente imolando vida e sangue, podendo efetivamente assegurar o progresso do Estado a tranquilidade dos seus habitantes e o respeito à lei.

Referindo-se à Corporação como asseguradora da ordem pública, nos termos acima, não se faz no sentido da tropa militar exclusivamente e sim, como elemento de polícia nas suas múltiplas e variadas funções, como efetivo de vigilantes, patrulheiros, fiscais e sinaleiros do trânsito, vigilância noturna, guarda de presídios, etc.

Estas funções somente poderão ser exercidas por homens capazes de assimilar as instruções e os ensinamentos técnicos profissionais. Daí, a razão fundamental da seleção rigorosa de seus elementos.

Empenhou-se o Comando em, com o máximo equilíbrio, proporcionar justiça à Corporação. Como se verifica dos dados da P. M. E., foram a bem da moralidade e disciplina da Corporação, excluídos durante o ano de 1952, 68 (sessenta e oito) homens, que, exatamente à sombra das facilidades a que se referiu anteriormente, constituíam verdadeiro labéu, que por vezes se temeu atingisse a própria Corporação.

No entretanto, antes de ser necessária essa medida suprema, o Comando a precedia de regularidade na aplicação de castigos, seguindo-os de admoestações, exortações e citações de exemplos, o que muitas vezes proporcionou a recuperação do homem.

Assim, de uma forma geral, a disciplina da Corporação foi mantida em nível elevado e consequentemente influuiu de forma decisiva no aprimoramento profissional.

Tendo como objetivo precípua a meta final, orientou-se a instrução na Polícia Militar, no sentido de aprimorar e constituir como base, a instrução técnico-profissional do policial propriamente dito.

Não se descuidou do preparo militar da tropa como reserva do Exército Nacional, mas, em todos os setores se deu relevo à instrução e à técnica policiais e ao emprego do miliciano em todos os ramos de sua atividade, desde o policiamento urbano, até ao vigilante munido de cães para policiamento noturno.

Funcionaram normalmente a Escola de Formação de Oficiais Combatentes, os Cursos de Candidatos a Sargentos e Cabos, estes últimos em maiores turmas do que normalmente se faz, em consequência da falta de graduados, resultante do aumento de quadros.

Dos dados da P. M. se verifica o índice de aproveitamento resultante destas providências, havendo além do aprimoramento, a intensificação e rapidez dos diferentes cursos, isso, considerada a necessidade premente que se vem fazendo sentir não somente no interior do Estado, para os comandos de destacamentos, como também, para os serviços de guarnição na capital. — Um aspecto resultante da instrução durante o ano de 1952, foi o do preparo de simples soldados, no serviço de direção sema-fórica e manual do trânsito na capital do Estado, onde se comprovou que um perfeito preparo e ajustado enquadramento, os homens, por simples e modestos, podem prestar à coletividade, relevantes serviços como o em apreço, dos guardas sinaleiros de trânsito. — Por outro lado, a instrução de homens enquadrados disciplinarmente, assistidos socialmente, teve como exemplo o emprego de tropa por ocasião dos acontecimentos de Porecatú, Paranavaí e Campo do Mourão, onde se manifestou de forma definitiva, que a eficiência profissional só pode ser resultante do enquadramento pela instrução, disciplina e assistência social.

Foram muitas as atividades administrativas da Corporação, e, em consequência das alterações havidas na sua organização, em face às novas atribuições e encargos, o comando, dentro de uma forma que

consistiu na defesa constante do bem estar moral e material da tropa e do erário público, distribuiu, geriu e aplicou as verbas de que foi dotada a Polícia Militar no orçamento respectivo.

Com exceção da Verba Pessoal, as demais não atenderam pela sua quantidade, às necessidades da Corporação, motivo por que foram suplementadas a partir de junho e somente ao expirar o ano próximo passado, puderam ser concedidas, vindo esta ocorrência proporcionar algumas dificuldades nos empenhos, em consequência dos obrigatórios adiantamentos a que foi sujeita a Administração da Corporação, a fim de atender os pagamentos consequentes de compromissos assumidos.

Dentre as realizações administrativas do Comando em 1952, pode-se realçar nesta exposição, os seguintes trabalhos:

a) Armazém Reembolsável; — Manteve-se em forma bastante regular e atendeu proeficientemente às mais urgentes necessidades do pessoal da Corporação, havendo infelizmente a impossibilidade de aumentar o capital necessário para o seu desenvolvimento, isto, consequente do alto custo dos gêneros de primeira necessidade. Atualmente, cerca de quinhentos mil cruzeiros são movimentados mensalmente dentro daquele organismo, o que no entretanto, visto a quantidade de homens e famílias que ali se abastecem, é insuficiente.

Seria a Polícia Militar beneficiada fundamentalmente se este armazém pudesse dispor de maior quantidade de capital, para, desenvolvendo as suas aquisições e fazendo-as em maior quantidade, obtivesse daí, a vantagem de menores preços, em benefício do barateamento das utilidades fundamentais à vida do miliciano. Por certo, com o correr do tempo e em base a seus próprios recursos, o Armazém Reembolsável tornar-se-á uma realidade, atingindo o seu principal objetivo que é facilitar ao policial militar do Estado, meios de subsistência e custo de vida mais baixo.

ASSISTENCIA

Nêste setor, rejubila-se o Governo em poder informar a VV. Excias., que, a Polícia Militar, durante o ano de 1952, evoluiu de forma sensível, notadamente no referente à assistência médica aos homens e aos seus familiares, ampliando seus serviços em todos os setores assistenciais, como segue:

a) Posto de Venereologia. — Instituído, funciona normalmente com resultados magníficos, trazendo daí aquela tranquilidade de que necessita o miliciano para o exercício de suas funções, eliminando os focos de infecção que são tão comuns nos corpos de tropa. Funcionando exclusivamente como curativo, possivelmente ainda no decorrer do ano de 1953, passe a constituir um ambulatório preventivo, colimando a sua verdadeira finalidade.

b) Posto de tisiologia. — Como consequência da incidência significativa da tuberculose na tropa, produto da sub-nutrição, da falta de higiene, e principalmente, das acomodações miseráveis que muitas vezes predominam entre os policiais casados desta Polícia Militar, o Comando, orientado pelo Serviço de Saúde, instituiu o Posto de Tisiologia, que vem funcionando também com regularidade, tanto no setor preventivo, como curativo, isolando da tropa os elementos contaminados, fornecendo-lhes a medicação e a dieta indicadas, transformando-se em proteção asseguradora de melhores dias para toda a Corporação.

c) Serviço de ginecologia e obstetrícia. — Também considerado como base de bem-estar social da tropa, objetivando a proteção dos futuros cidadãos da Pátria e em sintonia com os objetivos do Governo do Estado nêste sentido, foi organizada a assistência pré-natal e instituído o tratamento obstétrico, que atingiu as esposas dos milicianos, assistindo-as na gestão e delivrance, colimando essa assistência com o funcionamento

regular de uma enfermagem-maternidade, onde já constitui orgulho, haverem nascido diversas crianças, com toda a assistência especializada.

d) Puericultura. — Inaugurado no expirar do ano de 1952, funciona eficientemente o Posto de Puericultura e Pediatria «Tiradentes», que, apesar de sua curta existência, já tem arrolado um grande número de inscritos na secção de puericultura, e incontáveis filhinhos de milicianos, os quais têm recebido assistência médica pediátrica proeficiente.

Faz parte do Posto de Puericultura, a distribuição de alimentação e medicamentos.

e) Hospital. — O Governo organizou dentro das atuais instalações da Polícia Militar, precária e reduzidamente um hospital de emergência, para poder não somente abrigar os elementos enfermos, como também proporcionar-lhes material, especialistas e medicamentos para operações cirúrgicas, quando houvesse indicação para tal. Orientado e assistido permanentemente pelo Serviço de Saúde da Corporação, iniciaram-se as atividades deste hospital, improvisando-se desde a sala de operações, mesas, instrumentos, aparelhos, etc.

f) Assistência Social. — Empenharam-se o Comando e seus auxiliares diretos, em dar ao soldado de polícia do Paraná e à sua família, de forma mais concreta, assistência social que necessita para maior eficiência profissional, incentivando o «esprit de corps», tão indispensável à existência de uma Corporação como a P. M. E. Assim é, que, em todos os setores que foi possível atingir, se tornou evidente a vantagem daquele esforço.

Instituiu o Comando, prêmios aos melhores soldados. Incentivou e incrementou o Natal do filho do miliciano, distribuindo roupas, brinquedos e alimentos em forma festiva e consagrada, resultando daí uma magnífica e exemplar manifestação de solidariedade de classe, quando pelo Natal cerca de setecentos e cinquenta filhos de milicianos, foram alegremente recebidos no quartel e assistidos por senhoras de oficiais, experimentando satisfação inédita para seus corações infantis.

Na assistência direta ao soldado quando em serviço, quer na Capital, ou no interior, o Comando cuidou com o maior carinho e desvelo o que corresponde ao numerário necessário para a alimentação e estadia naquelas situações. Assim é que, todos os elementos se movimentaram durante o ano de 1952, quer para o interior do Estado, ou fora dele, o fizeram sempre com numerário suficiente para impedir-lhe que passassem dificuldades quanto a alimentação e necessidades mais iminentes. Provia-os o Serviço de Fundos, em dinheiro, o necessário para sua subsistência durante as suas viagens, prestando contas dos gastos realizados, após o seu regresso.

Esta forma de assistência tem sido de influência decisiva no setor da disciplina e do comportamento da tropa quando empregada na função policial, dando-lhe independência e sobriedade, capazes de assegurar uma eficiência profissional de índice notável, em confronto com a situação em que foi encontrada neste aspecto a Polícia Militar, onde estas praças eram postas em função em viagem, sem que dispusessem do essencial para sobreviver, surgindo daí a situação humilhante de viverem de crédito e muitas vezes da misericórdia dos civis, o que desde logo os anulava moral e profissionalmente.

Quanto aos que prestam serviço na guarnição da capital, se lhe vem pagando a diária de alimentação, etapa, que imprescindível é, como consequência do aumento e expansão da nossa capital, o qual determina o encarecimento exagerado dos alugueres de casa, obrigando os nossos milicianos a se afastar completamente do centro da cidade, dificultando de forma decisiva o transporte em relação às distâncias. Daí a necessidade de prover alimentação, a fim de evitar solução de continuidade na execução do serviço profissional poupando assim grande perda de tempo para tomada de refeições e proporcionando ao mi-

liciano sinão todas, dado à exiguidade da etapa, pelo menos as principais. Em perdurando o antigo estado de coisas prosseguiria concorrendo para a diminuição da capacidade econômica do homem e sua família, uma vez que este, obrigado a dispor de seu numerário comum, para alimentar-se na cidade, flagrantemente prejudicava sua própria família.

Em novembro de 1952, sancionei a lei que estende à Polícia Militar os efeitos da concessão de um terço sobre os vencimentos, a título de risco de vida. Esta medida virá minorar satisfatoriamente a situação de vencimentos do pessoal subalterno da Polícia Militar.

Como é natural e em consequência da reorganização da Polícia Militar o seu aumento de efetivo, ressentem-se a Corporação das instalações para os diversos organismos, principalmente quanto ao que diz respeito às novas Unidades. Sendo do plano geral da administração dar à Polícia Militar, novas e modernas instalações a serem localizadas na região do Guabirota nesta Capital, e visto a necessidade urgente de se organizar definitivamente as novas Unidades faz-se mister encontrar a solução adequada, uma vez que as atuais instalações, pela exiguidade não permitem novas adaptações, sendo recurso em última análise e com o máximo esforço, colocar-se em conjunto com o atual 1º Batalhão, o Batalhão de Guardas, restando porém localizar a Cia. de Guardas Sinaleiros de Trânsito e o 2º Batalhão.

FUNÇÕES, ENCARGOS E OBJETIVOS

Desde longa data se faz sentir a necessidade imperiosa de, no âmbito das atribuições encargos e funções das Polícias Militares, de acordo com o preceituado pelas Cartas Magna Federal e Estadual, dirigir e orientar a preparação técnico-profissional dos seus elementos, a par das suas funções como reserva ativa do Exército Nacional, para especialização policial em todos os setores das suas atribuições, preparando-as fundamentalmente para todas as missões policiais, como sejam as de vigilante urbano, rural, de estradas, florestal, de portos, aéreo noturno, de trânsito, de presídios, de investigações, costumes, ordem social e política e principalmente no combate ao crime, ao lenocínio, polícia técnica e científica, identificação, rádio comunicações, rádio patrulha.

Esse preparo, mesmo dentro das organizações militares, constituindo unidades enquadradas regularmente, mas, preparadas especificamente, poderá se traduzir em um organismo sólido pela sua estrutura regulamentar e disciplinar, ao par de uma justa remuneração e amparo social, constituindo para o Estado, o núcleo básico de moral e integridade, assegurada em forma definitiva por força da sua constituição, como acima ficou dito; um organismo policial, à altura das mais completas e perfeitas polícias do mundo, desde que não haja dispersão de esforços, de meios e de materiais, em organismos, que se bem com finalidade definida, mas especializados intrinsecamente, não possuem a estrutura certa e integridade asseguradas pela existência dos regulamentos, da disciplina e da justiça militar. O núcleo, que dentro da Corporação servirá de base para a evolução no sentido objetivo de perfeição, é a tradição de quasi cem anos de vida gloriosa e produtiva, formado por um corpo de oficiais, cuja formação profissional se bem ainda não atingiu a perfeição, constitui penhor seguro do seu sucesso.

Auxiliados ainda por numeroso grupo de inferiores, sub-tenentes e sargentos, preparados técnica, profissionalmente e principalmente imbuídos de uma ação moral e de um espírito de corpo profundo, poderão retribuir com serviços eficientes e permanentes ao povo, aquilo que se venha a dispendir com a Corporação. A Polícia Militar do Paraná, por força da evolução, poderá também deixar de ser um organismo que aparentemente é amorfo e dispendioso, transformando-se em um corpo de segurança, cujos elementos serão de fato um símbolo de segurança, tran-

quilidade e confiança em todos os setores da sua ação.

Nêste sentido, vem sendo observado que nas congêneres corporações do País, acentua-se de forma preponderante a orientação no sentido acima referido, notadamente no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, e nêste último de onde recentemente regressam oficiais desta Polícia Militar, com o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, manifestam aquela inclinação que atinge já cerca de 60% dos ensinamentos naquela Escola, e cujo programa para 1953, de acordo com o verificado ao ser tornado público, alcançará cerca de 80% de preparação, ensinamentos técnicos profissionais, policiais, e 20% de ensinamentos militares.

Não é demais esclarecer que a especialização técnico-profissional, não redundará em prejuízo dos ensinamentos e da preparação militares propriamente ditas, para os efeitos das obrigações como reserva do Exército Nacional.

Funcionaram regularmente os serviços especializados da Corporação, como sejam os de Intendência, Fundos, Saúde, Veterinária e Farmácia, sendo estabelecido e posto em funcionamento o de Manutenção de Viaturas Automóveis e Transportes da Corporação.

Funcionou durante o ano de 1952 o Centro de Preparação Equestre, com o objetivo de preparar pessoal e animais para a representação da Corporação, nas competições hípias a se realizarem no Estado, durante o ano de 1953, como parte dos programas dos festejos comemorativos do Centenário.

A Polícia Militar adquiriu na República Argentina e no Rio Grande do Sul, 15 (quinze) excelentes animais de raça, destinados ao centro de preparação equestre e que se encontram em adexramento sob a orientação especializada.

Creado o Serviço de Manutenção da Corporação, foi a Polícia Militar, dotada de algumas viaturas, cuja necessidade era imprescindível. As necessidades surgidas com o aumento do efetivo da Corporação, seu maior emprego no interior do Estado e principalmente na Capital, justificam um maior empenho do Comando, em dotar a Polícia Militar, de um Serviço de Transportes de Pessoal e Material, capaz de não somente atender ao rápido transporte do pessoal, na distribuição dos diferentes serviços diários, como sejam, os de guardas e do serviço de Trânsito, como às necessidades do Serviço de Saúde e do Armazem Reembolsável. O pedido formulado em tempo oportuno aos poderes competentes, para a aquisição de viaturas apropriadas ao fim referido, além de ambulâncias e as motocicletas necessárias à Escolta Governamental, incluía caminhões para transporte de pessoal e carga e camionetes para transporte pessoal, especificando para tanto, a necessidade de abertura de um crédito especial de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), ora em votação na Assembléia Legislativa do Estado. Uma vez concedido aquele crédito, a Polícia Militar do Estado do Paraná, estará no setor dos transportes, à altura de suas necessidades.

Objetivando a eficiência técnica profissional, consequente das funções da Polícia Militar, foi organizada e está funcionando normalmente, uma Escola de Adestramento de Cães Policiais, e o canil da Corporação, tendo-se iniciado êste último com um plantel de cães pastores alemães, importados de São Paulo, o qual foi mais tarde acrescido com a doação de mais uma cadela e procriação natural.

Quanto ao pessoal especializado, a Corporação conta com um oficial e dois sargentos, possuidores do Curso de Adexramento, feito na Polícia Militar do Estado de São Paulo, elementos êsses que estão dentro das suas possibilidades, estendendo a outros, acertadamente, os conhecimentos adquiridos. Em breve, poderá a Polícia Militar do Estado, contar com um canil bem provido, assim como pessoal capacitado para cumprir as missões de proteção e segurança pública urbana, de que tanto se resente a população do Estado.

Ressentia-se a Polícia Militar do Estado, de armamento à altura das atribuições da Corporação, face à época de progresso que atravessa o Estado do Paraná, mormente considerando-se que, em todo surto de progresso, as atividades destrutivas e criminosas, infelizmente também se incrementam de maneira notável.

Dai-então, ter a Polícia Militar se aparelhado em parte, no que diz respeito ao armamento. Foram adquiridas cento e oitenta metralhadoras de mão, tipo Madeson, modelo brasileiro, calibre 45, de fabricação nacional, comumente denominada metralhadoras INA.

A arma em apreço, enquadra-se perfeitamente aos requisitos para o armamento policial, uma vez que é de grande efeito moral, e de precisão apenas para o tiro a pequena distância, podendo ser empregada sem grandes riscos, mercê da pouca penetração dos projéteis. Além disso, é de construção simples, baixo custo e permite fácil substituição de peças. Arma leve, de boa empunhadura e manejabilidade, corresponde às necessidades da Corporação, de maneira cabal e decisiva, quanto à função policial, emprestando-lhe capacidade de enfrentar os malfetores e os perturbadores da ordem, em qualquer dos costumeiros terrenos em que agem eles.

DESTACAMENTO DO INTERIOR DO ESTADO

Função atribuída à Polícia Militar com exclusividade, manteve esta Corporação durante o ano de 1952, uma média de homens no interior do Estado, equivalente ao efetivo de novecentos elementos mais ou menos, distribuídos por cerca de cento e cinquenta destacamentos.

De acordo com uma combinação existente com a Chefatura de Polícia, o titular daquela entidade fixou a dotação para cada localidade, de acordo com as suas necessidades. O Comando dispendeu o máximo esforço em manter aqueles efetivos, não o conseguindo, entretanto, em consequência à negativa afluência de voluntários, impossibilitando, como já ficou dito, o preenchimento dos quadros.

O ano de 1952, decorreu integralmente com claros em soldados, de mais de seiscentos homens para um efetivo de 2.600. Além disso, aumentaram significativamente os encargos da Corporação na Capital do Estado, onde, diariamente em serviço de rotina em função policial, são empregados cerca de duzentos homens. Se se considerar as necessidades da administração, dos serviços, dos empregos em repartições públicas, das oficinas, das bandas de música; enfermos, licenciados, férias, etc., o índice apurado em relação aos homens disponíveis foi, tanto na Capital, como no Interior significativo quanto à capacidade do homem em trabalho-hora.

Devem ainda ser considerados como trabalhos de rotina e não referidos, as escoltas de presos, contingentes especiais em ação no interior, em caráter de diligências, guarda do presídio central do Estado, escolas em funcionamento como as de Formação de Oficiais, de Sargentos, de Cabos e os diversos cursos de especialização. Face a tantos encargos, mesmo assim obteve-se um índice muito acima do normal, se se confrontar o trabalho realizado e os homens empregados.

Dai o Comando, apesar de aparentemente dispor de um efetivo total reduzido de vinte e cinco por cento de seus homens, haver mantido no exclusivo emprego do policiamento no interior do Estado, cerca de mil homens, ao mesmo tempo que em regime de intensivo esforço, assegurou na Capital, todos os serviços que lhe foram solicitados, sem esmorecimentos, contando o Poder Executivo, com uma permanente reserva para emprego nos momentos que, imprevisíveis, requerem tropa na ordem massiva e decisiva.

Para que a Polícia Militar, realmente desempenhe a atribuição do policiamento no interior do Estado, se faz necessário o aumento de seu

efetivo atual de soldados e graduados, em mais de mil homens, para que só o interior do Estado, receba um contingente de seiscentos a setecentos homens, cobrindo eficientemente as exigências da segurança pública.

Para este ano, os quadros da Polícia Militar, provêm um efetivo total de oficiais e praças de 3.545, o que satisfaz plenamente às necessidades do Estado, inclusive a permanência de mais quatrocentos elementos na Capital, para completar o efetivo do Batalhão de Guardas e da Cia. de Guardas Sinaleiros de Trânsito.

VISITANTES ILUSTRES

Constituiu um acontecimento de significação marcante na vida política e social do Estado, a recente visita, ao Paraná, do Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, preclaro Presidente da República, acompanhado dos Senhores Ministros Horácio Lafer e Souza Lima, respectivamente, da Fazenda e da Viação e Obras Públicas.

Durante os cinco dias de permanência do Chefe da Nação em terras do Paraná, de 24 a 28 de janeiro último, testemunhou Sua Excelência o ritmo acelerado em que se desenvolve a economia paranaense, inteirando-se, vivamente interessado, dos nossos principais problemas.

No decorrer de 1952, recebeu o Paraná inúmeras e honrosas visitas de altas personalidades da República e de eminentes representantes de Nações amigas do Brasil. Assim é que, recebeu, o meu Governo, novamente, a visita do Excelentíssimo Senhor Doutor João Café Filho, Vice-Presidente da República. Outra honrosa visita ao Paraná, no curso do ano anterior, foi a de Sua Excelência o Senhor Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro. Em visita oficial, que muito sensibilizou o Governo e povo paranaenses, aqui estiveram, também, os ilustres Governadores de São Paulo e Minas Gerais, Senhores Professor Lucas Nogueira Garcez e Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira. Recebeu, o meu Governo, também, a visita dos Ministros da Guerra e do Trabalho, Senhores General Ciro do Espírito Santo Cardoso e Doutor José Segadas Vianna. Cumpre, ainda, destacar, além de outras, as visitas do General Álvaro Fiuza de Castro, Chefe do Estado Maior do Exército; General Canrobert Pereira da Costa, Diretor do Departamento Técnico da Produção do Exército; engenheiro Hildebrando de Góes, Diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais; dr. Plínio Catanhede, Diretor do Conselho Nacional do Petróleo; sr. Pedro Salles dos Santos, Diretor do Departamento Nacional do Pinho; dr. Henrique de La Roque Almeida, presidente do I. A. P. C. e sr. Nelson Rockefeller, ex-Encarregado dos Negócios Latino-Americanos do Departamento de Estado dos EE. UU.

DIPLOMATAS

Durante o ano de 1952, o Governo do Estado recebeu, em visita oficial ao Paraná, o Senhor Doutor Karl Gruber, Ministro de Estado das Relações Exteriores da Áustria; o Senhor Eduardo A. Feer, Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário da Suíça; o Senhor Mohammed Isa, Embaixador do Paquistão; o Senhor Peter Richard Hayden, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Austrália, e o Senhor David Shaltiel, Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Estado de Israel. Esteve, também, no Paraná, o Senhor Pierre Bouffanes, Cônsul Geral da França em São Paulo.

EDUCAÇÃO E CULTURA

ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

A Secretaria de Educação e Cultura, atendendo às necessidades do ensino no Paraná, realçadas pela importância que universalmente vem sendo dada às questões relativas ao ensino pré-primário, resolveu providenciar o equipamento didático dos Jardins da Infância e a criação de um corpo de professores especializados.

A tarefa foi entregue à larga experiência da Assistência Técnica dos Jardins da Infância do Estado em colaboração com o Instituto de Educação, cujo trabalho pode ser dividido em três itens:

- a) — mobiliário escolar;
- b) — material didático;
- c) — especialização de professores.

Feitos os estudos relativos ao mobiliário usado no Brasil e em alguns países do mundo, foram planejados dois tipos de mobiliário cujos desenhos foram traçados pelo SENAI:

1º tipo: — mobiliário usado nos Jardins da Infância italianos;

2º tipo: — mobiliário usado nas escolas maternas da Inglaterra.

O primeiro tipo de mobiliário foi o que se usou no Instituto de Educação, quando do reaparelhamento do seu Jardim da Infância.

O segundo tipo representa o mobiliário que foi padronizado e será fornecido em 1953, para todos os jardins da infância do Estado. Tal padronização, além das vantagens práticas óbvias tem grande valor pedagógico.

Sem que isto possa representar uma atitude de exclusivismo, porque neste terreno as preferências como os proveitos práticos se distribuem mais ou menos equilibradamente, mas apenas porque há que principiar por um caminho, naturalmente aquele de maior plasticidade, começou a S. E. C. a fazer o equipamento de todos os jardins da infância do Estado com material Montessoriano, no primeiro período letivo deste ano.

Neste sentido os órgãos técnicos da S. E. C., afim de seguir uma orientação correta, encomendaram da Itália modelos originais de equipamento didático do ensino pré-primário e primário montessorianos, que vêm completar as coleções um tanto desfalcadas de que se dispunham.

No que toca à formação de professores especializados, a S. E. C. incumbiu a direção do Instituto de Educação da organização de um curso, o primeiro levado a cabo em nosso Estado, do qual participaram 15 professores dos Grupos Escolares da Capital que virão a constituir a primeira equipe de orientadores, ou seja, um grupo inicial no trabalho de difusão e racionalização dos métodos de educação pré-primária.

Esta mobilização inicial de atividades no setor do ensino pré-primário evidenciou a necessidade de um órgão de coordenação a orientar os trabalhos, indispensáveis a que estes se processem com intensidade e extensão de forma compatível com a importância que os educadores modernos atribuem ao assunto.

ENSINO PRIMÁRIO

Este é o setor de maior responsabilidade e amplitude das atividades da S. E. C. e mereceu, por isso mesmo, atenção especial.

O Paraná de hoje, em matéria do ensino primário, tem problemas de

dois aspectos. Um relativo às zonas velhas, cuja feição social guarda a marca da economia tradicional da erva mate e da madeira, onde, embora não haja uma organização de todo satisfatória, existe há muito tempo, uma rede de estabelecimentos de ensino que atende, razoavelmente, no seu número e na sua distribuição às necessidades locais e regionais.

Aí o trabalho é praticamente de ampliação e aprimoramento. O outro, das regiões de exploração recente, com feição econômico-social nova, progresso rápido, crescimento demográfico espetacular e com necessidades educacionais elementares e prementes ou, em outros termos, ressentindo-se de falta de escolas, de material didático, de professores, já que, por cuidadosa que seja a assistência do Governo, não pode, este, acompanhar o ritmo da expansão regional.

Diante dessa verificação, procurou o S. E. C. atender, com a eficiência possível os dois aspectos fundamentais do problema atual do ensino primário no Paraná.

Fez-se uma ampla distribuição de material escolar, incluindo mobiliário, distribuição esta, cujo vulto se pode avaliar simplesmente considerado que perto de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões) foram gastos em material permanente.

No ano de 1952, concluíram-se 17 novos prédios para grupos escolares, dos quais alguns foram ocupados de imediato e os restantes o estão sendo agora, 4 casas escolares já em funcionamento e 167 escolas isoladas estaduais abertas, além das que os diversos municípios abriram com ajuda material do Estado, por força do Convênio.

O quadro de professoras, para atender às novas unidades de ensino e às necessidades crescentes das que já existiam, foi largamente ampliado, com a nomeação de 1.360 (mil trezentos e sessenta) professoras, entre as quais 425 (quatrocentos e vinte e cinco) normalistas e 31 (trinta e uma) regentes de ensino.

Cuidou-se, por força de uma convicção da importância maior do problema, das questões relativas ao ensino na zona rural, levando, com empenho e assiduidade, às professoras que se espalham por toda a extensão do Estado, os testemunhos de apreço e confiança no seu trabalho, e às escolas a assistência material de que se ressentiam. Tudo isto na esperança que se vêm auspiciosa e gradualmente confirmando, de que, esta atenção carinhosa possa valer como um fator de mobilização, de estímulo e de eficiência.

Dentro desse espírito, isto é, com o propósito de elevar o nível pedagógico do professorado rural, de permitir-lhe a indispensável atualização de métodos, de dar-lhe uma noção mais segura e mais certa do papel da escola nas comunidades rurais, foi que se iniciou uma série de semanas educacionais, cujo êxito se pode aferir pela frequência notavelmente crescente e pelas solicitações vindas de diferentes pontos do Estado, chegando o número de professores participantes à cifra de 1.092 nos seis municípios trabalhados (Jacarézinho, Palmas, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Apucarana e Irati).

Paralelamente a este trabalho que incidiu de um modo especial sobre o professorado primário do Interior, fez-se, através de uma Semana de Orientação Educacional, realizada por ocasião do 30º aniversário do Instituto de Educação do Paraná, de um Curso de Metodologia para professores primários sob o patrocínio do C. E. P. E., de um curso sobre Alimentação do Escolar, de um curso de Canto Orfeônico, de Estágios e cursos de Aperfeiçoamento de Professores Paranaenses em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, um intercâmbio proveitoso para os educadores paranaenses.

A questão dos programas para o Ensino Primário, posta em foco já em 1951 quando se procedeu à primeira verificação do rendimento escolar em Curitiba e se constatou falta de uniformidade no trabalho didático, foi objeto de atenção especial em 1952.

A equipe do C. E. P. E., com a incumbência desse trabalho, resolveu adotar, inicialmente em Curitiba, o programa experimental elaborado em administrações anteriores e que não chegara a ser posto em prática.

Com esta primeira medida e com a orientação obtida através de repetidas verificações do rendimento escolar, o C. E. P. E. fez as necessárias adaptações ao programa experimental aludido, sendo adotado no ano letivo de 1953 em todos os grupos e casas escolares do Estado. Ainda neste terreno, utilizando-se da experiência da Capital e da observação das necessidades peculiares do ensino na zona rural e daquilo que se empreendeu nos Estados mais evoluídos neste sentido, o C. E. P. E. elaborou um programa para as Escolas Isoladas, em substituição a um anterior, feito em 1940 e consequentemente desatualizado.

A contribuição do C. E. P. E. foi das mais proveitosas. Já por ocasião da última verificação do rendimento escolar se constatava sensível melhora na aprendizagem, principalmente no setor da linguagem escrita. Cuidando da organização técnico-administrativa o C. E. P. E. elaborou, para ser aplicada em 1953, uma ficha de matrícula, cumulativa, que será um registro da vida escolar de cada aluno e recurso posterior valioso na orientação dos que concluem o curso primário.

Dada a importância do assunto, a S. E. C. designou uma professora experimentada para coordenar e reavivar as atividades das «Associações para Escolares», cujo alto interesse prático é hoje universalmente reconhecido.

Os primeiros resultados são animadores, revelando um número apreciável de instituições, que precisam apenas de um pouco de estímulo e apoio para funcionar satisfatoriamente e uma grande receptividade por parte do professorado. Pode-se, assim, antever um trabalho amplo e proveitoso, neste setor, para o ano vindouro.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

O C. E. P. E., criado pela Lei n. 170, de dezembro de 1948, foi instalado oficialmente em 13 de março do último ano, quando na realidade começou a funcionar. Das cinco seções previstas no regulamento aprovado, três entraram logo em funcionamento para atender as necessidades maiores do nosso ensino primário! — Seções de **Orientação, Estatística Educacional** e a de **Programas e Medidas**.

Constituído de professoras escolhidas e especializadas pelo I. N. E. P., o Centro de Pesquisas, por intermédio de cada uma dessas seções, realizou neste seu primeiro ano de atividade, um grande trabalho, como já se fez sentir ao focalizar o ensino primário e que justificou plenamente a sua criação e instalação e impõe-se-lhe todo o apoio, de forma a ampliar-se e estender-se tanto quanto possível o seu campo de ação.

Já neste período inicial de atividade, foi possível observar os efeitos benéficos do trabalho do C. E. P. E. nos grupos escolares da Capital e do Interior, seja através do maior rendimento do ensino, seja pela ação animadora e mobilizadora que teve sobre o professorado da Capital e das sedes de municípios do Interior em que atuou.

Das duas seções restantes, a de **Prédios e Equipamentos Escolares** e a de **Cadastro de Professores**, entrou em atividade a primeira, devendo funcionar a última no corrente ano letivo. Como já foram feitas referências aos trabalhos realizados pelo C. E. P. E., quando se cuidou do ensino primário, registra-se, aqui, apenas a criação do Quadro do Pessoal desse novo órgão, que foi objeto de uma mensagem do Executivo que, aprovada e posta em prática, representará um estímulo e uma compreensão justa, ao trabalho eficiente da equipe de professoras que o compõe.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Aqui é que está a deficiência maior da Secretaria de Educação e

Cultura do Paraná e, quasi certamente, a razão principal de muitas das suas outras falhas técnico-administrativas.

A máquina administrativa da S. E. C. é hoje, com certas modificações mais ou menos acertadas, a mesma de vinte e cinco anos, quando os seus encargos e a amplitude do seu raio de ação, eram apenas uma parcela pequena da sua tarefa atual.

Dividida em três Departamentos, o de Educação, o de Cultura e o Administrativo, a que se veio juntar no fim dêste ano, o Departamento de Educação Física e Desportos, a S. E. C. não conta com a indispensável subdivisão de serviços que as necessidades de ordem administrativa e de ordem técnica impõem. Daí advém uma série de falhas que vão, do setor do pessoal, com a falta de elementos que se ocupem especificamente de tarefas especializadas, até a deficiência do serviço de inspeção, de coordenação e de controle estatístico, aspétos tôdos êstes essenciais para o bom andamento dos trabalhos.

Para caracterizar esta situação, é bastante dizer que, apesar do empenho da Secretaria, desde o início de meu Governo, não conta ela, até agora, com uma estimativa certa da matrícula escolar primária e consequentemente da frequência, elementos imprescindíveis a uma aferição correta do rendimento de suas atividades.

E por isso, que expressa bem a realidade e dispensa se enumerarem outras tantas falhas é que se chegou à conclusão de que é urgente, inadiável uma reorganização total da S. E. C. do Paraná.

Cuida-se, no momento, da elaboração de um ante-projeto dessa reforma. A S. E. C. tem à mão, além das lições da sua velha experiência e das indicações das próprias necessidades paranaenses, o ante-projeto de reforma da S. E. C. do Estado de São Paulo, dados minuciosos da organização do mesmo serviço no Rio Grande do Sul e espera informes por menorizados de Minas Gerais e do Distrito Federal. Com êsse material, será estudada e proposta a reforma da S. E. C. do Paraná, a qual, se aprovada por esta Assembléia, virá possibilitar uma nova fase para os trabalhos da Educação e Ensino em nosso Estado.

ENSINO NORMAL

Êste setor foi objeto de atenção especial, porque lhe está afeta uma tarefa fundamental: a formação e aperfeiçoamento do professorado.

A supervisão do Ensino Normal estava entregue, juntamente com a do Ensino Ginásial e Superior, ao Serviço Médio e Superior (S. E. M. S.).

Ante a necessidade de melhor atender cada um dêsses setôres e a de assistir com maior cuidado as escolas normais e cursos normais regionais, fez-se o desdobramento do S. E. M. S., ficando autônomo o Serviço do Ensino Normal (S. E. N.).

O novo órgão começou por fazer um levantamento da situação das Escolas e Cursos, pondo-se em contato permanente com seus diretores e professores, distribuindo questionários e, por fim, com os elementos de orientação inicial, visitando os diversos estabelecimentos para melhor senos seus problemas e peculiaridades de cada um.

Verificou-se, com essa indagação, que o Ensino Normal, tem, de um modo geral, deficiências e que há grande disparidade entre os vários cursos e escolas, no que toca à sua organização, aparelhamento e produtividade.

Para assentar as medidas corretivas promoveu o S. E. N. uma série de reuniões, primeiro com os Diretores e depois com êstes e vários Professores do Interior sob a orientação da chefia do Serviço e com a participação de professores experimentados da Capital. Dessas reuniões, que trouxeram efeitos benéficos imediatos, por força do contato direto dos professores e do estímulo e entusiasmo que êste sempre representa, adveio um programa de ação firmado na realidade dos nossos problemas e que esquematizam a seguir:

a) — Aumento de matrícula escolar, com especialidade nos Cursos Normais Regionais. Este é um aspecto fundamental no trabalho de aperfeiçoamento do professorado paranaense, mormente do professorado das zonas rurais. Das cinco mil e cento e sessenta e uma professoras estaduais em atividade, no correr do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, duas mil quinhentas e quarenta e sete são normalistas, cinquenta e duas têm apenas curso primário, sem ter recebido orientação pedagógica. Acrescenta-se ao que possam expressar os dados numéricos, o fato das normalistas se concentrarem nas cidades maiores e nas sedes dos municípios e ter-se-á idéia da situação em que se encontra, no tocante à habilitação técnica do professorado, o nosso ensino rural. O caminho natural para a solução deste problema é o de atrair para as Escolas Normais Secundárias e com especialidade para os Cursos Normais Regionais o maior número possível de candidatos.

Por força de uma série de fatores, bem conhecidos dos que cuidam das coisas de educação, o elemento capaz de solucionar a questão é o regente de ensino, recrutado para sua formação entre o próprio professorado leigo em atividade na zona rural e os jovens dessa mesma zona, elementos naturalmente integrados no meio e capacitados, por isso mesmo, a viverem a vida e o problema da escola isolada, fazendo-a viva e eficiente. Sentindo assim o problema, o S. E. N. iniciou um trabalho intenso de propaganda e valorização dos Cursos Normais Regionais mostrando o seu alcance e dando justo apêço à tarefa na nossa escola isolada. Esse trabalho teve efeitos imediatos na vida da maioria dos Cursos Normais Regionais, e se refletirá certamente no aumento sensível da matrícula, ao início do ano letivo vindouro, quando ainda deverão ser instalados novos cursos normais regionais de Campo do Mourão, Cornélio Procopio, Pitanga, Quatiguá, que já estavam criados mas não em funcionamento e o Curso Normal de Cinzas e as Escolas Normais Secundárias de Antonina e Apucarana a serem instaladas no decorrer de 1953.

b) — Reorganização do corpo docente: A maioria das Escolas funciona com um número reduzido de professores, sofrendo os prejuízos da sobrecarga de trabalho e do acúmulo de disciplinas. Além disso, ressentiam-se alguns cursos e mesmo escolas secundárias da falta de professoras realmente capacitadas para os encargos do ensino normal, uma vez que as necessidades momentâneas haviam forçado o aproveitamento do professorado primário sem a necessária seleção. Para sanar esses inconvenientes, o S. E. N. dentro dos recursos à mão, ampliou e melhorou o quadro dos professores, mandando para vários estabelecimentos, professores escolhidos da Capital.

Não contavam os estabelecimentos de Ensino Normal com um Regimento e nem o próprio S. E. N. dispunha de um conjunto de normas que permitisse orientar e coordenar com certa uniformidade o funcionamento dessas Escolas. Para suprir essa falha, o S. E. N. já convocou os diretores e alguns professores dos diversos cursos e escolas para com eles firmar uma regulamentação do Ensino Normal, a que deve seguir-se a elaboração do Regimento Interno dos estabelecimentos.

c) — Reorganização das Escolas de Aplicação: — As Escolas de Aplicação constituem elemento importantíssimo na organização dos estabelecimentos do Ensino Normal, como campo que são de prática e adiestramento dos futuros professores. No entanto, para que preencham essa finalidade devem ter alguns requisitos que as diferenciem do Grupo Escolar. E estes requisitos faltam à maioria das nossas escolas de aplicação que, na realidade, vem funcionando como Grupos Escolares, muitas vezes ainda prejudicadas pelo excesso de alunos e deficiência do professorado. Este é um aspecto do problema que embora objetivado pelo S. E. N. não pode ter solução pronta pelo menos em certas regiões do Estado, onde a população escolar está muito acima da capacidade dos prédios. Contudo, onde foi possível, as correções se fizeram e para o corrente ano letivo,

a situação deve melhorar sensivelmente.

d) — Instalações e Equipamento: — Neste sentido há certa deficiência. Quanto às Escolas Normais Secundárias, a maioria funciona em prédio ocupado também pelos Colégios Estaduais sofrendo as consequências da falta de espaço e a sobrecarga de trabalho de pessoal administrativo. Deficiente de fato é a situação dos Cursos Normais Regionais que vêm funcionando em prédios de Grupo Escolar em que funcionam também, muitas vezes, Ginásios. Com isso é quase normal que o Curso Normal Regional disponha apenas de duas ou três salas; não tenha acomodação para os serviços de Direção e Secretaria, o que prejudica a eficiência do ensino e desprestigia um pouco o estabelecimento. Tais inconvenientes oriundos do grande desenvolvimento econômico e demográfico do Estado, só com o correr do tempo poderão ser sanados. A S. E. C. tem procurado, interferindo diretamente nos estabelecimentos, diminuir essas falhas, distribuindo melhor o espaço disponível e sobretudo criando ambiente de harmonia e cooperação entre os Diretores dos diferentes Cursos. Quanto ao equipamento escolar os estabelecimentos de Ensino Normal, na maioria dos casos, não o tem próprio, servindo-se do que possuem os Ginásios e Grupos Escolares em cujo prédio funciona. O S. E. N., aproveitando as verbas de material permanente e de consumo, está procurando aparelhar os diversos estabelecimentos que, no ano corrente, funcionarão em condições bem melhores.

O Instituto de Educação do Paraná, principal centro de formação de professores do Estado, passou em 1952 por grandes transformações, afim de mobilizar todos os setores de ensino. Foram reorganizados diversos serviços:

a) — O Jardim da Infância, ao qual foi dado um aparelhamento moderno e eficiente;

b) — O Serviço de Orientação Infantil, que funciona anexo à Escola de Aplicação, Serviço este fundado em 1950 e que conta com oito seções especializadas: — Seção de Psicologia, de Serviço Social, de Educação Física e Jogos, de Educação Sanitária, de Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico e Seção de Estudos Psico-Pedagógicos, que reiniciaram todas as suas atividades em 1952. Este Serviço, único no gênero em todo o Brasil, tem merecido por parte dos educadores que visitam o estabelecimento, as melhores considerações. Ele vem gradativamente realizando pesquisas no Ensino Primário através de análises psicológicas do escolar, distribuição de alunos em classes homogêneas, psicogramas de classe, aplicação de novos métodos, orientação de casos de crianças-problemas, cuidando ainda da recreação infantil através das mais variadas expressões de teatro, da bandinha escolar, da hora do conto e de outros folguedos.

O trabalho realizado pela educadora sanitária constou dos exames de rotina e encaminhados quando necessário, para o Serviço de Clínica Escolar.

O S. O. I. conta com a colaboração das normalistas que, em equipe, ajudam à realização do trabalho.

Com a colaboração técnica do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Museu Paranaense foi reaparelhado o Laboratório de Ciências Naturais.

A biblioteca foi entregue aos cuidados da uma professora especializada que fez a classificação das obras, organizou o fichário, estando gradualmente aumentado o número de livros, e por ocasião da reforma do prédio, procurou dar-lhe uma feição mais acolhedora e melhor adaptada aos seus objetivos dentro da escola. Organizou a Exposição de Literatura Internacional Infantil com a colaboração das Embaixadas e o planejamento da Biblioteca Infantil anexa à Escola de Aplicação.

A parte administrativa foi reestruturada, desdobrando-se os serviços de secretaria e distribuindo melhor os diversos encargos com a criação

do Departamento do Pessoal que já realizou um trabalho proveitoso.

Foi instalada uma cantina com todo o aparelhamento moderno de cozinha, refrigeração e distribuição, cuidando-se também do ambiente de forma a torná-lo agradável e convidativo.

Teve início no ano letivo de 1952, no curso ginásial, o S. O. E. a cargo de professor especializado. Este serviço cuidou do exame de seleção psicológica dos alunos de primeira série e da organização de turmas homogêneas, trabalho este realizado pela primeira vez no Paraná. Além disso, o S. O. E. pôz em funcionamento o centro estudantil fez a orientação dos estudos das diferentes disciplinas, estabeleceu relação entre os professores, interessando-os pelo serviço, fez orientação dos casos de conduta irregular e o trabalho de orientação vocacional dos alunos da quarta série.

Afim de organizar o trabalho de equipe dos professores da mesma disciplina e fazer a coordenação de esforços, a Secção de Geografia e História, iniciou o estudo dos novos métodos, entre os quais o Audio-Visual mereceu especial atenção. A Secção de Geografia e História pelo vulto, que tomaram os seus trabalhos, teve iniciativa da realização do plano de organização do 1º Seminário de Geografia e História, que foi organizado pelo S. E. M. S., realizando-se com êxito no mês de janeiro do corrente ano, com a participação dos professores do ensino secundário do Estado.

Afim de coordenar as atividades artísticas e culturais da escola, foi organizado o S. O. A. C. sob a orientação dos professores de Música e Canto Orfeônico e professores de História da Música.

Grande número de conferências, concertos, reuniões sociais, exposições artísticas, canto coral, festas, teatro e etc. realizaram-se com inteiro êxito.

Com os novos serviços e com a criação de um novo ambiente, pôde o Instituto de Educação participar de uma série de iniciativas da S. E. C., entre os quais a Semana de Orientação Educacional, Curso de Metodologia para professores primários, Curso de Alimentação do Escolar, Curso de Aperfeiçoamento Musical.

Com um aparelho de projeção doado pela Secretaria de Educação e Cultura foi organizado o cinema educativo, que vem funcionando com regularidade e eficiência.

Pela primeira vez foram em dezembro por ocasião dos exames de admissão, organizadas provas de medida objetiva que servirão de base para um trabalho que se ampliará neste ano letivo com a medida objetiva de aprendizagem das disciplinas do curso ginásial.

Afim de estabelecer mais íntima colaboração entre os professores da Escola de Aplicação e os professores de Metodologia e Prática de Ensino do Curso Normal, foi organizada a Secção de Prática de Ensino. Esta Secção, nos moldes das escolas americanas, deverá entrar em pleno funcionamento no corrente ano letivo. Foi elaborada uma ficha de observação das crianças cuja utilização pelas alunas do curso normal deu ótimos resultados.

Inaugurada em setembro por ocasião dos festejos comemorativos do aniversário do Instituto, a Escola Experimental «Maria Montessori», representa um complemento muito útil pelas enormes vantagens que esta escola trará na formação da mentalidade do novo professor.

Centro de Aprendizagem e de Prática de Ensino, a Escola Experimental situada na zona suburbana da cidade, com alguns característicos da escola tipicamente rural, vai fornecer um campo de experiências pedagógicas, fazendo com que as futuras professoras tomem o sentido da realidade do problema do nosso Estado, do problema da terra e das dificuldades que apresentam as zonas afastadas dos grandes centros. Além desta experiência, caberão ainda à escola, outras finalidades quais sejam: aplicação de novos métodos, estudos da psicologia, de problemas

sanitários, procurando realizar um trabalho de educação de base e de levantamento do nível da comunidade.

Contribuiu o Instituto de Educação, no último ano letivo, com oito professores que terminaram o curso de administradores.

Este grupo apresenta credenciais para ocupar cargos de direção dos grupos escolares do Estado, de inspetores e de delegados de ensino.

Dois cursos de aperfeiçoamento foram, pela primeira vez, organizados no Instituto de Educação — curso de orientadores infantís e curso de professores especializados para jardim da infância. Ambos tiveram pleno êxito, reunindo professores interessados pelo problema, que em maio do ano vindouro, terminarão seus cursos ficando para o trabalho especializado de que muito se hão de aproveitar o ensino pré-primário e primário paranaense.

Funcionando desde o princípio de 1948, o curso ginasial noturno representa uma falha no Instituto de Educação, colégio principalmente feminino que não conta com instalações apropriadas para esse fim. Frequência heterogênea sob todos os pontos de vista, alunos de idade desigual, o referido ginásio tanto nos anos anteriores como no de 1952, demonstrou pouca eficiência e aproveitamento. Contudo, foram feitos todos os esforços afim de que o problema disciplinar não prejudicasse a sequência dos trabalhos. Uma sensível modificação do ambiente escolar se fez notar com o funcionamento, pela primeira vez, da cantina, da biblioteca, do centro estudantil, tendo os alunos, embora precariamente, participado das Olimpíadas Colegiais. Prestou-se uma assistência mais cuidadosa aos alunos, fez-se a verificação do seu aproveitamento e com isto se obteve apreciável melhora nos resultados dos exames finais. O problema da separação do Ginásio Misto Noturno do Instituto de Educação vem sendo estudado e no ano corrente, provavelmente será efetivada.

ENSINO MEDIO E SUPERIOR

A um primeiro exame já se verifica que a situação do ensino ginasial do Estado apresenta deficiências. Com exceção dos estabelecimentos tradicionais e de alguns poucos dos que foram criados nestes últimos anos, os nossos ginásios abrangendo os colégios estaduais e ginásios propriamente ditos, se ressentem de falhas sérias no que toca à instalação, aparelhamento e mesmo constituição do seu quadro de professores. Tal deficiência, que só aos poucos se poderá corrigir, advém, principalmente, da criação simultânea e distribuição arbitrária de estabelecimentos de ensino ginasial, que representam, hoje, um encargo pesado à S. E. C. e na realidade estão longe de dar o rendimento que seria de desejar.

O Serviço de Ensino Médio e Superior, inteirado dessa situação, vem procurando, desde o início de meu Governo, sanar essas deficiências.

No decorrer de 1952, após um amplo levantamento e viagens de inspeção aos Ginásios mais necessitados de assistência técnica, o aludido Serviço elaborou um programa de ação que vem sendo pôsto em prática e que se pode apresentar esquematicamente como segue:

- a) — Reorganização e regularização do quadro de professores: este aspecto do problema, já vinha sendo atacado nos anos anteriores, tendo se realizado, em 1951, um concurso para professores auxiliares e aproveitados em sua maioria (175), neste ano, permitiram já uma sensível melhora. Ainda assim, grande número de Ginásios não tem um corpo docente satisfatório. A Secretaria procura, contornando as dificuldades práticas, melhorar o quadro de professores ginasiais e ao mesmo tempo regularizar a sua situação ante as exigências do M. E. S. Para isso tem procurado encaminhar para o Interior, principalmente para os Ginásios recentemente fundados e ainda em fase de consolidação, professores novos saídos de diferentes cursos da Facul-

dade de Filosofia, como também professores experimentados, com situação regularizada perante o Ministério de Educação e já com tirocínio no magistério. No último ano, foram aproveitados quasi todos os professores que haviam feito o concurso para o magistério ginasial. E aproveitando-se a experiência deste mesmo concurso, está o S. E. M. S. estabelecendo as normas de um novo concurso, que se faz necessário, para completar-se o quadro de professores ginasiais, de forma a evitar os inconvenientes demonstrados pela prática no ano anterior.

- b) — Instalação de Aparelhamento: apesar das deficiências verificadas em vários dos nossos Ginásios, mesmo em alguns Colégios Estaduais, decorrentes da criação simultânea de vários estabelecimentos, em administrações anteriores e agravadas pelas necessidades crescentes do Estado, pode dizer-se que, no que toca às instalações, a situação melhorou. Os Ginásios de Santo Antonio da Platina, Bandeirantes, União da Vitória, Palmeira, Antonina, Prudentópolis e Ribeirão Claro, tiveram seus prédios novos concluídos e nêles passarão a funcionar, definitivamente, neste ano.

A S. E. C. atendendo às solicitações feitas e às necessidades de reorganização das Escolas Normais, condições de espaços e população local, tomou as seguintes medidas que serão postas em prática imediatamente: Transferir o Ginásio Misto Noturno, que no momento funciona no Instituto de Educação, para um dos Grupos Escolares situados em um dos bairros da Capital; a Seção Feminina Ginasial do Colégio Estadual «Regente Feijó», da cidade de Ponta Grossa, para a Escola Normal da mesma cidade.

Pretende ainda a S. E. C. criar, neste ano, um curso ginasial nas cidades de Irati, Mallet e provavelmente em Castro.

Os nossos ginásios, de um modo geral, não contam com um equipamento satisfatório nas cadeiras de Ciências Físicas e Naturais, de Educação Física e, em menor escala, nas de Desenho e Trabalhos Manuais. Esta situação não pode ser inteiramente corrigida de pronto, vem sendo gradativamente melhorada pelo S. E. M. S., que está padronizando material de laboratório, e dentro das possibilidades orçamentárias, os está equipando.

Até o presente ano letivo, os estabelecimentos de ensino secundário, não possuíam regimento interno que pudesse nortear seus trabalhos. Para fazer esse regimento, a S. E. C. designou uma comissão composta de diretores e professores da Capital e do Interior, presidida pelo encarregado do S. E. M. S.

Com este novo regimento, ficará normalizado um aspecto sério da vida administrativa dos nossos ginásios, além de se possibilitar um trabalho de orientação e controle mais eficiente e mais fácil por parte do S. E. M. S. Persistirá, contudo, por mais algum tempo, a falta de pessoal para os serviços administrativos dos ginásios, porque quando de sua criação, não se cuidou de criar, ao mesmo tempo, os cargos e funções correspondentes. Assim, o quadro de pessoal da S. E. C. não inclui os cargos e funções de direção e secretaria dos novos ginásios. Como toda organização administrativa da S. E. C. está desatualizada e necessitando de uma reorganização ampla, pareceu mais prático aguardar a reforma geral, em vez de atender o caso específico dos ginásios. Neste intervalo, os serviços administrativos serão, como até agora, desempenhados por elementos do professorado primário e secundário, designados para isso.

DEPARTAMENTO DE CULTURA

Este Departamento teve em 1952, um ano de grande atividade. Sem uma organização administrativa que permita atender correta-

mente os seus múltiplos setores de atividade, o Departamento de Cultura lançou mão de professores secundários interessados incumbindo-os dos diversos encargos artísticos e culturais, o que possibilitou um trabalho amplo e proveitoso.

Assim é que a Divisão de Educação Popular e Planejamentos Culturais, realizou 8 recitais incluindo violino, canto, piano e violoncelo. Realizaram-se ainda três temporadas teatrais, as quais contaram com elementos de projeção nacional.

No setor de artes plásticas, foram realizadas 10 exposições entre as quais convém salientar o VII e o IX Salão Paranaenses de Belas Artes, este último contando com um representante do Museu de Arte de São Paulo, que fez parte da comissão julgadora dos quadros.

Teve repercussão a exposição infantil de Artes Plásticas organizada pelas Orientadoras de Artes Aplicadas dos Grupos Escolares da Capital.

Por ocasião do 30º aniversário do Instituto de Educação, organizou o Departamento de Cultura, um salão de pintores paranaenses, com a colaboração de grande número de artistas de nossa terra.

Uma das iniciativas interessantes do Departamento de Cultura se refere ao planejamento do concurso infanto-juvenil de artes plásticas dentro do plano de realizações para 1953. Este concurso abrangerá as escolas primárias e secundárias da Capital, podendo posteriormente estender-se a outros municípios do Estado, no propósito de estimular e selecionar vocações artísticas. Este trabalho já regulamentado pelo Departamento de Cultura, após a aprovação, será, em colaboração com a Escola de Belas Artes, realizado no corrente ano.

A Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, dentro de suas possibilidades orçamentárias, providenciou a vinda de técnicos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e fez o levantamento parcial dos monumentos históricos do Estado. Ainda da Diretoria do Patrimônio solicitou a conclusão das obras de reestruturação e adaptação do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá para a instalação do Museu Regional de Indústrias e Artesanato do Litoral Paranaense, a realizar-se em 1953 e também a restauração da Igreja de Guaratuba e da Capela de Tamanduá, monumentos históricos já tombados pelo S. P. H. N.

Para este fim, a Divisão por intermédio da S. E. C. recebeu o auxílio solicitado para imediata execução das obras de restauração dos dois monumentos citados. Com a reorganização administrativa da S. E. C., que em todos os seus setores de atividades é imperativo, o Departamento de Cultura deverá ampliar-se e subdividir-se de forma a poder atender corretamente as suas altas finalidades.

ENSINO PROFISSIONAL

No que diz respeito ao Ensino Profissional, a situação do Paraná é precária, acarretando sérias preocupações ao Governo interessado em organizar, regulamentar e orientar este setor de ensino, cujas vantagens e finalidades correspondem ao elevado sentido de formar técnica e profissionalmente a nossa juventude. A Escola Profissional «República Argentina», da Capital do Estado, não corresponde às finalidades a que se destina. Não possui prédio próprio e seu corpo docente é composto, na sua maioria, de professoras normalistas ou contratadas sem cursos de especialização ou formação adequada. Esta é a única escola dependente da S. E. C. Além disso, nota-se uma acentuada desvalorização por parte da opinião pública com referência às escolas profissionais. É objetivo do Governo desenvolver uma campanha no sentido de elevar o conceito dessas escolas e atrair o maior número de professores e alunos para este setor de trabalho.

Em face dessa realidade foram tomadas algumas providências quais sejam:

- a) — convite feito à diretoria e à uma professora especializada da Escola Doméstica de Natal, que permaneceram uma semana em Curitiba, fornecendo elementos a respeito da organização e orientação da referida escola que é considerada a escola padrão do Brasil;
- b) — contáto com a S. O. S. P. (Serviço de Orientação e Seleção Profissional) de Belo Horizonte, com o I. S. O. P. (Instituto de Seleção e Orientação Profissional), do Rio de Janeiro, com o C. P. O. E. (Centro de Pesquisas e Orientação Educacional), de Porto Alegre, onde se vêm realizando um trabalho amplo e eficiente no sentido de seleção e orientação profissional, tudo no propósito de coligir dados e informações que permitam, no ano vindouro, quando cuidar-se da reorganização administrativa da S. E. C., criando um órgão (Serviço, Divisão ou Departamento), que se ocupe do ensino profissional e da orientação vocacional. Esta iniciativa da S. E. C. com a criação de um órgão dessa natureza, que oriente o ensino profissional do nosso Estado, vem preencher uma enorme lacuna neste setor de ensino, principalmente na fase de progresso pedagógico que atravessa o nosso Estado, onde a inexistência das escolas profissionais ou sua má orientação não se justifica e nem se pode admitir.

EDUCAÇÃO FÍSICA

A instalação do Departamento de Educação Física e Desportos, no mês de agosto último, veio ao encontro de uma necessidade séria dessa Secretaria.

Na realidade, faltava à prática de Educação Física em nossos estabelecimentos de ensino um elemento de orientação técnica e coordenação de atividades. Estas se exerciam à custa da dedicação e interesse espontâneos dos professores, entre os quais, ao lado de alguns realmente capacitados para o encargo, muitos outros havia com apenas boa vontade. E em matéria de Educação Física, uma tal situação chega a ser perigosa porque a sua prática incorreta é sabidamente prejudicial em todos os sentidos. Daí, ter o novo Departamento se defrontado com uma grande tarefa: a de, praticamente, organizar todo o serviço, que se vinha realizando precariamente e dispersivamente. Dividiu as suas atividades em dois setores: o da **Educação** e o de **Esportes**.

Como era natural, o trabalho se iniciou por um levantamento da situação nesses dois campos, de forma a permitir, com as observações iniciais, a orientação das atividades. Com isso se chegou à conclusão de que, com exceção do Colégio Estadual do Paraná, os demais estabelecimentos de ensino, estão mal aparelhados, havendo, mesmo, muitos praticamente sem recurso algum.

Em face dessa situação, o Departamento de Educação Física, cuidou, nestes seus primeiros meses de ação, de traçar um programa consentâneo com as nossas realidades e viável, dentro dos recursos disponíveis para o ano corrente. Esse plano de ação, na parte que se relaciona com a Educação Física nos estabelecimentos de ensino, foi desdobrado em etapas, uma vez que não é fácil nem inteligente, estender o trabalho a todos os setores.

De início serão assistidos, mais de perto, recebendo professores, instalações e equipamentos adequados, os colégios e ginásios estaduais, dentre os quais alguns (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, União da Vitória, Jaguariaíva, Paranaguá, Rio Negro, Jacarézinho, Guarapuava e Fóz do Iguaçu), virão a constituir centro de irradiação de atividades regionais, em forma compatível com os recursos de que possam dispor.

A seguir, por ordem, este trabalho mais intenso atingirá os estabele-

cimentos de ensino normal, os grupos escolares e as escolas isoladas.

Isto não significa que na sucessão das etapas do trabalho programado, os estabelecimentos não enquadrados na ação do momento fiquem abandonados. Receberão todos, com exceção das escolas isoladas, até às quais não é possível, por enquanto, levar a ação do D. E. F., receberão todos os benefícios que os recursos à mão permitam, num plano de ação geral paralelo.

Provisoriamente, dado que a prática incorreta da Educação Física oferece riscos, poderá esta ser suspensa nos estabelecimentos de ensino primário, a que não se possam dar de imediato os meios necessários à sua realização satisfatória.

Programa de ação semelhante, isto é, de expansão gradual, foi estabelecido no setor de Esportes.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Municípios	Grupos Unidades	Isoladas Escolares	Prof.	Matric.	Frequência
S. Ant. da Platina	23	157	1008	16515	13482
Curitiba	23	157	1008	16515	13482
Abatiá	1	4	10	241	230
Andirá	2	3	32	667	469
Antonina	3	15	57	1219	877
Apucarana . . .	3	17	39	1827	1448
Arapongas . . .	4	10	82	2718	2441
Araiporanga . .	1	6	19	435	309
Araucaria . . .	1	32	56	1089	951
Assaí	1	14	43	1602	1494
Bandeirantes . .	2	11	36	1229	1126
B. Vista Paraíso	2	6	34	904	801
Bocaiuva do Sul	1	32	45	788	639
Cambará	1	9	39	778	713
Cambé	3	15	47	1388	1209
Campo Largo . .	2	62	116	2444	1739
Campo Mourão .	1	12	38	1162	970
Carlópolis . . .	1	5	13	143	139
Castro	2	28	94	1491	1391
Cerro Azul . . .	1	15	34	570	418
Cinzas	1	—	8	162	123
Clevelândia . .	3	31	69	1265	1122
Colombo	—	29	36	798	628
Congonhinhas . .	—	1	5	83	72
Cornélio Procópio	4	27	95	2304	2043
Curiúva	—	6	21	362	232
Foz do Iguaçu . .	3	13	38	1121	989
Guarapuava . . .	3	85	127	3124	2546
Guaracêçaba . .	1	13	20	292	225
Guaratuba . . .	1	13	27	595	514
Ibaiti	1	4	20	491	415
Ibiporã	1	6	35	1197	954
Imbituva	1	24	48	989	848
Ipiranga	2	28	65	1150	934
Iratí	3	45	124	1052	787
Jacarézinho . . .	3	20	78	1085	896
Jaguapitã	1	9	25	961	813
Jaguariaíva . . .	5	8	47	1053	1008
Jataizinho . . .	1	1	11	292	225
Joaquim Távora	1	8	29	611	516

Lapa	2	72	148	3295	2442
Laranj. do Sul	2	3	61	420	321
Londrina	7	8	60	3545	3189
Malet	3	16	40	718	596
Mandaguari . . .	7	5	150	3611	2962
Mangueirinha . .	1	10	17	464	464
Morretes	1	23	48	1064	806
Palmas	2	22	54	1277	1074
Palmeira	2	39	98	1297	1118
Paranaguá	5	38	183	2993	2737
Piraí do Sul . . .	1	14	38	750	543
Piraquara	1	45	63	2678	2084
Pitanga	9	35	226	4495	3993
Porecatú	2	1	23	863	812
P. Amazonas . . .	1	2	24	277	258
Prudentópolis .	1	71	115	2563	2094
Quatiguá	1	3	18	397	358
Rebouças	1	18	40	856	691
Reserva	1	14	27	770	595
Rib. Claro	1	6	42	477	377
Rib. do Pinhal . .	1	1	16	394	340
R. Branco do Sul	1	18	34	591	437
Rio Azul	1	17	35	675	612
Rio Negro	5	24	101	1804	1414
Rolândia	2	42	57	2163	1951
Santa Mariana . .	1	1	25	679	670
S. Ant. da Platina	1	12	41	1089	1012
S. J. do Triunfo .	2	14	37	475	317
S. J. dos Pinhais	2	76	185	2443	1778
S. Mateus do Sul	1	28	63	1048	919
Sengés	1	9	43	403	337
Sertanópolis . . .	2	10	63	1880	1793
Siqueira Campos	2	13	48	1223	1048
Teixeira Soares	3	19	46	924	715
Tibagi	3	29	75	1581	1508
Timoneira	1	35	52	900	672
Tomazina	3	5	32	607	522
U. da Vitória . . .	6	39	97	2249	1851
Uraí	1	17	47	1568	1350
Wenceslau Braz	2	2	29	554	477
TOTAIS	182	1680	5371	112257	93973

Obs.: — Dados sujeitos à retificação.

SAÚDE PÚBLICA

Pelos dados que registro, a seguir, verão VV. Excias. o empenho dessa Secretaria, no decorrer do ano de 1952, de dar maior amplitude ao seu programa de prevenir as doenças e melhorar o estado de saúde da coletividade, tendo em vista que a assistência sanitária, ao lado dos cuidados médicos, é especialmente importante em países como o nosso, em que a maior parte da população, sobretudo a rural, reclama essa cooperação dos poderes públicos.

Dêsse modo, grandes são as responsabilidades da Secretaria de Saúde Pública, notadamente nesta fase de intenso progresso que atravessa o Paraná, motivando a afluência de patricios de todos os recantos do Brasil, circunstância que nos trouxe o imperativo dever de impedir a queda dos índices sanitários das nossas populações, em consequência da constante chegada de elementos de menor nível educacional e sanitário.

Neste ponto, é prudente notar que grande número de patricios de outros Estados, que procuram as riquezas das nossas terras, são portadores e disseminadores de doenças, como ocorre tipicamente com a schistosomose, moléstia até há pouco desconhecida no Paraná, e agora já constatada sob a forma de focos recentes em algumas localidades da região norte.

São os onus do progresso, que sempre têm a sua máxima repercussão nos setores que mais importam na vida e desenvolvimento do povo, exigindo redobrados esforços das respectivas esferas administrativas, afim de que não se detenha o Estado na linha ascensional de seu porvir.

Indiscutivelmente, não podem os serviços sanitários, como os demais institutos da pública administração, acompanhar «pari passu» o vertiginoso desenvolvimento que entre nós se opera, levando os atrativos de nossa prosperidade aos mais longínquos rincões do País. Mas apesar dessa impossibilidade material, pode-se afiançar que o trabalho realizado no último ano, no campo da saúde pública, representa uma considerável parcela do programa de economia humana objetivada pelo meu Governo, e isto não só pelo intenso trabalho realizado na esfera de proteção à maternidade e infância, no campo da medicina preventiva, do saneamento, do combate às endemias rurais e da assistência médico-hospitalar, como também na parte relativa à planificação e execução de obras de marcante vulto médico-sanitário.

No Departamento de Saúde o programa de ação se desenvolve em ritmo normal, sendo que as principais ocorrências mórbidas foram representadas pela eclosão de surtos epidêmicos, merecendo destaque os de **poliomielite e da febre amarela silvestre**. As medidas profiláticas instituídas para ambos os surtos permitiram **pronto controle da manifestação maligna**.

A assistência sanitária às populações rurais constitui aspecto dos mais importantes, dadas as relações entre o estado de higidez e a capacidade de produção, tendo assim o trabalho das unidades sanitárias do interior um sentido altamente econômico, por contribuírem com sua eficiência para a valorização do capital humano.

Como parte do programa traçado àquela Secretaria, de proporcionar mais amplo e efetivo funcionamento das Unidades do interior, vem sendo desenvolvida uma ação intensa junto aos Postos de Higiene no sentido de orientar a atividade dos mesmos, fornecendo o material necessário para incremento da sua produção. Essa campanha será intensificada no ano fluente, ao mesmo tempo que serão postos em funcionamento novos

órgãos profiláticos, inclusive na Capital, sendo minha intenção fazer operar Postos de Higiene volantes, que passarão a exercer ação supletiva nos encargos das Unidades Sanitárias estáticas.

Constituindo a tuberculose um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado, visto que continua a ser uma das doenças de maior incidência e mortalidade no Estado, vem sendo ela, graças às medidas por mim adotadas, controlada por intenso programa de combate, **merecendo menção as ampliações e o reequipamento realizado no Sanatório São Sebastião.**

Como todo problema coletivo, exige a tuberculose não só a mobilização de todos os recursos oficiais para a luta, como também a cooperação de entidades particulares e do próprio povo, não vingando os esforços isolados, que nunca passam de simples tentativas para a sua urgente e necessária debelação.

O arsenal anti-tuberculoso com que conta o S. S. P. foi consideravelmente enriquecido no último ano com as ampliações e reequipamento acima citados, e ainda com **melhorias introduzidas no Sanatório Médico Cirúrgico do Portão e dispensário anti-tuberculoso de Curitiba**, sendo que, com a autorização já concedida de Créditos Especiais para a respectiva campanha, melhores perspectivas se apresentam, em face da planejada construção de novos sanatórios, como em razão dos dispensários estrategicamente situados em várias zonas do Estado, dotados de finalidades educativa e curativa.

Outro fato auspicioso nessa importante campanha, é que se encontra em fase final de estudo o projeto para a construção, nesta Capital, de um grande sanatório para tuberculosos, com capacidade para **450 leitos** e pleno dos recursos da moderna técnica hospitalar.

Prosseguindo a atual Administração no sentido de facultar elementos para a luta anti-tuberculosa, deliberei encaminhar à essa Egrégia Assembleia Legislativa bem fundamentada mensagem pugnando pela **criação da carreira de Médicos Tisiologistas**, iniciativa esta que de há muito se vinha impondo ao nosso meio.

No que concerne à **profilaxia da lepra**, novos dispensários começaram a operar, de modo a possibilitar ao Estado uma melhor vigilância e descoberta precoce de casos, ao mesmo tempo que se facilitará o tratamento ambulatorio dessa doença.

No setor das endemias rurais, problemas como a schistosomose e o tracoma vêm sendo atendidos através de Postos especializados, pretendendo esta Secretaria, provavelmente por intermédio de convênios realizados com as Prefeituras Municipais, ampliar os serviços de profilaxia às endemias que são peculiares à região.

A brucelose, cujos levantamentos epidemiológicos têm revelado já constituir um problema grave, merecerá também as atenções da Saúde Pública, estando programado o desenvolvimento de uma intensa campanha educativa ao lado da vacinação.

A campanha de combate à sífilis e doenças venéreas vem sendo processada através dos dispensários de que estão dotadas várias Unidades Sanitárias, bem como do Centro de Tratamento Rápido, que funciona em anexo ao Hospital Oswaldo Cruz, onde são levados a efeito os métodos mais modernos da terapêutica específica. Graças a esse já eficaz aparelhamento, cuja ampliação está planejada para este ano, vem sendo possível dar combate a esse funesto mal.

Concomitantemente, continuam em franco desenvolvimento não só na Capital, como nos municípios do interior, campanhas de combate à coqueluche, difteria, febres tifoidicas, varíola e tuberculose, tendo sido no ano próximo findo **imunizadas cerca de 207.017 pessoas**, além de **600.000**, aproximadamente, **vacinadas contra a febre amarela.**

Como resultado do convênio entre o Estado e o Serviço Nacional de Malária, prosseguiram no último ano as tarefas de dedetização dos prédios situados em nossa área malarígena. Apesar da malária não ter sido

erradicada totalmente, os resultados da dedetização são os mais satisfatórios possíveis, como atesta a diminuição gradativa da sua incidência. É de se salientar que o Serviço Nacional de Malária colaborou ainda na dedetização efetuada em vários municípios da zona norte do Estado, fora da área malarígena, como parte integrante da Campanha Contra a Poliomielite.

A educação sanitária, fator primordial para o bom resultado do trabalho de saúde pública, vem sendo intensamente desenvolvida, quer sob a forma popular, quer sob a forma de aprimoramento técnico do pessoal, através da realização de cursos, como o da lepra, para guardas sanitárias e atendentes, ou sob a forma de concessão de bolsas de estudo para cursos de especialização em assuntos sanitários.

Todavia, é de se notar, como índice indiscutível de progresso, as visitas com que honraram o Estado várias personalidades do mundo científico e cultural, que aqui vieram trazer o seu saber, realizar palestras e mesas redondas, etc., contribuindo para o aprimoramento cultural dos técnicos paranaenses em saúde pública.

Neste setor da educação sanitária e de formação técnica do pessoal, bem como no incentivo à pesquisa e realização de inquéritos sanitários, ter-se-á para o presente período administrativo largas perspectivas, dada a futura criação do Instituto de Higiene e Saúde Pública, estando já planejados os cometimentos inerentes.

Do mesmo modo, a assistência aos doentes mentais vem merecendo o meu máximo interesse, por se tratar de problema de vulto, quer pela frequência com que tais doentes procuram os recursos das instituições especializadas, quer pela deficiência de organizações oficiais no gênero. Assim, foram tomadas as medidas necessárias para o breve funcionamento do Hospital Colônia Para Psicopatas, estando também prevista, após entendimento com o Serviço Nacional de Doenças Mentais, a construção, em Curitiba, de uma clínica urbana para triagem de doentes dessa espécie. Com as vistas voltadas para esse importante Setor da Saúde Pública, foi prevista também a construção de um Hospital para Psicopatas no norte do Estado.

Outro problema que está a exigir pronta solução e cujas demarches iniciais já foram encetadas, é o do abastecimento do leite na Capital, estando prevista para o programa administrativo do atual exercício a instalação de uma moderna usina de pasteurização do leite, à altura dos fóros de nosso progresso econômico.

Medida de real interesse adotada por mim, no propósito de facultar à Secretaria os elementos necessários ao bom desempenho de sua missão, foi, sem dúvida, a criação dos Conselhos de Saúde, os quais, como órgãos de cooperação e consulta, estão fadados a promover o conagraamento das populações em torno do ideal sanitário, contribuindo para que a ação da Saúde Pública, nos municípios, seja melhor compreendida e amparada, e possibilitando maior produtividade dos respectivos órgãos locais, sem que se deixe de atentar também, no planejamento de uma rede hospitalar capaz de fazer face às imperiosas necessidades do Estado.

Direi agora da atuação do Departamento Estadual da Criança, setor de não menor importância de nossas atividades, por isso que se executam e aperfeiçoam-se os programas por mim fixados, para maior incremento da proteção à maternidade e infância do Paraná.

Foram muitas as conquistas no setor que estou focalizando, relativamente ao ano de 1952.

Há que salientar, entretanto, os cuidados desse Departamento na formação do pessoal, afim de que as obras de proteção direta à Mãe e à Criança possam escapar à suspeição de improdutividade, sentido em que se vai modificando fundamentalmente a mentalidade daqueles que nessas obras exercem os seus misteres, de modo que, principalmente, seja presente em seus espíritos a preocupação de educar, preparar e instruir nos preceitos básicos da puericultura.

Donde a difusão de ensinamentos necessários constituiu, por isso mesmo, abalizado programa para o exercício de 1952, aí se incluindo a concessão de bolsas de estudos para o curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança, afim de preparar técnicos para a direção dos Distritos de Puericultura a serem criados no interior do Estado; iniciativa essa que resultou na conquista de brilhante colocações, alcançadas pelos bolsistas paranaenses, que, pela sua vitória, induziram o Departamento Nacional da Criança a reservar para o Paraná, no ano atual, quatro novas bolsas.

E com satisfação que lembro o desempenho proveitoso dos elementos que representaram o Paraná na VI Jornada de Puericultura e Pediatria de Belo Horizonte, bem coordenados que foram nos estudos de assuntos peculiares àquele Departamento, resultando na aprovação de interessantes temas apresentados à memorável reunião científica.

Vê-se que o importante órgão, operando em conexão com a Legião Brasileira de Assistência e sob a direta orientação da P. E. Cr. atingiu plenamente os mais altos objetivos, sendo agradável evidenciar que a concessão do auxílio-manutenção, no ano findo, foi feita a cerca de 59 entidades de amparo à criança.

Ainda no ano de 1952, através da Divisão de Cooperação e Coordenação, funcionaram 46 Postos de Puericultura, 3 Maternidades, 3 Creches, 2 Lares de Crianças e 32 Postos de Puericultura, mantidos pela Legião Brasileira de Assistência.

Merece destaque o ritmo da campanha que corre por esse Departamento, para a construção de 100 Postos de Puericultura, quarenta dos quais serão construídos pelo Departamento de Edificações, 19 pela Legião Brasileira de Assistência e os restantes por intermédio das Prefeituras Municipais e das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

No decorrer do ano de 1952, procurou o Departamento de Saúde ampliar mais o seu programa de prevenir o indivíduo contra as doenças e melhorar o estado de saúde da coletividade.

De um modo geral os serviços sanitários do Estado foram ampliados no decorrer do ano de 1952.

As responsabilidades do Departamento de Saúde, nesta fase de intenso progresso do Paraná para o qual afluem patricios de quase todos os recantos do Brasil, é das maiores, porquanto deve a par da necessária ampliação das suas atividades diante do progressivo desenvolvimento do Estado, impedir a redução ou melhor, a diminuição dos índices sanitários das nossas populações, em consequência da chegada constante de elementos de menor nível educacional e higiênico, e inúmeras vezes, disseminadores de endemias rurais, muitas das quais, até há pouco eram inteiramente desconhecidas no âmbito estadual.

Dessa forma tem o Departamento de Saúde procurado intensificar e ampliar as suas atividades, de modo a fazer face a esses problemas trazidos pelo crescimento do Estado.

UNIDADES SANITÁRIAS: — As vantagens da descentralização das atividades de saúde pública, com o estabelecimento de Unidades Sanitárias locais, encarregadas da parte executiva dos trabalhos sanitários da área sob sua jurisdição, constituem ponto pacífico em administração sanitária, dadas as vantagens e polivalência dos serviços que prestam às populações.

O melhor funcionamento e equipamento das Unidades Sanitárias do interior, constitui um dos pontos fundamentais da atual administração sanitária do Estado, porquanto a essas células sanitárias, que são os Postos de Higiene nas suas várias modalidades, cabe um importante papel, qual seja a parte executiva das atividades de higiene pública.

As Unidades Sanitárias do Estado tiveram não só as suas atividades

ampliadas, como também tornaram-se mais numerosas pela entrada em funcionamento de novos Póstds de Higiene, entre os quais contam-se os de Guaragi, Paulo Frontim, Pórtó Vitória, Alto Paraná, Faxinal, Santo Inácio, Amoreira, Primeiro de Maio e Centenário do Sul.

Visando melhorar o nível técnico dos funcionários dos Póstds de Higiene e, consequentemente, a sua produtividade, foram realizados cursos para atendentes e guardas sanitários, tornando assim êsses servidores mais capacitados ao desempenho de suas funções.

Ainda com êsse mesmo objetivo, de bem esclarecer e orientar as atividades das Unidades Sanitárias, foi mantida pela Divisão dos Serviços Distritais, uma mais estreita assistência técnica junto às Chefias do Distrito, resolvendo assuntos especializados, orientando-as sobre normas de trabalho, estudando e procurando dar solução às fôlhas de serviço.

Foi também posto em execução um intenso trabalho de orientação e fiscalização «in loco» das atividades desenvolvidas pelas Unidades Sanitárias, através visitas de inspeção periódicamente realizadas, tendo sido visitados 103 Póstds de Higiene.

Essas visitas de inspeção vêm contribuindo para incentivar o trabalho dos Póstds de Higiene, servindo ao mesmo tempo para orientar os serviços sanitários locais, esclarecendo dúvidas e dando normas para a execução dos mesmos.

As inspeções realizadas, com êsse caráter orientador e normativo, já evidenciaram o seu valor, ao mesmo tempo que demonstraram a necessidade de serem intensificadas, para o que se torna necessário dotar a Divisão dos Serviços Distritais de 1 ou 2 médicos itinerantes.

Para complementar essa ação orientadora e normativa, está programada para êste exercício, não só a elaboração de instruções especiais para nortear as atividades dos Póstds de Higiene, como também, a divulgação de um Boletim interno, mensal ou quinzenal, capaz de, ao noticiar os atos administrativos e principais ocorrências registradas no seio da Repartição e, ao apontar conhecimentos técnicos, administrativos ou de ordem geral, contribuir para unificar, orientar e incentivar o trabalho sanitário.

Além dessa ação orientadora e de um melhor equipamento das Unidades Sanitárias, torna-se também necessária para um melhor funcionamento das Unidades Sanitárias, a ampliação de quadro de visitadoras sanitárias. De fato, o Póstd de Higiene não deve atender somente às pessoas que o procuram, mas deve estabelecer contato direto com a família e o lar, constituindo para isso a visitadora sanitária elemento fundamental e um dos melhores auxiliares com que pode contar a direção de uma Unidade Sanitária, na execução de suas múltiplas atividades.

Com a criação de novos municípios, deverão ser instaladas neste exercício, novas Unidades Sanitárias, de modo a que possam os mesmos contar com os benefícios da assistência médico-sanitária, que tais unidades proporcionam às populações locais.

Com a entrada em funcionamento das novas Unidades Sanitárias, ficará a maioria dos Distritos Sanitários, atualmente em número de sete, especialmente os da zona norte do Estado, sobrecarregada na supervisão dos Póstds de Higiene subordinados à sua área, o que vêm a exigir modificação da atual divisão administrativa sanitária, cuja efetivação também está planejada para este ano.

Ainda relativamente ao funcionamento das Unidades Sanitárias, tem a experiência demonstrado sobejamente que os serviços de saúde para a zona rural devem revestir o aspecto de órgãos descentralizados, capazes de levar sob a forma polivalente a necessária assistência sanitária aos diversos núcleos da população de cada distrito. Para tal deveria cada Unidade Sanitária dispôr de meios próprios de condução, devidamente equipados, afim de em constante rodízio, levar a todos os municípios os benefícios do serviço sanitário.

Muito embora os serviços de higiene e medicina preventiva compensem as inversões de capital, seria economicamente irrealizável dotar as Unidades Sanitárias do Estado, um número superior a 100, da necessária mobilidade.

Como solução para essa impossibilidade, foi pedido e já concedido um crédito especial para a aquisição de veículos para as Chefias do Distrito, e, para a instalação de um Posto de Higiene Volante, capaz de agir, através programação prévia, nas áreas distritais independentemente da atuação estática, da Unidade Sanitária local, ou melhor, complementando a ação da mesma.

O Centro de Saúde da Capital, muito embora tenha apresentado incremento nas suas atividades, ressurte-se ainda de inúmeras deficiências, sendo que muitos dos seus ambulatórios já são insuficientes para atender o desenvolvimento da capital, tornando-se necessária a instalação de um outro Centro de Saúde, localizado em um dos bairros da cidade, como Portão ou Bacacheri.

Afora esse problema de descongestionamento e descentralização da assistência sanitária à população curitibana, e das deficiências que vêm, sendo sanadas, foram melhoradas e ampliadas as atividades do Centro de Saúde, contando-se entre elas a instalação de um Dispensário de Cardiologia, estando ainda programado o funcionamento de um dispensário de Cancerologia. Torna-se necessária uma ampliação do número de visitadoras.

CONSELHOS DE SAÚDE: — Estreitamente ligado com o trabalho das Unidades Sanitárias e visando tornar mais eficiente a ação das mesmas foi encaminhada mensagem ao Legislativo Estadual, apresentando projeto de lei que propõe a criação dos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde.

Os Conselhos de Saúde constituem órgãos destinados a colaborar com o poder público na solução de problemas sanitários regionais, conjugando as iniciativas privadas e promovendo o congraçamento das populações em torno do ideal sanitário.

Esses Conselhos atuarão como órgãos de cooperação e consulta, promovendo a aproximação entre as populações e Unidades Sanitárias, auxiliando, dessa forma, a execução dos trabalhos de saúde pública.

Os Conselhos estarão integrados pelo médico da Unidade Sanitária local, membros do Executivo, da Legislatura e da Magistratura, um representante respectivamente da Igreja, da classe médica, de órgãos de assistência ao trabalho rural, das instituições filantrópicas e assistenciais e do comércio e da indústria.

O PROBLEMA DO LEITE: — É indubitável que o beneficiamento do leite na Capital está a exigir radical transformação, eis que, de há longos anos, o problema se estabeleceu e se vem agravando ano a ano, de modo a constituir grave e sério embaraço no conjunto da administração pública.

Bem compreendendo a magnitude do problema e a urgência de uma pronta solução, foi encaminhada mensagem ao Poder Legislativo, já convertida em lei, solicitando não só a abertura do crédito para a instalação de uma nova Usina de Pasteurização do leite, como também para a aquisição de um conjunto de terrenos destinados à concessão de pequenas glébas de cinco alqueires, para pagamento a longo prazo, a pessoas que se disponham à instalação de granjas leiteiras contribuindo assim para o incremento da produção do leite, que, segundo os estudos feitos, vêm se tornando cada vez mais escasso.

Com essa iniciativa mostrou o Governo do Estado uma exata compreensão do grave problema do abastecimento do leite, estando planejada a instalação de nova Usina, neste exercício.

HOSPITAIS: — Mantém atualmente o Departamento de Saúde 7 hospitais sendo 1 para doentes de lepra (Sanatório São Roque), 1 para doen-

tes infecto-contagiosos agudos, possuindo um pavilhão para internamento de tuberculosos (Hospital Oswaldo Cruz), dois sanatórios para doentes tuberculosos (Sanatório Médico Cirúrgico do Portão e Sanatório São Sebastião), três hospitais gerais, sendo que um deles, o de Antonina, possui em anexo um pavilhão para o internamento de tuberculosos (Hospital de Antonina, Hospital São Lucas de Sertanópolis e Hospital Dr. João Cândido de Paranavaí), possui ainda um Preventório para filhos de tuberculosos, localizado em Castro.

Os benefícios trazidos pelo funcionamento desses vários hospitais foram grandes, tendo sido bem elevado o número de doentes que transitaram pelos mesmos.

Esses hospitais vêm na sua maioria sofrendo ampliações e reformas, de modo a torná-los mais capacitados a uma melhor assistência às nossas populações.

Assim é que o Hospital Oswaldo Cruz, vem passando por reformas, entre as quais é digno de nota a modernização de sua cosinha, que já se achava inteiramente incapacitada para atender às necessidades do hospital.

O Sanatório São Sebastião foi dotado de um pavilhão com capacidade para mais 150 leitos, uma cosinha à vapor, assim como novo e moderno equipamento, câmara de incineração de resíduos e de lixo, nova lavanderia, câmara frigorífica e dispensas, capela, casa de moradia para capelão, etc.

No Sanatório Médico Cirúrgico do Portão, encontram-se em andamento as seguintes obras: câmara frigorífica, casas para funcionário, instalação para tratamento do lixo, fossas, calçamento das vias de acesso. Para o presente exercício estão planejadas as seguintes obras: Remodelação do centro cirúrgico, envidraçamento das janelas do pátio interno, reaparelhamento da cosinha, pavilhão para lavanderia e serviços anexos, divisão das enfermarias do 1º andar, novo conjunto sanitário para as enfermarias, construção de uma enfermaria com capacidade para 20 leitos, instalação de aquecedores e de um sistema de sinalização do hospital.

LABORATÓRIOS: — No último ano, foi procedido completo reaparelhamento do Laboratório do Centro de Saúde de Ponta Grossa, que dessa forma tornou-se apto à atender às necessidades de todo o Distrito.

O Laboratório Geral do Estado teve a sua produção aumentada, conforme se verificou no seu relatório resentindo-se entretanto, da falta de melhor equipamento e de espaço, sendo de cogitar-se para o corrente ano a ampliação do prédio.

A produção do Laboratório Químico Farmacêutico foi no ano de 1952, o maior dos últimos 5 anos, muito embora ressinta-se também esse laboratório de reaparelhamento e modernização de seu equipamento.

SURTOS EPIDÊMICOS: — No transcorrer do ano de 1952 foram registrados no Estado vários surtos epidêmicos, sendo que os de maiores proporções foram o de Poliomielite e da Febre Amarela, ambos na região Norte do Estado.

Além dessas doenças, foram registrados pequenos surtos epidêmicos de febre tifoide e de varicela e mesmo alastrim nos municípios de Mandaguari, Sengés, Pinhalão e Clevelândia.

Nesses varios surtos epidêmicos, o Departamento de Saúde tomou medidas imediatas, tendo conseguido pronta debelação de todos.

Relativamente à Febre Amarela a campanha profilática vem sendo realizada pelo Serviço Nacional de Febre Amarela, que atua em colaboração com essa Repartição.

A investigação epidemiológica verificou tratar-se da forma silvestre de febre amarela, para a qual praticamente o único meio profilático existente é o da vacinação. Estão atualmente em funcionamento no Estado 17 unidades de vacinação, as quais já trabalharam 38 municípios, nos

quais foram vacinados perto de 500.000 indivíduos.

Os trabalhos de vacinação prosseguem sem interrupção, calculando-se que, com a intensificação que o serviço vem tendo com a instalação de novas unidades, estará dentro dos próximos 6 meses vacinada a população vacinável, calculando-se em 1.550.000 de pessoas.

POLIOMIELITE — Em janeiro do último ano, vários municípios da zona Norte do Estado, tendo Arapongas como centro, registraram a ocorrência de casos de poliomielite, o que levou a Secretaria de Saúde a tomar imediatas providências, tendo sido de início instalado um Posto central de combate à poliomielite em Arapongas, dotado de suficiente mobilidade (2 jeeps e uma ambulância) para atender a zona epidemiada. Foi ainda instalado um hospital de emergência em Arapongas pelo qual passaram mais de 160 doentes de poliomielite. Em colaboração com o Serviço Nacional de Malária, foi procedida intensa dedetização das habitações das áreas mais atingidas pelo surto epidêmico, ao mesmo tempo que eram instituídas medidas de higienização e saneamento das habitações. Dessa forma foram visitados mais de 8.000 prédios, dos quais 1.532 apresentavam fossas em más condições higiênicas, exigindo interferência do serviço.

Afim de possibilitar a formação de enfermeiras e atendentes especializadas em enfermagem de poliomielite, foi ministrado um curso intensivo, que contou com a colaboração de uma enfermeira especializada no Departamento Nacional de Saúde.

Durante o surto de poliomielite foram registrados 219 casos, sendo que os municípios mais atingidos foram os de Astorga e Arapongas, que apresentaram respectivamente 84 e 64 casos.

A campanha contou com o seguinte pessoal efetivo, além de vários outros funcionários que prestaram colaboração passageira e os médicos e guardas sanitários dos Postos de Higiene de cada um dos municípios da zona epidemiada: 3 médicos, 7 visitadoras sanitárias, 15 guardas sanitários e 3 motoristas.

Graças aos esforços dos funcionários encarregados do combate à poliomielite e da compreensão do governo do Estado, que deu todo o apoio e recurso à Campanha, e a abertura de dois créditos especiais no valor de 2 milhões de cruzeiros, foi o surto de poliomielite prontamente debelado, muito embora venham ainda ocorrendo esporadicamente casos dessa doença, o que exigiu que fôsse o Hospital de Emergência mantido em funcionamento.

Tratando-se de doença cuja epidemiologia está a indicar o provável aparecimento de novos surtos, cogita o Departamento de Saúde criar uma Divisão de Epidemiologia, a qual integrada por uma secção de poliomielite, ficará apta a enfrentar novos surtos dessa doença.

* * *

As febres eruptivas, em especial a varicela e mesmo o alastrim, apresentaram pequenos surtos epidêmicos em várias localidades do Estado, tendo todos eles sido de pronto atendidos pelo serviço sanitário.

Em consequência da ocorrência de um surto epidêmico da varíola no visinho Estado de Santa Catarina, foi realizada uma intensa campanha de vacinação anti-variólica, tendo sido feito em todo Estado cerca de 50.000 imunizações anti-variólicas. A despeito das medidas profiláticas instituídas, foram registrados em algumas localidades do Estado, casos de varíola, tendo entretanto sido tomadas de imediato as necessárias medidas profiláticas, o que impediu a eclosão de surtos dessa doença.

* * *

Em várias localidades, a exemplo do que tem acontecido em outros anos, e apesar das campanhas de vacinação anti-tífica realizadas, foram

registrados pequenos surtos de febre tifoide, tôdas elas entretanto prontamente debeladas pelas medidas profiláticas instituídas.

TUBERCULOSE: — Vêm os vários setores dos serviços sanitários do Estado, contando com a ação incentivadora e apoio do governo, destacando-se entre eles o setor da profilaxia da tuberculose, sendo o seguinte o programa planejado e já parcialmente em execução:

- a) — Construção de dois hospitais-sanatórios, sendo um em Curitiba, de 450 leitos; outro em Londrina de 400 leitos;
- b) — 1) — reformas e ampliação de 150 leitos no Sanatório São Sebastião — 2) — reformas e ampliação de 150 leitos no Sanatório Médico Cirúrgico do Portão;
- c) — construção do Instituto de Tuberculose da Capital;
- d) — racionalizar os serviços dos dispensários anti-tuberculosos existentes;
- e) — fazer funcionar os dispensários de Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Londrina, Jacarézinho, Iratí e Fôz do Iguaçu; e instalar dispensários antituberculosos em Cornélio Procopio, Guarapuava, Maringá, e União da Vitória;
- f) — levantar a dinâmica e a técnica administrativa dos hospitais-sanatórios existentes afim de padronizar suas atividades naquilo que for recomendado;
- g) — incentivar a vacinação pelo B. C. G.;
- h) — adquirir e fazer funcionar equipes móveis de abreugrafia;
- i) — organizar um fichário central de tuberculose do Estado.
- j) — aparelhar e equipar os hospitais-sanatórios e dispensários com material moderno;
- k) — aparelhar com pessoal especializado e suficiente, os hospitais-sanatórios e dispensários antituberculosos do Estado; formar novas equipes de cirurgia torácica;
- l) — criar serviço social nos hospitais e dispensários antituberculosos, dando-lhes elementos técnicos e auxílios financeiros;
- m) — abrir um crédito especial, na importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para aparelhagem, material de hospitais e dispensários, de pessoal especializado, afim de contar com elementos para enfrentar a luta contra a tuberculose no Estado;
- n) — regulamentar a Divisão de Profilaxia de Tuberculose, dando-lhe amplos poderes na luta antituberculosa.
- o) — aparelhar com pessoal técnico a Divisão de Profilaxia de Tuberculose;
- p) — dispôr sobre a concessão da gratificação do terço dos vencimentos para os servidores em exercício em hospitais-sanitários, dispensários antituberculosos, Instituto de Pesquisas e pessoal da divisão, encontrando-se nesta Casa uma mensagem nesse sentido;
- q) — criar a carreira de médico fisiologista, somente podendo ser nomeados médicos com curso oficial de especialização em tuberculose;
- r) — criar a carreira de médico radiologista, somente podendo ser nomeados para esses cargos, médicos especializados em radiologia e com cursos ou estágios de aperfeiçoamento;
- s) — entrosar-se com a CAMPANHA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE, afim de conseguir cooperação técnica e financeira quer por convênios firmados entre o Estado e a Campanha, quer por entendimentos diretos;
- t) — incentivar a formação de médicos fisiologistas, quer por cursos de aperfeiçoamento ou estágios em estabelecimentos especializados;
- u) — incentivar a formação de enfermeiras especializadas em tuberculose, por meio de bolsas de estudos;

Em relação do desenvolvimento da Campanha Anti-Tuberculose no Estado, é de se ressaltar as condições e melhorias procedidas no Sana-

tório São Sebastião, que foi dotado de novo pavilhão com capacidade para mais 150 leitos, uma cozinha, assim como novo e moderno equipamento, câmara de incineração de resíduos e de lixo, nova lavanderia, câmara frigorífica e dispensa, capela e casa de moradia para o capelão,

LEPRA: — Grande foi a atividade desenvolvida no setor de profilaxia da lepra.

A Divisão de Profilaxia da Lepra, para melhor atender às necessidades do serviço, ressenete-se da falta de transporte mais abundante para o recolhimento de leprosos. É também indispensável a entrada em funcionamento de novos dispensários de lepra, estrategicamente situados, conforme já se encontra planejado, de modo a melhor assistir aos doentes com alta hoptaltal, permitindo ao mesmo tempo o tratamento ambulatorio, além de facilitar a despistagem de casos de lepra. Dessa forma deverão entrar em funcionamento no corrente ano, os dispensários de Jaguariaíva e Ponta Grossa, além de ser reiniciado o trabalho do dispensário itinerante.

ENDEMIAS RURAIS: — Dentre as principais endemias rurais merece lugar de destaque, pela grande difusão, especialmente nas nossas populações rurais, o problema das verminoses. As medidas profiláticas, ligadas que estão à educação sanitária e ao saneamento, são feitas, de parceria com a medicação anti-helmíntica e ferruginosa, pelas diversas Unidades Sanitárias do Estado.

Além disso, para melhor situar o problema e despistar a existência de verminoses graves, como a shistosomose, foi realizado pelo Centro de Saúde de Ponta Grossa um inquérito helmintológico que abrangeu 918 escolares e, em 68 localidades do Estado. Foi efetivado pelo Departamento Nacional de Saúde, em colaboração com o Estado, um intenso inquérito helmintológico no meio escolar, tendo sido realizados aproximadamente 50.000 exames, os quais vieram revelar a existência de outros focos de schistosomose na zona norte do Estado, o que implicará na ampliação dos Postos de combate a essa endemia rural.

Atualmente, para combate à schistosomose funciona apenas o Posto contra helmintoses de Jacarezinho, o qual, instalado em comêgos de 1952, vem desenvolvendo intensa atividade, tendo sido executados mais de 3.000 exames coprológicos, com 20% de resultados positivos para ovos de Schistosoma Mansoni, sendo que 85% dos doentes constatados estão sendo submetidos à tratamento pela Fuadina.

Ao lado do tratamento, desenvolve-se a campanha do saneamento e combate aos planorbídeos, de parceria com a educação sanitária. Assim, além da limpeza das margens e retificação de pequenos trechos dos ribeirões compreendidos na zona trabalhada, foi demolida a barragem do represamento denominado Piscina e saneado o açude da Usina de Açúcar.

* * *

Problemas sanitários como o tracoma vem sendo trabalhados no norte do Estado, estando o serviço entregue à organização federal de saúde colaborando com a Unidade Sanitária local.

Atualmente funcionam 3 Postos de Tracoma respectivamente nos municípios de Jacarezinho, Londrina e Cornélio Procópio, sendo que está em fase de instalação um Posto no município de Maringá. No corrente ano foram atendidos pelos Postos de Tracoma cerca de 10.000 pessoas sendo executados mais de vinte mil curativos, tendo sido concedida alta clinicamente a 461 tracomatosis.

Foi ainda dado início no corrente ano, em vista da deficiência de dados, da grande importância do assunto e do aspecto não só econômico como social e sanitário da brucelose, a um inquérito que terá início em Curitiba e Ponta Grossa.

Em Curitiba a Incidência da brucelose no gado leiteiro é de aproximadamente 26% e, entre os leiteiros a proporção de reagentes é de 8%.

O Departamento de Saúde pretende iniciar no corrente ano, como parte do programa geral de imunização, intensa vacinação contra a brucelose entre indivíduos que pela natureza de sua profissão são obrigados a contacto com o gado leiteiro e o de corte.

CONGRESSOS — PESQUISAS — INQUÉRITOS — INSTITUTO DE HIGIENE — Durante o ano de 1952, a Secretaria de Saúde através do Departamento de Saúde, se fez representar nos seguintes congressos:

XII Conferência Internacional de Tuberculose, no Rio de Janeiro; X Congresso Brasileiro de Higiene em Belo Horizonte; Congresso de farmácia, em Recife; Congresso de Dermatologia e Sifilografia em São Paulo; IX Reunião anual de Cardiologia, em Curitiba; a Reunião de Leprológicos no Rio de Janeiro.

Visando ainda contribuir para a melhoria do nível técnico do pessoal componente dos quadros de Saúde Pública, penso criar neste exercício o Instituto de Higiene, órgão que terá por finalidade, além da realização de cursos de especialização em Saúde Pública e preparo do pessoal auxiliar dos serviços sanitários, o estudo de questões científicas, pesquisas e inquéritos relativos à higiene e saúde pública.

Confrontando com outras organizações sanitárias, são diminutos os estudos e inquéritos sanitários realizados no nosso Estado, sendo que os raros estudos e inquéritos feitos, dependem mais da iniciativa individual, do que propriamente da execução de um programa traçado pelo Departamento de Saúde.

No último ano procurou-se em parte sanar esta deficiência estimulando a realização de estudos e inquéritos, entre os quais o inquérito helmintológico feito em Ponta Grossa, o inquérito alimentar realizado em Curitiba e o levantamento sobre o bócio endêmico, iniciado em alguns municípios do Estado, notadamente em Rio Negro.

Com a futura criação do Instituto de Higiene, esses inquéritos e estudos se tornarão mais fáceis, pois cabe ao referido órgão o planejamento e execução de inquéritos, pesquisas e estudos, no setor médico sanitário.

Dêsse modo, já vem sendo planejada a realização de estudos e inquéritos, que possam contribuir para abrigar o XI Congresso Brasileiro de Higiene a se realizar em Curitiba, neste exercício, como parte integrante dos festejos do Centenário da nossa emancipação política.

Já estão planejados a realização dos seguintes estudos e inquéritos:

- a) — Levantamento da incidência da brucelose;
- b) — Pesquisas sobre a leishmaniose, na zona norte do Estado;
- c) — Levantamento sanitário a ser procedido na região da Foz do Iguaçu;
- d) — Prosseguimento dos estudos sobre o bócio endêmico;
- e) — Pesquisas sobre doença de Chagas.

MATERIAL, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTES: — Outro problema com que tem se defrontado o Departamento de Saúde, e que se procura solucionar neste ano, é o relativo ao abastecimento de material para as Unidades Sanitárias do interior.

O almoxarifado, com o sistema de trabalho que vinha sendo adotado, era inteiramente incapaz de prover o fornecimento regular de material aos Postos de Higiene, pela falta de uma melhor previsão nos pedidos para estoque e, também, pela inexistência de um sistema de renovação de estoque desde que o mesmo atinja um certo limiar de alarme.

Para esse exercício, com as medidas que já se poz em prática pretende-se melhorar a situação das Unidades Sanitárias do interior.

Relativamente ao equipamento, esse Departamento necessita de Créditos Especiais para equipar as novas Unidades a serem instaladas nos

municípios recentemente criados, já tendo sido iniciado o levantamento das necessidades para a realização desse programa, neste exercício.

Um problema com que depara o Departamento de Saúde, é o relativo a transportes. Os serviços médico-sanitários exigem para a sua realização eficiente, grande mobilidade, girando sempre a sua execução em torno do transporte.

Para este exercício esse Departamento pretende, com base em créditos já autorizados, dotar da necessária mobilidade as Chefias de Distrito, ficando ainda por resolver a renovação dos transportes do Centro de Saúde da Capital, cujas viaturas encontram-se praticamente imprestáveis.

PLANO DE TRABALHO PARA 1953: — Os trabalhos deste ano, serão realizados no sentido de:

1) — Completar a rede de Unidades Sanitárias do Estado, instalando-as naqueles municípios onde ainda falem, para o que provavelmente se tornará necessária não só a abertura de Crédito Especial, como também a ampliação da série funcional de médicos e guardas sanitários.

2) — Instalar mais um Centro de Saúde em Curitiba.

3) — Melhorar em qualidade, o trabalho das Unidades Sanitárias tornando-os órgãos dinâmicos de combate à doença, ao mesmo tempo que dotando-as do necessário material.

4) — Incentivar a imunização em geral, em todo o Estado, lançando mão de todos os recursos possíveis.

5) — Dotar os serviços dos imprescindíveis meios de transportes, de modo a torná-los mais dinâmicos, servindo melhor as populações.

6) — Instalar um serviço de Cancerologia, no Centro de Saúde da Capital.

7) — Desenvolver um intenso programa de ação orientadora das atividades dos Postos de Higiene, mediante o estabelecimento de um serviço de itinerância na Divisão dos Serviços Distritais.

8) — Planejar nova Divisão de área administrativa sanitária do Estado, com a criação, no mínimo, de mais dois distritos sanitários.

9) — Dotar da necessária mobilidade as Chefias de Distrito, exigindo das mesmas ação fiscalizadora e supletiva das atividades das Unidades Sanitárias subordinadas.

10) — Instalação de Postos de Higiene volantes.

11) — Início de revisão do regulamento sanitário do Estado, bem como a elaboração das instruções para os vários serviços, especialmente para as Unidades Sanitárias do interior.

12) — Melhorar as condições de trabalho do Laboratório Geral, procurando ampliar as suas atividades e dotar de maiores recursos a secção de preparo de vacinas, estudando a possibilidade de preparo da vacina anti-variólica e anti-rábica tipo estoque.

13) — Prosseguir o desenvolvimento do programa da luta anti-tuberculosa no Estado, cogitando especialmente da ampliação dos leitos Hospitalares e de pronta entrada em funcionamento dos Dispensários anti-tuberculosos planejados.

14) — Incentivar o cadastro tuberculino torácico, afim de bem conhecer a situação da tuberculose-infecção, bem como incrementar a vacinação pelo B. C. G.

15) — Continuar o programa de preparo do pessoal, principalmente no que respeita ao pessoal hospitalar e das Unidades Sanitárias.

16) — Estudar a possibilidade de estabelecer convênios com as Prefeituras Municipais, selecionadas dentre as que tiverem problema sanitário urgente e de vulto, procurando ao mesmo tempo instalar em cada município o Conselho Municipal de Saúde, de modo a tornar mais eficiente o trabalho das Unidades Sanitárias locais.

17) — Contribuir por todos os meios possíveis, para a pronta solução do problema de abastecimento de leite a Curitiba.

18) — Incentivar as campanhas contra as endemias rurais, especialmente contra a esquistomose, com colaboração da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, fazendo também entrar em funcionamento em Maringá, mais um Posto de combate ao tracoma.

19) — Promover em colaboração com o futuro Instituto de Higiene, a estudos técnicos-sanitários, para conhecimento exato de determinados problemas sanitários.

20) — Fazer entrar em funcionamento os dispensários de lepra já planejados.

21) — Colaborar com o Serviço Nacional de Febre Amarela, no sentido de que até junho esteja coberta toda a área vacinável do Estado.

22) — Iniciar no Estado a vacinação contra a brucelose, entre os indivíduos que, pelas exigências profissionais, sejam obrigados à contacto diário com o gado leiteiro ou de corte.

DEPARTAMENTO DA CRIANÇA

Na organização do Departamento Estadual da Criança tem merecido especial cuidado a formação do pessoal, para que as obras de proteção direta à Mãe e à Criança possam escapar à classificação de improdutividade, modificando fundamentalmente a mentalidade daqueles que nelas trabalham, de modo a conseguir que coloquem em primeiro plano de suas atividades a preocupação de educar, preparar e instruir nos preceitos básicos da puericultura.

A difusão de ensinamentos constituiu por isso mesmo um programa durante o exercício, que pode ser resumido:

1) Concessão de cinco bolsas de estudos para o curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança, a fim de aparelhar de Técnicos para a direção dos Distritos de Puericultura a serem criados no Interior do Estado.

2) Em virtude do ótimo aproveitamento e resultado alcançado pelos bolsistas, resolveu o Departamento Nacional da Criança reservar para o exercício de 1953 quatro outras bolsas de estudo.

3) Estágio e preparo de pessoal dos Postos de Puericultura no Centro de Puericultura da Capital e Hospital de Crianças.

4) Curso de Puericultura intensivo e estágio de Doutorandos no Centro de Puericultura e Hospital de Crianças.

Entre as iniciativas estudadas e propostas pelo D. E. Cr. a fim de completar a organização, figuram:

5) Proposta de criação das juntas Municipais da Infância.

6) Proposta de criação de 10 Distritos de Puericultura.

7) Reestruturação do quadro da tabela ordinária de mensalistas.

8) Proposta de reestruturação do quadro de médicos Puericultores.

9) Estudo conjunto com o Instituto de Educação para organização do Centro de Orientação Psicológica, trabalho apresentado à VI Jornada de Puericultura e Pediatria de Belo Horizonte.

10) Estudo conjunto com o Departamento de Educação Física, para melhor funcionamento dos Parques Infantis, junto aos Postos de Puericultura.

11) Estudo para instituição da Carteira de Puericultores, a ser executada no próximo exercício.

12) Representação do D. E. Cr. à VI Jornada de Puericultura e Pediatria de Belo Horizonte.

13) Ainda na mesma Jornada bem sucedida a exposição dos serviços de Puericultura e Pediatria do Estado, por meio de mapa demonstrativo, organogramas e fotografias que mereceram as melhores referências.

14) Organização do Serviço de Registro Civil e Casamentos do D. E.

Cr. para ser difundido entre todas as A. P. M. I.

15) Com a mesma finalidade foi organizado o «Club de Mães».

16) Subordinado ao Centro de Puericultura da Capital e a título experimental, esteve em funcionamento durante os dois últimos meses o Posto de Puericultura Volante, atendendo a duas zonas suburbanas em dois extremos de Curitiba.

17) Colaborou o D. E. Cr., por intermédio de todos os seus serviços, nas comemorações promovidas pela Legião Brasileira de Assistência durante a Semana da Criança, culminando com o notável resultado do concurso de higiene no Centro de Puericultura.

18) Curso intensivo clínico e de recuperação de Poliomielite, a Doutorandos e Enfermeiras, durante o surto epidêmico do Norte do Estado.

19) Completa reorganização da Crèche n. 2, com mudança de todas as instalações.

20) Incentivo à construção da Maternidade de Ponta Grossa, que deverá estar concluída neste exercício.

21) Início da Construção da Maternidade de Antonina, com regulamentação de todos os problemas de verbas e terreno.

22) Idem da Maternidade de São Mateus do Sul, que ficará com duas alas, conforme acordo local constante de ata lavrada em reunião conjunta com este D. E. Cr.

23) Incentivo à construção da Maternidade de União da Vitória, que deverá estar concluída neste exercício.

24) Reorganização e reestruturação da Maternidade Rio Negro, dentro das bases orientadas pelo D. E. Cr.

25) As obras do pavilhão de Cirurgia e Ortopedia do Hospital de Crianças Cezar Pernetta estão em fase final e todo o Hospital estará completo no primeiro semestre do próximo exercício.

26) Ainda na seção de educação manteve o D. E. Cr. programa semanal de rádio em que foram difundidos vários temas de Puericultura.

27) Foram programados e estão em fase de construção Postos de Puericultura da Campanha de 100. Assim, o Departamento de Edificações da S. V. O. está construindo 40, a L. B. A. 20, as Prefeituras 40.

Além dessa Campanha a L. B. A. e o D. E. Cr., perfeitamente entroszados, apoiaram decisivamente a campanha de Crèches da Fundação da Casa Popular e a Instalação dos Parques Infantis do Educandário Curitiba, Asilo São Luiz, Abrigo de Menores do Portão, Hospital Colônia São Roque, Orfanato da Lapa e Escola de Campo Comprido.

28) Tiveram auxílio manutenção do D. E. Cr., perfeitamente em dia e funcionando normalmente os seguintes serviços, com a respectiva dotação anual:

	Cr\$
1) Crèche Ana Messias de Curitiba	180.000,00
2) Ass. Abrigo ao Bêrço	48.000,00
3) Crèche Araucária	60.000,00
4) Maternidade Ass. Prot. Mat. Inf. Curitiba	120.000,00
5) Escola Maternal Soc. Necessitados	36.000,00
6) Lar João de Paula	36.000,00
7) Lar Uberaba	36.000,00
8) Maternidade Ass. Alto Cabral	120.000,00
9) Maternidade Morretes	144.000,00
10) Maternidade Ass. Fem. Prot. Mat. Inf.	60.000,00
11) Posto de Puericultura Araucária	60.000,00
12) Posto de Puericultura Abatiá	36.000,00
13) Posto de Puericultura Arapongas	36.000,00
14) » » » Araiporanga	36.000,00
15) » » » Centro Paran. Fem. Cult.	24.000,00
16) » » » Cotia — Antonina	36.000,00
17) » » » Cambé	36.000,00

18)	»	»	»	Clevalândia	36.000,00
19)	»	»	»	Cambará	36.000,00
20)	»	»	»	Contenda	18.000,00
21)	»	»	»	Cinzas	36.000,00
22)	»	»	»	Carlópolis	36.000,00
23)	»	»	»	Francisco Beltrão	36.000,00
24)	»	»	»	Fóz do Iguacú	36.000,00
25)	»	»	»	Imbituva	36.000,00
26)	»	»	»	G. Júnior — Irati	24.000,00
27)	»	»	»	Jaime Reis — Curitiba	144.000,00
28)	»	»	»	Joaquim Távora	36.000,00
29)	»	»	»	Laranjeiras do Sul	36.000,00
30)	»	»	»	Lapa	36.000,00
31)	»	»	»	Mandaguari	36.000,00
32)	»	»	»	Malé	36.000,00
33)	»	»	»	Maria Angela — Antonina	48.000,00
34)	»	»	»	Marialva	36.000,00
35)	»	»	»	Mangueirinha	36.000,00
36)	»	»	»	Pinhais	36.000,00
37)	»	»	»	Palmas	36.000,00
38)	»	»	»	Prudentópolis	36.000,00
39)	»	»	»	Pôrto Amazonas	36.000,00
40)	»	»	»	Paranavaí	36.000,00
41)	»	»	»	Rosina V. Lopes — Curitiba	44.000,00
42)	»	»	»	Rebouças	36.000,00
43)	»	»	»	Rio Azul	48.000,00
44)	»	»	»	Ribeirão do Pinhal	36.000,00
45)	»	»	»	Rolândia	36.000,00
46)	»	»	»	Rio Negro	36.000,00
47)	»	»	»	Sengés	36.000,00
48)	»	»	»	São Mateus do Sul	36.000,00
49)	»	»	»	Siqueira Campos	36.000,00
50)	»	»	»	Traiano Reis — Curitiba	144.000,00
51)	»	»	»	Timoneira	36.000,00
52)	»	»	»	Tomazina	36.000,00
53)	»	»	»	Umará	36.000,00
54)	»	»	»	Uraí	36.000,00
55)	»	»	»	Wenceslau Braz	36.000,00
56)	»	»	»	Congoinhas	36.000,00
57)	»	»	»	Tiradentes — Polícia Militar	60.000,00
58)	»	»	»	Rio Branco do Sul	60.000,00
59)	»	»	»	São João do Triunfo	36.000,00

Estão, assim, organizados 39 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, mantendo 59 instituições das quais 10 são diversas, maternidades, orfanatos e crèches, e 49 Postos de Puericultura. Dêstes somente os Postos de Araiporanga, São João do Triunfo e Rolândia não funcionaram regularmente, durante o exercício de 1952.

A dotação orçamentária para este auxílio manutenção, foi Cr\$ 2.982.000,00 (dois milhões novecentos e oitenta e dois mil cruzeiros).

A DIVISÃO DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO

I — Promoveu a cooperação do Estado com os Municípios, mediante a concessão de auxílios a 46 Postos de Puericultura, 3 Maternidades, 3 Crèches e 2 Lares de Crianças pertencentes à Associações de Proteção à Maternidade e à Infância em diversos municípios, com os quais mantém Convênio.

- II — Orientou e assistiu tecnicamente em todo o Estado as construções destinadas à Maternidade e à Infância.
- III — Estudou o plano de auxílios estaduais a serem concedidos aos Municípios.
- IV — Elaborou e fiscalizou a execução de contratos com instituições particulares.
- V — Assistiu e orientou o Banco de Leite Humano, anexo ao Hospital Vitor do Amaral.

No corrente ano esta Divisão orientou e manteve em funcionamento 46 Postos de Puericultura, 3 Maternidades, 3 Crèches, 2 Lares de Crianças e 32 Postos de Puericultura, mantidos pela Legião Brasileira de Assistência.

CAMPANHA DOS 100 POSTOS DE PUERICULTURA

Esta Divisão estudou e organizou planta e especificações para a Construção no Estado de 100 Postos de Puericultura.

Foram estudados três tipos de Postos: A — B — C.

O tipo A, com creche, o tipo B, com Lactário de três peças e o tipo C, com Lactário de uma única peça (cosinha dietética).

Foi estudado um tipo a mais destinado aos 18 Postos de Puericultura que a Legião Brasileira de Assistência vai construir. Este com creche e gabinete dentário.

A construção destes Postos foi entregue ao Departamento de Edificações, à Legião Brasileira de Assistência sendo outros construídos por intermédio das Prefeituras Municipais e das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância.

CADASTRO

Até o fim do exercício de 1952 foram cadastradas 119 unidades de assistência à infância, à maternidade e à adolescência, obedecendo à seguinte discriminação:

Tipo da Obra	Capital	Interior	Total
Inst. que abrigam Crianças	10	6	16
Maternidades	3	7	10
Crèches	3	1	4
Escola Maternal	1	—	1
Associações	2	1	3
Casa da Criança	—	1	1
Hospitais Inf.	2	1	3
Postos de Puericultura	7	73	80
Centro de Puericultura	1	—	1
			119

Para organização do Cadastro do Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança foram enviadas duplicatas de 68 fichas de Postos de Puericultura, 8 de Maternidade, — 1 Centro de Puericultura, — 1 de Ambulatórios e Consultórios, — 3 Crèches, — 1 de Hospitais ou Enfermarias para Crianças e 1 Mixta, e para atualização do mesmo 47 resumos de dados estatísticos.

No Estado existem 89 associações de Proteção à Maternidade e à Infância, sendo 7 da Capital e 82 do Interior.

SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO

Esta Divisão procurou estimular o interesse pelos ensinamentos de Puericultura por meio de palestras, conferências, imprensa e rádio, transmitindo conselhos e orientação para o bem estar da criança e também cooperou para a organização de Clubes de Mães e de concursos de Robustês Infantil.

Durante o ano foram transmitidos semanalmente, aos Domingos, programas radiofônicos variados sobre puericultura, de forma simples e de acessível compreensão sob a forma de palestras e de conversas de consultório encerrando conselhos e ensinamentos de interesse para as mães.

Foram criados clubes de Mães juntos ao Centro de Puericultura, a Crèche Ana Messias e Crèche N. 2, organizações essas de grande alcance para o Binômio Mãe e Filho.

Na Semana da Criança foram pronunciadas palestras radiofônicas diárias sobre o motivo da mesma que tratava de VACINAÇÕES PREVENTIVAS, encarecendo as suas vantagens e benefícios, também se procedeu a distribuição de cartazes educativos sobre o assunto, projeções cinematográficas e publicação de artigos pela imprensa sobre a proteção das crianças contra as doenças infecciosas.

CURSOS

No decorrer do exercício de 1952 realizou-se na sede do Departamento Estadual da Criança um curso sobre «POLIOMIELITE» para médicos e doutorandos, afim de dar combate ao surto de Paralisia Infantil, que grassou no Norte do Estado.

CRECHE N. 1

Em meados de março de 1952 foi organizado o Serviço Social na obra, e, através da realização de visitas domiciliares, o acompanhamento dos casos apresentados, colocações, encaminhamentos e orientação às famílias dos menores afim de ajustar as situações dos lares e desenvolver a personalidade desses pequenos seres em ambiente favorável, concorreu também para uma real seleção de mães necessitadas.

A deficiência de material de trabalho, aos poucos, foi suprida. Finalmente, a obra atingiu seu auge, quando foi instalada em casa de alvenaria, recém construída, na Semana da Criança, em outubro último.

Tratou-se de impulsionar cada vez mais o desenvolvimento da crèche intensificando a parte recreativa com a realização de passeios e movimento e a parte educativa por meio da organização de curso de Jardim da Infância com a colaboração de professora estagiária.

Os dois primeiros meses do ano apresentam baixa de frequência e matrículas.

Maio marca uma nova etapa com o aumento de matrículas e frequência regular até Novembro, mês em que aumenta a incidência de enfermidades.

Com relação ao movimento clínico, segue-se um resumo do mesmo:

CONSULTAS	90
CURATIVOS	70
FORTIFICANTES	45
VACINAÇÕES	77

(c/variola, difteria e coqueluche).

Incidência de doenças — As doenças mais frequentes foram gripe, pneumonia, bronquite, varicela, sarampo, paralisia epidêmica, e disenteria.

CRECHE N. 2

Esta obra destinada à guarda diurna de crianças de mães necessitadas que trabalham, vem funcionando com regularidade em sua sede anexa à Federação Espírita do Paraná.

Foi ótima a aceitação dessa Instituição por parte das mães, o que nos obrigou certos meses a ultrapassar o limite ideal de matrículas por se tratar de casos de gente muito necessitada de auxílio.

O Serviço Social da Crèche teve suas atividades ampliadas e colaborou junto a Legião Brasileira de Assistência.

SERVIÇO SOCIAL

As atividades deste serviço foram desenvolvidas, como em anos anteriores junto a Obras Assistenciais e Unidades do D. E. Cr., para orientação de casos e controle de benefícios conferidos a seus assistidos.

Para sua maior eficiência foi organizado no 2º semestre do último ano o Serviço de Registro Civil de Nascimento e Casamentos, afim de evitar evasão do registro de nascimentos, prestando esclarecimentos aos pais do seu valor e também contribuir para regularização da situação de uniões não legalizadas.

As obras assistidas pelo Serviço Social foram: Crèche n. 1, Crèche n. 2, Ass. Abrigo ao Berço e Serviço de Colocação Familiar da Capital.

RELATÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTOS E CASAMENTOS

Processos de casamentos solucionados	10
Processos de casamentos encaminhados	3
Processos de registro de nascimento solucionados ...	39
Processos de registro de nascimentos encaminhados ...	27

Este serviço funcionou durante os meses de setembro a dezembro do exercício de 1952.

SEGURANÇA PÚBLICA

Sendo função precípua da Polícia manter a ordem e a segurança públicas, certo é que os seus mentores permaneçam atentos ao comportamento social das populações regionais sob sua guarda. Vive o Paraná, nêstes últimos tempos, com o processo de colonização oriundo do deslocamento de populações vindas de todos os quadrantes do mundo, numa fase difícil de reajustamento. Antes da acomodação dos elementos novos para aqui vindos imbuídos muitas vezes de um egoísmo despeitado, o que se assiste é uma série de entrechoques culturais, para os quais a ação da polícia tem que ser sábia, humana mas eficiente e enérgica, a fim de evitar que, pela violência da autoridade, cresçam os conflitos.

Ela tem que ser compreendida e respeitada, mas não sentida pela força, evitando-se, assim, situações que revoltem os indivíduos, retardando os processos de adaptação ao novo meio. Cada região nova do Estado que se abre para aproveitamento útil, pelo pioneirismo, mostra, de início, o perigo de formação de áreas de delinquência, nas quais os interesses individuais lutam pela posse da terra. É justamente nêstes pontos em que a ação policial se torna necessária.

Uns raros conflitos havidos na região que medeia entre o Pirapó e o Piquiri, onde vai chegando a onda humana de imigrantes nacionais e estrangeiros, não foram de grande extensão.

A forma honesta e segura com que os órgãos controladores dos serviços de terras e colonização do Estado vêm imprimindo em seus trabalhos, muito tem facilitado a ação da Polícia Civil naquela região. O auxílio das populações, que socialmente se organizam nas cidades novas do setentrião e noroeste paranaense, no combate ao aventurismo e à criminalidade muito tem servido, facilitando a ação dos Delegados no interior.

A polícia partidária, apaixonando e dividindo os grupos humanos, deu ao Paraná, em 1952, possibilidade de aferição do quanto a ordem pública e social de que esse organismo é guarda, vem ganhando força na consciência e no respeito das populações novas do Paraná.

Os acontecimentos de S. Sebastião da Amoreira, na antevéspera do pleito municipal, com toda a sua feição sangrenta e dolorosa, nada mais foi do que uma exceção a regra. Todas as expectativas pessimistas viram que nêle como exceção se resumiu todo o furor das paixões eleitorais.

Perdeu ali, a Polícia Militar do Estado, dois homens no cumprimento do dever. Por mais trabalhos que se fizesse, dos inquéritos feitos, nada surgiu que demonstrasse erro ou violência policial. Foi uma demonstração de que a Polícia não se presta a ações parciais e assim procedendo adquiriu a confiança da nossa gente. Ao órgão responsável pela segurança pública é lamentável que se empreste uma feição partidária e a ele não se pode, em absoluto, pedir outro sentido de ação que não a fundamentada na absoluta imparcialidade.

Não obstante o esforço dos dirigentes da Polícia Civil do Paraná, mesmo quando se ressalta o prodígio da boa vontade do funcionalismo que nela serve, fazendo da experiência e do tirocínio profissional a mola real dos sucessos alcançados em 1952 e noutros anos, há de se reconhecer uma série de deficiências técnicas, materiais e de organização da Chefatura de Polícia e seus elementos. A Polícia Civil do Paraná, longe de acompanhar o ritmo do crescimento econômico e populacional do Estado, é a mesma que existia há 15 anos atrás. Cresceu por superposição, em cima de alicerces e estruturas que já não comportam o peso de suas res-

ponsabilidades. Os problemas sociais crescem a cada instante, impondo à Polícia Civil novas e crescentes responsabilidades. A impossibilidade de uma triagem permanente, porque anti-patriótica e deshumana, nas regiões novas do Paraná, faz com que se torne nosso Estado herdeiro responsável por graves problemas do país. Em paralelo com o enriquecimento público e com o aumento das possibilidades econômicas, recebe o Paraná, também os impactos da miséria. Os desajustados sociais, a mendicância e todo o crime organizado para a exploração dos incautos, o jogo em todas as suas modalidades, vêm sendo objeto de repressão e combate pela Polícia. Urge, contudo, aumentar a vigilância neste setor.

A mendicância, problema de assistência social, é, pela necessidade de averiguações e de repressão, assunto policial, mas antes de policial, humano. É doloroso que se trate o mendigo como um criminal, sujeito a penas de reclusão comum, ao lado de criminosos comuns. É uma das preocupações da Chefia humanizar a polícia nesse sentido, propiciando, em sua luta contra a mendicância e a vadiagem, tratamento mais humano, no propósito de não rebaixar ainda mais a condição desses infelizes. É pensamento do Governo criar um albergue noturno policial para, através dele, controlar a mendicância e a vadiagem, devolvendo aos seus lugares de origem os deslocados que aqui aportam, quando impossível readaptá-los como elementos úteis à sociedade.

Ainda neste particular, procura-se resolver a questão referente à prisão de mulheres, antes tratadas sem qualquer distinção e recolhidas, também, em prisões comuns.

São planos a serem executados no correr deste exercício:

- a) — Reestruturação da organização policial do Estado, com uma nova divisão policial do território paranaense e distribuição de pessoal, atendendo-se às facilidades de comunicações e o aglomerado populacional, assim determinando uma organização que possibilite maior desenvolvimento dos órgãos técnicos e uma ação mais rápida das Delegacias Regionais e peneirando, nessas, os assuntos, para evitar que o organismo policial se perca na morosidade das rotinas burocráticas.
- b) — Criação da Escola de Polícia, com a finalidade de preparar, escolher e selecionar os componentes dessa entidade. A Polícia precisa evoluir e aprender sempre, para bem combater a evolução do crime, de vez que a existência deste só se justifica com engenhosas criações de novas modalidades.
- c) — Amparar e incentivar, por todos os meios, o reaparelhamento pessoal e material da Polícia Técnica, órgão que já em si se destaca pela eficiente e diuturna atividade de seus membros, mas que muito mais precisa para facilitar a sua ação.
- d) — Criação e organização da Rádio Patrulha, que nas grandes cidades e capitais tem apresentado os melhores resultados, não só como polícia preventiva, como de rápida repressão às desordens e atentados às seguranças públicas, social e individual.
- e) — Reaparelhamento dos órgãos responsáveis pelo policiamento do interior e da Capital, com a aquisição de viaturas e armas leves, para que tenham eles maior mobilidade.
- f) — Aumento de efetivo da Guarda Civil que, com 664 homens, inclusive inspetores e guardas, vem produzindo muito além das suas possibilidades e dá custódia a uma população de mais ou menos 200.000 habitantes em Curitiba. É de se notar que, desses 664 guardas, a maioria deles estão postos a serviços especiais, designados para o interior do Estado, diversões públicas, Chefatura de Polícia, guardas pessoais e guardas de Quartel, ficando, diariamente, com cerca de 87 homens para policiamento das ruas, cujo trabalho dividido em quartos de serviços, dá um total aproximado de 30 setores efetivamente guardados. Torna-se premen-

te a necessidade de elevação da Guarda Civil para 1.200 homens, no mínimo. Esse número, posto em comparação com os existentes em outras capitais é, proporcionalmente, muito diminuto.

No ano de 1952, a Guarda Civil passou a fluir e dar demonstrações públicas do muito que recebeu como benefício da eficaz organização e remodelação pela qual passou.

O Departamento do Serviço de Trânsito vem cumprindo, à risca, um bem traçado programa para Curitiba e interior do Estado. Na execução de suas tarefas, além do auxílio que lhe presta a Guarda Civil, vem o D. S. T. recebendo a cooperação eficiente de uma companhia da Polícia Militar do Estado.

O crescimento numérico de veículos a motor (11.139 matriculados em 1952) e o número das bicicletas existentes em Curitiba (12.148) trouxeram para o D. S. T. vários problemas de trânsito e estacionamento, mas estes vêm sendo resolvidos, para maior garantia de todos.

Dos órgãos técnicos da Polícia, Laboratório de Polícia Técnica, Departamento Médico Legal, Instituto de Identificação, melhor dizem os números estatísticos por eles apresentados, contudo é de se ressaltar o esforço dos dirigentes dessas entidades. Instalados em edifícios inadequáveis, lutando com grandes dificuldades materiais, os chefes e servidores lotados nesses órgãos tudo fazem para corresponder e têm correspondido à confiança e ao prestígio que merecem em nosso meio.

Os trabalhos dos órgãos de policiamento, Delegacia Auxiliar, Delegacia de Plantão e Delegacias Especializadas, correram normalmente em 1952 demonstrando a normalidade de andamento dos serviços de cada uma delas e o grande volume de trabalho produzido.

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Criada pela lei n. 682, de 12 de setembro de 1951, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, órgão relacionado direta e indiretamente com empregados e empregadores, vem cumprindo suas relevantes finalidades.

Procedidos os trabalhos preliminares de ordenação dos departamentos existentes deslocados de outras secretarias, ao novo órgão, iniciou este, no decorrer do último exercício os encargos que lhe são peculiares. É o que se pode observar através da exposição concernente à Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Subordinado diretamente ao gabinete secretarial, o serviço técnico pode a inteiro contento satisfazer os inúmeros encargos que lhe foram atribuídos, quer pela sua específica atribuição, quer por aqueles que a prática administrativa lhe vai determinando o estudo e a execução.

Verdade é que a satisfação das incumbências afetas a esse órgão, deve-se ao elevado sentido de responsabilidade, compreensão e capacidade de seus servidores, que não pouparam dedicação e boa vontade no cumprimento de suas atribuições, permitindo, assim, que o serviço de assistência técnica pudesse, escorreitamente, colaborar para o engrandecimento administrativo da mais nova Secretaria de Estado, no decorrer do exercício de 1952.

No exercício de 1952, apresenta um resultado funcional que bem atesta o desenvolvimento de suas atribuições, as quais, em síntese, apresentam os seguintes índices numéricos:

Pareceres emitidos 4.175

Informações (de instrução, saneamento, etc.) 690

Pôde o S. A. T. cumprir e despachar o volumoso expediente que lhe foi entregue, submetendo os respectivos pareceres e providências à consideração e decisão dessa Secretaria.

É, evidentemente, indispensável a colaboração que o serviço de assistência técnica vem prestando à secretaria e a todos os demais órgãos da S. T. A. S., que dele vêm solicitando providências e esclarecimentos técnicos, representando, na realidade, uma assessoria técnico-jurídica.

A contadoria seccional, preenchendo às suas finalidades, procurou fazer cumprir, na parte técnica contábil, os dispositivos de leis, de modo a tornar efetiva a observância das normas que regem a Contabilidade Pública.

Já se demonstrou o perfeito equilíbrio das despesas dessa Secretaria de Estado em relação às dotações consignadas, que apesar de insuficientes para atender os sérios encargos a ela atribuídos, foram feitas dentro de um sistema de compressão, observando, rigorosamente, aquelas normas.

Não obstante os poucos recursos, assoberbados por despesas de solução difícil e inadiáveis, conseguiu, ainda, encerrar o exercício financeiro com apreciáveis saldos nas dotações orçamentárias.

Os resultados alcançados são de real proveito e na contadoria sobrepujou a expectativa mais otimista, graças à orientação de trabalho e organização, bem como o alto espírito de compreensão das direções dos diversos órgãos que compõem essa Secretaria.

Além de outras medidas, vale salientar a atribuição dada, pelo Gabi-

nete, aos Departamentos, do controle efetivo das dotações, adiantamentos, créditos adicionais, etc., o estabelecimento de balancetes mensais, destinados à mútua conferência das dotações.

O sistema mecanizado, introduzido pela Secretaria da Fazenda, posto em execução neste exercício obteve resultados benéficos no que diz respeito à simplificação e racionalização do serviço.

SERVIÇOS DO D. E. E.

Dentre os serviços desenvolvidos, durante o ano de 1952, são dignos de menção as Campanhas Estatísticas, cuja parte técnica é traçada pelo Conselho Nacional de Estatística, com normas previstas em Resoluções e outras determinações.

Assim temos:

Caderno «A»:

Compreende este caderno, em média, 60 inquéritos diferentes, com elementos cadastrais, sendo que, no período em questão, foram concluídos todos os trabalhos de crítica e apuração da XV Campanha Estatística (ano de 1950) e iniciados os referentes à XVI Campanha (ano de 1951).

Questionários da série «Q»:

Abrangendo 45 inquéritos diferentes, a série «Q» distingue-se pelo preenchimento de um questionário por estabelecimento ou associação, obrigados a fornecerem os respectivos elementos.

Da mesma forma que as apurações do caderno «A», as da série «Q», referentes à XV Campanha Estatística, foram todas concluídas no decorso de 1952, estando em curso, recentemente, os trabalhos de crítica e apuração da XVI Campanha Estatística.

Cumprir destacar que o serviço de crítica, para conseguir os quadros supra mencionados, expediu 514 notificações aos Agentes Municipais de Estatística, solicitando esclarecimentos sobre os dados constantes dos formulários, quando não a sua completa reforma.

Caderno «D»:

Os quadros da produção agrícola, abrangendo quase a totalidade dos produtos agrícolas cultivados em áreas paranaenses, somam um total de 31 produtos, sendo 24 de culturas temporárias e 7 de culturas permanentes.

Durante o primeiro semestre de 1952, o D. E. E. encerrou e publicou, com dados definitivos, as apurações concernentes ao ano anterior, obedecendo a seguinte ordem:

1. Área cultivada
2. Produção total
3. Rendimento médio
4. Preço médio
5. Valor total.

Da mesma publicação, constam também os totais de cada produto, numa série de 4 anos, ou seja, 1948 a 1951.

Para as apurações do ano de 1952, o I. B. G. E. solicitou aos órgãos regionais a designação de um funcionário para, no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, proceder estudos sobre as novas normas de crítica e apuração do inquérito agro-pecuário, tendo esse Departamento enviado àquele Serviço, em estágio de trinta dias, o servidor encarregado do referido inquérito.

As apurações em questão acham-se quase concluídas, dependendo, apenas, da confirmação de alguns dados pelas Agências Municipais de Estatística.

O Departamento de Estatística, no intuito de melhorar sempre que

possível a apresentação de seus trabalhos, adotou rigorosamente os métodos do Serviço de Estatística da Produção, dividindo o território paranaense em doze zonas, de conformidade com as instruções do I. B. G. E. Os quadros das culturas permanentes sofreram aumento de mais três colunas, na parte que se refere à área cultivada e também ao rendimento por hectare.

Assim sendo, contando com a colaboração das Agências Municipais de Estatística, esse Departamento publicou os resultados definitivos da Produção Agrícola do Estado do Paraná, no ano de 1952.

Registro Industrial:

O inquérito industrial, de grande importância no Plano Estatístico Nacional, foi, pela primeira vez, na estatística paranaense, apurado nesse Departamento, com dados de 1950, seguindo-se as normas recomendadas pelo I. B. G. E. Os seus resultados, em face da grande procura por parte dos interessados, foram multigrafados, formando interessante e valiosa publicação.

Os dados em questão foram expostos seguindo os grandes ramos de indústrias, compreendendo elementos capitais, como: número de estabelecimentos, total de pessoal e operários no último dia do ano, média mensal de operários, salários e vencimentos pagos, despesas com o consumo de matérias primas, embalagens, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, custo dos serviços contratados e valor da produção.

Os questionários do ano de 1951, estão, presentemente, sofrendo rigorosa crítica por parte desse Departamento, devendo os seus resultados serem publicados dentro em breve, nos mesmos moldes do ano anterior.

Este Departamento, na intenção de atualizar tanto quanto possível a estatística do gado abatido no Estado, servindo-se dos questionários próprios do Serviço de Estatística da Produção, organizou quadros referentes ao ano de 1951, com discriminação do gado abatido para abastecimento público e para consumo próprio.

Ainda com respeito a esse inquérito foi organizado e publicado, durante o ano de 1952, um folheto contendo dados do período de 1941-1950, mencionando os totais de cabeças abatidas no Estado, produção de carne, toucinho, couros e peles, segundo seu estado de conservação.

Com base nos questionários do «Custo da Vida» e «Preços dos Principais Gêneros de Consumo», o D. E. E. vem organizando, periodicamente, quadros indicativos dos preços de algumas mercadorias alimentícias, tendo sido apurados os resultados do ano de 1951.

Além dos inquéritos acima citados, outros, igualmente importantes, porém de menor vulto, foram trabalhados por esse órgão, no transcurso do ano em questão, entre os quais ressaltam os seguintes:

1. Pesca.
2. Produção de óleos e gorduras vegetais.
3. Estimativa dos animais existentes.
4. Produção de origem animal.
5. Produtos agrícolas transformados.

Em consequência das Resoluções aprovadas pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que determinaram a adoção de um só código, bem como apurações padronizadas em todo território nacional, o serviço de comércio interestadual sofreu, no início de 1952, profundas alterações.

Feito até então, com códigos elaborados por esse Departamento e apresentando, mensalmente, quadros com resultados gerais do Estado, por procedência e segundo a localidade de destino, dentro de cada origem (regional, nacional e estrangeira), passou a obedecer o código mencionado, com o seguinte critério para as suas apurações, também mensais:

a) Comércio interestadual por vias internas, extraído dos despachos preenchidos, pelas Coletorias Estaduais;

b) Comércio por cabotagem extraído das guias preenchidas pelas mesas alfandegárias.

Como se nota, foi extinta a apuração do movimento para o exterior, que passou a ser feita pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, responsável pela remessa mensal desses dados aos órgãos regionais.

Foram também suprimidas as apurações segundo a procedência, por não mais interessarem ao referido Serviço. Entretanto, em face do elevado número de solicitações nesse sentido, esse Departamento continua apurando esses dados, especificando, agora, o município de saída da mercadoria.

Os resultados da estatística do Comércio Interestadual são remetidos, mensalmente, a todas as Unidades Federadas que importam do Paraná, ao I. B. G. E. E., ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, bem como a outros órgãos oficiais do Estado.

Apesar de contar com apenas um servidor especializado, a Seção Cartográfica do D. E. E. desenvolveu intensa atividade no ano de 1952, comprovada pelo grande número de trabalhos executados, cuja relação é a seguinte:

- 1) Cálculo e planimetração da área e população dos novos municípios do Estado do Paraná;
- 2) Desenho do mapa do Estado, segundo a nova divisão administrativa (1952-1956);
- 3) Planta da cidade de Paranaguá, ampliada;
- 4) Organograma do Departamento Estadual de Estatística;
- 5) Organograma do Departamento de Assistência Social;
- 6) Organograma do Departamento do Expediente e do Pessoal;
- 8) Organograma geral da Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- 9) Gráficos de população e exportação — tipo cartão postal, colorido;
- 10) Cartograma da produção agrícola do Estado;
- 11) Organograma do Instituto dos Servidores do Estado;
- 12) Organograma do Instituto de Previdência Social;
- 13) Desenho de uma capa para a publicação do D. E. E. intitulada «Produção Industrial do Estado do Paraná»;
- 14) Desenho colorido de uma capa para a publicação «Exportação de Café» — 1941-1951;
- 15) Gráfico do movimento bancário no Estado — tipo cartão postal, colorido;
- 16) Gráfico da população do Estado, 1940-1950 — tipo cartão postal, colorido;
- 17) Gráfico da exportação de feijão, 1947-1951 — tipo cartão postal, colorido;
- 18) Gráfico da exportação de milho, 1947-1951 — tipo cartão postal, colorido;
- 19) Gráfico da exportação de batata, 1947-1951 — tipo cartão postal, colorido;
- 20) Gráfico da exportação dos principais produtos, 1947-1951 — tipo cartão postal, colorido;
- 21) Gráfico da receita e despesa do Estado, 1947-1951 — tipo cartão postal, colorido;
- 22) Cartograma colorido da produção agrícola do Estado;
- 23) Organograma do Serviço de Assistência ao Servidor Público;
- 24) Desenho, a nanquim, da capa para a publicação «Produção Agrícola» — 1951;
- 25) Comparativo da população do Estado, segundo as zonas fisiográficas — 1940-1950;
- 26) Estudo para o cálculo da densidade demográfica dos novos municípios do Estado do Paraná — 1952;
- 27) Cartograma das principais riquezas do Estado — 1952;

- 28) Cartograma do Potencial Hidráulico e usinas elétricas, colorido — ano de 1950;
- 29) Desenho da Divisão do Distrito de Itambaracá, Município de Andará;
- 30) Gráfico da exportação paranaense para o exterior — anos de 1950-1951;
- 31) Gráfico do recenseamento geral do Estado (comercial, industrial e dos serviços) — 1940-1950;
- 32) Gráfico dos veículos a motor emplacados no Estado — anos 1947-1951;
- 33) Mapa colorido do Sul do Brasil — 1952;
- 34) Seis cópias de gráficos da situação econômica do Estado, para publicação — 1947-1951;
- 35) Cartograma e tabelas da Indústria da Eletricidade e Iluminação Pública no Estado — 1950;
- 36) Organização e atualização das tabelas da indústria da eletricidade e potencial hidráulico;
- 37) Conferência e confecção de doze cadernos da indústria da eletricidade e potencial hidráulico;
- 38) Desenho de uma capa para um trabalho da Comissão de Festejos do Centenário do Paraná;
- 39) Desenho da capa da Sinopse do 1º Centenário do Município de São José dos Pinhais;
- 40) Estudo dos gráficos da situação econômica do Estado, marcha mensal no período de 1948-1950;
- 41) Cartograma da estimativa da produção agrícola — 1952;
- 42) Apurações dos dados numéricos da exportação de café, no período de 1948-1952.

Trabalhos iniciados:

- 1) Gráfico da exportação de café — 1948-1952;
- 2) Meios de transporte, entradas e saídas de veículos a motor no município de Curitiba — variação mensal — Posto Pinheirinho e Atuba — Estrada Federal;
- 3) Gráfico da exportação de café, segundo as vias transporte — 1943-1952;
- 4) Gráfico da exportação de feijão — 1943-1952;
- 5) Gráfico da exportação de trigo — 1943-1952;
- 6) Gráfico da exportação de batata — 1943-1952;
- 7) Gráfico da exportação de milho — 1943-1952;
- 8) Gráfico da exportação de algodão — 1943-1952;
- 9) Comparativo do valor da exportação dos principais produtos, — 1943-1952;
- 10) Gráfico da exportação de café, segundo o valor — 1948-1952.

Uma das grandes realizações desse Departamento, no ano de 1952, foi a reorganização da sua Biblioteca, denominada «MARIO AUGUSTO DE FREITAS», importante setor que se encontrava paralizado há muito tempo, deixando assim de cumprir as suas reais finalidades, entre as quais se destaca a de servir como fonte de investigações e consultas sobre matéria de interesse do Departamento.

Constituída por obras adquiridas pela verba de auxílio concedida pelo I. B. G. E. e por publicações ofertadas por entidades oficiais e particulares do País e do Estrangeiro, conta a Biblioteca «MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS», com 2.302 obras, assim distribuídas:

Livros	829
Folhetos	1.009
Publicações periódicas	464
Total	2.302

Publicações:

Atestando a atividade profícua que vem desenvolvendo esse Departamento publicou em 1952, diversos trabalhos que vem sendo muito bem recebidos pelos meios interessados, visto os assuntos de que tratam haverem sido escolhidos entre os mais oportunos e interessantes, conforme demonstra a relação abaixo:

1. Meios de transporte e vias de comunicação no Estado — 1951;
2. Estimativa da população do Estado do Paraná, segundo a atual divisão administrativa (com base no censo de 1950);
3. Produção industrial do Estado — 1950;
4. Produção agrícola do Estado — 1951;
5. Exportação paranaense de café — 1941-1951;
6. Comparativo da população do Estado do Paraná, segundo os censos de 1940-1950;
7. Cartograma da nova divisão administrativa do Estado — 1950.

Levando-se em conta que esse órgão não dispõe de um setor especializado em publicidade, embora exista um projeto nesse sentido, é de se avaliar o esforço dispendido na realização desses trabalhos.

Outros trabalhos foram concluídos, porém, por motivo de ordem financeira, não puderam ser publicados. São eles:

1. Exportação paranaense de produtos regionais, segundo a procedência — 1951.
2. Veículos a motor emplacados no Estado — 1951.
3. Movimento bancário no Estado — 1950-1952.

Constam ainda do programa desse Departamento, para futura efetivação, mais os seguintes trabalhos:

1. Publicação do primeiro Anuário Estatístico do Estado, nos moldes dos que são editados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
2. Produção agrícola do Estado — 1952.
3. Produção industrial do Estado — 1951.
4. Cadastro profissional — 1951.
5. Gráficos da exportação de madeira — 1943-1952.
6. Gráfico do movimento bancário — 1948-1952.
7. Gráfico da evolução dos veículos a motor — 1943-1952.
8. Gráfico da produção agrícola no Estado — 1948-1952.
9. Atualização dos gráficos e respectivas tabelas da exportação paranaense dos principais produtos regionais, segundo a quantidade e o valor.
10. Diagrama da pavimentação das estradas de rodagem.
11. Gráficos do movimento bancário — movimento mensal.
12. Gráficos do movimento de transportes aéreos (passageiros e cargas).
13. Cartograma do Sul do Brasil — principais saídas dos meios de transporte do Estado do Paraná.

Procurando sempre atender com a máxima presteza e exatidão o grande número de solicitações que lhe são dirigidas, esse Departamento entregou aos interessados, no ano em questão, quadros, tratando dos mais variados assuntos, conforme discriminação:

DISCRIMINAÇÃO	Do Exterior	Do País	Do Estado	Total
Entidades oficiais	—	270	544	814
Entidades particulares	—	94	226	320
Diversos	4	27	123	154
Total	4	391	893	1.288

Dos trabalhos publicados por esse Departamento, foi o seguinte o movimento de distribuição:

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade
Meios de transporte e vias de comunicação	310
Produção agrícola do Estado — 1951	121
Produção industrial do Estado — 1950	145
Estimativa da população do Estado do Paraná, segundo a atual divisão administrativa (com base no censo de 1950)	276
Exportação de café — 1941-1951	103
Cartograma da nova divisão administrativa	32
Comparativo da população do Estado do Paraná, segundo os censos de 1940 e 1950	35

ASSISTENCIA SOCIAL

Em princípio, tem a função de estudar e promover o reajustamento das pessoas da comunidade paranaense que, por razões de ordem médica, civil, moral ou financeira, encontram-se em condições anormais de vida.

Paralelamente e, como solução particular desse mesmo problema, o D. A. S. desenvolve trabalho de Assistência Coletiva a Obras Sociais, quer particulares, quer pertencentes ao Estado.

O esquema genérico da Assistência abrange, preliminarmente, três graus de Serviço Social:

- a) — **Assistência Social**, sub-dividida em preventiva e curativa;
- b) — **A Previdência Social**, devendo abranger movimentos de Auxílio Mútuo com tendência para evoluir, por associações sucessivas, para as formas mais adiantadas de seguro social, e,
- c) — **Movimentos de Auto-Educação**, ou «Self-Help», cujo objeto são grupos com interesses comuns, cujos integrantes, embora não desajustados individualmente, apresentam, contudo, possibilidade de ascensão para categorias sociais de melhores índices de ajustamento e produção.

A Divisão dos Casos Individuais compreende os seguintes Serviços:

1. Serviço de protocolo, fichário e arquivo dos casos sociais;
2. Serviço de plantão, incumbido do primeiro contacto com os assistidos e da triagem preliminar dos casos;
3. Setor financeiro, Civil e Moral, encarregado do estudo e solução técnica dos casos cuja causa determinante seja de natureza enquadrável nas categorias referidas;
4. Setor Médico Hospitalar, e
5. Setor de Menores.

Junto a D. C. I. funcionam ainda, os seguintes Serviços Especiais de Assistência:

- a) — Serviço Médico, destinado, preponderantemente, a colaborar no diagnóstico e tratamento dos casos afetos a D. C. I. cujo desajustamento tenha por causa ocorrências de ordem médica;
- b) — Serviço de Assistência Psicotécnica, incumbido do estudo do quadro de aptidões dos assistidos e do seu posterior encaminhamento profissional, e,
- c) — Serviço de Assistência aos Lavradores, encarregado de dar assistência técnica para a elaboração racional de planos de trabalho agrícola e, em cooperação com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, conceder financiamento.

RESUMO DAS ATIVIDADES

A — Divisão dos casos individuais

1) Serviço de Assistência Social:

É o seguinte o quadro da assistência prestada pelas Assistentes Sociais e Auxiliares Técnicos até dezembro de 1952:

Casos em andamento	1920
Pesquisas	1075
Processos recebidos	1477
Processos arquivados	200

2) Serviço de Assistência Psicotécnica:

Foi o seguinte o movimento do Serviço Auxiliar de Psicotécnica durante o ano de 1952, fichando e encaminhando assistidos para empregos diversos:

Domésticas	90
Pedreiros	64
Balconistas	6
Granjeiros	22
Operários	48
Outros empregos	23

Ao lado disso, o Serviço de Assistência Psicotécnica providenciou ainda:

Carteira profissional	61
Certificado de reservista	29

3) Serviço de Assistência aos Lavradores:

Foi o seguinte o movimento de assistência durante o ano em aprêço:

Casos matriculados	115
Casos inscritos no Banco do Brasil	58
Casos já beneficiados com financiamento	21

B — Divisão dos casos coletivos

Internamento de Menores:

No C. F. P. M., de Campo Comprido	78
No A. P. M. A., de Santa Felicidade	24
No Abrigo do Portão	62
No Instituto S. V. P.	4
Na Escola de Reforma	91

Reinternamento:

No C. F. P. M., de Campo Comprido	78
No A. P. M. A., de Santa Felicidade	16
No Abrigo do Portão	14
Na Escola de Reforma	19

Internamento de Velhos:

No A. S. V. P.	69
------------------------	----

Secção de Obras Sociais:

Pareceres emitidos	91
Informações prestadas	19
Ofícios recebidos	217
Ofícios emitidos	231
Número de Obras matriculadas	24

C — Consultoria Jurídica

Durante o decorrer do ano de 1952 a Consultoria Jurídica atendeu casos conforme discriminação abaixo:

Pensão alimentícia	86
Desquites	17

Ação de alimentos	13
Investigações de paternidade	2
Aumento de pensão	2
Abôno de família	6
Turbação de posse	5
Legalização de terras	5
Inventário	12
Levantamento de dinheiro	2
Recebimento de indenização	2
Alvará judicial para venda de imóveis ...	1
Indenização por acidente de trânsito ...	3
Ação criminal calúnia	1
Livramento condicional	2
Manutenção de posse	1
Escritura de compra e venda	5
Apreensão de menores	2
Internato de menores	6
Usucapião	3
Registro de nascimento	256
2ª via de registro de nascimento	54
Papéis de habilitação para casamento ...	18
Atestado de pobreza	134

Setor do Trabalho:

Processos:	
Queixas atendidas e processadas	1250

Processos Arquivados:	
Queixas resolvidas e arquivadas	976

Processos Arquivados:	
Com valores recebidos	676
Com outras soluções	299

Processos em Movimento:	
Por vários motivos	274

Setor do Comércio:

As atividades poderão ser assim resumidas:

- 1) — elaboração em 31-1-52 de um relatório dando conta das observações colhidas na Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo;
- 2) — elaboração do Cadastro Comercial das firmas sediadas na Capital do Estado, cujos serviços tiveram como marco inicial a distribuição de inquéritos, alcançando os trabalhos notável desenvolvimento.
- 3) — elaboração de Cadastro Comercial das firmas sediadas no interior do Estado, cujos serviços tiveram como marco inicial a distribuição de inquéritos por intermédio das Prefeituras Municipais e à pedido desse Departamento, com um alcance de 180 firmas devidamente registradas e classificadas.
- 4) — coleta de dados técnicos com o recorte e classificação de 705 artigos de interesse comercial, extraídos dos jornais e revistas várias;
- 5) — registros dos meios de transportes existentes no Estado;
- 6) — levantamento geral dos trabalhadores do comércio de Curitiba e respectivos salários, cujos trabalhos já alcançaram o número de 241 firmas, num total de 2.901 empregados;
- 7) — estudo referente à estruturação da Divisão, tendo-se em conta as atribuições a si definidas.

8) — elaboração de um projeto de uma Comissão de Assuntos Comerciais;

9) — organização dos serviços de REGISTRO DO PATRIMÔNIO do Departamento, bem como a manutenção dos serviços de Almoarifado do D. T. I. C.

Setor da Indústria:

Foram realizados os seguintes trabalhos especiais:

- a) — Um inquérito industrial;
- b) — Estudo sobre olarias;
- c) — Observações diversas sobre «higiene industrial»;
- d) — Estudos e observações sobre o problema do linho no Paraná;
- e) — Relatório especial sobre um «Escritório Técnico de Produtividade»;

Da Caixa de Seguros de Vida dos Funcionários Públicos do Estado

Criada na administração do Presidente Dr. Caetano Munhoz da Rocha, pela lei n. 1970, de 20 de março de 1920, com a finalidade única e exclusiva de amparar a família do funcionalismo público do Estado, garantindo por morte do segurado, o pagamento de quantia correspondente a classe a que o mesmo pertencer, vem a Caixa de Seguros de Vida cumprindo suas atribuições, apresentando um saldo líquido de Cr\$ 37.164.011,00 — consequentemente sem passivo a considerar.

É de se notar que o saldo apontado, decorreu tão somente de contribuições de cotas mensais dos segurados e de pequenos juros de casas bancárias.

Mas, muito breve, com o término de seu prédio de vários andares situado à rua Dr. Muricy esquina com a rua Cruz Machado, ponto comercial importante, a Caixa obterá mais uma fonte de renda, aproximadamente de um milhão e quinhentos mil cruzeiros anuais.

A sua atividade, no correr de 1952, foi a seguinte:

Ofícios expedidos	145
Apólices expedidas	4.014
Requerimentos transitados	3.901
Pecúlios pagos	Cr\$ 5.501.190,30
Quótas de funerais pagas	Cr\$ 98.000,00

Caixa de Beneficência das Praças de Pré:

Pecúlios pagos	Cr\$ 198.000,00
Quótas de funerais	Cr\$ 7.500,00

Montepio dos Funcionários Públicos, Cíveis e Militares do Estado

O Montepio, apenas com 10 funcionários prestando serviços, tem se conduzido a contento, com relação às suas atribuições.

O número de inscrições no decorrer do último exercício, foi de 2.360, aproximadamente, sendo que mais de 95% nos expedientes de inscrição, foram preenchidos no protocolo desse serviço. Os pedidos de inscrição, após deferidos, tomam o número correspondente, preenchida a ficha de registro do contribuinte e organizada a pasta para arquivo do processo.

O movimento de requerimentos durante o ano foi de 3.360 — sobre pedidos diversos, e, todos devidamente informados pela Secção competente, para parecer e despacho.

As pensões concedidas alcançaram o número de 58, que bem demonstra o benefício pago às famílias dos funcionários.

O registro de jóias e mensalidades é uma das principais atividades do

Montepio. Pode-se dizer, finalmente, que o Montepio cumpre rigorosamente as finalidades para as quais foi instituído.

Plano de trabalho para 1953

Toda e qualquer administração deve esboçar, para produzir frutos apreciáveis, uma planificação de caráter objetivo, considerando os fins que tem em mira realizar.

Dentro dessa ordem de idéias surgiu, do estudo realizado com os departamentos e serviços integrantes da Secretaria, de acordo com as finalidades precípua, o plano de trabalho que se pretende levar a efeito, paulatinamente, de acordo com os recursos orçamentários normais disponíveis, no ano em curso e nos subsequentes.

Assim, tem-se:

1º — No Departamento de Assistência Social

a) — organização, em bases concretas, do Serviço Social de Menores no Estado, em estreita cooperação com o Juizado de Menores, dentro dos ensinamentos oriundos da prática e técnica moderna, com a organização e estabelecimento da seleção ou triagem, do Instituto Neuro-Psiquiátrico, nova Escola de Reforma e diversos Educandários para ambos os sexos, de acordo com o ciclo escolar dos internados.

b) — organização racional dos egressos de ambos os sexos, dos diversos educandários;

c) — criação e instalação do pensionato para egressos;

d) — regulamentação do sistema educacional, orientado pela Secretaria, nos educandários sob sua jurisdição, em moldes consentâneos com as necessidades inadiáveis da metodologia moderna em tais mistérios;

e) — de acordo com o organograma já posto em vigor impulsionar os diferentes setores do serviço social, em busca de soluções racionais para os casos individuais surgidos de forma a que as soluções removam as causas de desajustamentos individuais, de forma prática e lógica, e não empiricamente, como se fazia;

f) — abertura de Agências de Serviço Social, no interior do Estado, inicialmente em caráter regional, e após, progressivamente, com características municipais;

g) — melhor distribuição de auxílios e subvenções às entidades hospitalares e assistenciais do Estado, por forma a orientar as suas iniciativas, em busca de uma ação coordenadora de suas atividades;

h) — interessar as autoridades municipais e funções de representação naqueles setores pelo problema da assistência ao menor desvalido, despertando a consciência da iniciativa particular e privada em inteira e estreita cooperação com o Estado, para a solução de tão magno problema:

i) — manter uma estreita cooperação com as sociedades beneficentes, para o concerto de uma ação conjunta, minorando os sofrimentos das classes menos favorecidas;

j) — organizar a «Semana Paranaense do Menor» para o estudo e tomada de medidas concretas, para uma rede estável de cometimentos, derimindo, tanto quanto possível, os males que afetam aos menores, em seus desajustamentos.

k) — levar a efeito e superintender em nome do Estado, o 2º Congresso Brasileiro de Proteção ao Menor, a se realizar, nesta Capital, no ano em curso;

l) — incrementar os benefícios pertinentes ao Direito Social, devido aos necessitados.

2º — Nos setores do Trabalho, Indústria e Comércio:

a) — promover a articulação e os entendimentos recíprocos, de um

lado com a Justiça do Trabalho, representada pela Junta de Conciliação e Julgamento, e, de outro lado, com a Delegacia Regional do Trabalho, em prol da ação harmônica em torno das questões trabalhistas e do Direito do Trabalho, objetivando o equilíbrio social estável;

b) — articular a Secretaria com os órgãos de classe (empregados e empregadores) da indústria e do comércio, afim de melhor conhecer de suas necessidades e deficiências, bem como de sua capacidade de realização nas relações entre o capital e o trabalho;

c) — estabelecer as bases de um rendimento apreciável de atividades construtivas nos setores de trabalho, com a instalação dos alicerces básicos da higiene e segurança dos locais de trabalho (indústria e comércio), que, em caráter de reversibilidade, promovem o engrandecimento dos empregados e empregadores.

SECRETARIA DO GOVERNO E ÓRGÃOS AUXILIARES

A Secretaria do Governo cabe um papel relevante no desenvolvimento dos negócios administrativos quer pela sua condição de órgão técnico de consulta quer pela supervisão dos diferentes departamentos que lhe são subordinados.

Pode-se constatar o volume de trabalhos da Secretaria do Governo pelas cifras que seguem:

O Serviço de Protocolo registrou a entrada de 14.801 processos, os quais tiveram o seu andamento normal. Em virtude de despachos exarados foram encaminhados aos diversos órgãos, mediante o competente recibo, 11.270 processos.

Pelo Serviço do Expediente foram lavrados, divulgados e mandado à publicação na Imprensa Oficial do Estado, 4.363 decretos administrativos e executivos e 230 leis, bem como, devidamente anotados no fichário geral todos os atos de criação, provimento e vacância dos cargos públicos, nos Quadros: Geral, do Ensino, da Justiça e Especiais. Foram, ainda, registrados para divulgação e encaminhamento 11.270 despachos.

O serviço técnico da Secretaria deu pareceres na quasi totalidade dos processos em trânsito, quer se tratando de matéria administrativa, quer de pessoal, legislativa ou financeira.

Os serviços executados pelos órgãos auxiliares, subordinados à Secretaria são detalhados da maneira explícita, como segue:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE COMPRAS

São registrados nesta exposição as atividades desenvolvidas em 1952, sendo os assuntos distribuídos, tanto quanto possível, segundo o grupo a que pertencem.

A diretoria do DEC despachou 5.150 requisições de materiais, das quais foram processadas 4.781, autenticou 27.289 coletas de preços, presidiu a 9 concorrências públicas e 28 administrativas, autorizou 11.945 pedidos (empenhos) emitidos e encaminhou 6.887 requisições de pagamentos processados.

Uma rápida análise do capítulo Divisão de Administração esclarece sobre outro aspecto não menos importante no volume de trabalho burocrático, pois os protocolados recebidos, as circulares, informações, ofícios e telegramas expedidos, passaram sob as vistas da diretoria, que os subcreveu pessoalmente.

Além disso, as partes interessadas, comerciantes e industriais fornecedores, como também os chefes de repartições ou serviços requisitantes, foram atendidos com a solicitude a que a função pública está sujeita.

As demarches para importação de materiais de procedência estrangeira, foram dirigidas pessoalmente pelo seu diretor.

A Secção do Expediente registrou o movimento de 4.377 expedientes.

Além desse expediente, organizou o prontuário funcional de todos os servidores lotados no Departamento, trabalho que se apresenta com os caracteres exigíveis. Manteve, em dia e ordem todo o serviço de protocolo de entrada, trânsito e saída de papeis.

Atendeu, perfeitamente, o arquivamento de processos solucionados.

Expediu mais de 27.000 coletas de preços, todas devidamente registradas em protocolo especial.

Controlou a recepção das coletas de preços, devidamente preenchidas

e assinadas pelos fornecedores consultados.

A Secção de Cadastro e Estatística registou em fichas próprias e por grupos distintos, todos os materiais fornecidos às repartições requisitantes.

A Secção de Concorrência e Coletas de Preços tem a tarefa de promover as formalidades necessárias para organizar as concorrências em geral e a consulta aos fornecedores por meio das chamadas «coletas de preços».

Suas atividades se desenvolvem com ritmo administrativo, segundo o regime legal a que está subordinada a tarefa das aquisições de material.

Foram organizados 9 processos de concorrência públicas, 28 de concorrências administrativas e de 27.289 Coletas de Preços.

A Secção de fichário e extração de notas, é encarregado dos fichários do quadro de fornecedores inscritos anualmente e dos materiais em sentido geral, promovendo ainda a extração dos Pedidos de Empenho, que é feita mediante os detalhes originais pelas requisições.

No período em relato foram extraídos 11.945 pedidos relativos a 4.781 requisições processadas.

A Divisão de Almoxarifado compreende a «Secção de Controle do Material».

Dispõe de um bem cuidado serviço de fichário, que regista as entradas de materiais permanentes e de consumo adquiridos para estoque, bem como as saídas dos artigos requisitados.

Durante o exercício de 1952 as requisições para estoque somaram Cr\$ 5.476.090,60, ao passo que os fornecimentos atingiram Cr\$ 4.348.571,50.

A Contadoria Seccional órgão do DEC, além do indispensável controle das verbas distribuídas ao D. E. C., contabiliza os pedidos emitidos, verifica e promove os processos de pagamentos requeridos.

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 1952, escripturou 11.945 pedidos de empenhos e 6.887 processos de contas, encaminhando-os na forma regulamentar.

Movimento de Compras

No exercício de 1952 o serviço das compras realizadas montou em Cr\$ 88.737.930,40.

Os materiais consumidos no exercício em apreço foram distribuídos mediante requisições, aos seguintes setores administrativos:

Secretaria do Governo	8.268.685,90
Secretaria do Interior e Justiça	7.507.937,00
Secretaria da Fazenda	5.875.391,60
Secretaria de Viação e O. Públicas	2.187.738,80
Secretaria de Agricultura	13.522.786,90
Secretaria de Educação e Cultura	15.262.152,90
Secretaria de Saúde Pública	19.119.408,70
Secretaria do Trabalho e A. Social	5.984.969,50
Chefatura de Polícia	11.008.859,10

TOTAL Cr\$ 88.737.930,40

Classificação do Material

A soma de Cr\$ 88.737.930,40 dos produtos adquiridos em 1952, teve a seguinte classificação orçamentária, segundo a natureza dos materiais:

a) Permanente	30.811.432,40
b) Consumo	56.929.078,50
c) Despesas Diversas	997.419,50

TOTAL Cr\$ 88.737.930,40

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS

O Departamento que tem a seu cargo a assistência técnica que o Estado deve dar aos Municípios, de acordo com os termos do art. 24 da Constituição Federal, por mim preconizado quando constituinte, registra uma larga folha de serviços, apesar das dificuldades que teve de vencer, oriundas todas do reduzido quadro de funcionários e limitação de verbas.

Não fôra esses percalços e os Municípios teriam recebido uma assistência de maior vulto, embora não se possa deixar de reconhecer o valor dos trabalhos realizados.

A partir de setembro começou a circular, mensalmente, o «BOLETIM DOS MUNICÍPIOS», órgão destinado à divulgação de assuntos de interesse dos municípios e dos atos administrativos desse Departamento, o qual, embora não se tratando ainda de uma perfeita publicação, vem preenchendo plenamente a sua finalidade.

Pretende o DATM transformá-lo em revista impressa, com outro aspecto e melhor feição, afim de corresponder à aceitação e ao apoio que tem merecido dos poderes executivos e legislativos municipais.

Tem aquele Departamento, permanentemente, pelo rádio e imprensa um serviço de divulgação de fatos e ocorrências da vida das comunas paranaenses, inclusive seus históricos, origem, elementos estatísticos, com o propósito de torná-las conhecidas e demonstrar o seu grau de progresso e as suas reais e verdadeiras possibilidades econômicas e financeiras.

Foram criados e incentivados os serviços de Inspeção do andamento das obras e melhoramentos iniciados nos municípios por este órgão, bem como mantido em permanente contacto com os poderes executivo e legislativo municipais, auscultando as necessidades locais, estudando e planejando com os mesmos as possibilidades e meios de sua execução.

Vimos, assim, realizado um produtivo e eficiente entendimento com as Prefeituras, iniciativa esta que trouxe satisfatórios e fecundos resultados aos recíprocos interesses estaduais e municipais.

Os serviços de expediente compreenderam:

- a) — confecção de toda correspondência e demais serviços de expediente;
- b) — escrituração do fichário dos municípios onde são registradas todas as necessidades e aspirações dessas comunas, para oportuno atendimento;
- c) — escrituração do fichário de funcionários;
- d) — anotação das folhas de ponto, controle de diárias e confecção folhas de pagamento;
- e) — aquisição e distribuição de materiais;
- f) — escrituração das fichas de registro de material permanente e de consumo, controlando a sua entrada no Almoxarifado e saída por dependências;
- g) — levantamento do inventário patrimonial deste órgão;
- h) — cadastro de fornecedores;
- i) — relatórios da Oficina Mecânica, Serviço de Transportes e Fábricas de Tubos de Concreto Armado, inclusive cálculos de produção e custo;
- j) — emissão de faturas, coletas de preços, demonstrativos de coletas e requisições de compras.

Presta o DATM assistência contábil e orientação administrativa aos seguintes municípios:

Abatiá	Campo Mourão	Mangueirinha
Colombo	Porecatú	Foz do Iguaçu
Mandaguari	Timoneira	Tomazina
Pitanga	Paranavaí	Bela Vista do Paraíso
Teixeira Soares	Bocaiuva do Sul	Ortigueira
Guarapuava	Guaratuba	Lupionópolis

Santo Inácio
Marialva
Cerro Azul
Jaguapitã

Centenário do Sul
Amoreira
Mandaguacú
Florestópolis

Paulo Frontim
Tijucas do Sul
Contenda

Essa assistência compreende encerramento da escrita do exercício, aberturas e acertos, levantamentos, estudos e confecções de orçamentos financeiros, balanços, organização, etc., prestados «in-loco» pelo Quadro de Contadores.

Além dos serviços enumerados foram atendidas diversas Prefeituras e Câmaras Municipais em diferentes consultas verbais e por cartas, também sobre orientação contábil e administrativa, legislação e outros conhecimentos naturais de expediente.

Organizou, ainda, uma coletânea das leis que regulamentaram os orçamentos financeiros de cada município, mantendo um arquivo completo destas, bem como dos próprios orçamentos, balancetes mensais e demonstrações da receita e despesa.

Esses elementos, devidamente registrados em fichas próprias, se destinam ao controle da cota de excesso de arrecadação e fundo de Saúde e Assistência Social, previstas no Art. 20º da Constituição Federal e 101º da Constituição Estadual, respectivamente.

Aos 39 municípios recém-criados dedicou este Departamento uma atenção especial, orientando-os nas medidas preliminares a sua instalação e após, na fase de organização, ministrando-lhes as mais pormenorizadas e esclarecidas informações sobre as normas a serem seguidas, seus direitos e deveres perante o município do qual fôra desmembrado, isto amplamente divulgado por circulares e outros expedientes.

Criou-se um Curso Intensivo de Contabilidade Pública Municipal, para aperfeiçoamento dos Contadores desses novos municípios, o qual funcionou com regular frequência e grande êxito.

O D.A.T.M. fez distribuições a todos os municípios paranaenses de obras sobre Contabilidade Pública Municipal, Administração e Planejamento, considerando o seu valor e utilidade aos planos administrativos dos poderes executivo e legislativo dessas comunas.

A dependência de engenharia e desenho técnico que esteve em incessante atividade, focalizando e solucionando as necessidades municipais ao seu encargo, apresentou os seguintes trabalhos:

ALVORADA DO SUL

a) — conserva da estrada para Porecatú	14 quilômetros
b) — conserva de ruas em Alvorada do Sul	19 quilômetros
c) — conserva de estrada de Alvorada do Sul a Primeiro de Maio	10 quilômetros
TOTAL	43 quilômetros

APUCARANA

a) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de ARARUVA	22 quilômetros
b) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de RIO BOM	11 quilômetros
c) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de FAXINAL	59 quilômetros
e) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de JANDAIA DO SUL	41 quilômetros
f) — planta do levantamento e linha divisória entre as cabeceiras dos rios Douro e Taquara com o Município de Araruva	
TOTAL	174 quilômetros

ARAPONGAS

a) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de ASTORGA	75 quilômetros
b) — nivelamento do campo de futebol local	
TOTAL	75 quilômetros

ARAUCARIA

a) — detalhes dos pilares da ponte de madeira sobre o Rio Iguaçu, em Guajuvira	
b) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito da SEDE	
c) — início da construção da ponte sobre o Rio Iguaçu, em Guajuvira	
d) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas nos demais distritos	25 quilômetros
e) — estudo de um corte de barranco de 4 metros de altura e um movimento de terra de aproximadamente 1.500 m3. no terreno do Colégio de Religiosas	
TOTAL	25 quilômetros

ARARUVA

a) — conserva da estrada que liga a sede ao Rio das Antas	20 quilômetros
b) — idem, idem a Taquara	30 quilômetros
c) — idem, idem de ruas da Cidade	8 quilômetros
d) — levantamento e estabelecimento da linha divisória deste Município com o de Apucarana, compreendida entre as cabeceiras dos rios Douro e Taquara	
e) — ruas de Lagoa Bonita	4 quilômetros
f) — ruas de Novoshima	2 quilômetros
g) — estrada para Rio das Antas e Rio Bom	7 quilômetros
h) — estrada para Califórnia	10 quilômetros
i) — ruas em Guarareva	7 quilômetros
TOTAL	88 quilômetros

ASTORGA

a) — conserva da estrada para Santo Antônio	8 quilômetros
b) — conserva da estrada para Granada	25 quilômetros
c) — conserva da estrada para Tossina	16 quilômetros
d) — conserva da estrada para Içara	12 quilômetros
e) — conserva da estrada Içara-Santa Zélia (trecho)	8 quilômetros
f) — variante da estrada Içara-Santa Zélia	9 quilômetros
g) — conserva da estrada Iguaçu-Balantan	16 quilômetros
h) — conserva da estrada Iguaçu-Interventor	14 quilômetros
i) — conserva da estrada Santo André-São João	10 quilômetros
j) — conserva de ruas em Tupinambá	6 quilômetros
k) — conserva de ruas em Santo André	2 quilômetros
l) — nivelamento do campo de futebol em Içara	
m) — nivelamento do campo de futebol em Interventor	
n) — nivelamento do campo de aviação em Iguaçu	
TOTAL	126 quilômetros

BELA VISTA DO PARAÍZO

a) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito da SEDE	15 quilômetros
b) — estrada para Indiana, com alargamento	32 quilômetros
c) — construção da estrada da Prata, com alargamento	17 quilômetros
d) — ruas da Cidade	3 quilômetros
TOTAL	67 quilômetros

CAMBARÁ

- a) — projeto de uma praça pública.

CASTRO

- a) — ponte de concreto armado.

CAMPO LARGO

- a) — estudo de terreno com aterro e nivelamento para montagem de uma fábrica de ladrilhos.

CINZAS

- a) — projeto do pavilhão para o Grupo Escolar.

COLOMBO

- a) — planta cadastral da Cidade.
b) — planta de um terreno.
c) — serviço de conservação de estradas 92 quilômetros
d) — levantamento cadastral da Cidade.
f) — locação de boeiros na rua principal.
g) — verificação e parecer técnico sobre uma curva da Estrada que liga Ressaca a Roça Grande.
h) — verificação do mau estado de uma casa escolar e parecer sobre as obras de reforma e correções exigidas.
i) — localização da linha de demarcação em terrenos da Prefeitura e particulares.
j) — locações, estudos e traçados de ruas da Cidade.
k) — orientação de serviços de aterro na rua principal da Cidade.
l) — planta, perfil e grade para o meio-fio da Rua Marechal Floriano e de outras.
m) — projeto para o jardim público local.
n) — planta de um terreno adquirido pela Prefeitura.
o) — planta do cemitério local.
TOTAL 92 quilômetros

CURITIBA

- a) — serviços de reparação e conserva de estradas no distrito de UMBARÁ 120 quilômetros
b) — levantamento visando a possibilidade da construção da estrada de ligação, em traçado novo, entre D. PEDRO (Santa Felicidade) e CURITIBA
TOTAL 120 quilômetros

FAXINAL

- a) — conserva da estrada que liga a sede a Vespeiro 11 quilômetros
b) — nivelamento do campo de aviação.
TOTAL 11 quilômetros

FLORESTÓPOLIS

- a) — estrada para Miraselva 19 quilômetros
TOTAL 19 quilômetros

FÓZ DO IGUAÇÚ

- a) — projeto de divisão de glebas.

GUARATUBA

- a) — levantamento da planta cadastral.
b) — construção, reparação e conserva de estradas e ruas da Cidade.

- c) — levantamento do serviço de água.
- d) — planta de um terreno do Estado a ser doado ao Município.
- e) — serviço de nivelamento e contra-nivelamento da Avenida 29 de Abril, num total de 1.630 m.
- f) — levantamento dos sambaquis no quilómetro 135 da rodovia Curitiba-Guaratuba.
- g) — exploração, levantamento e locação de uma estrada de 3 quilómetros para a exploração de calcário.
- h) — locação da Rua José Bonifácio.

IBAITI

- a) — estudo do traçado de uma estrada ligando este Município ao de Congonhinhas, servindo Cornélio Procópio, Santa Mariana e Bandeirantes.

JAGUAPITÁ

- a) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito da sede 87 quilómetros
- b) — nivelamento de ruas da Cidade.
- c) — nivelamento do campo de futebol.
- d) — nivelamento de ruas em Lupionópolis.
- e) — alargamento da estrada de Jaguapitá a Guaraci e dêsse local até Centenário do Sul 15 quilómetros
- f) — verificação e estudos da necessidade dos serviços da rede de água em Lupionópolis.
- g) — verificação e estudos da necessidade do serviço de energia elétrica, também para Lupionópolis.
- TOTAL 102 quilómetros
- h) — estrada para Colorado 74 quilómetros
- i) — estrada de Colorado a Porto Taquaraçu 22 quilómetros
- j) — estrada de Colorado-Imbiacaba 12 quilómetros
- TOTAL 210 quilómetros

JAGUARIAÍVA

- a) — projeto de um reservatório de água.

JANDAIA DO SUL

- a) — conserva da estrada de Guaporé 7 quilómetros
- b) — conserva da estrada de Rochedo 9 quilómetros
- c) — conserva da estrada de Alfazema 6 quilómetros
- d) — conserva da estrada de Dourado 6 quilómetros
- e) — conserva da estrada de Cambira 14 quilómetros
- f) — conserva da estrada de Mariza 10 quilómetros
- g) — conserva da estrada de Gilberto 5 quilómetros
- h) — conserva da estrada de Colúmbia 12 quilómetros
- i) — conserva da estrada para Bonsucesso 6 quilómetros
- j) — conserva da estrada para Colúmbia 6 quilómetros
- k) — conserva da estrada para Pombal 8 quilómetros
- l) — conserva da estrada para Barbacena 9 quilómetros
- m) — conserva da estrada para Cemitá 3 quilómetros
- n) — conserva da estrada para Santa Helena 5 quilómetros
- o) — ruas em Juçara 6 quilómetros
- p) — estrada de Juçara 19 quilómetros
- q) — conserva da estrada de Bagre 4 quilómetros
- r) — conserva da estrada de Galho do Cambará 4 quilómetros
- s) — ruas do Patrimônio São José 3 quilómetros

t) — estrada do Simeré	7 quilômetros
u) — estrada de Cambará	28 quilômetros
v) — estrada de Marumbi a Caloré	15 quilômetros
TOTAL	192 quilômetros

JOAQUIM TAVORA

- a) — doação de tubos de concreto armado para a instalação de água no prédio do Ginásio local.

LUPIONÓPOLIS

a) — planta da distribuição de água para a Cidade.	
b) — Estrada do Pôrto	15 quilômetros
c) — estrada para Centenário do Sul	12 quilômetros
d) — estrada para Guaraci	27 quilômetros
e) — estrada para Cafeára	9 quilômetros
f) — ruas de Bentópolis	8 quilômetros
g) — ruas de Cafeára	8 quilômetros
h) — nivelamento do campo de aviação de Lupionópolis	
i) — estrada para Centenário do Sul	12 quilômetros
j) — estrada para Pôrto Anis Abuddi	12 quilômetros
k) — estrada para Cafeára	9 quilômetros
l) — estrada para Santo Inácio	35 quilômetros
m) — ruas da Cidade	2 quilômetros
n) — nivelamento dos terrenos de três (3) campos de futebol na Cidade.	
o) — nivelamento do terreno de um campo de futebol em Água da Esperança.	
TOTAL	149 quilômetros

MANDAGUAÇU

a) — demarcação da divisa dêste Município com o de Nova Esperança, nas cabeceiras dos rios Paranhos e Turiaçu.	
b) — planta do levantamento da estrada de rodagem e linha divisória entre êste Município e Capelinha.	
c) — conserva da estrada de Jaborandi	7 quilômetros
d) — conserva da estrada de José Eugênio	3 quilômetros
e) — conserva da estrada de Polinópolis	10 quilômetros
f) — conserva da estrada de São Jorge — Pôrto Andirá	2 quilômetros
g) — ruas em São Jorge	2 quilômetros
h) — nivelamento do terreno de um campo de futebol em Jaborandi.	
TOTAL	24 quilômetros

MANDAGUARI

a) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de Marialva	77 quilômetros
b) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de Maringá	40 quilômetros
c) — nivelamento do pôrto da balsa de Ivetuba.	
d) — nivelamento da explanada da igreja.	
e) — nivelamento do campo de futebol do distrito de Mandaguaçu.	
f) — locação de praça no Patrimônio de Iroy.	
g) — captação de água potável em fonte próxima à sede, para estudo de possibilidade de fornecimento de água e tratamento (Mandaguaçu).	
h) — levantamento expedido das necessidades de energia	

- i) — nivelamento da praça principal de Marialva e tomada de elementos para o projeto da igreja a ser construída.
- j) — caminhamento para a demarcação da linha divisória entre os futuros municípios de Capelinha e Mandaguaiçu, no trecho compreendido entre as cabeceiras dos rios Paranhos e Juriaçu.
- k) — levantamento cadastral de Maringá.
- l) — verificação e estudos da necessidade do serviço de luz elétrica pública e particular em Maringá.
- TOTAL 117 quilômetros

MANGUEIRINHA

- a) — projeto e planta de um hotel.

MARIALVA

- a) — diversas estradas de penetração 141 quilômetros
- b) — nivelamento de dois campos de futebol.
- c) — ante-projeto da igreja matriz.
- d) — conserva da estrada de Sarandí 22 quilômetros
- e) — conserva da estrada de Mandaguari 42 quilômetros
- f) — conserva da estrada de Jaguaruna 42 quilômetros
- g) — conserva da estrada de Caranã 18 quilômetros
- h) — conserva da estrada de Aquidabã 12 quilômetros
- i) — conserva da estrada de Jacanã 18 quilômetros
- j) — conserva de diversas estradas de penetração ... 50 quilômetros
- k) — ruas da Cidade 2 quilômetros
- TOTAL 347 quilômetros

MARINGÁ

- a) — conserva da estrada para Brasileira 15 quilômetros
- b) — conserva da estrada para Pinguim 18 quilômetros
- c) — conserva da estrada para Paysandú 20 quilômetros
- d) — conserva de variantes na estrada para Brasileira 24 quilômetros
- e) — conserva da estrada para Chácara dos Mudos ... 4 quilômetros
- f) — conserva da estrada para Ibitanga 4 quilômetros
- g) — conserva da estrada para Romero 1 quilômetro
- h) — conserva da estrada para Serraria Santo Antônio 4 quilômetros
- i) — conserva da estrada para Olaria Floresta 3 quilômetros
- j) — conserva da estrada de Santo André-Patú 1 quilômetro
- k) — conserva da estrada Tatú 2 quilômetros
- l) — conserva da estrada de Olaria São José a Água do Patú 2 quilômetros
- m) — conserva de diversas estradas de penetração .. 60 quilômetros
- n) — nivelamento do campo de futebol em Pinguim
- o) — nivelamento do campo de futebol em Maringá
- p) — nivelamento do campo de futebol na estrada para Centenário do Sul 15 quilômetros
- r) — conserva da estrada para Guaiapó 18 quilômetros
- s) — conserva da estrada Duzentos (Morangueira) ... 12 quilômetros
- t) — conserva da estrada de Floresta 5 quilômetros
- a) — levantamento do terreno para fins de um projeto de hotel
- u) — nivelamento de um campo de futebol em Florianópolis
- TOTAL 208 quilômetros

PALMAS

- a) — levantamento do terreno para fins de um projeto de hotel.
- b) — projeto da estação rodoviária.
- c) — planta, projeto e orçamento do hotel municipal local.
- d) — estudo e instalação de motor «Diesel», solicitada à gerador existente.

PARANAVAÍ

- a) — conserva da estrada de Guaritá 22 quilômetros
- b) — ruas do bairro Santos Dumont 8 quilômetros
- c) — projeto, estudos e início da Cidade de São José na margem do Rio Paraná
- TOTAL 30 quilômetros

PORECATU

- a) — serviço de construção, reparação e conserva de estradas no distrito da Séde 22 quilômetros
- b) — estrada para Bela Vista do Paraizo 40 quilômetros
- c) — conserva da estrada para São José 20 quilômetros
- d) — conserva da estrada para Centenário do Sul ... 14 quilômetros
- e) — verificação e localização de um poço semi-arteziano.
- f) — estudos técnicos preliminares para a execução do projeto da rede de água da cidade.
- g) — nivelamento do perímetro limite a ser executado o serviço de água e da linha de recalque. Localização das caixas.
- h) — conserva da estrada Porecatu — Centenário do Sul 38 quilômetros
- i) — conserva da estrada Porecatu — Bela Vista do Paraizo 40 quilômetros
- j) — conserva da estrada Porecatu — Alvorada do Sul 14 quilômetros
- k) — conserva da estrada Vila Progresso — Porto Paranapanema 32 quilômetros
- l) — conserva da estrada Fazenda Jacutinga — Alvorada do Sul 30 quilômetros
- m) — nivelamento de um terreno de campo de futebol em Vila Progresso.
- n) — nivelamento de um terreno de campo de futebol em Porecatu
- o) — nivelamento do terreno do Cemitério Municipal
- TOTAL 250 quilômetros

PRIMEIRO DE MAIO

- a) — estrada para Porto Cascudo 8 quilômetros
- b) — estrada para Porto do Giglio 9 quilômetros
- c) — estrada para Ibiassí 20 quilômetros
- d) — continuação do alargamento da estrada para Água do Meio (escavadeira)
- e) — estrada para Galinha Choca 21 quilômetros
- f) — estrada das Garças até Patrimônio do Acácio (com alargamento) 12 quilômetros
- g) — estrada de Arara (cortes e atêrros) 1 quilômetro
- h) — estrada do Jacú (cortes e atêrros) 1 quilômetro
- i) — diversas estradas de penetração 25 quilômetros
- j) — ruas da cidade 1 quilômetro
- TOTAL 98 quilômetros

RIBEIRÃO DO PINHAL

- a) — projeto de um posto de puericultura.
- b) — planta da Cidade.
- c) — perfil e grade da pista para um aeroporto.
- d) — croquis da Praça da Assembléia.
- e) — planta do Município.

RIO BOM

- a) — conserva da estrada que liga a Sede a Rio das Antas ... 21 quilômetros
- b) — conserva de diversas estradas de penetração ... 20 quilômetros
- c) — Estrada para Araruva (até a divisa) ... 9 quilômetros
- d) — estrada da segunda Gleba São José (construção e alargamento) ... 17 quilômetros
- TOTAL ... 67 quilômetros

RIO NEGRO

- a) — verificação, estudos e orçamento das obras de reforma da maternidade local.
- b) — verificação, estudos e orçamento do problema de abastecimento de água à referida instituição.
- c) — detalhes dos pilares de concreto ciclópico para a ponte sobre o Rio Várzea.
- d) — projeto dos pilares de concreto armado para a reforma da ponte de madeira sobre o Rio da Várzea.

SANTO ANTONIO DA PLATINA

- a) — projeto da Praça de São Benedito.
- b) — perfil e planta da mesma Praça.

SÃO JOÃO DO TRIUNFO

- a) — estudos para a criação do serviço rodoviário municipal.
- b) — estudos das fundações da igreja local que estão cedendo e parecer para a correção do defeito.
- c) — verificação, estudo e instalação do serviço de iluminação elétrica local, inclusive a doação de um gerador de energia e todos os seus pertences.
- d) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas num total de ... 50 quilômetros

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- a) — entrega ao público da ponte sobre o Rio Iguaçu, em Cachoeira.
- b) — projeto de uma caixa d'água para 150.000 litros.

SERTANÓPOLIS

- a) — planta do abastecimento de água.
- b) — projeto do reservatório de distribuição de água.
- c) — perfil da adutora da água.
- d) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito da sede ... 207 quilômetros
- e) — nivelamento do pátio do Grupo Escolar.
- f) — aterro da estrada de Piza.
- g) — alargamento e cortes na estrada de Mambuca.
- h) — serviços de construção, reparação e conserva de estradas no distrito de Primeiro de Maio ... 42 quilômetros
- i) — estrada para Couro do Boi ... 20 quilômetros

j) — estrada para Água Morena	15 quilômetros
k) — estrada para Mambuca	5 quilômetros
l) — estrada para Piza	25 quilômetros
m) — estrada para Porto Tibagi	8 quilômetros
n) — estrada para Porto da Areia	12 quilômetros
o) — alargamento e retificação, com escavadeira, da estrada de Mambuca.	
p) — estudo dos mananciais e levantamento de fontes.	
q) — localização de caixa d'água.	
r) — levantamento e nivelção da caixa d'água em confronto com os mananciais.	
s) — plantas do projeto da rede de abastecimento de água.	
t) — continuação da construção da estrada do Mambuca - Água do Meio.	
u) — estrada para Primeiro de Maio	15 quilômetros
v) — estrada para Porto Camilo	25 quilômetros
w) — estrada para Piza	15 quilômetros
x) — estrada para Água Morena	25 quilômetros
y) — estrada para Couro do Boi	20 quilômetros
z) — ruas da Cidade	3 quilômetros
l) — estudo, projeto e início da construção do campo de aviação local.	
TOTAL	437 quilômetros

TIMONEIRA

- a) — projeto de uma ponte de madeira.
- b) — projeto de uma ponte de concreto armado.

WENCESLAU BRAZ

- a) — projeto do edificio da Prefeitura Municipal.

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Possue esse Departamento em funcionamento as seguintes máquinas e equipamentos:

- 5 Bulldozer para motoniveladoras
- 3 Compressores para motoniveladoras, cat. 12
- 2 Escavadeiras «Lorain» L-50-1
- 1 Grade de discos «Cockshutt», de 16
- 1 Motoniveladora «Adams» 610
- 30 Motoniveladoras «Adams-512»
- 5 Motoniveladoras «Adams-414»
- 2 Motoniveladoras «Caterpillar-12»
- 1 Trator «Caterpillar D-8», com equipamento completo
- 1 Trator «Caterpillar D-7»
- 1 Trator «Cockshutt (agrícola), equipado com arados
- 1 Scrappier «Laplant-Choat» de 14 jardas cúbicas
- 2 Scrappers «Laplant-Choat» de 8,4 jardas cúbicas.

As referidas máquinas prestaram serviços aos seguintes municípios paranaenses, obedecendo o sistema de rodizio atendendo às necessidades dessas comunas:

Apucarana	Cornélio Procopio
Faxinal	Imbituva
Jandaia do Sul	Palmas
Maringá	Siqueira Campos
Sertãoópolis	Colombo
Bela Vista do Paraizo	Laranjeiras do Sul
Astorga	Araruva

Marialva	Mangueirinha
Paranavaí	Porecatú
Primeiro de Maio	Lupionópolis
Jaguapitã	Congonhas
Andirá	Pitanga
Irati	Clevelândia
Campo Mourão	Ortigueira
Mangueirinha	Bocaiuva do Sul
Wenceslau Braz	Foz do Iguaçu
Lapa	Contenda
Rio Bom.	Paulo Frontin
Alto Paraná	

Atualmente encontram-se atendendo serviços municipais diversas máquinas, tratores, caminhões basculantes e tanques, os quais estão confiados às respectivas Prefeituras:

Alvorada do Sul	1 motoniveladora
Amoreira	1 motoniveladora
Andirá	1 motoniveladora
Apucarana	1 motoniveladora
Astorga	1 motoniveladora
Bela Vista do Paraíso	1 motoniveladora
Bocaiuva do Sul	1 motoniveladora
Cambé	1 rôlo compressor
Campo Mourão	1 motoniveladora e 1 trator D-8
Capanema	1 motoniveladora
Clevelândia	1 motoniveladora
Contenda	1 motoniveladora
Cornélio Procopio	1 motoniveladora
Faxinal	1 motoniveladora
Florestópolis	1 motoniveladora
Foz do Iguaçu	1 motoniveladora
Guaratuba	1 trator «Fiat-L 55»
Irati	1 motoniveladora e 1 trator D-7
Jaguapitã	1 motoniveladora e 1 escavadeira
Jandaia do Sul	1 motoniveladora
Lapa	1 motoniveladora
Laranjeiras do Sul	1 motoniveladora
Lupionópolis	1 motoniveladora
Mandaguai	1 motoniveladora
Mangueirinha	1 motoniveladora e 1 trator TD-18
Maringá	1 motoniveladora
Nova Esperança	1 motoniveladora
Palmas	1 motoniveladora
Paranavaí	1 motoniveladora
Paulo Frontin	1 motoniveladora
Peabiru	1 motoniveladora
Piraí do Sul	1 motoniveladora
Pitanga	1 motoniveladora
Porecatú	1 motoniveladora
Rio Bom	1 motoniveladora
Rio Branco do Sul	1 motoniveladora
Santo Inácio	1 motoniveladora
Siqueira Campos	1 motoniveladora
Sertãoópolis	1 trator «Fiat L-55»
	1 motoniveladora
	1 trator «Caterpillar D-7»
	1 escavadeira «Lorain»

	2 caminhões basculantes
Tibagi	1 motoniveladora
Timoneira	1 motoniveladora
Wenceslau Braz	1 motoniveladora

Acha-se em perfeito funcionamento, devidamente equipada com maquinismos, ferramentas e todo aparelhamento necessário aos serviços a ela atribuídos, a Oficina Mecânica desse órgão.

Provida de pessoal especializado e regular capacidade produtiva vêm atendendo satisfatoriamente todos os serviços de montagem, troca de máquinas, conserto e pintura das motoniveladoras, tratores, caminhões e demais veículos pertencentes a esse Departamento, inclusive confeccionando algumas peças aos mesmos destinados, proporcionando, dessa forma, evidente economia a esse órgão.

Ultimamente foi aparelhada com bem montadas instalações destinadas à lavagem, lubrificação e limpeza das motoniveladoras, caminhões, jeeps e automóveis de nossa propriedade, medida essa que há muito estava sendo exigida, em virtude dos volumosos gastos que tínhamos com esses serviços.

Os serviços de consertos de câmaras de ar, montagem e desmontagem de pneus que até pouco tempo eram efetuados fora, estão agora sendo ali executados com aparelhamentos recentemente adquiridos, poupando o D. A. T. M. de mais essa despesa.

Ainda mantém-se um serviço mecânico volante, pelo qual são atendidas todas as necessidades exigidas nos tratores, scrappers, motoniveladoras, caminhões e jeeps em atividades nos diferentes municípios paraenses, evitando que esses veículos sejam confiados à oficinas não especializadas e mesmo para que estejam sempre supervisionadas pelos nossos técnicos.

O serviço de abastecimento das motoniveladoras também, é feito por serviço volante em caminhões tanques.

Também presta assistência mecânica a tratores, scrappers, motoniveladoras e outros veículos pertencentes às diversas Prefeituras Municipais do Estado que isso solicitaram e que são as seguintes:

Colombo	Apucarana
Sertãoópolis	Campo Mourão
Mangueirinha	Fóz do Iguaçu
Lapa	Lupionópolis
Tomazina	Centenário do Sul
Araruva	Mandaguaçu
Carlópolis	Imbituva
Araucária	

Os serviços de transportes vêm tendo criteriosa e eficiente orientação, na distribuição dos veículos para os diferentes setores que exigem planos administrativos.

O controle de viagens, gasto de combustível, verificação de quilometragem, etc., recém-adotados, tem apresentado excelentes resultados de eficiência e economia.

Conta o D. A. T. M. atualmente com os seguintes veículos:

- 1 caminhão pesado «Diamonds», com trailler, para transporte de tratores e motoniveladoras;
- 1 jeep «Land-Rover» 1949;
- 1 jeep «Willys-Overland» 1949;
- 3 caminhões «Diamond» 1952 (basculantes);
- 1 caminhão «Chevrolet» 1950;
- 1 automóvel «Chevrolet» 1952;
- 1 automóvel «Ford» 1949;

- 2 caminhões «Réo» 1952 (tanques);
- 1 caminhonete «Chevrolet» 1949;
- 3 jeeps «Land-Rover» 1951;
- 2 bicicletas.

A partir de 13 de Setembro começou a funcionar a Fábrica de Tubos e fornecer a preços razoáveis aos municípios paranaenses, esse material considerado de primeira necessidade ao crescente progresso dessas comunas.

Produz-se tubos de 0,40, 0,60, 0,80 e 1,00 metros e a produção até 31 de Dezembro de 1952, foi a seguinte:

523 unidades de 0,40
232 unidades de 0,60
14 unidades de 0,80
24 unidades de 1,00
TOTAL: 793 unidades.

Até a mesma data forneceram-se às Prefeituras abaixo mencionadas as seguintes quantidades de tubos:

Prefeitura Municipal de ANDIRA	22 unidades
» » COLOMBO	58 »
» » LAPA	60 »
» » SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	21 »
» » TIMBÚ	20 »
» » TIMONEIRA	54 »
TOTAL	235 unidades

A produção nos quatro meses de funcionamento foi a seguinte:

Setembro	5,6 tubos por dia
Outubro	12,69 tubos por dia
Novembro	14,95 tubos por dia
Dezembro	16,5 tubos por dia

A procura e pedidos de tubos por parte das prefeituras municipais têm sido enorme, tendo sido confiadas ao D. A. T. M. encomendas para mais de 2.000 tubos.

Patrocinou esse Departamento, no ano de 1952, três Congressos de Prefeitos e Vereadores Municipais, sendo o primeiro nesta Capital em datas de 29, 30 e 31 de Janeiro e os dois últimos de caráter regional nas Cidades de Jacarézinho e Apucarana, respectivamente em datas de 21 e 22 de Junho e 4 e 5 de Outubro.

Nesses conclaves foram colhidos os mais satisfatórios resultados, notando-se existir um perfeito e único pensamento de cooperação entre os poderes estadual e municipais.

Emprestou-me o mais decidido apoio ao 2º Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, realizado em São Vicente, Estado de São Paulo, arregimentando os poderes executados e legislativos para comparecerem a esse conclave com o maior número de representantes, teses, sugestões e proposições.

Foram coroados de êxito os esforços dispendidos, pois foi o Paraná a segunda representação em número e teses apresentadas, sendo assim condignamente representado no referido conclave.

Entre outras obtidas deve-se destacar ter-se conseguido a realização, nesta Capital, no ano do Centenário, do Congresso Inter-Americano de Capitais.

REPRESENTAÇÃO DAS COMPANHIAS DE ECONOMIA MISTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Neste setor tem esse Departamento se empenhado no sentido de, na medida das possibilidades, prover os municípios paranaenses de energia

elétrica, tão necessária ao desenvolvimento econômico e ao progresso dessas comunas.

Dêste modo, em reunião realizada em 7 de Agosto, fundou-se em Apucarana a CAFÉ (Companhia Apucaranaense de Força Elétrica). Em Guarapuava, no dia 31 do mesmo mês, fundou-se a «Sociedade de Economia Mista de Energia Elétrica». Em 20 de Setembro foi fundada a «Companhia de Economia Mista de Energia Elétrica Bandeirantes S. A.», com sede em Jaguapitã. Em 19 de Setembro, em Paranavaí, fundou-se a «Companhia Mista de Energia Elétrica Paranavaí S. A.».

Pelo exposto verifica-se que grandes têm sido os esforços dispendidos por esse órgão para auxiliar os municípios paranaenses a solucionarem um de seus mais angustiantes problemas — o de energia elétrica, nesses cinco meses de trabalho de organização.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO OESTE

Superintendia esse Departamento, os serviços estaduais nos municípios de Mangueirinha, Clevelândia, Laranjeiras do Sul e Fóz do Iguaçu.

Em virtude da nova lei de organização administrativa do Estado do Paraná (Lei n. 790, de 14 de Novembro de 1951), passou a região administrada por esse Departamento a dirigir e executar os aludidos serviços em 14 municípios, a saber: —

- 1) Mangueirinha;
- 2) Clevelândia;
- 3) Pato Branco;
- 4) Francisco Beltrão;
- 5) Barracão;
- 6) Santo Antônio;
- 7) Capanema;
- 8) Laranjeiras do Sul;
- 9) Guaranicá;
- 10) Fóz do Iguaçu;
- 11) Cascavél;
- 12) Toledo;
- 13) Guaíra;
- 14) Peabirú (parte).

DADOS PRINCIPAIS SOBRE ESSES MUNICÍPIOS

Mangueirinha — área planimetrada em quilômetros quadrados: 4.128,9.

população em 1950: — 22.502 habitantes.

densidade de habitantes por quilômetro quadrado: 54,49.

culturas principais: — alfafa, batata, cana de açúcar, centeio, feijão, fumo, mandioca, milho e trigo.

Clevelândia — área planimetrada em quilômetros quadrados: 1.576,0.

população em 1950: — 5.906 habitantes.

densidade de habitantes por quilômetro quadrado: 3,76.

culturas principais: — alfafa, alho, amendoim, arroz, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, centeio, feijão, mandioca (aipim), mandioca brava, milho, trigo, bergamota, limão e uva.

Pato Branco — área planimetrada em quilômetros quadrados: 1.600,0.

população em 1950: — 12.744 habitantes.

densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 7,96.

culturas principais: — milho, trigo, centeio, feijão, cana de açúcar, uva.

Francisco Beltrão — área planimetrada em quilômetros quadrados: 2.270,0.

população em 1950: — 12.880 habitantes.

densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 5,67.

culturas principais: — feijão, arroz, milho, trigo, centeio, cana de açúcar e mandioca.

- Barracão** — área planimetrada em quilômetros quadrados: — 780,0.
população em 1950: — 4.309 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 5,67.
culturas principais: — arroz, feijão, milho, cana de açúcar, centeio e mandioca.
- Santo Antônio** — área planimetrada em quilômetros quadrados: 1.130,0.
população em 1950: — 6.412 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 5,67.
culturas principais: — trigo, centeio, cana de açúcar, feijão, mandioca.
- Capanema** — área planimetrada em quilômetros quadrados: 2.100,0.
população em 1950: — 12.030 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 5,67.
culturas principais: — cana de açúcar, feijão, milho, centeio e trigo.
- Laranjeiras do Sul** — área planimetrada em quilômetros quadrados: 3.780,4.
população em 1950: — 23.321 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 6,17.
culturas principais: — abóbora, alfafa, alho, arroz, aveia, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, centeio, feijão, fumo, mandioca, milho e trigo.
- Guaraniaçu** — área planimetrada em quilômetros quadrados: 3.830.
população em 1950: — 5.999 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 1,56.
culturas principais: — batatas, feijão, fumo, trigo, centeio e fumo.
- Fóz do Iguaçu em 1950:** — 6.400 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 0,78.
culturas principais: — abacaxi, abóbora, alfafa, alho, amendoim, arroz, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, centeio, feijão, fumo, mandioca, milho, trigo, banana, tangerina, laranja, limão e uva.
- Cascavél** — área planimetrada em quilômetros quadrados: 4.700,0.
população em 1950: — 4.416 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 0,94.
culturas principais: — alfafa, abóbora, batata, centeio, milho, trigo e café.
- Toledo** — área planimetrada em quilômetros quadrados: — 2.270,0.
população em 1950: — 2.123 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: 0,97.
culturas principais: — trigo, centeio, laranja, cana de açúcar, oleaginosas, feijão e café.
- Guaiara** — área planimetrada em quilômetros quadrados: — 4.945,0.
população em 1950: — 2.428 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 0,48.
culturas principais: — laranjas, tangerinas, cana de açúcar, milho, feijão, mandioca, fumo e batata.
- Peabirú** — área planimetrada em quilômetros quadrados: 14.756,9.
população em 1950: — 10.376 habitantes.
densidade de habitantes por quilômetro quadrado: — 0,70.
culturas principais: — café, milho, cana de açúcar, feijão, mandioca e laranjas.

Observações: — pelos dados apresentados, verifica-se que os municípios referidos contam com uma área total de 55.999,2 quilômetros².

Quanto à população, pelo último recenseamento, era de 131.846 habitantes, porém, no momento, é muito mais elevada, impossível de ser prevista, considerando-se o extraordinário afluxo nestes últimos dois anos, de colonos vindos principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

ESTRADAS

I) — Estrada Santo Antônio — Fóz do Iguaçu — 151 Km.

Construção do D. A. O. 87 Km. de Santo Antônio até o local denominado Capoeirinha, na estrada velha de Fóz do Iguaçu — Cascavél, com projeto para ligação com a estrada nova de Fóz do Iguaçu — Cascavél).

a) — Trêcho: Santo Antônio — Rio Iguaçu: 70 Km.

Prontos: 35 Km.

Construídos em 1952: 20 Km.

b) — Trêcho: Rio Iguaçu — Capoeirinha: 17 Km.

Prontos: 17 Km.

Construídos em 1952: 17 Km.

II) — Estrada Fóz do Iguaçu — Guaíra — 210 Km.

a) — Trêcho: Fóz do Iguaçu — Santa Helena: 85 Km.

Prontos: 85 Km.

Construídos em 1952: 45,41 Km.

Trêcho Santa Helena — Guaíra 272,26 Mts.

Prontos: 105 Km.

Construídos em 1952: 55,5 Km.

III) — Estrada Cascavél — Pôrto Piquiri: 90 Km.

Prontos: 52 Km.

Construídos em 1952: Desmatados e destocados 17.280 Mts.

IV) — Estrada Góz do Iguaçu — Pôrto General Meira: 6 Km.

Trêcho: Pôrto Fiscal — Pôrto Meira: 900 mts.

Prontos: 900 Mts.

Em 1952: Extraídos 18.708,16m3 de Rocha Dura e Branda.

I) — Estrada Santo Antônio - Fóz do Iguaçu (Capoeirinha)

Trêcho: Rio Iguaçu — Capoeirinha 49,00 Mts.

Trêcho: Santo Antônio - Rio Iguaçu 77,00 Mts.

II) — Estrada Fóz do Iguaçu — Guaíra

Trêcho: Fóz do Iguaçu — Santa Helena 187,15 Mts.

Trêcho Santa Helena — Guaíra 272,26 Mts.

III) — Estrada Clevelândia - Santo Antônio

Trêcho: Marmeleiro — Tabetos 49,20 Mts.

Trêcho: Tabetos — Barracão 25,00 Mts.

Trêcho: Barracão — Santo Antônio 120,50 Mts.

TOTAL 780,11 Mts.
quadrados.

SERVIÇOS EXECUTADOS E EM EXECUÇÃO NO SETOR DE EDIFICAÇÕES

Grupo Escolar de Guaíra: — está em fase de conclusão.

Grupo Escolar de Fóz do Iguaçu: — obra inaugurada.

Escola de Trabalhadores Rurais de Fóz do Iguaçu — obra já concluída.

Residência de Professôras, em Fóz do Iguaçu: — fez-se a aquisição de uma, mobiliando-a convenientemente, afim de proporcionar conforto às abnegadas professoras que se deslocam para aquela longínqua região.

Casas Escolares no município de Cascavél: — ordenou-se a construção de 5 (cinco) do tipo padrão D. A. O., com e sem residência para as professoras, cujas obras já foram iniciadas.

Séde da 1ª zona do D. A. O., em Clevelândia: — autorizou-se a sua construção, com obras em plena execução.

Casa de residência do Engenheiro do D. A. O., em Clevelândia: — construção já iniciada.

Casa de Residência de Funcionários do D. A. O., em Clevelândia: — serviço já iniciado.

Garagem e Almojarifado do D. A. O., em Clevelândia: — construção já iniciada.

ESTRADAS E PONTES

(Municípios de Clevelândia, Mangueirinha, Pato Branco, Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antônio e Capanema, zona dividida em duas secções e com sede em Clevelândia).

I) — Estrada Clevelândia - Mangueirinha, (32 Km. de conservação com 16 operários).

- 1) — Roçada lateral e capinagem em toda a extensão do trecho.
- 2) — Revestimento com terra e saibro em toda a extensão do trecho.
- 3) — Limpeza de sarjetas e esgotos em toda a extensão do trecho.
- 4) — Construção de 2 pontilhões.
- 5) — Alargamento de 4 curvas.

II) — Estrada Mangueirinha - Pôrto de Cima, (28 Km. com 10 operários). Esta turma, além da conserva, trabalha na reconstrução da estrada.

- 1) — Desmatção e destocamento em 1.660 Mts.
- 2) — Roçada e capinagem em toda a extensão.
- 3) — Revestimento com terra em 19.500 Mts.
- 4) — Revestimento com saibro em 8.500 Mts.
- 5) — Reconstrução de um trecho de 500 Mts. (serra).
- 6) — Aterro na ponte sobre o rio Pouso Alegre.
- 7) — Construção de 2 boeiros.

III) — Estrada Mangueirinha - Pôrto Santa Maria - Colônia Chopin, (70 Km. com 43 operários). Esta turma além da conserva, trabalha na construção da estrada, que está em fase de conclusão.

- 1) — Construção de 10.770 Mts. de estrada.
- 2) — Retoque e reconstrução em 6.830 Mts.
- 3) — Construção e limpeza de valetas laterais de proteção e sarjetas, em toda a extensão do trecho.
- 4) — Roçada lateral em toda a extensão do trecho.
- 5) — Construção de uma ponte de 7 Mts. sobre o arrôio — Moinho Velho.
- 6) — Revestimento com terra e saibro, em toda a extensão do trecho.
- 7) — Construção de 13 boeiros novos.
- 8) — Remoção de 75 Mts/3 de pedra.
- 9) — Construção de 195 Mts. de valetas, em pedra.
- 10) — Construção de 2 pontilhões de 4 e 3 Mts.

IV) — Estrada Mangueirinha - Colônia Chopin - Pôrto Sant'Ana, (89 Km. de conservação, com 73 operários).

- 1) — Roçada lateral e capinagem em todo o trecho.
- 2) — Revestimento com terra e saibro em toda a extensão.
- 3) — Limpeza de sarjetas e boeiro em toda a extensão.
- 4) — Abertura de 15.000 Mts. de valetas novas.
- 5) — Alargamento da desmatção de 15 Mts. para 40 Mts., em 47 Km.
- 6) — Retoques em 8 boeiros (substituição dos pranchões).
- 7) — Reconstrução de 2 pontes (substituição dos pranchões).
- 8) — Construção de 23 boeiros novos em madeira de lei.
- 9) — Alargamento do leito da estrada no trecho C. Chopin - Pôrto Sant'Ana (45 Km.) de 3 Mts. para 6 mts.
- 10) — Construção de uma variante de 600 Mts.
- 11) — Construção de um aterro para balsa no Pôrto Sant'Ana.
- 12) — Construção de 3 casas para operários e de uma casa para

alojamento de turma volante.

13) — Construção de 3 aterros para levantamento Grade.

I) — **Estrada Clevelândia - Santo Antônio**, (114 Km. de conserva com 80 operários).

- 1) — Roçada e Capinagem lateral em toda a extensão do trêcho.
- 2) — Alargamento da faixa de desmatação, de 10 Mts. para 40 Mts. num total de 3.420.000 Mts.2.
- 3) — Limpeza de sargetas e esgotos em toda a extensão do trêcho.
- 4) — Construção de 35.800 Mts. de valetas laterais de proteção.
- 5) — Reconstrução de 82 boeiros.
- 6) — Construção de 156 boeiros novos.
- 7) — Reconstrução de 6 pontilhões.
- 8) — Construção de 15 pontilhões novos.
- 9) — Reconstrução da ponte sobre o rio Verde.
- 10) — Alargamento da estrada, de 3 Mts. para 6 Mts. no trêcho Marmeleiro - Tatetos. (36 Km.).
- 11) — Revestimento com terra e saibro em 72 Km.
- 12) — Revestimento com cascalho em 10 Km.
- 13) — Construção de 3 casas com poço para operários.
- 14) — Construção de 7.020 Mts. de Variantes.
- 15) — Construção de 2 grandes aterros nas pontes de Capanema e Lageadinho.
- 16) — Construção de 3 cancelas.

II) — **Estrada Santonio - Rio Iguaçu**, com 37 Km. já prontos e conservados pelo D. A. O.

- 1) — Reabertura de sargetas e esgotos em toda a extensão do trêcho.
- 2) — Reconstrução da estrada do Km. 9 ao Km. 14.
- 3) — Construção de 7 boeiros novos.

2ª ZONA

(Município de Laranjeiras do Sul, Guarapuava, Guaraniaçu e Cascavel — com sede em Laranjeiras).

I — **Estrada Laranjeiras do Sul - Pôrto Sant'Ana**, (38 Km. de conserva com 20 operários).

- 1) — Roçada lateral e capinagem em toda a extensão do trêcho.
- 2) — Limpeza de sargetas e esgotos em toda a extensão do trêcho.
- 3) — Desmatação em 10 Km.
- 4) — Reparo geral em toda a extensão do trêcho.
- 5) — Remoção de 2 grandes lages de pedra, do leito estradal, nos Km. 10 e 30.
- 6) — Construção de 13 boeiros novos.
- 7) — Reconstrução de 19 boeiros.
- 8) — Exploração de 2 Variantes uma de 1.000 Mts. e outra de 800 Mts.
- 9) — Construção de uma Variante de 200 Mts.
- 10) — Construção de uma Casa para Guarda - Cancela.
- 11) — Construção de Cancelas.
- 12) — Confecção de 40 marcos de madeira para quilometrar a estrada.

II — **Estrada Ponta Grossa - Foz do Iguaçu**, o D. A. O. conserva diversos trêchos da estrada velha, num total de 124 Km. com 50 operários.

- 1) — Limpeza de sargetas ao longo do trêcho.
- 2) — Desmatação de uma faixa de 20 Mts. na extensão de 23 Km. (460.000 m2.).
- 3) — Dinamitação de 12 pedreiras no leito da estrada.
- 4) — Construção de 8 ranchos de madeira lascada para operários.

- 5) — Construção de 37 boeios de madeira cobertos com terra.
- 6) — Construção de um boeiro com tubo de concreto com 0,80 cm.
- III — Estrada Cascavél - Piquirí, (Prontos 50 Km., com 15 operários).
- 1) — Redesmatção em toda a extensão do trecho.
- 2) — Limpeza dos esgotos e sargetas existentes.
- 3) — Construção de 25.000 Mts. de sargetas.
- 4) — Construção de esgotos.
- 5) — Construção de 28 boeios de madeira cobertos com terra.
- 6) — Construção de um Mata-Burros.
- 7) — Construção de um pontão.
- 8) — Construção de uma cancela.
- 9) — Construção de uma casa para operário.

IV — Estrada Cascavél - Toledo. 46 Km. (Serviço executado com a Motoniveladora «Romer Grader» 401 d'este D. A. O.).

- 1) — Aparelhamento da estrada em toda sua extensão.
- 2) — Abaulamento do leito.
- 3) — Alargamento de curvas.

(Município de Fóz do Iguaçu, Guaíra e Toledo).

I — Estrada Fóz do Iguaçu - Guaíra, 210 Km. (85 Km. de conserva com 26 operários).

- 1) — Redesmatção total do trecho.
- 2) — Capinagem em toda a extensão.
- 3) — Construção de 29 boeios.

BALSAS E PONTES

Balsa no Pôrto de Santana: — Deu o Governo ordem no sentido de sua reforma e ampliação.

Balsa no Pôrto de Santa Maria: — Também deu-se ordem no sentido de sua reforma e ampliação.

Balsa no Rio Chopim: — Esta balsa é fraca e de pequena capacidade. Estudou-se a construção duma maior e mais reforçada.

Balsa no Rio Piquirí: — Ordenou o Governo a construção de uma de grande capacidade para travessia desse rio.

Balsa sobre o Rio São Francisco: — Foi autorizada a construção duma pequena, em caráter provisório, para a passagem sobre esse rio.

Localização de pontes sobre os rios: — Autorizou-se a execução desses serviços sobre os rios São Francisco e São Francisco Falso.

Observações: — para resolver, de maneira definitiva, a travessia sobre os rios mencionados, entrou o D. A. O. em entendimentos com a Fábrica de Viaturas do Exército (Fábrica de Curitiba) no sentido da construção de botes de alumínio, estando na expectativa da conclusão dos estudos, para verificar-se sobre a viabilidade e possibilidade de sua execução.

I — PONTE

- 1) — Sobre o Rio Verde — em construção.
- 2) — Sobre o Rio Tracutinga — em construção.
- 3) — Sobre o Rio Lageadinho do Chaquete — concluída.
- 4) — Sobre o Rio Capanema — concluída.
- 5) — Sobre o Rio Capanema — em construção.
- 6) — Sobre Lageado Fermino — em construção.
- 7) — Sobre Lageado Grande — em fase de conclusão.
- 8) — Sobre Passo dos Dias — em construção.
- 9) — Sobre o Rio dos Autos — em fase de conclusão.

II — PONTILHÕES

- 1) — No Potrilho Morto — em construção.
- 2) — No Potrilho Morto — em construção.
- 3) — No Potrilho Morto — em construção.
- 4) — Na Olaria Verde — em construção.
- 5) — Em Uvaneira — concluído.
- 6) — Em Uvaneira — concluído.
- 7) — Em Vitória Salvador — concluído.
- 8) — Em Vitória Salvador — concluído.
- 9) — Sobre o arrôio Guajuvira — concluído.

Campo de pouso de Clevelandia: — tendo sido projetado, pela administração anterior, este campo de pouso, já estavam concluídos cerca de 700 metros de pista, quando foi cancelada a autorização concedida, tendo em vista a morosidade dos trabalhos.

Ao se fazer um estudo mais rigoroso, verificou o D. A. O. que a administração anterior havia dado ordens para sua execução, deixando de seguir as instruções fornecidas pelo Departamento de Aeronáutica Civil.

Nestas condições, para que se pudesse ter um campo obedecendo rigorosamente às determinações técnicas e em condições de ser oficializado, mandou-se proceder a novos estudos e ordenou-se a intensificação imediata dos trabalhos com pista noutro sentido, em obediência às instruções do D. A. O.

Tais serviços já foram iniciados, sendo que o campo terá, agora, pista de 1.200 metros por 100 metros de largura.

Campo de pouso de Planchita: — igualmente ao mandar fazer novos estudos neste campo projetado pela administração anterior, verificou o D. A. O. que sairia muito oneroso para o Estado, tendo em vista grandes cortes e aterros.

Observando que havia boa área em Santo Antônio, distante cerca de 3 quilômetros da povoação supra mencionada, após entendimento com as autoridades municipais, ordenou o diretor do D. A. O. que novos estudos fossem procedidos, a fim de ser iniciado o novo campo, em local mais adequado e espaçoso, com a vantagem de sair mais barato para o Estado.

Deu-se ordem, para estudos urgentes sobre a localização de outros campos de pouso, nas localidades de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema e Laranjeiras do Sul.

Auxilia-se, no momento, com uma das motoniveladoras de propriedade do Estado, a conclusão do campo de aviação Cascavél.

SERVIÇOS DIVERSOS

Projeção e levantamento da sede do novo município de Barracão: — serviços já terminados, com plantas executadas e aprovadas.

Projeção e levantamento da sede do novo município de Santo Antônio: — serviços já terminados, com plantas executadas e aprovadas.

Projeção e levantamento da sede do novo município de Capanema: — serviços em fase de ultimização, sendo que a sede foi localizada à margem da estrada de Santo Antônio a Fóz do Iguaçu nas proximidades do Rio Iguaçu.

Desmatção, limpêsa e destocamento da sede do novo município de Capanema: — serviços em plena execução.

SERVIÇOS EM COLABORAÇÃO COM AS PREFEITURAS

Dentro de suas possibilidades, coopera com as Prefeituras Municipais seja no sentido de construções, como de reparos e orientação técnica, afora o empréstimo de máquinas.

Por solicitação dos Prefeitos dos novos municípios de Toledo, Cascavel, Guaramiaçu, Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antônio e Capanema, deu-se ordem para estudos sobre a Construção de prédios públicos nas respectivas sedes, já estando prontos os projetos das Prefeituras Municipais, Postos Mixtos de Higiene, Casas Escolares, Coletorias e Postos Fiscais e, ainda neste ano serão dadas autorizações de serviço para as respectivas construções.

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA CREAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

O desmembramento da Comarca de Curitiba, da Província de São Paulo, em 1853, para constituir a Província do Paraná (lei 704, de 29-8-1853) marcou um dos capítulos proeminentes da História Pátria.

Tal acontecimento, profundamente expressivo na formação da Nacionalidade não poderá deixar de provocar o entusiasmo de quantos dele se capacitem e de merecer dos paranaenses, ao comemorar-se o 1º centenário da criação da Província, a vibração cívica que os caracteriza.

Ao meu Governo jamais faltou a compreensão do quanto lhe cabia de deveres para assinalar condignamente a magna efeméride. Daí os reiterados estudos e as continuas providências visando tôdas realçar o evento.

Pela Lei n. 1039, de 10 de Novembro do ano p. passado, foi transformada em entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, e sob a denominação de Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, a Comissão de Festejos criada anteriormente. Este órgão tem por fim planejar, promover e dar execução aos atos destinados a registrar, com o máximo brilho, o transcurso do 1º Centenário de nossa emancipação política.

Por essa norma têm sido pautadas, consequentemente, as deliberações da Comissão de Comemorações do Centenário. A organização autárquica, sendo fruto daquela busca do melhor e mais expedito meio de realização, está produzindo os resultados desejados.

Dentre as iniciativas abraçadas como capazes de focalizar o Paraná diante de amplíssimo cenário, trazendo, ao mesmo tempo, maior reforço para a sua estrutura econômica, estão o Congresso e a Exposição Mundiais do Café. Pelos entendimentos havidos e plenamente assentados, êsses dois certames se efetivarão sob os auspícios do Governo Federal e dos Governos dos Estados cafeeiros, com a colaboração de institutos econômicos e estabelecimentos de ensino e pesquisas agronômicas. A iniciativa privada, entretanto, prevalecerá na realização de ambos. As Associações Comerciais dos Estados produtores e outras entidades estão tomando parte ativa na sua organização, sendo permanentemente representadas pela Associação Paranaense de Cafeicultores, que é, pela sua Diretoria, o Conselho Consultivo oficial dos dois certames.

Para organizador do Congresso e da Exposição Mundiais do Café designou-se o Embaixador Sebastião Sampaio, diplomata de carreira, hoje aposentado, que, quando Consul Geral do Brasil em Nova York, foi também, nos Estados Unidos, o representante do Instituto do Café de São Paulo e o Delegado dos antigos Conselho e Departamento Nacional do Café. Têm sido de ótimos efeitos práticos os trabalhos desenvolvidos pelo ilustre diplomata, e os seus relatórios mensais ao Governo evidenciam pleno êxito para os dois grandes cometimentos. Já está sendo mandado imprimir, pela Comissão de Comemorações o respectivo material de propaganda, constante de sugestivos folhetos e outras publicações, bem como já vão avançados, sob a direção de um técnico especialmente contratado, os preparos de painéis e gráficos destinados aos vários pavilhões em que o café é apresentado e estudado sob todos os aspectos. Por outro lado, estão em acelerado ritmo de desenvolvimento, no arrabalde do Tarumã, cobrindo área de 16 alqueires, as obras destinadas à

Exposição, e onde também será localizada a Grande Feira de Curitiba, abrangendo mostruários industriais e comerciais, de todos os municípios, dos Estados e até organizações estrangeiras. Dirige aqueles trabalhos o Professor Davi Azambuja, autor do projeto e Catedrático de Arquitetura na Universidade do Brasil.

Outra iniciativa também de repercussão no exterior está nos nossos objetivos, e merece referência destacada. Trata-se do I Colóquio Internacional de Artes Gráficas, ao inaugurar-se o novo edifício da Biblioteca Estadual do Paraná. O patrocínio desse certame foi entregue à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, contando-se também com o apoio prestigioso e decisivo das seguintes entidades: Associação Brasileira de Imprensa, Confederação Nacional das Indústrias, Clube dos 100 Bibliófilos, Imprensa Nacional, Indústrias Klabin do Paraná, Instituto Nacional do Livro, Sindicatos das Indústrias Gráficas do Paraná, de São Paulo e do Distrito Federal, e a Unesco. Uma Comissão Preparatória está em intensa atividade, e tudo indica absoluto sucesso para o útil empreendimento.

No âmbito cultural das comemorações, o Governo patrocinará enorme série de conclaves e festivais, com início no segundo semestre do ano, a maioria deles já pode-se citar, pela sua repercussão nacional e internacional os seguintes, na ordem cronológica da respectiva realização: IX Semana Odontológica Brasileira, Reunião Penitenciária Brasileira, II Congresso Nacional do Ministério Público, II Congresso Nacional de Folclore, V Congresso Brasileiro de Jornalistas, II Congresso Brasileiro de Filosofia, I Congresso Nacional de Educação Física, IV Jornada Brasileira de Radiologia, II Congresso Nacional do Capítulo Brasileiro e I Congresso Pan-Americano do Colégio Internacional de Cirurgiões, XI Congresso Brasileiro de Higiene, Convenção Pan-Americana de Rádio-Amadores, II Congresso das Universidades Brasileiras, Congresso Nacional dos Servidores Públicos, VII Jornada Brasileira de Obstetria e Ginecologia, IX Convenção Brasileira de Farmacêuticos e II Seminário dos Professores de Farmácia do Brasil, VI Congresso Nacional de Tuberculose, Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências, Convenção Nacional do Ex-Combatente, II Congresso Nacional de Educação, VI Congresso de Sociologia no Brasil, I Congresso Eucarístico Regional, II Congresso Pan-Americano de Psicologia, X Reunião Anual de Dermatologia e Sifilografia, II Conferência Rural Brasileira, Congresso Regional de História do Paraná, Congresso Nacional de Desembargadores, III Congresso Internacional do Café, II Congresso Filatélico Brasileiro e XIV Congresso Brasileiro de Esperanto. Os serviços de recepção e hospedagem concernentes a esses certames, e ligados também aos demais visitantes que o Estado receberá, já foram esquematizados com a maior precaução, afim de proporcionar a todos uma agradável estadia no Paraná.

Pode-se referir, ainda, no setor do cultivo mental, o cuidado do Governo em tomar a iniciativa da publicação de várias obras comemorativas do Centenário, concorrendo, também, com apoio financeiro a empreendimentos particulares julgados úteis à propaganda do Estado e à disseminação das ciências e das artes. Diversos livros, álbuns e outras publicações estão programados oficialmente, visando a apresentação de um retrato do Paraná do presente e uma resenha, completa o quanto possível, do seu passado. Dentre as obras de caráter científico, se destaca uma «Geologia e Geografia Física do Paraná» e um mapa geológico do Estado, a cargo do prof. Reinhard Maack; uma «Paleontologia do Paraná», dirigida pelo prof. Frederico Lange, com a colaboração, já enviada em grande parte, de eminentes cientistas nacionais e estrangeiros; e uma edição em conjunto, de cerca de trinta estudos do prof. Euzébio de Oliveira, o precursor das pesquisas geológicas referentes ao Paraná. Abrangendo outros ramos do conhecimento, uma série de monografias

históricas é entregue a publicação, e diversos trabalhos literários e artísticos, de caráter antológico, estão sendo feitos ou patrocinados. Igualmente promove a Comissão de Comemorações a confecção de filmes, prospectos e cartazes de propaganda, bem como de medalhas e selos comemorativos, e tem sido incansável em cooperar com as iniciativas particulares, fornecendo desenhos, fotos, dados estatísticos, sínteses históricas, biografias, etc.

Como festa de todo o Paraná e para todos os paranaenses, conforme minha vontade expressa, deverão transcorrer as comemorações do Centenário. Apêlos têm sido dirigidos, nesse sentido, a todos os recantos do Estado. Aos Srs. Prefeitos Municipais, por intermédio da Comissão de Comemorações, em ofícios reiterados, recomendou-se que organizem comissões municipais, constituídas «pelos cidadãos mais expressivos e credenciados do Município, representando as várias atividades dignas, do local, sem preocupação quanto aos pendores políticos ou religiosos». Diversos Municípios já atenderam a esse apêlo, e estão entrosando providências com a Comissão de Comemorações, conforme se faz indispensável.

Não se poderia, sem grave injustiça, deixar de ir também ao encontro das aspirações dos diversos grupos étnicos formadores do Paraná. Desde o início de suas atividades, a Comissão auscultou o veemente desejo em que estavam, de homenagear o Paraná por ocasião de sua grande data. Convocou-os a Comissão de Comemorações, no propósito de os prestigiar e animar, estabelecendo, ainda, uniformidade de ação. Dentre as sugestões imediatamente aceitas, está a de que a cooperação dos elementos das várias etnias e seus descendentes, culminasse com a oferta de coleções bibliográficas à nova Biblioteca Pública do Estado, a ser inaugurada durante os festejos. Cada etnia já possui comissões e sub-comissões em todo o Estado. Estão sendo alviçareiras as suas atividades, que objetivam também, coadjuvar com numerosos outros empreendimentos de interesse cultural, artístico e social, bem como participando, por meio de grupos em trajes característicos, no grandioso desfile histórico que a Comissão de Comemorações está planejando.

Na programação que esta Comissão realiza, estarão largamente contemplados os festejos em que o povo encontre oportunidade de expandir o seu júbilo pela gratíssima efeméride. Dessa forma estará reafirmado o primeiro desiderato do Governo de que as comemorações centenárias constituam acontecimento eminentemente popular. Promover festivais que atinjam a todos é básico ao Governo. Os prélios esportivos, — cujo longo e brilhante calendário já está pronto, as apresentações teatrais, folclóricas, corais e pirotécnicas, e uma série de outros festejos em estudo, hão-de fazer com que a alma paranaense, confraternizando com a dos seus compatriotas dos outros Estados e com a de quantos aqui residam ou compareçam, possa fremir de justo entusiasmo e sadio orgulho pela obra opulenta aqui realizada em apenas um século, como uma oferenda maravilhosa à grande Pátria.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

Com a posse dos Conselheiros e Diretores no dia 6 de março de 1952, imediatamente reuniu-se o Conselho Diretor que tomou as providências necessárias para a organização administrativa da Fundação.

Instalada a sede central, logo a seguir, foram enviadas comunicações da instalação do Conselho Diretor a todas as autoridades civis, religiosas, militares e outras pessoas que eventualmente pudessem vir a colaborar com a Fundação.

Imediatamente entrou-se em entendimentos com várias instituições desta Capital, de S. Paulo e do Rio, com técnicos em assuntos sociais rurais, no sentido de se organizar um programa fundamental que orientasse as atividades da Fundação.

Assim, recebeu a Fundação as visitas dos seguintes técnicos:

Revmos. Padres Frei Joseph Lebre, O. P. e Frei Benevenuto de Santa Cruz, O. P., dirigentes da S. A. G. M. A., respectivamente na França e no Brasil; Drs. José Arthur Rios, Bolívar Miranda, Oswaldo Medrado, da Campanha Nacional de Educação Rural, do Ministério de Educação e Saúde; Dr. Humberto Pascale, Diretor da Divisão do Interior da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Entre as entidades estaduais, nossos entendimentos se fizeram com as Secretarias do Estado e com a Escola de Serviço Social do Paraná.

Vários municípios foram também visitados para estudo das condições demográficas e geográficas, necessário ao planejamento das atividades.

Por esse tempo, já a secção de estatística realizara diversas apurações de valia.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

O Conselho Diretor aprovou, em uma de suas reuniões, um plano geral de ação, conseqüente aos estudos preliminares, assim resumido:

Os inquéritos e pesquisas no setor rural constituem um dos instrumentos fundamentais de trabalho de que poderá dispor a Fundação na realização de seus objetivos. Entre as suas finalidades figura, como uma das de maior alcance: «informar o Governo do Estado das condições das populações rurais, seus anseios, suas queixas, suas necessidades mais prementes, para isso promovendo inquéritos e outras pesquisas sociais às mesmas relacionadas» (letra b do art. 3º da lei n. 691). Depreende-se deste dispositivo, da própria lei que instituiu a Fundação, o cuidado que se deve dar ao setor de inquéritos e pesquisas.

Ademais, para preencher satisfatoriamente as outras finalidades, a Fundação tem de visar, na medida do possível, uma atuação profunda e não apenas medidas superficiais de assistência transitória. Para tanto, uma vez dividido o Estado em zonas rurais, cada uma deverá ser conhecida e estudada em seus aspectos e problemas locais, através de pesquisas, inquéritos e sondagens que permitam um conhecimento rigoroso e real da situação de um município ou região geo-econômica.

Estes inquéritos não ficarão limitados apenas ao levantamento estatístico e numérico, mas deverão incluir um levantamento geral dos problemas humanos, feitos através de sondagens representativas diretamente colhidas.

A Assistência social dos trabalhadores, em suas diversas modalidades, será feita em cada município, por equipes móveis, que constam de mé-

dicos, agrônomos e auxiliares rurais.

Importa salientar o caráter dinâmico dessas equipes, com a obrigação de percorrerem toda a extensão do município a que sejam destinadas, e que deverão conhecer nas manifestações reais de sua vida econômica, social, moral e espiritual, para assim, promoverem um trabalho que emane das próprias necessidades do meio.

O contacto com cada área revelará aos poucos as formas de assistência com que deverá ser atendida, afim de se obter o efetivo levantamento do seu nível humano.

Além das equipes municipais, Missões Rurais, dispondo de equipamento audio-visual, também serão constituídas.

A missão rural é uma técnica que se tem firmado nas áreas pouco ou sub-desenvolvidas como um instrumento de assistência e educação. As missões são também equipes, integradas por vários especialistas, que atuam como um corpo único sobre as instituições da comunidade.

As missões rurais estão sendo usadas em larga escala por diversos países, e o Brasil já possui as suas primeiras experiências.

No sentido de facilitar a difusão do ensino rural e concorrer para o melhoramento do nível técnico das professoras rurais, a Fundação, em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura, e a C. N. E. R., irá manter Centros de Treinamento para Professoras Rurais.

Estes Centros serão localizados no interior, com a finalidade de realizar cursos intensivos destinados principalmente a dar às professoras conhecimentos que lhes permitam melhorar, através da escola, os hábitos de vida e os métodos de trabalho em zona rural.

Os pontos acima referidos requerem, como condição indispensável de sua execução, o elemento humano especialmente preparado.

Os problemas sociais tornaram-se complexos e a sua solução reclama um conjunto de conhecimentos ao mesmo tempo variados e específicos, que só um acurado trabalho de equipe, integrada por elementos exercitados no trato desses problemas, será capaz de enfrentá-los.

A formação técnica, porém, não é tudo. Como toda ação, a de assistência requer uma vocação. Sem preparação psicológica, em que se haja manifestado a vocação social necessária a essa índole de trabalho, o apuro técnico dos agentes sociais não seria garantia suficiente para o êxito do trabalho social.

Formação e seleção dos elementos das equipes são, pois, condições indispensáveis, para a ação nos múltiplos setores do serviço social.

Desde o início, a F. A. T. R. sentiu a dificuldade de conseguir um número suficiente de agentes sociais e outros técnicos, preocupando-se em recrutar e formar adequadamente o elemento humano dos seus quadros.

Em consequência, a Fundação resolveu conceder bolsas de estudos para a formação, em cursos especiais, dos elementos indispensáveis, afim de que, grande número de municípios possa, aos poucos, receber os serviços da Fundação.

Para atender às primeiras instalações de sitiantes e colonos que ingressarem no Estado, ficou resolvida a instalação de Hospedarias nos municípios de Peabirú, Maringá, Apucarana e Paranavaí.

Com o fim de prestar assistência jurídica aos trabalhadores rurais, resolveu o Conselho Diretor criar um serviço jurídico, com as atribuições de:

- 1) orientar extra-judicialmente o trabalhador rural nos atos jurídicos de sua vida civil;
- 2) desenvolver entre operários e patrões uma ação de esclarecimento e conciliação;
- 3) defender judicialmente os interesses do trabalhador rural.

Também a assistência hospitalar tem sido objeto de atentas considerações nas reuniões do Conselho Diretor da F. A. T. R., determinando-se que a Fundação estimulasse a fundação de hospitais nos diversos muni-

cípios, concorrendo para a sua construção com um auxílio de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por leito gratuito, prontificando-se ainda, a prestar assistência técnica tanto no plano das obras como na futura administração hospitalar.

FASE ATUAL

O eminente sociólogo Pe. Frei Joseph L. Lebre, em colaboração com o Pe. Frei Benevenuto de Santa Cruz, consultor técnico de pesquisas desta Fundação, ultimou a adaptação para os Estados brasileiros de um método sociológico de levantamento e diagnóstico rápido de uma unidade rural, de autoria daquele conhecido dominicano francês.

A aplicação deste método de análise requer a determinação prévia das regiões e zonas homogêneas do Estado. A secção competente já realizou todos os trabalhos necessários para esse fim, tendo elaborado mapas de vários tipos, gráficos e estudos estatísticos.

A divisão das zonas homogêneas, por primeira aproximação, permitiu a escolha dos municípios, distritos ou setores mais restritos, nos quais serão aplicados o método de análise, que permitirá o conhecimento das necessidades das populações rurais, em seus diversos aspectos: sanitário, econômico e técnico, doméstico, residencial, escolar, familiar, cultural, social, comportamento político e espiritual.

O grupo de pesquisadores já está iniciando as primeiras pesquisas de campo, previstas no plano de sondagens. Uma vez terminada esta análise, cuja conclusão levará aproximadamente seis meses, o Estado será conhecido nos diversos aspectos acima mencionados, apontadas com precisão as suas deficiências e necessidades, e seus graus de urgência.

De posse dos resultados finais dessas análises, as autoridades estaduais e municipais terão à sua disposição elementos precisos para a boa solução dos problemas que constituem objeto de suas deliberações.

No mês de setembro, constituiu-se a 1ª equipe municipal, integrada por 6 «auxiliares rurais», as primeiras a terminarem o curso especializado pela Escola de Serviço Social do Paraná, e que atuou, a título experimental, no município de Sto. Antônio da Platina.

Já no mês de novembro, a equipe desdobrou-se em duas, permanecendo uma em S. Antônio da Platina, e atuando a outra no município de Siqueira Campos.

Embora o que se pretende construir com as «equipes municipais» não seja tarefa cujo resultado se evidencie imediatamente, pode-se, no entanto, indicar esquematicamente, as principais atividades de cada uma das equipes:

1) A «Equipe de S. Antônio da Platina»:

1º Período

Levantamento dos recursos da cidade.

Histórico da localidade.

Apreensão das características gerais.

Registro dos trabalhos em documentação apropriada.

2º Período

Visita às localidades de:

Monte Real, Sta. Joana, Guimarães Carneiro, Conselheiro Zacarias, Ribeirão Bonito.

Localização de cada lugar com relação à sede municipal, apreendendo problemas e aspectos de cada um, principalmente quanto ao tipo de habitantes e as produções típicas.

Emprego, para esse fim, de uma documentação especial.

3º Período:

Estudo dos problemas das fazendas.

Formação de grupos de adultos e crianças, com aulas noturnas de alfabetização, e, ao mesmo tempo, noções de higiene e economia doméstica.

Estímulo a um grupo de crianças, para fazerem trabalhos de horticultura e jardinagem, os meninos encarregando-se da horta e as meninas do jardim.

Contribuição à solução do problema do analfabetismo, trabalhando com os proprietários de 2 fazendas para a construção de uma escola que atendessem às crianças de ambas as fazendas.

Preparo, para o cargo de professora nessa escola, da moça que apresentou maior capacidade.

Exame médico do estado de saúde de grande número de pessoas.

Incremento à construção de fossas pelos rurícolas, com a cooperação do fazendeiro.

Registro dessas atividades em documentação apropriada.

A equipe municipal encerrou suas atividades com uma festa de Natal no povoado de Monte Real, com Missa Campal e Primeira Comunhão das crianças, por ela preparadas; tarde de recreação e conagração dos habitantes, realizada na escola local.

2) A «Equipe de Siqueira Campos»

Esta, iniciando as suas atividades no mês de dezembro, realizou no entanto, os seguintes trabalhos:

Levantamento da sede do município em seus vários aspectos.

Levantamento dos distritos e povoados.

Gráficos comparativos de natalidade e mortalidade infantil da sede e distritos do município.

Vacinação antivariólica.

Trabalhos de Círculos e registro das atividades em documentação apropriada.

Outras equipes

Com a conclusão em dezembro da 2ª turma de «auxiliares rurais», serão instaladas no decorrer deste ano novas equipes, nos seguintes municípios:

Jacarézinho

Antonina

Cornélio Procópio

S. José dos Pinhais.

Com os elementos de que já dispõe atualmente a Fundação, ainda no decorrer do 1º semestre do ano, outras quatro equipes serão instaladas, possivelmente nos municípios de Sertãozinho, Jaguapitã, Porecatú, Jandaia do Sul ou União da Vitória.

c) Convênio com a Campanha Nacional de Educação Rural, do Ministério de Educação e Saúde.

O Presidente da Fundação assinou com a Companhia Nacional de Educação Rural, um acordo para a constituição de equipes de **Missão Rural**, e a formação de um **Centro de Treinamento de Professoras Rurais**.

Vencido em dezembro de 1952, antes de se efetivarem as medidas nele previstas, ainda pela dificuldade de pessoal técnico, será o convênio renovado, tendo já a F. A. T. R., neste sentido, recebido a visita de alto funcionário do Ministério da Educação.

Segundo a orientação tomada de proporcionar uma formação adequada às pessoas destinadas aos diversos serviços da Fundação, foram

concedidas bolsas de estudo para cursos ministrados não só nesta Capital, como também em outras cidades do país. Foram esses Cursos os seguintes:

- 1) Cursos de Formação de Auxiliares Rurais, a cargo da Escola de Serviço Social do Paraná.
Este curso, que é mantido em íntima colaboração com esta Fundação, destina-se a formar moças vindas do Interior, e que depois retornam, integradas nas equipes, ao seu meio, para neles exercerem as suas novas atividades.
Do programa teórico e prático constam as seguintes disciplinas:
Educação familiar e doméstica.
Alimentação.
Higiene.
Socorros de Urgência.
Noções de Agricultura e Veterinária.
Trabalho comunitário.
Formação Moral e Religiosa.

Já terminaram esse Curso duas turmas de 24 alunas, sendo a primeira de 7 e a segunda de 17 moças.

- 2) Curso de treinamento de Missões Rurais, promovido pela Campanha Nacional de Educação Rural, feito por duas assistentes sociais do nosso Estado e um engenheiro agrônomo, em Pinhal, no Estado de São Paulo.
- 3) Curso do Centro de Treinamento de Professoras Rurais, frequentado por três professoras normalistas do Paraná, sob a direção da educadora Dra. Helena Antipoff, na Fazenda Rosário em Belo Horizonte.
- 4) Curso de Pesquisa Sociológica Rural, seguido por vários elementos desta Fundação, proferido pelo Pe. Frei J. Lebrecht, O. P. na cidade de São Paulo.

Duas hospedarias das planejadas, as de Maringá e Peabirú, em fase final de construção, estão aptas a abrigar os colonos que ingressarem no Estado a partir do mês de fevereiro.

Nestas hospedarias serão instalados um serviço médico, para as medidas sanitárias e preventivas, e um serviço de orientação social.

Este último serviço também fará pesquisas sobre migrações internas no Norte do Paraná, que, restringidas a um setor limitado, pretendem apenas ser uma análise sociológica da condição e situação humanas dos habitantes deslocados, aprendidas em pleno movimento.

Antes mesmo de organizado o Serviço Jurídico, foi prestada assistência jurídica a 20 casos, todos de procedência do Norte do Estado.

Sob a responsabilidade de experimentado causídico, o serviço jurídico já devidamente regulamentado, conta com mais dois advogados-patronos, que percorrem as várias comarcas do Estado, já tendo efetuado, com grande satisfação das partes, várias visitas às comarcas do Norte.

Eis uma súmula dos vários casos atendidos:

Ao todo, 55 casos.

6 de regularização de terras.

1 de inventário.

1 criminal.

1 regularização de terras.

2 esparrama do cisco.

1 queima de floresta, os demais

43 casos referem-se a contratos de trabalho e empreitadas de café.

Até 31 de dezembro de 1952, resolveram-se 17 casos:

1 regularização de terras

1 inventário

1 criminal

1 esparrama de cisco

1 reclamação trabalhista
sendo os demais

12 casos referentes a quebras de contrato e empreitadas de café.

De acôrdo com as deliberações do Conselho Diretor da Fundação, já referidas, muitas têm sido as solicitações, no sentido de se construírem hospitais em vários municípios do Estado.

O município de Jaguapitã, por seu digno Prefeito, foi o primeiro a pedir à Fundação auxílio e assistência técnica, estando definitivamente assentada, em colaboração com a Prefeitura da cidade, a construção de um hospital nesse próspero município.

A Prefeitura de Ivaí também está empenhada em construir um hospital para os seus munícipes, estando em estudos a possibilidade da efetivação dessa medida.

Finalmente, a Santa Casa de Misericórdia de Rolândia, recentemente fundada, envida seus melhores esforços na construção de um hospital de 160 leitos. A cooperação da Fundação nesta construção, será objeto de estudo.

A F. A. T. R. atendeu até a presente data, 19 casos, sendo:

14 de auxílio com material de lavoura (sementes, adubos, etc.)

2 de tratamento médico

3 de trabalhadores que procuravam empregos.

FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

No setor de colonização, a cargo da F. P. C. I., órgão criado pelo Governo do Estado para o fim específico de colonizar e povoar as glebas de terras devolutas que lhe foram transferidas, verifica-se que os trabalhos se processam com ritmo acelerado, obedecendo a um plano previamente elaborado no sentido de se realizar algo de concreto e racional em matéria de tão grande responsabilidade e interesse para o Estado.

Partindo de um ponto assinalado pela legalização e regularização das terras que lhe foram confiadas, a F. P. C. I. está hoje bem distante desse marco inicial de suas atividades e no corrente ano de 1953 já pode e vai executar um programa de trabalho que efetivamente colocará a Fundação na sua fase plena de realização intensiva.

Todo seu apreciável patrimônio está medido, demarcado e loteado com base na pequena propriedade, já existindo para mais de 70.000 alqueires prontos para, nas suas respectivas áreas, serem executados os serviços de colonização propriamente dita, com estradas, sedes patrimoniais com escolas, igrejas, serviços públicos e obras necessárias ao trabalho e à fixação do colono no nosso **hinterland**.

Ainda dentro de seu programa, o meu Governo autorizou a Fundação a chamar por concorrência pública os interessados no plantio e industrialização da oliveira, cultura que dentro de um futuro bem próximo virá formar com o café, fonte preciosa de emprêgo de capital e uma das principais fontes de receita pública.

Com a firma concorrente vencedora foi assinado recentemente contrato para a introdução em grande escala da olivicultura em nosso Estado com o plantio inicial de 1.000.000 de árvores selecionadas e a formação de 5.000.000 de mudas enviveiradas para distribuição aos colonos.

A tarefa que o Governo do Estado confiou a F. P. C. I. cresce de significação e valor quando se sabe dos grandes inconvenientes de ordem social, econômica e política que advêm quando a colonização deixa de ser orientada e dirigida num sentido técnico.

Ademais deve se ressaltar nesta oportunidade o fato sem dúvida auspicioso de haver a F. P. C. I. conseguido harmonizar com os ocupantes de suas terras a situação dos mesmos e de maneira plenamente satisfatória para ambas as partes. Não obstante o imenso número de ocupantes

e intrusos, os casos dos mesmos estão todos sendo resolvidos pacificamente.

A F. P. C. I. teve vasta área de seu patrimônio, setenta mil alqueires de terras, mais ou menos, em Cascavél, Comarca de Foz do Iguaçu, invadida pelo grilo «Santa Cruz», «Cachoeira» ou «Rio dos Patos» que estava praticamente impedindo as suas atividades naquela região.

Em virtude da sua enérgica reação perante a Justiça, os invasores acabaram por reconhecer em Juízo a legitimidade desse patrimônio da Fundação que representa a libertação de uma região avaliada em duzentos milhões de cruzeiros, mais ou menos.

Dentro dessa área está sendo planificada a construção de uma cidade para 20.000 habitantes inicialmente que obedecerá ao traçado mais moderno e perfeito já executado no Brasil.

Em virtude da feracidade dessas terras já está sendo promovida nela esplêndida colonização que se converterá muito em breve em novo celeiro do Paraná nesta hora angustiosa, não só para o Brasil, como para o mundo que reclama maior produção agrícola.

O vasto plano de colonização que está sendo executado pela F. P. C. I. em Cascavél logo fará dela uma próspera cidade.

CAIXA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ

Conjuntos residenciais

I — Prosseguindo o programa de construção de casas populares, construiu-se o conjunto de 72 casas, no arrabalde de Santa Quitéria, nesta Capital, cujas casas serão entregues às famílias que mais necessitam de habitação, dentre cerca de seiscentas que se inscreveram. Esse conjunto inaugurado a 19 de Dezembro último, está na dependência dos serviços de água e esgotos para entrega aos contemplados. Espera-se ultimar essa tarefa dentro de poucos dias.

II — Em Ponta Grossa, no mês de Março último, foi entregue à C. H. P. E. P., pela firma construtora, o conjunto residencial cuja construção, em terreno doado pelo Município, iniciou-se no ano passado. O abastecimento de água, agora já concluído, determinou atraso na entrega das casas aos pretendentes.

III — Em Paranaguá, em terreno doado pelo município, iniciou-se a construção de 58 casas. O prazo de entrega pela firma construtora desse conjunto está fixado para 31 de Julho do ano em curso. O serviço de pesquisas sociais e classificação de candidatos foi feito entre cerca de 400 candidatos inscritos.

IV — Em Abril de 1952 foi firmado contrato com um engenheiro, para dirigir os trabalhos de construção dos grupos residenciais no «Centro Cívico», totalizando 112 apartamentos. O andamento desses serviços depende da desapropriação dos respectivos terrenos, o que vem se processando na forma determinada.

V — As Prefeituras de Jacarézinho e Cornélio Procopio também mantiveram entendimentos com a Caixa para a construção de conjuntos residenciais em seus municípios.

VI — A Prefeitura Municipal de União da Vitória doou à Caixa o terreno necessário para a construção de um conjunto de 50 casas. Foram abertas inscrições e procedidas as pesquisas sociais afim de se apurar as reais necessidades habitacionais a atender, bem como se está procedendo a tomada de preços para a construção do conjunto.

VII — A Prefeitura Municipal de Cambará fez doação de 50 lotes urbanos à Caixa. Afim de satisfazer as exigências dessa cidade, abriu a Caixa a inscrição de candidatos à aquisição de residências populares, para ser feita a seleção e posterior classificação daqueles que mais necessitam de teto.

Plano «B»

O financiamento de construções isoladas foi suspenso pelo Governo ao acolher sugestão do Conselho Administrativo. Desde então, limita-se a atender os processos ceelbrados àquela época.

Grupo Escolar de Santa Quitéria

A C. H. P. E. P., de acôrdo com minha determinação vai financiar a construção, no bairro de Santa Quitéria, de um Grupo Escolar de 13 salas, que estará concluído em dezembro deste ano. Para este fim já foram iniciados os trabalhos preliminares.

Creche Santa Quitéria

Cumprindo um imperativo de ordem social a C. H. P. E. P. está providenciando o início da construção do edificio da Creche e Posto de Puericultura de Santa Quitéria, cuja obra será custeada pela Legião Brasileira de Assistência.

Convênio com a Fundação da Casa Popular

A ratificação do convênio que C. H. P. E. P. mantém com a Fundação da Casa Popular, possibilitará o início imediato da construção de 500 casas de baixo custo, cujas unidades residenciais serão edificadas tanto nesta Capital como no interior do Estado. Assim, poderão ser contempladas as cidades do interior onde o problema habitacional seja mais intenso, com 350 unidades e a Capital com 150, as quais, somadas às 410 em construção e já construídas, totalizam 910 unidades residenciais no valor aproximado de Cr\$ 75.000.000,00 — incluindo os 112 apartamentos do conjunto «Presidente Caetano Munhoz da Rocha» para funcionários das Secretarias localizadas no Centro Cívico.

Senhores Deputados!

O Governador do Estado espera que, dos fatos trazidos ao conhecimento dos ilustres Representantes do Povo, através dos diferentes capítulos que compõem a presente Mensagem, possa esta Casa encontrar os esclarecimentos necessários ao desempenho patriótico e construtivo de seu mandato, neste ano centenário da criação de nossa Província.

Curitiba, 1º de Maio de 1953.

BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO

O SR. PRESIDENTE — A Assembléa Legislativa do Estado sente-se honrada, sr. Governador, com a presença de V. Excia. A Mensagem que V. Excia. acaba de transmitir aos srs. Deputados, transcende os limites de um documento legal para assumir o aspecto de um eloquente e altíssimo comprovante daquilo que tem sido a atuação de V. Excia. na administração dos destinos do Estado do Paraná.

Não poderia a nossa gente ouvir, no seu ano centenário, palavra mais transbordante de seiva cívica, nem melhor inspirada pelo ardor administrativo de uma ação que conduz o Paraná, na senda ascensional do seu progresso, às alturas de que ele é merecedor no concerto da Federação Brasileira.

Sr. Governador do Estado, V. Excia. pode estar certo de que, nesta Casa, os representantes do povo continuarão a ser os mesmos patrióticos colaboradores da ação administrativa que V. Excia. tão inteligente, honesta e patrioticamente realiza, reafirmando no Governo — como bem acentuou V. Excia. nas palavras de sua Mensagem —, o candidato ovacionado, proclamado e finalmente eleito, pela vontade soberana do povo, para dirigir os destinos desta grande terra.

Sr. Governador, pode V. Excia. contar com a colaboração do Poder Legislativo, dentro daquela compreensão, que decorre do próprio texto constitucional, de independência e harmonia, que caracterizam o nosso sistema republicano e que tem sido, por isso mesmo, responsável, sr. Governador, pela democracia no Brasil, que esta procura inspirar-se, antes e acima de tudo, nos propósitos condizentes com os anseios, aspirações e problemas do povo. E V. Excia., através de sua Mensagem, demonstra, nítida e humanamente, que está em contacto com esses problemas.

A Assembléa Legislativa do Paraná sente-se honrada, sumamente honrada, com a presença de V. Excia., sr. Governador, e congratula-se, com o povo do Paraná pela expressão eloquente do documento que V. Excia. acaba de apresentar aos seus representantes.

Convido os srs. Deputados componentes da Comissão a acompanhar s. excia. o sr. Governador do Estado.

Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer, em nome da Assembléa Legislativa, a honrosa presença do exmo. sr. presidente do Tribunal de Justiça, a presença de s. excia. revma. Arcebispo de Curitiba e de s. excia. o sr. general comandante da 5ª Região Militar, dos secretários de Estado e demais autoridades civis e militares e, também, a presença dos nobres colegas Deputados, que vieram dar brilho a esta sessão solene de instalação da 3ª Sessão Legislativa da 2ª Legislatura, a qual declaro instalada.

Encerro a sessão.